

MÁRIO LÁZARO CAMARGO

ADOÇÃO TARDIA:

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE FAMÍLIAS ADOTIVAS
E POSTULANTES À ADOÇÃO
(MITOS, MEDOS E EXPECTATIVAS)

FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS DE ASSIS

2005

MÁRIO LÁZARO CAMARGO

ADOÇÃO TARDIA:

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE FAMÍLIAS ADOTIVAS

E POSTULANTES À ADOÇÃO

(MITOS, MEDOS E EXPECTATIVAS)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Assis, para a obtenção do título de Mestre em Psicologia (Área de Concentração: Psicologia e Sociedade).

Orientadora: **Profa. Dra. Maria Luisa Louro de Castro Valente**

ASSIS

2005

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da F.C.L. – Assis – UNESP

C172a	Camargo, Mário Lázaro Adoção tardia: representações sociais de famílias adotivas e postulantes à adoção (mitos, medos e expectativas) / Mário Lázaro Camargo. Assis, 2005 268 f. il. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista. 1. Adoção – Aspectos psicológicos. 2. Crianças – Adoção. 3. Assistência a menores – Adoção. 4. Representações sociais. 5. Família. I. Título. CDD155.44 362.734
-------	--

MÁRIO LÁZARO CAMARGO

ADOÇÃO TARDIA:

Representações sociais de famílias adotivas e postulantes à adoção (mitos, medos e expectativas)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Assis, para a obtenção do título de Mestre em Psicologia (Área de Concentração: Psicologia e Sociedade).

Data da Aprovação: 10/02/2005

BANCA EXAMINADORA

Presidente/Orientadora: Dra. Maria Luisa Louro de Castro Valente –

UNESP/Assis

Membro 1: Dra. Maria Alves de Toledo Bruns – USP/Ribeirão Preto

Membro 2: Dr. Fernando Silva Teixeira Filho– UNESP/Assis

DEDICATÓRIAS

À minha família (Hernandes, Anadir, Nádia Viviane, Douglas Roberto e Juliana) que representa o solo firme e fértil a partir do qual iniciei o processo de construção de mim mesmo. Obrigado por me terem dado a vida, por me terem ensinado grande parte do que sei sobre ela e pelo apoio constante.

À minha esposa, Poliana, que com amor e ternura, imensa força e coragem, vem caminhando e enfrentando comigo os desafios que a vida reserva. Obrigado pelo apoio, compreensão, paciência e dedicação. Ao seu lado tenho vivido os melhores anos de minha vida.

AGRADECIMENTOS

Obrigado ...

Dra. Maria Luisa Louro de Castro Valente, pela orientação de minha pesquisa no mestrado, pelo modo com que me acolheu, pela liberdade com que me permitiu trabalhar e pelo pesquisador melhor que me ajudou a ser.

Dr. Muricy Domingues e Ms. José Rafael Mazzoni, por me terem aberto as portas para a pesquisa quando me acolheram primeiramente como aluno, depois como monitor da disciplina Metodologia das Ciências e como Professor no Primeiro Ciclo da Universidade do Sagrado Coração.

Ms. Sônia Maria Alves Paschoal, por me apresentar Serge Moscovici e a Teoria das Representações Sociais e à Dra. Sônia Aparecida Moreira França por me ter apresentado Michel Foucault e sua obra. O exemplo de educadoras que vocês representam me inspira e desafia a fazer o mesmo por meus alunos.

Ms. Ana Cristina Musa Minervino Pereira, por acreditar no projeto de existência do Grupo de Apoio a Pais Adotivos da Clínica de Psicologia Aplicada da Universidade do Sagrado Coração e por supervisionar meus primeiros passos no trabalho de pesquisa e intervenção em adoção. Você lançou sementes, eis um dos frutos.

À Universidade do Sagrado Coração, em especial ao Centro de Filosofia e Ciências Humanas e à Faculdade “Auxilium” de Filosofia, Ciências e Letras de Lins, que me oportunizaram o exercício da docência, sem o qual não me realizaria profissional e pessoalmente, nem teria recursos para seguir a diante.

Ms. Maurício Ribeiro de Almeida, que no início de minha caminhada rumo ao mestrado e mesmo sem conhecer-me, confiou-me seus livros sobre adoção – os primeiros que li – e que fundamentaram meu projeto de pesquisa e boa parte desta dissertação. Obrigado por todas as sugestões, reflexões e conhecimento compartilhado, mas acima de tudo obrigado pela solidariedade.

Às famílias adotivas e postulantes à adoção que participaram desta pesquisa, pela coragem de dizer o que sentem, pensam e desejam.

Dra. Maria Alves de Toledo Bruns e ao Dr. Fernando Teixeira Silva Filho, pelas impecáveis contribuições dadas no exame de qualificação e pela disponibilidade em fazer parte da banca de defesa.

CAMARGO, Mário Lázaro. **Adoção Tardia**: representações sociais de famílias adotivas e postulantes à adoção (mitos, medos e expectativas). 2005, 300 f. Dissertação de Mestrado em Psicologia – Faculdade de Ciências e Letras – Universidade Estadual Paulista, Campus de Assis.

RESUMO

Este trabalho pretende ser uma contribuição à ressignificação da atual cultura da adoção. A temática da adoção sempre vem acompanhada de uma série de outros temas subjacentes e que entre si mantém uma relação de interdependência. A presente pesquisa representa, portanto, uma investigação acerca dessa temática e dos aspectos a ela relacionados, a fim de possibilitar uma compreensão das representações sociais produzidas, constantemente atualizadas e comunicadas a famílias adotivas e postulantes à adoção. No passado, essas representações contribuíram para a construção de uma cultura da adoção repleta de mitos, medos e expectativas que, conseqüentemente, passaram a circular no âmbito do senso comum e, num processo de retroalimentação, ganharam força, estruturaram-se e passaram a justificar uma concepção negativa da adoção. O contato com o referido tema e com o conjunto das informações que ele suscita, nos permitiu a construção de uma perspectiva histórica da prática da adoção e/ou da colocação de crianças em famílias substitutas. Permitiu-nos também conhecer, através dos dados coletados, o panorama de sua situação atual, marcado pela presença de representações carregadas de sentidos/significados que vão sempre em direção à possibilidade de fazer da adoção um meio pelo qual se supera a impossibilidade de gerar biologicamente e então, exercer a maternidade e a paternidade, estruturar a família a partir do modelo nuclear e, deste modo, atender às exigências advindas da própria cultura em relação aos papéis sociais da mãe, do pai e da família. Nosso objeto de estudo, a adoção de crianças, foi aqui delimitado para uma das modalidades que o compreende: a adoção tardia. Esta especificidade foi eleita como merecedora de atenção por representar a mais grave conseqüência da atuação da cultura da adoção sobre as famílias que já o fizeram e ou que postulam à adoção, uma vez que privilegia a criança recém-nascida em detrimento da criança mais velha. O referencial teórico – Teoria das Representações Sociais – associado ao referencial metodológico – Análise de Conteúdo – tornou possível o acesso às representações sociais da adoção das cinco famílias participantes da pesquisa. Por meio de entrevistas semi-estruturadas, posterior e integralmente transcritas, chegamos às categorias e subcategorias de análise que nos autorizam concluir que os motivos relacionados à adoção, o perfil da criança a ser adotada, a situação de abandono e/ou de institucionalização da criança, o mito da revelação quanto à origem e história da criança e o temor em relação à adoção tardia são os temas mais significativos para as famílias e, por isso mesmo, representantes fidedignos da negativa influência que a atual cultura vem exercendo sobre as mesmas, produzindo um imaginário temerário em relação à prática da adoção e, conseqüentemente, ampliando o contingente de crianças sem famílias e de famílias sem crianças.

Palavras-chave: adoção; adoção tardia, família; representações sociais; mitos.

CAMARGO, Mário Lázaro. **Late Adoption:** adoptive families and intended adoptive ones social representations (myths, fears and expectations). Assis, 2005. 300 f. Dissertation (Master in Psychology) – Science and Education College, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis Campus.

ABSTRACT

This work intends to be a resignification of the actual adoption culture. The adoption thematic is always followed by many other themes which keep an interdependency relation among them. The present research represents, therefore, one investigation about this thematic and the aspects related to it, in order to comprehend the produced social representations, constantly actualized and communicated to the adoptive families and the ones which intend to adopt a child. In the past, this representation contributed to the edification of a full of myths adoption culture, the fears and expectations that, consequently, started to circulate around the common sense and, in a retrosupply process, they gained strength, structured themselves and started to justify a negative conception of the adoption. The contact with the referred theme and with the generated information by it, has permitted us the construction of an adoption practice historic perspective and/or the children input in substitute families. It also allowed us to know, by the collected datas, an overview of the actual situation, marked by presence of filled of meanings/significance representations that go in search of a possibility to make the adoption a way to the impossibility to biologically conception, so, they fulfill the maternity and paternity, structure the family, from a nuclear paradigm and, thus, attend to the demands coming from the parents and family social parts in relation to the adoption culture. Our object of study, the adoption of children, was here delimited to one of the modes that it integrates: a late adoption. This speciality was selected as deserving the attention for representing the most serious consequence of the adoption culture actuation in the families that have already adopted or the ones who intend to adopt, since it priviledges the new-born child in disadvantaging to the oldest one. The theoric referential – Social Representations Theory – associated to the methodologic referential – Content Analyse – permitted the access to the adoption social representations of the five participants families of that research. Through semi-structured interviews, and later transcribed comprehensively, we got to the categories and subcategories analyse, that make us conclude that the adoption related reasons; the child type to be adopted; the child situation of abandon and/or institutionalization; the revelation myth about the child origin and history and the late adoption family fears are the most meaningful themes, and thus, true representatives of the negative influence that the actual culture fulfills in them, producing one imaginary fear about the adoption and, consequently, increasing the number of children without families and families without children.

Key-words: adoption; late adoption; family, social representations; myths.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIG. 01 – Roda dos expostos no Convento de Santa Clara do Desterro, em Salvador (BA)	35
FIG. 02 – Bebê abandonado em sarjeta (Hunan-China) 1	39
FIG. 03 – Bebê abandonado em sarjeta (Hunan-China) 2	39
FIG. 04 – Bebê abandonado em sarjeta (Hunan-China) 3	39
FIG. 05 – Bebê abandonado em sarjeta (Hunan-China) 4	39

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

Há algo de diferente com esta família ... reflexões introdutórias sobre a prática da adoção de crianças	13
---	----

CAPÍTULO I

Abandono: um dos lados da moeda

1.1 Da prática da colocação de crianças em famílias substitutas à prática do abandono	21
1.2 Da institucionalização do abandono à higienização das famílias e invenção da “roda”	23
1.3 Um esforço para corrigir o erro: a intensificação do discurso pela conservação das crianças	30
1.4 O abandono à moda brasileira	34
1.5 Abandono e adoção: uma prática sustenta a outra	36

CAPÍTULO II

Adoção: o outro lado da moeda

2.1 A adoção na história, no imaginário da sociedade e no contexto atual: uma verdade que incomoda	42
2.2 A adoção na história do Brasil, na jurisprudência e na ciência psicológica: um grito por atenção	46
2.3 A família e seu papel na constituição do indivíduo	53
2.4 Adoção, mitos e medos: tempo nublado	60

CAPÍTULO III

Adoção tardia: um olhar específico

3.1 Adoção tardia: o que é isso?	77
3.2 Distinguindo termos, esclarecendo procedimentos	82
3.3 A questão do apego: separando o joio do trigo	85
3.3.1 Sobre o mito e sua relação com a cultura da adoção	86

3.3.2 Romances familiares: contribuições de Freud	87
3.3.3 O Eu-pele e o processo de vinculação na adoção tardia: contribuições de Anzieu	91
3.3.4 A teoria do apego: contribuições de Bowlby	95

CAPÍTULO IV

Objetivo e Metodologia: onde queremos chegar e por qual caminho

4.1 Objetivos	102
4.1.1 Objetivo Geral	102
4.1.2 Objetivos Específicos	102
4.2 Procedimentos metodológicos	102
4.2.1 Caracterização da amostra	102
4.2.2 Instrumento para coleta de dados	105
4.2.3 Instrumentos de análise dos dados	106
4.3 A teoria das representações sociais: nosso instrumento de análise	107
4.3.1 A origem da teoria das representações sociais e sua relação com a psicologia social	110
4.3.2 O legado de Moscovici	116
4.3.3 O campo e os métodos de pesquisa em representações sociais .	120
4.3.4 Ratificando nossa opção teórico-metodológica	125

CAPÍTULO V

Resultados e Discussão: um mergulho na realidade das famílias adotivas e postulantes à adoção

5.1 Categorias, subcategorias e representações sociais	127
5.1.1 Motivos relacionados à opção pela adoção	128
5.1.1.1 Projeto familiar	128

5.1.1.2 Impossibilidade de gestação biológica/infertilidade	131
5.1.2 Perfil da criança a ser adotada	135
5.1.2.1 Adoção de recém-nascidos	136
5.1.2.2 Adoção tardia	140
5.1.3 Situação das crianças adotadas (história de vida)	147
5.1.3.1 Antes da adoção	148
5.1.3.2 Depois da adoção	152
5.1.4 Segredo <i>versus</i> Revelação	154
5.1.4.1 Omitir é preciso	155
5.1.4.2 Revelar é preciso	160
5.1.5 Adoção tardia	163
5.1.5.1 Fatos concretos advindos da prática	164
5.1.5.2 Suposições advindas de histórias	168
CONSIDERAÇÕES FINAIS	
Adoção é adoção e ponto	172
REFERÊNCIAS	178
ANEXOS	188
ANEXO A – Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa	189
ANEXO B – Termo de Consentimento	190
ANEXO C – Entrevista I	192
ANEXO D – Entrevista II	209
ANEXO E – Entrevista III	226
ANEXO F – Entrevista IV	244
ANEXO G – Entrevista V	256

INTRODUÇÃO

Há algo de diferente com esta família ...
Reflexões introdutórias sobre a prática
da adoção de crianças

Experimentamos um sentimento de estranheza quando nos deparamos com uma família assim constituída: pais brancos e filho negro. Ou então, somos surpreendidos ao recebermos a notícia de que um casal, recentemente nos apresentado, não é, como supostamente pensávamos, os avós do lindo bebê, mas sim seus pais. Noutra circunstância, somos invadidos por uma inusitada sensação de curiosidade, erroneamente confundida com a humana e constante aspiração pela verdade, quando encontramos um casal de amigos, que após poucos meses de seu casamento, apresenta-nos, com ares de extrema felicidade, seu filho de dois anos e meio de idade. E o que nos vêm à mente quando conhecemos uma família cujos filhos, em sua maioria já adultos, apresenta-nos também um mais novo, em tenra idade? Certamente usaríamos, em tom de interrogação, a expressão popular: este é o seu filho temporão?

A experiência do encontro com famílias como essas, acima descritas, remete-nos à impressão e ao pensamento de que há algo de diferente com elas. E de fato há. Todas elas adotaram uma criança. Romperam com o paradigma da família tradicional, constituída por filhos biologicamente gerados e, portanto, consangüineamente ligados entre si. Por razões inúmeras e que mais adiante discutiremos, estas famílias ousaram apostar na possibilidade de integrar ao seio familiar um membro proveniente de outra relação sexual, de outro contexto sócio-familiar, portador de uma outra história de vida e carga genética, mas que afetivamente se ligará e integrará a esta nova, e se tornará um-entre para formar um-todo.

Nas páginas que se seguem dedicamo-nos, portanto, ao estudo do tema “adoção”, discutindo um pouco de sua história real e imaginária, seu contexto legal e os aspectos psicológicos que envolvem tanto adultos (pais) como crianças (filhos e irmãos) da e na família adotante. Numa perspectiva de colaboração ao que se intitula “cultura da adoção” (FREIRE, 1994), apresentamos o tema de maneira a abordar os preconceitos, medos, mitos e expectativas que mais dificultam do que facilitam os processos de adoção.

Tentando entender o que há de diferente com essas famílias, pretendemos realizar nossa inserção na trajetória, já iniciada, de uma construção científica-cultural

que apresente a adoção como uma possibilidade de dar à família e a tantas crianças abandonadas as contribuições da psicologia enquanto ciência que se põe a serviço.

Nossa razão para escolha do assunto “adoção” somente pode ser expressa por meio de uma síntese de motivações que vão do aspecto pessoal e familiar ao científico e profissional. A experiência da adoção em família é uma comprovação empírica de que esta é uma das vias de constituição da maternidade, da paternidade e da filiação, ou seja, de que por meio da adoção também se constrói uma família. Tal experiência, vivenciada desde a chegada no seio de nossa família daquela a quem consideramos ser “a mais bela das crianças”, tem nos dado motivos para crer e postular que a adoção gera filhos tão filhos quanto aqueles gerados biologicamente, mas gera também pais, mães e irmãos e torna possível a experiência da convivialidade entre as dimensões da maternidade, paternidade e fraternidade, tão próprias da condição humana.

Em nosso caso específico, a adoção sempre foi um projeto familiar, anunciado como possibilidade que se tornaria realidade caso a situação econômica da família viesse a melhorar. Tal condição parecia-nos sensata, já que os humores da década de 80 já não eram tão simpáticos à constituição de famílias numerosas. A esta condição somava-se outra, que embora se configure mais como um princípio, liga-se diretamente ao contexto sócio-econômico da família: caso a adoção acontecesse, ou seja, tornada concreta a integração de mais um membro à família, esta teria que ter as garantias de que ao novo membro seria possível, como foi aos outros três filhos, as mesmas oportunidades e condições de qualidade de vida. Contudo, o tempo, co-autor da história, fez-nos repensar várias vezes o projeto familiar e as marcas, por ele impressas em nossa constituição individual e coletiva, remeteu-nos, depois da morte de uma irmã, à desistência do projeto de adotar. A perda de uma filha, para os pais, e de uma irmã, para os irmãos, gerou sentimentos que nos mobilizaram durante um longo período de luto. Foram anos de sofrimento e dor, saudade e questionamentos. Este luto fez-nos pensar na história, individual e coletiva, desejando revivê-la e resignificá-la. A morte da Nádia Viviane colocou nossa família, a princípio, em situação de profundo desespero: como pôde a vida, nela presente e viva de forma tão bela quanto numa flor que desabrocha, esvair-se e ser tão brutalmente arrancada? Depois, a morte da Nádia Viviane, pôs nossa família em situação de suspensão amorfa, marcada pelo período de tempo em que nos

perguntávamos: o que faremos agora? como viver sem ela? como lidar com esse vazio? O período seguinte foi o da reestruturação, ou seja, quando nos foi possível admitir que a vida continuava e que exigia de todos nós o gesto de “levantar-se” e novamente “pôr-se a caminho”.

Após três longos anos de percurso numa senda jamais desejada, mas que nos foi imposta como obrigatória, permitimo-nos o resgate do projeto de adoção. A princípio ele fora rejeitado e mal interpretado, como se sua retomada implicasse no desejo de substituição da filha e irmã perdida. Com o passar do tempo, da elaboração do luto e vinda da consciência de que não haveria substituição, mas sim a concretização de um projeto anterior à perda, chegou-nos “a mais bela das crianças”. Numa tarde de domingo, mês de agosto de 1990, tornamo-nos a nova família de Juliana: a adotamos e ela nos adotou. Hoje, às vésperas de completar seus 15 anos, em pleno processo de adolecer, a linda criança dá sinais de que se transformará numa linda mulher. Olhamos para Juliana e vemos felicidade. Ver o seu sorriso, provoca-nos sorrisos. Seu desenvolvimento enquanto pessoa (não só no aspecto físico, mas emocional, moral, social, intelectual, etc.) nos faz crescer também. Experimentar tudo isso nos faz crer no potencial criativo da adoção e concebê-la como via de mão dupla, no sentido de que ao fazer feliz o outro (criança adotada), fazemo-nos igualmente felizes (família adotiva).

Nossa experiência pessoal e familiar tornou-nos sensíveis aos inúmeros casos de abandono e adoção de crianças que constantemente nos chegam por meio das relações interpessoais e contexto de inserção, mas também por meio da televisão, jornais, revistas, literatura, etc. Nossa posterior opção pela Psicologia, enquanto ciência e profissão, abriu-nos uma porta pela qual ousamos atravessar e, desde então, na condição de estudante, e depois de profissional e pesquisador, o tema “adoção” tem sido uma motivação e um compromisso. As perguntas que aqui serão apresentadas têm toda sua origem numa experiência pessoal e profissional, portanto, falamos enquanto irmão, psicólogo-pesquisador e, quiçá, futuro pai adotivo.

Em nosso trabalho com o Grupo de Apoio aos Pais Adotivos, foi possível detectar uma série de mitos, medos e expectativas, atuando de modo negativo no processo de preparação dos casais e famílias, tanto para a adoção como para o

momento da revelação da verdade ao filho já adotado. Na convivência e no trabalho com estes pais (ou candidatos a), foi possível perceber que muito pouco do que ouviram dizer, do que souberam ter acontecido com outros casais e famílias, ou do que tinham lido acerca da adoção, os encaminhava para uma perspectiva de adoção positiva e propensa ao êxito. Com os mitos instalados e os medos atuando, sobretudo no que diz respeito à verdade sobre a origem da criança, seu passado e seu futuro após a revelação, muitos casais e famílias com potencial para adoção deixam de concretizá-la. A consequência deste fato, estatisticamente comprovado, nos remete a uma outra realidade, porém não menos complexa: a questão da institucionalização das crianças.

Consideramos que para poder falar de adoção e, especificamente, de adoção tardia – nosso principal objeto de estudo – convém que antes nos debruçemos sobre um tema que lhe é anterior: o abandono de crianças. Assim, nosso primeiro capítulo representa uma tentativa de *“olhar para um dos lados da moeda”* e, conseqüentemente, a apresentação de nossa compreensão acerca dos processos e regimes de enunciados que originaram e sustentaram a prática do abandono ao longo da história e da modernidade, permitindo a confluência de dispositivos institucionais associados a ela, transformando-a numa prática social aceitável e politicamente correta em vários aspectos de julgamento. A história testemunha que da prática do abandono de crianças nasceram dispositivos e instituições como os hospícios de menores abandonados; a roda dos enjeitados; iniciativas paliativas como a delegação da responsabilidade alimentar e dos cuidados com a saúde da criança às amas-de-leite ou nutrizes; a educação artificial (via tutores) das crianças ricas, no caso das famílias burguesas; o desenvolvimento de técnicas abortivas; métodos contraceptivos; teorias sobre o planejamento familiar visando um controle de natalidade; bem como legislações que instituem a prática da adoção e/ou colocação de crianças em famílias substitutas. Neste sentido, pretendemos construir uma genealogia do abandono (FOUCAULT, 1979), o que significa que nosso esforço não se restringe à mera construção de um relato sobre a história do abandono, mas que almeja demonstrar como essa prática aparece na história e passa a constituir-se motivação para o desenvolvimento de normas sobre as quais se organizarão Estado, sociedade, família e um conjunto de instituições responsáveis pela administração e cuidado dos corpos.

Na posição de quem também olha para “o outro lado da moeda”, abordamos no segundo capítulo a temática da adoção de forma a assumirmos uma postura generalista, tentando apreender o fenômeno como um todo e discutindo a partir dele: o contexto histórico em se encontra inserida a prática da adoção; os mitos advindos da cultura e que exercem influência sobre os candidatos à adoção, muitas vezes impedindo-os de concretizá-la; a atual conjuntura da adoção no Brasil que se constitui a partir da incompatibilidade entre as motivações dos candidatos à adoção, suas preferências, sempre voltadas para um perfil de criança idealizado, e as crianças “disponíveis” para adoção, uma das principais causas para a permanência das mesmas em instituições asilares (orfanatos); e a importância da família na constituição do sujeito, objetivando demonstrar a relevância psicológica e social da adoção.

Nossa pesquisa elege a “Adoção tardia” como objeto de estudo e no terceiro capítulo, lançamos o nosso “olhar específico” para esta modalidade de adoção que carece de atenção especial. O adjetivo “tardia”, aplicado como complemento ao tema mais amplo “adoção”, é o que caracteriza e sintetiza nossa preocupação. As perguntas que nos motivam a investigar sobre o mesmo são as seguintes: porquê crianças mais velhas, ou seja, com idade acima dos dois anos, são, em grande número, recusadas nos processos de adoção legal? não estariam tais recusas diretamente ligadas à condenação das crianças não adotadas a um período longo, e às vezes definitivo, de institucionalização ou abandono? de que forma os mitos, medos e expectativas dos pais postulantes à adoção ou já adotivos têm contribuído para a formação de uma cultura da adoção que privilegia o recém-nascido e alija a criança mais velha do direito à família?

No quarto capítulo, apresentamos formalmente os nossos objetivos de pesquisa, os sujeitos com os quais trabalhamos e os aspectos teórico-metodológicos da pesquisa. Este capítulo demarca, portanto, a passagem do “teórico” para o “empírico” em nosso trabalho investigativo e começa alinhar as extremidades de nossa questão central. Seu principal objetivo é apresentar a Teoria das Representações Sociais (MOSCOVICI, 1976), nosso referencial de análise dos resultados obtidos, bem como demonstrar a razão de nossa opção por este mesmo referencial, que, acreditamos, nos dará condição de melhor abstrair, da relação

sujeito-sociedade, os elementos do senso comum que contribuem para a formação da cultura da adoção no Brasil.

“Um mergulho na realidade das famílias adotivas e postulantes à adoção” é o título de nosso quinto capítulo, onde estamos analisando o conteúdo das entrevistas realizadas e colhendo as mais importantes informações para a tessitura das respostas às perguntas de nossa pesquisa, a saber: a experiência daqueles que anseiam pela chegada do filho e daqueles que já ousaram romper com os paradigmas de uma cultura simultaneamente arcaica e moderna, as famílias. Trata-se de um extenso trabalho de investigação das representações sociais presentes nas falas dos participantes da pesquisa, obtidas por meio de entrevista semi-estruturada e cujo conteúdo, integralmente transcrito, encontra-se anexado a este material. Para chegarmos às representações sociais da adoção, construídas e comunicadas pelas cinco famílias entrevistadas e seus respectivos membros, lançamos mão da técnica de Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977) que nos permitiu o alcance de cinco categorias e dez subcategorias que, uma a uma analisadas à luz da Teoria das Representações Sociais, oportunizou-nos a compreensão de mitos, medos, motivações e expectativas presentes no imaginário das famílias e que são, juntamente a outros fatores como a política, a economia e até mesmo a ciência, responsáveis pela construção e manutenção da vigente cultura da adoção no Brasil.

Em seguida e para finalizar, nossas considerações finais apresentam uma síntese das reflexões que integram os cinco capítulos supracitados, e aquilo que nos fica sob a forma de desafios e esperanças acerca do presente e futuro da adoção de crianças no Brasil. Esperamos, com a proposição desta pesquisa e com a posterior socialização de seus resultados, contribuir, ainda que muito humildemente, para que novas perspectivas se abram, novos rumos se descortinem e novos caminhos sejam trilhados, de modo que um dia a adoção possa tornar-se menos um tabu e mais uma possibilidade, para que crianças não fiquem sem famílias e para que famílias não fiquem sem crianças, a não ser que para ambas as partes isso seja uma opção consciente.

CAPÍTULO I

Abandono: um dos lados da moeda

1.1 Da prática da colocação de crianças em famílias substitutas à prática do abandono

Os primeiros registros que nos permitem tecer um perfil de família e apontar para as primeiras práticas de distanciamento dos filhos em relação aos pais, a partir de uma certa idade (sete anos aproximadamente), datam do século XII e são descritas por Ariès (1978). Ao analisar o texto do testamento de um cavaleiro chamado Guignonet, G. Duby, citado por Ariès (1978, p. 226), descreve sua família e relata que este delegou a seu filho mais velho a responsabilidade do cuidado e educação de seus dois irmãos mais novos. Após este fato registrou-se uma série crescente de contratos de aprendizagem em que as crianças eram enviadas por suas famílias a mestres-tutores, então responsáveis pela educação das mesmas. A prática de delegar a educação dos filhos a estes mestres, cada vez mais comum à medida que avançam as décadas do referido século, "provam como o hábito de entregar as crianças a famílias estranhas era difundido" (ARIÈS, 1978, p. 226).

Nesses contratos de aprendizagem entre a família e o pretenso mestre, segundo o relato de Ariès (1978, p. 226)

às vezes, é especificado que o mestre deveria 'ensinar' a criança e 'mostrar-lhe os detalhes de sua mercadoria', ou que deveria 'fazê-la freqüentar a escola'. São casos particulares. De um modo mais geral, a principal obrigação da criança assim confiada era de 'servi-lo bem e devidamente'. Quando examinamos esses contratos sem nos despojarmos de nossos hábitos de pensamento contemporâneo, hesitamos em decidir se a criança era colocada em casa alheia como aprendiz (no sentido moderno da palavra), como pensionista, ou como criado.

Noutro texto, este já do final do século XV, podemos ter uma boa noção de como se dava a relação entre pais e filhos na família inglesa:

A falta de afeição dos ingleses manifesta-se particularmente em sua atitude com relação às suas crianças. Após conservá-las em casa até a idade de sete ou nove anos (em nossos autores antigos, sete anos era a idade em que os meninos deixavam as mulheres para ingressar na escola ou no mundo dos adultos), eles as colocam, tanto os meninos como as meninas, nas casas de outras pessoas, para aí fazerem o serviço pesado, e as crianças aí permanecem por um período de sete ou nove anos (portanto, até entre cerca de 14 a 18 anos). Elas são chamadas então de aprendizes. Durante esse tempo, desencumbem-se de todas as tarefas domésticas. Há poucos que evitam esse tratamento, pois todos, qualquer que seja sua fortuna, enviam assim suas crianças para as casas alheias, enquanto

recebem em seu próprio lar crianças estranhas (FURNIVAL¹, apud ARIÈS, 1978, p. 225).

Por estes relatos podemos verificar que a conservação das crianças em suas respectivas famílias biológicas tinha uma duração curta, ou seja, até que lhe fosse garantida a sobrevivência e o estágio de desenvolvimento necessário para o desligamento e envio a uma outra família. Assim, como afirma Ariès (1978, p. 228-229):

Era através do serviço doméstico que o mestre transmitia a uma criança, não a seu filho, mas ao filho de outro homem, a bagagem de conhecimentos, a experiência prática e o valor humano que pudesse possuir. [...] Enviavam-nas a outras famílias, com ou sem contrato, para que com elas morassem e começassem suas vidas, aprendessem as boas maneiras de um cavaleiro ou um oficial, ou mesmo para que freqüentassem uma escola e aprendessem as letras latinas.

À medida que este hábito foi sendo difundido, não apenas na Inglaterra, mas pela maioria dos países da Europa, a educação pela aprendizagem dos serviços domésticos foi se tornando a regra, enquanto que a escola era a exceção, já que a esta somente tinham acesso os clérigos. Até o século XVIII, por exemplo, as famílias, mesmo as mais abastadas e que possuíam empregados para os trabalhos domésticos, reservava aos filhos, alheios ou não, o dever de cuidado com a mesa. A força deste hábito descreve a função da criança na família: o serviço. Assim, um bom filho é, também, um bom serviçal. O costume atravessou séculos e inúmeras publicações da época ratificam este papel para a infância, chegando a dar instruções de como portar-se e servir corretamente a mesa.

As coletâneas inglesas de poemas didáticos que ensinavam a cortesia aos servidores se intitulavam *Babees Books*. [...] O serviço da mesa até o século XVIII ocupou um lugar considerável nos manuais de civilidade e nos tratados de boas maneiras: é o assunto de um capítulo inteiro do manual de civilidade cristã de J. B. de La Salle, um dos livros mais populares do século XVIII (ARIÈS, 1978, p. 229).

Em face a esta realidade de distanciamento entre os pais e seus respectivos filhos, que parece caracterizar um hábito da época, e que ultrapassa o aspecto meramente histórico para carecer de uma análise também social e cultural visando sua melhor compreensão, perguntamo-nos: que espécie de vínculos afetivos ou que modelo de família é esse que perdurou até boa parte do século XV? Novamente Ariès (1978, p. 231) nos esclarece:

¹ FURNIVAL, F. J. *A relation of the Island. The Babees Books*. Londres: Camden Society, 1868.

A família não podia portanto, nessa época, alimentar um sentimento existencial profundo entre pais e filhos. Isso não significava que os pais não amassem seus filhos: eles se ocupavam de suas crianças menos por elas mesmas, pelo apego que lhes tinham, do que pela contribuição que essas crianças podiam trazer à obra comum, ao estabelecimento da família. A família era uma realidade moral e social, mais do que sentimental. No caso das famílias muito pobres, ela não correspondia a nada além da instalação material do casal no seio de um meio mais amplo, a aldeia, a fazenda, o 'pátio' ou a casa dos amos e dos senhores, onde esses pobres passavam mais tempo do que em sua própria casa. (...) Nos meios mais ricos, a família se confundi com a prosperidade do patrimônio, a honra do nome. A família quase não existia sentimentalmente entre os pobres, e quando havia riqueza e ambição, o sentimento se inspirava no mesmo sentimento provocado pelas antigas relações de linhagem.

Este paradigma de família sugere-nos uma conclusão pontual que se ligará, posteriormente, a um outro veio deste caminho que desejamos reconstruir: não havendo uma valoração dos laços afetivos e importando às famílias mais sua constituição patrimonial do que a proximidade dos membros para uma vivência coletiva dos afetos, torna-se mais fácil, e porque não dizer, menos traumático, do ponto de vista psicológico, que as famílias passem do distanciamento parcial para o desligamento total de seus rebentos.

Com o precedente da não conservação das crianças nas famílias, a prática do abandono não tarda a cristalizar-se como uma alternativa para as famílias, sobretudo as pobres. Os pais ricos e os artesãos (o equivalente à classe média-alta atual) enviavam seus filhos para outras famílias ou mestres tutores afim de que por estes fossem educados e instruídos para o exercício profissional (ofício) e/ou casamento: um abandono maquiado cujo objetivo fora elevado ao nível de privilégio para poucos. Os pais pobres, que não tinham recursos para o próprio sustento, simplesmente abandonavam seus filhos: um abandono sem maquiagem, explícito.

1.2 Da institucionalização do abandono à higienização das famílias e invenção da “roda”

O número de crianças abandonadas no final do século XVII e meados do século XVIII era tão grande que outras duas técnicas, além da já mencionada entrega dos filhos de uma família para outra visando sua educação por meio da aprendizagem do serviço doméstico, foram sendo também difundidas. Trata-se

agora do surgimento dos hospícios de menores abandonados e da criação dos filhos por nutrizas (amas-de-leite).

Conforme afirma Donzelot (1986, p. 16):

No que diz respeito à administração dos menores abandonados, eles reprovam os índices surpreendentes de mortalidade dos menores recolhidos: noventa por cento morre antes de poderem 'tornar úteis ao Estado' essas forças que muito lhe custam manter durante a infância e a adolescência. Todos esses memoriais se obstinam a mostrar como seria oportuno, não obstante, salvaguardar os bastardos, a fim de destiná-los a tarefas nacionais, como a colonização, a milícia, a marinha, tarefas para as quais eles estariam perfeitamente adaptados, pelo fato de não possuírem vínculos de obrigações familiares. 'Sem parentes, sem apoio a não ser aquele fornecido por um sábio governo, não se prendem a nada, não têm nada a perder'.

Deste cenário apresentado por Donzelot (1986) podemos extrair três importantes pontos para a reflexão e assim continuarmos na trilha de nossa investigação. Primeiro o autor se refere aos menores abandonados, uma primeira categoria em seu discurso; depois menciona, em tom de comparação, estes primeiros com outros, ou seja, os menores recolhidos, para dizer que uns tinham lugar social institucionalizado, outros não; e um terceiro ponto conecta-se aos destinos destes menores em favor do Estado, ou seja, para serviços que somente eles, justamente por terem sido abandonados e, portanto, sem vínculos familiares, poderiam realizar: temos aqui a figura de um Estado que cuida, mas que espera o retorno de seu investimento.

Os menores abandonados e não recolhidos aos abrigos, ou hospícios de menores abandonados, como eram chamados, somavam números às listas dos índices anuais de mortalidade infantil, e a principal razão deste acontecimento está ligado à condição inexistente de sobrevivência nas ruas. As mulheres em condição de amamentar estavam comprometidas como nutrizas dos filhos de famílias ricas, cujas mães optavam pelo trabalho (quando eram esposas de comerciantes ou artesãos) ou porque, sendo muito ricas, "evitavam o fardo da amamentação" (DONZELOT, 1986, p. 16).

O problema com a prática das nutrizas bifurca-se e torna-se duplo por motivos óbvios: primeiro que o número de crianças carentes de alimentação láctea é muito maior do que o número de mulheres dispostas e aptas ao serviço de nutriz, e normalmente as mulheres do campo já recebiam os filhos das mulheres da cidade, o

que tornava difícil a sobrevivência na cidade para os menores abandonados não institucionalizados; segundo que as nutrizas, por serem muito mal remuneradas pelo serviço, maltratavam as crianças e as iniciavam, tão logo pudessem, nos hábitos e vícios de sua formação e condição social. É o que podemos conferir no relato de Donzelot (1986, p. 16-17):

As aldeias das redondezas mais próximas das cidades forneciam nutrizas para os ricos, e os pobres tinham que procurá-las mais longe. Essa distância, assim como a ausência de contato entre a nutriz e os pais a não ser através de intermediários obscuros (agenciadores e agenciadoras) faziam da colocação das crianças aos cuidados de uma nutriz, a prática freqüente de um abandono disfarçado ou de manobras suspeitas. As nutrizas tinham a maior dificuldade em receber pagamento, apesar das penas de prisão aos pais que não cumpriam seus deveres [...]. Assim, para compensar esse risco as nutrizas pobres se ocupavam de várias crianças ao mesmo tempo. [...] Nessas condições, a mortalidade das crianças colocadas em nutriz, era enorme: por volta de dois terços no que diz respeito às nutrizas distantes e um quarto quanto às nutrizas mais próximas.

Observando o gradativo prejuízo à sociedade que esta prática das nutrizas vinha promovendo, o Estado passa a criar outros dispositivos para conter o número sempre crescente de abandonos e dos índices de mortalidade infantil e associa-se à medicina para elaborar e sustentar o discurso da necessidade da conservação das crianças nas famílias. Esta associação do Estado com a medicina tem como projeto promover a reorganização da família e devolver-lhe a missão educativa dos filhos, fazendo com que o recurso às nutrizas tenda a zero. Segundo Donzelot (1986, p. 22) a medicina doméstica seria "um conjunto de conhecimentos e técnicas que devem permitir às classes burguesas tirar seus filhos da influência negativa dos serviçais e colocar esses serviçais sob a vigilância dos pais". Paralelamente a este projeto, nascem as práticas de filantropia, ou seja, um cuidado do Estado para com o direcionamento das formas de vida da população pobre, com a preocupação de "diminuir o custo social de sua reprodução, de obter um número desejável de trabalhadores com um mínimo de gastos públicos".

Para Foucault (1979, p. 200) a relação Estado-medicina, ou como ele prefere chamar

[...] política médica, que se delineia no século XVIII em todos os países da Europa, tem como reflexo a organização da família, ou melhor, do complexo família-filhos, como instância primeira e mediata da medicalização dos indivíduos; fizeram-na desempenhar o papel de articulação dos objetivos gerais relativos à boa saúde do corpo social com o desejo ou a necessidade

de cuidados dos indivíduos; ela permitiu articular uma 'ética' privada da boa saúde (dever recíproco de pais e filhos) com um controle coletivo da higiene e uma técnica científica de cura, assegurada pela demanda dos indivíduos e das famílias, por um corpo profissional de médicos qualificados e como que recomendados pelo Estado.

A porta de entrada da família para a medicina é aberta pela mãe, que se torna sua principal parceira. O médico e a mãe têm papéis distintos, mas associam-se numa relação de ajuda mútua para fazer da família um espaço propício ao desenvolvimento saudável e disciplinado dos corpos. Esta relação, nas palavras de Donzelot (1986, p. 23), assim se resume: "o médico prescreve, a mãe executa". Assim, três significativas influências da relação com a medicina marcaram a família de modo definitivo no século XVIII e estenderam-se até o século XIX: primeiramente a família abandona o antigo sistema de educação dos filhos e passa a conservá-los em seu seio, assumindo a responsabilidade pela educação dos mesmos; difunde-se o reconhecimento do papel da mulher como figura portadora das qualidades e forças necessárias à educação dos filhos em oposição à figura da mulher enquanto mera procriadora; a família passa a ser o melhor instrumento da medicina (e do Estado) na luta contra as formas inadequadas de ensino do passado, contra a disciplina religiosa e contra o hábito do abandono das crianças em internatos.

A medicina doméstica passa a zelar cuidadosamente da família e a transforma num verdadeiro laboratório de experiências onde se verifica e controla a relação existente entre a situação de higiene familiar e a saúde de seus membros. Assim, a família é posta sob vigilância constante e a figura do "médico de família", que nesta época é criada, passa a existir como representante eficaz da polícia das famílias.

A polícia tem como objetivo assegurar a felicidade do Estado, através da sabedoria de seus regulamentos, e aumentar suas forças e sua potência tanto quanto ele for capaz. A ciência da polícia consiste, portanto, em regular todas as coisas relativas ao estado presente da sociedade, em considerá-la, melhorá-la e em agir de forma que tudo concorra para a felicidade dos membros que a constituem. Ela visa fazer com que tudo o que compõe o Estado sirva à consolidação e ao aumento de seu poder, como também à felicidade pública. (DONZELOT, 1986, p. 12).

Assim, manuais de medicina doméstica são publicados e as "normas", neles contidas, para o cuidado e educação dos filhos são seguidas à risca. Nesses livros estão sendo traduzidos para uma linguagem acessível os melhores modos para se alimentar a criança, organizar e morar na casa, cuidar da saúde, etc. Então, o

modelo de família ideal é o modelo medicalizado e higienizado, ou seja, a boa família é aquela que se norteia pela indicação da política médica que, por sua vez, garante a esta mesma família, meios para uma crescente qualidade de vida. A força deste discurso atravessou o século XVIII, aprimorou-se no séculos XIX e apresenta-se viva até os dias de hoje.

Mas este "bom serviço" da medicina prestado à família, aqui descrito, não conseguiu atingir seu objetivo plenamente. Somente as famílias burguesas, num primeiro momento, é que puderam estabelecer esta relação com a medicina, uma vez que dispunham de empregados para delegar a responsabilidade dos trabalhos domésticos e assim liberar as mães para a leitura dos manuais e a organização da casa conforme suas instruções. Essas abastadas famílias também podiam, porque detinham poder financeiro, enviar seus filhos às escolas, os chamados liceus. Lá a medicina também estava presente:

As falhas da educação das crianças na primeira infância, na esfera privada, têm seus equivalentes na esfera pública. [...] O amontoamento, a má ventilação, a ausência de exercício não fazem eco ao confinamento das crianças nos cômodos mais estreitos da moradia familiar? A promiscuidade do dormitório, a ameaça de contágio de hábitos viciosos que ele engendra, não são da mesma ordem que o risco de depravação das crianças pela criadagem sem escrúpulos e pelos jogos pretensamente inocentes? É contra o internato, os regulamentos conventuais dos liceus, os programas excessivos, é contra essa 'educação homicida' que o médico alerta as famílias e inspira uma cruzada da qual sairão as primeiras associações de pais de alunos no final do século XIX (DONZELOT, 1986, p. 26).

Quanto às famílias pobres, o processo de higienização e medicalização teve que ser mais criativo e paciente. Com um índice de analfabetismo muito elevado, de quase nada adiantavam os livros e manuais de medicina doméstica, nem tampouco sua proximidade com a família, economicamente desprovida de condições para desfrutar da aliança com um médico. Assim, a medicina e o Estado passam a exercer uma vigilância mais intensa sobre as famílias não burguesas com o intuito de coibir práticas já superadas pelas famílias burguesas, ou seja, o abandono dos filhos em hospícios para menores, a entrega dos filhos às nutrizas, assim como controlar as uniões conjugais, de preferência obrigando-as à regulamentação por meio do registro civil e impedindo a vagabundagem, tanto dos adultos como das crianças.

Para alcançar as famílias pobres e para normatizá-las segundo a norma médica de saneamento e higiene, a aliança Estado-medicina investe suas forças no desenvolvimento de uma polícia "medicalizada-medicalizante", usando a expressão de Foucault (1979, p. 201). Esse dispositivo, segundo Donzelot (1986, p. 29), "se apóia no poder familiar, promete-lhe felicidade e tranquilidade, estendendo seu império sobre os rebeldes e as escórias da família". Para melhor compreendermos a finalidade deste dispositivo e seu real papel segundo os interesses do Estado junto às famílias, desejamos apresentar uma proposta de ação pensada por Rétif de la Bretonne, citado por Donzelot (1986, p. 29), que visa integrar a população de três instituições da época numa só, ou seja, as casas de tolerância, para onde eram enviadas as moças iniciadas na prostituição e mendicância, os conventos e os hospícios de menores abandonados:

Para aí poderão dirigir-se todas as moças cujas famílias não as destinaram ao casamento. Nesse edifício de inspiração conventual, as mais belas serão destinadas à satisfação dos clientes que eventualmente podem desposá-las. As outras e as velhas ocupar-se-ão da educação das crianças geradas nessas uniões e colocarão assim, 'a serviço do Estado, um viveiro de súditos que não estarão diretamente a seu encargo (já que os clientes pagarão) e sobre os quais ele terá um poder ilimitado, já que os direitos paternos e os do soberano se confundirão'.

Nota-se que a grande preocupação do Estado concentra-se na possibilidade de aproveitamento das forças que podem representar cada indivíduo gerado pelas famílias de seu território, ao passo que lhe interessa também reduzir os custos assistenciais para fazer dessas forças, forças úteis. Um 'viveiro de súditos' auto-sustentável, onde a vigilância possa ser exercida de modo eficaz para produzir corpos dóceis² e disciplinados, plenamente normalizados e inseridos num contexto de enunciados capaz de sustentar o projeto de uma sociedade higienizada, perfeitamente controlada, é, sem sombra de dúvidas, o que se espera dessas instituições com seus dispositivos de vigilância³, controle, disciplina⁴ e punição⁵.

² É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado (FOUCAULT, 1987, p. 118).

³ O exercício da disciplina supõe um dispositivo que obrigue pelo jogo do olhar; um aparelho onde as técnicas que permitem ver induzam a efeitos de poder, e onde, em troca, os meios de coerção tornem claramente visíveis aqueles sobre quem se aplicam. [...] A vigilância torna-se um operador econômico decisivo, na medida em que é ao mesmo tempo uma peça interna no aparelho de produção e uma engrenagem específica do poder disciplinar (FOUCAULT, 1987, p. 143-147).

⁴ A disciplina fabrica [...] corpos submissos e exercitados, corpos 'dóceis'. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma

A existência de instituições que se destinam ao recolhimento da população marginal, representada pela parte degenerada das famílias (filhos adulterinos, menores rebeldes, moças de má reputação, ou ainda daqueles homens e mulheres chamados de miseráveis e fracassados), servem de base estratégica, como afirma Donzelot (1986), para o exercício de intervenções corretivas e normalizadoras tanto dos indivíduos institucionalizados quanto de suas famílias de origem. Essas instituições representam ainda terreno fértil à proliferação das ações filantrópicas que reforçam o contingente da polícia médica, afinal são membros de famílias burguesas operando, a favor da norma, num campo onde esforços não podem ser medidos para levar a cabo o processo de higienização.

Contudo, apesar de todas as tentativas de conservação das crianças nas famílias, a prática do abandono não foi totalmente superada pela sociedade que, tentando assumir o projeto da moralização e submetendo-se a um processo de reorganização da família, permitiu tornar público o que era privado, ou seja, expôs, metaforicamente falando, no palco do cotidiano social, os jogos relacionais e constitucionais das famílias, antes reservados à vivência privada e protegidos pelas paredes da casa. Assim, não só a família é posta sob vigilância, mas também o sexo, o prazer. E é nesse novo cenário onde se apresentam, como que nas pontas de uma relação de poder, o Estado, a medicina e a família do século XVIII, que nasce o projeto que oficializa o abandono como uma prática social: a roda dos enjeitados.

A preocupação em unir respeito à vida e respeito à honra familiar provocou, na metade do século XVIII, a invenção de um dispositivo técnico engenhoso: a roda. Trata-se de um cilindro cuja superfície lateral é aberta em um dos lados e que gira em torno do eixo da altura. O lado fechado fica voltado para a rua. Uma campainha exterior é colocada nas proximidades. Se uma mulher deseja expor um recém-nascido, ela avisa a pessoa de plantão acionando a campainha. Imediatamente, o cilindro, girando em torno de si mesmo, apresenta para fora o seu lado aberto, recebe o recém-nascido e, continuando o movimento, leva-o para o interior do hospício. Dessa forma o doador não é visto por nenhum servente da casa. E esse é o objetivo: romper, sem alarde e sem escândalo, o vínculo de origem desses produtos de alianças não desejáveis, depurar as relações sociais das

'aptidão', uma 'capacidade' que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estreita. Se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada (FOUCAULT, 1987, p. 119).

⁵ A punição disciplinar é, pelo menos por uma boa parte, isomorfa à própria obrigação; ela é menos a vingança da lei ultrajada que sua repetição, sua insistência redobrada. De modo que o efeito corretivo que dela se espera apenas de uma maneira acessória passa pela expiação e pelo arrependimento; é diretamente obtido pela mecânica de um castigo. Castigar é exercitar (FOUCAULT, 1987, p. 150).

progenitoras não conformes à lei familiar, às suas ambições, à sua reputação (DONZELOT, 1986, p. 30).

Consta-nos que a primeira roda foi construída e utilizada em 1758 e que em 1881, após a difusão de sua existência e eficiência em relação ao ocultamento do resultado das más condutas sexuais de uma significativa parcela da população (adultérios, uniões não oficiais, etc.), as rodas chegaram ao número de 269. Desta forma, a invenção da roda, que a princípio havia sido pensada com a finalidade de solucionar um problema, fez aumentar as estatísticas do abandono: o número de 312 crianças recolhidas no hospício de menores abandonados de São Vicente de Paula, na época de sua fundação, passou para 3150 crianças, no ano de 1740, e, num vertiginoso crescimento, para o número de 76500 crianças, em 1859. Mas a que se deve tamanho aumento no número de abandonos? Que acidentes, desvios, maus cálculos e erros, como indagaria Foucault (1979, p. 21), deram origem à prática do abandono via roda?

1.3 Um esforço para corrigir o erro: a intensificação do discurso pela conservação das crianças

As instituições destinatárias dos menores abandonados, representadas por seus administradores, iniciam investigações no sentido de apurar a causa deste aumento na demanda de seus serviços. A popularização da roda e seu uso fraudulento respondem às perguntas supra citadas e dão sinal de que as tentativas de moralização, normalização e normatização das famílias, sobretudo das mais pobres, ainda estava distante de atingir um nível satisfatório, segundo os interesses da política médica do Estado higienista. É o que podemos verificar a partir da colocação de Necker, citado por Donzelot (1986, p. 31) que:

[...] estima que essa louvável instituição impediu, sem dúvida, que seres dignos de compaixão fossem vítimas dos sentimentos desnaturados de seus pais mas, que, insensivelmente fomos acostumados a ver os hospitais para menores abandonados como casas públicas onde seria justo o soberano alimentar e manter as crianças mais pobres dentre seus súditos; esta idéia, estendendo-se afrouxou, no seio do povo, os vínculos entre o dever e o amor paterno.

Com a instauração de diversas comissões de inquérito, por parte das referidas instituições, chegou-se à conclusão de que além de filhos adulterinos,

encontravam-se em situação de abandono também os filhos de casamentos legítimos e que tal prática se ligava à percepção, por parte das famílias, não obstante atingidas pela pobreza, de que os índices de mortalidade das crianças nos hospícios diminuía sensivelmente. Contudo, as investigações apontavam para um outro fenômeno: muitas famílias que gozavam de condições qualitativas suficientes para conservar as crianças em seu seio também as expunham às rodas, integrando e sustentando um sofisticado esquema de fraude, pois arranjavam meios de retomar as crianças na condição de nutrizas, ou seja, as famílias eram remuneradas pelo Estado para alimentar, cuidar e educar seus próprios filhos.

Explicitadas as causas do crescente aumento de abandonos, fazia-se necessária a busca de uma solução. Então

[...] o ministro do Interior De Corbière baixa, em 1827, escreve uma circular que prescreve a transferência das crianças para um outro Departamento, afim de impedir as mães de amamentarem, como nutrizas assalariadas, os filhos expostos na roda, ou de os visitarem na casa de nutrizas a cujos cuidados eles fossem confiados. Ele supunha que, sem poderem ver seus filhos, as mães desistiriam do projeto de abandoná-los. O resultado foi, ao contrário, negativo. De 32000 crianças assim transferidas, de 1827 a 1837, 8000 foram reclamadas por suas mães que as trouxeram de volta algum tempo depois quando a medida foi suspensa e quase todas as outras morreram por causa dessa transferência brutal (DONZELOT, 1986, p. 32).

Ao que tudo indica, esta foi outra tentativa frustrada do Estado. Mas, como se tem procurado demonstrar por meio da apresentação deste fluxo ordenado de acontecimentos, o regime de enunciados que sustenta a norma da higienização da família cumpre o papel de sustentar também o discurso da conservação das crianças; assim um novo dispositivo se constitui (ou melhor, é constituído). Para manter as crianças em suas famílias de origem, o Estado, na maior parte dos países europeus, promove o fechamento das rodas ainda em funcionamento e, a partir de 1837, elabora um projeto de assistência domiciliar para a mãe e substitui a roda por um sistema público de acolhimento das crianças, de modo que poderia, por meio de uma polícia especializada, verificar a real necessidade da entrega das crianças por parte das mães e até dificultar-lhes esta prática. Paralelamente a este serviço, o Estado administra, por meio da vigilância e do controle, a liberação da ajuda financeira às mães.

Assim, o que era dado como auxílio a uma mãe solteira a quem se queria encorajar a manter o filho, transformou-se num direito ainda mais legítimo para a viúva pobre cheia de filhos, depois, para a mãe de família numerosa,

e depois para a mulher operária a quem não se devia desencorajar de reproduzir. O salário-família nasce, assim, no início do século XIX, no ponto de confluência entre uma prática assistencial que estende progressivamente o círculo de seus administrados, e uma prática patronal de paternalismo, feliz em se livrar, em plano nacional, de uma gestão cujos embaraços eram iguais aos benefícios que propiciava.

Decorre daí também, a extensão do controle médico sobre a criação dos filhos de família popular (DONZELOT, 1986, p. 33).

Com esse modelo de assistência à família o Estado restabelece, via vigilante atuação da medicina, os vínculos com a figura materna. A mulher, mãe da família popular é agora, como fora também a mãe da família burguesa, agente higienizadora do lar. O papel de nutriz, com as bênçãos financeiras do Estado, faz reatar os vínculos da mãe com o filho e a tão desejada permanência das crianças com suas famílias de origem, paulatinamente tornar-se realidade.

As instituições para menores abandonados criaram raízes fortes na Europa do século XVIII e embora tenham sofrido uma sensível diminuição de seu número, não mais deixariam de ser presença no contexto social, político e econômico dos séculos XIX, XX e sobreviver até os dias de hoje.

O conceito de conservação das crianças e sua conversão à prática não abarca todos os aspectos do conceito de família higienizada e moralmente organizada conforme os planos do Estado e de sua aliada, a medicina; nem tampouco da Igreja. Assim, a próxima empreitada do Estado, já no final do século XVIII e início do século XIX, visará a formalização da união homem-mulher através do casamento, principalmente na parcela mais pobre da população. Nessa empreitada, contudo, o alvo central será o homem e não mais a mulher. É ele quem oferece maior resistência à norma da união formal, uma vez que a tradição do dote⁶, somente possível às mulheres das famílias burguesas, era um dos requisitos mais influentes na operação de soma da qual resultaria sua decisão. Desse modo, para trazer a figura do homem e do pai para dentro da família, muitas instituições foram criadas. Elas fomentavam as uniões e trabalhavam para sua legitimação fornecendo informações, organizando cerimônias, distribuindo gratuitamente os certificados de estado civil e registros de casamento e, durante muito tempo, mobilizaram forças

⁶ A mulher, pelo dote, comprava sua posição social, quer se casasse, quer entrasse para o convento, qualquer posição reconhecida implicava esse lance inicial. Uma mulher sem dote permanecia fora do jogo, na dependência doméstica de sua família ou de quem quisesse utilizá-la (DONZELOT, 1986, p. 38).

filantrópicas para a aquisição do dote, agenciando mulheres como força de trabalho em indústrias ou em conventos, onde foram instaladas fábricas de tecidos com a dupla finalidade de ensinar a profissão à mulher e arrecadar fundos para o seu casamento.

Não obstante à sua pretensa função social, ou seja, o compromisso com a organização e higienização das famílias (porque nos conventos, ateliês religiosos ou usinas-conventos, as mulheres recebiam uma formação que visava a preparação para a vida familiar), portanto, a serviço da norma médica, o que se observava era a formação de um quartel entre essas instituições que passaram a monopolizar as oportunidades de casamento, sempre condicionadas à concessão da força de trabalho da mulher por um certo período de tempo.

Referindo-se aos tais conventos e demais instituições⁷, Donzelot (1986, p. 40) afirma:

Tudo era feito a fim de seduzir as famílias pobres que ali encontravam a segurança de uma preservação moral de suas filhas, a possibilidade de embolsar uma soma quando entravam ou quando saíam e, para as filhas, a esperança de um casamento graças aos salários, pagos sob a forma de penhor [...].

A percepção das famílias e da sociedade como um todo em relação aos perigos do círculo vicioso engendrado pela indústria do casamento, que representavam o conjunto das referidas instituições, somado à crescente demanda de empregos, gerada pelo advento da Revolução Industrial, liberam forças para uma outra significativa mudança nos caminhos da família pobre europeia: a mulher adentra de modo definitivo no mercado de trabalho, ocupa os lugares antes reservados aos homens e se torna o centro da família.

Com o posterior benefício da habitação social, concedido às mulheres empregadas no final do século XIX (os primeiros núcleos habitacionais) o projeto de medicalização da família atinge seu ponto mais alto: a mulher é a fiel aliada da política médica e administra o lar segundo os preceitos da higiene doméstica (alimentação, educação dos filhos e organização da casa); o homem deixa os

⁷ Sociedade Filantrópica, Sociedade da Caridade Materna, Sociedade da Moral Cristã, Sociedade para a Instrução Elementar, Sociedade do Casamento Civil, Obra dos Casamentos Indigentes, Secretaria do Povo, Secretariado das Famílias, além das já existentes obras religiosas: Sociedade São Vicente de Paula, Irmãos das Escolas Cristãs, Sociedade de São Francisco Regis, etc., segundo Donzelot (1986).

cabarés e entra com os filhos para a casa; casa que, por sua vez, representa o espaço arquitetonicamente projetado para favorecer a vigilância e controle dos corpos (dos pais em relação aos filhos e da polícia médica em relação à família toda); onde a separação dos sexos e das idades, por meio da divisão dos cômodos, conduz à vivência da moral familiar.

1.4 O abandono à moda brasileira

No Brasil, herdeiro da cultura européia, o drama da criança abandonada teve destino similar ao da criança do Velho Mundo. Por aqui também existiu a roda dos expostos, as nutrizes – chamadas de amas-de-leite – orfanatos que imitavam o modelo dos hospícios para menores abandonados da França, Inglaterra e Portugal. Segundo Marcílio (1998, p. 257)

por melhor que fossem as condições naturais da terra, o sistema colonial implantado – da escravidão e da concentração de riqueza, em torno da grande propriedade monocultora, para a exportação – determinou a existência de uma linha de pobreza abaixo da qual se situava boa parte da população livre. Com o fim da escravidão o sistema que existiu foi sempre o da forte concentração de renda e da exclusão, da marginalização de uma faixa considerável da população. Em sua quase totalidade, as crianças que eram abandonadas provinham dessa faixa de miseráveis, de excluídos. A pobreza foi a causa primeira – e de longe a maior – do abandono de crianças em todas as épocas.

Conforme dados obtidos por meio de pesquisa documental, especificamente os bilhetes encontrados junto às crianças expostas na Roda de São Paulo, entre os anos de 1907 e 1948, concluiu-se que 17, 4 % das mães que optaram pelo abandono de seu filho, o fizeram por motivos de pobreza (MARCÍLIO, 1998).

Desdobramentos da situação de pobreza enquanto motivos para o abandono de crianças também puderam ser registrados: a morte do pai ou da mãe; a doença de um dos dois e sua conseqüente incapacitação para o trabalho; o nascimento de gêmeos; a falta de leite da mãe e sua concomitante dificuldade financeira, impossibilitando o contrato de amas-de-leite; a ilegitimidade da relação geradora da criança, ou seja, relações extra-conjugais, gravidez em período anterior ao casamento, resultado de violência sexual, etc.; o crescente processo de urbanização registrado no início do século XX que abriu para a mulher, a saber, sem filhos, as portas para o mercado de trabalho; o êxodo rural, incentivado pelo ideário de uma

vida melhor na cidade em detrimento da vida no campo; e também a honra da mulher e de sua família que, se não fosse preservada poderia comprometer toda uma estabilidade a duras penas alcançada e mantida.

Narra Marcílio (1998, p. 264):

Viam-se as jovens migrantes desamparadas nas cidades, desarraigadas e necessitando do trabalho para sua sobrevivência. Nessas circunstâncias, se engravidassem, só lhes restavam três saídas para se livrarem do filho não esperado: o aborto, o infanticídio ou a Roda (Figura 1). As três foram usadas, mas a que menos se chocava com seus valores tradicionais era, sem dúvida, a última.

Os chamados “filhos bastardos” dos imigrantes italianos, por exemplo, como mostrou-nos a novela *Terra Nostra*⁸, tinham como destino certo a Roda dos Enjeitados. Ela representava, portanto, uma das alternativas ou a possibilidade de solução para um problema relacionado à permanência desses imigrantes no Brasil: o filho que dificultaria a luta pela própria sobrevivência contra as forças da discriminação e da exclusão social.

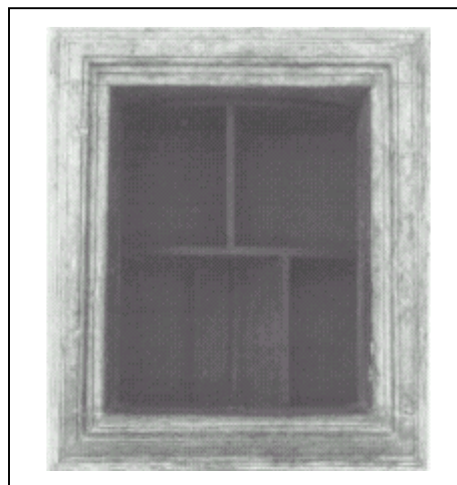


Figura 1 – Roda dos Expostos do Convento de Santa Clara do Desterro, em Salvador (BA).

Mas foi também possível registrar, ao longo do período de funcionamento das rodas dos expostos ou enjeitados – essas eram duas formas não muito diferentes de denominação – o abandono de crianças advindas de famílias ricas. Para essas famílias a roda possuía uma conotação diferente e, portanto, a possibilidade de uma forma de utilização outra: escondiam, temporariamente, o fruto dos erros cometidos

⁸ A novela *Terra Nostra*, de Benedito Ruy Barbosa, foi exibida em horário nobre (20h) pela Rede Globo em 1999-2000 e re-exibida em 2004.

pelos jovens ou adultos adúlteros de modo a garantir a preservação da honra por meio do abandono anônimo, até que a situação pudesse ser remediada e a criança, mantida sob tutela da instituição, retomada, registrada e inserida no seio da família.

Defensores da roda, afirmavam que sem ela

a desonra cairia implacável sobre a mulher que 'pecara'. 'A roda não só salva a vida temporal e espiritual dos condenados à morte pela miséria, pelo erro inocente ou pelo crime, mas evita o escândalo dos amores pecaminosos; com ela aberta, o vício esconde-se, é certo, mas assim se mantém a dignidade dos costumes e ficam sem desculpa os crimes cometidos contra uma fraca criaturinha'. (MELLO, 1859, apud MARCÍLIO, 1998, p. 262).

As crianças expostas às Rodas, no Brasil e na Europa, recebiam a marca estigmatizadora do abandono e, mediante a ela, suas vidas pautavam-se pelas mais variadas formas de exclusão, marginalização e constante circulação (de instituição para instituição, de uma família para outra, transitavam entre várias casas de amas-de-leite, etc.). Em condições precaríssimas de sobrevivência, essas crianças eram tolhidas dos fatores necessários à formação saudável de sua identidade, alijadas de estímulos formadores da auto-estima e, sem um vínculo familiar, expostas às mais degradantes formas de exploração de sua época. Grande parte das crianças expostas, morria ainda no período de amamentação, outro tanto era vendida como escrava e outra parcela, depois de crescida, passava a habitar as ruas. Como afirma Marcílio (1998, p. 267), "a Roda era um estigma indelével".

1.5 Abandono e adoção: uma prática sustenta a outra

Ao iniciar uma discussão sobre a relação existente entre "Nietzsche, a Genealogia e a História", Foucault (1979, p. 15) assim postula: "a genealogia é cinza: ela é meticulosa e pacientemente documentária. Ela trabalha com pergaminhos embaralhados, riscados, várias vezes reescritos".

Cada signo desta definição de Foucault nos é especialmente cara neste momento, pois acreditamos que Ariès (1978) e Donzelot (1986) nos forneceram esses pergaminhos, e que, por meio deles, foi possível realizar um exercício metuloso e documentário, possibilitando o desenvolvimento de uma base histórica,

pela soma nem sempre ordenada dos acontecimentos, sobre a qual parece-nos ter sido forjada a prática do abandono.

Contudo, não nos interessou a construção de uma história do abandono, nem tampouco almejamos deixar aqui a impressão de termos realizado uma pesquisa de origem, proposta absolutamente contrária à pesquisa genealógica. A história é apenas um modo de dizer do abandono; e não faz somente isso: ela também se apresenta e se anuncia como a sua razão de ser, como causa. A história é, portanto e de certo modo, o recontar espetaculoso de uma trama cujas forças envolvidas ora se apresentam sob disfarce, ora se omitem por completo, com a intenção de agradar, nem sempre com sucesso, aquele que a conta e aquele que a escuta. A pesquisa de origem, por sua vez, remete-nos à falsa impressão de que estamos diante da verdade, pois é isso que ela procura, ou seja, a essência do objeto, sua identidade escondida e profunda; enquanto permite escapar-lhe por entre os dedos as pequenas retas e curvas de um contorno externo que o define.

Buscando diferir nossa investigação destes dois paradigmas, o que tentamos apresentar até aqui foi o corpo abandonado da criança, especialmente nos séculos XVIII e XIX, seguindo a proposta genealógica que "deve mostrar o corpo inteiramente marcado de história e a história arruinando o corpo" (FOUCAULT, 1979, p. 22) e, não obstante aos passos que foram dados no sentido de realizar esta tarefa, também mostramos os suplícios do corpo familiar, tanto burguês quanto popular, que, mediante à política médico-higienista do Estado autoritário, sucumbiu às técnicas de vigilância, punição e disciplina, tornando-se dócil.

Nesse sentido, podemos dar testemunho de uma construção histórica do abandono, através de um discurso incrementado de dispositivos, que constituídos por conjuntos de práticas discursivas e não-discursivas, sustentam regimes de saber e poder. Costa (1989, p. 50), explica que:

As práticas discursivas [...] compõem-se dos elementos teóricos que reforçam, no nível do conhecimento e da racionalidade, as técnicas de dominação. Estes elementos são criados a partir dos saberes disponíveis - enunciados científicos, concepções filosóficas, figuras literárias, princípios religiosos, etc. - e articulados segundo as táticas e os objetivos do poder. As práticas não-discursivas são formadas pelo conjunto de instrumentos que materializam o dispositivo: técnicas físicas de controle corporal, regulamentos administrativos de controle do tempo dos indivíduos ou

instituições; técnicas de organização arquitetônica dos espaços; técnicas de criação de necessidades físicas e econômicas, etc.

Com isto posto, poderíamos montar um quadro relacionando as práticas discursivas e não-discursivas presentes nos dispositivos higienistas do Estado, a fim de tornar ainda mais explícita sua política de medicalização da família. Assim, teríamos de um lado, representado as práticas discursivas, a aliança Estado-medicina, sua preocupação com o abandono e a conservação das crianças em suas famílias de origem, bem com a organização e normalização das famílias através da política médica (ou noutros termos, administração dos corpos). Do outro lado, portanto representando as práticas não-discursivas, estariam tecnologias como: o médico de família, um importante agente higienizador do Estado, contudo, acessível somente às famílias burguesas; os hospícios para menores abandonados, onde o Estado se apresenta com o papel de tutor; as nutrizas, mulheres que se dispunham ao trabalho de amamentar e cuidar das crianças abandonadas, recebendo para isso um salário proveniente do Estado; a roda dos enjeitados ou expostos, tecnologia desenvolvida para omitir a prática do abandono das famílias em franco processo de normalização e moralização; o salário-família, outra tentativa do Estado em conservar as crianças em suas famílias originais; as instituições pró-casamento, que visavam a regularização das uniões entre a população especialmente pobre; os ateliês religiosos e as usinas-convento, instituições que pretendiam, através da institucionalização das moças, formar mulheres aptas ao casamento e prontas para o gerenciamento da família, além de garantir-lhes o dote; as moradias populares, verdadeiros panópticos para as famílias, etc.

Cada um desses dispositivos, práticas discursivas e não-discursivas, e suas formas de utilidade ao longo do tempo foram responsáveis pela sustentação do poder do Estado que, associado à medicina, higienizou as famílias conforme seu projeto. Lançando mão de uma polícia médica, o Estado entrou nas residências constituídas ditando as normas, vigiando, punindo e disciplinando. Para as famílias que não tinham residência fixa e exclusiva e/ou que se encontravam em situação de irregularidade civil, como foi o caso das famílias pobres, o Estado fez o mesmo após projetar para elas casas ideais, que permitiam a separação dos sexos e das idades, um padrão satisfatório de saneamento e a manutenção da higiene, características

que tornaram possível a prevenção de doenças e epidemias e, paralelamente a tudo isso, a vigilância e controle dos hábitos de seus membros.

Na empreitada por organizar a família, e por meio dela toda a sociedade, a questão do abandono foi encarada pelo Estado como uma barreira à edificação da norma e ao gerenciamento dos corpos e, por isso, elevada à condição de problema social que, presumia-se, com esforços não muito dispendiosos poderia ser contornado e resolvido. O que pudemos perceber acontecendo nas linhas e entrelinhas desse *stratu* histórico foi muito diferente disso, ou seja, é fato que o abandono de crianças, grave ferida aberta no corpo da sociedade, nunca deixou de exalar o odor marcante de sua existência, nem tampouco cicatrizou-se através das propriedades curativas do tempo.

O abandono de crianças que sempre existiu na sociedade dos homens (e são muitos os relatos presentes na história das civilizações onde crianças são deixadas em frente às portas das casas de famílias ricas), tornou-se uma prática comum e foi assumida como alternativa de sobrevivência pelas famílias dos séculos XVII, XVIII e XIX, estendendo-se até os dias atuais (Figuras 2, 3, 4 e 5).



Figuras 2, 3, 4 e 5 - Estas são fotos tiradas em 2001, numa cidade chinesa da província de Hunan. O governo chinês mantém um rígido regime de controle da natalidade, disfarçado sob a forma de “planejamento familiar”. Podemos ver que um homem passa indiferente pelo corpo de uma menina, recém-nascida, deixada na sarjeta de uma movimentada rua do centro da cidade. Por ali também passam crianças, ciclistas, carros e ônibus ... quase ninguém faz nada. Fonte: Revista Marie Claire, set. 2002, n. 138, p. 61-66.

Embora sujeita à vigilância e controle do Estado, tão logo este percebeu a prática do abandono como sinal eminente de seu fracasso político-administrativo, especialmente no trato com as famílias, fez com que esta prática se tornasse uma instituição legal através dos abrigos para menores, dos orfanatos e das legislações. Contudo, o paternalismo estatal, através da institucionalização das crianças, não

impidiu que as famílias continuassem a abandoná-las, pelo contrário, em alguns casos incentivou essa prática e, ainda hoje⁹, em pleno século XXI, o abandono de crianças se faz presente, provavelmente para sustentar o discurso da desigualdade entre os homens, para dar condição à existência de um regime de enunciados que coloca os indivíduos à mercê da norma e que faz do homem um ser a ser governado.

A prática do abandono de crianças, no passado e no presente, gerou e tem gerado espaço para a atuação de medidas, como vimos, discursivas e não-discursivas, de gerenciamento dos corpos: o que fazer com o corpo abandonado? Percebemos que a seu tempo, respostas diferentes foram dadas e tentativas foram feitas no sentido de respondê-la efetivamente. O discurso da conservação das crianças em sua família de origem, posição permanentemente defendida pelo Estado e que perpassou todas as outras tecnologias de gerenciamento do corpo abandonado, perde sentido frente às condições precárias em que grande parte da população se sujeita a viver, e porque não dizer, sobreviver.

Nesse sentido, o abandono de crianças é fonte original de uma demanda não assimilada pelo poder do Estado no exercício de gerenciamento dos corpos e, para suprir tal demanda, é que surge a prática da adoção. Ela representa, na verdade, mais um dispositivo em meio aos anteriormente apresentados aqui. Somente foi ou é possível a prática da adoção porque existiu e existe uma demanda de crianças em situação de abandono e, ao mesmo tempo, uma deficiência no estatuto de gerenciamento do Estado. Podemos então afirmar que enquanto práticas, abandono e adoção coexistem porque uma sustenta a outra. O próximo capítulo, intitulado “Adoção: o outro lado da moeda” apresentará informações que corroboram esta nossa afirmação e, de modo mais específico, tornará evidente a necessidade de uma mudança de paradigma em relação à atual cultura da adoção que – postulamos – representa o maior obstáculo à adoção de crianças no Brasil.

⁹ “Conforme dados dos jornais Gazeta do Povo (3/9/98) e Jornal do Estado do Paraná (1/8/99), de janeiro a julho de 1998, somente em Curitiba, 169 crianças foram abandonadas pelos pais e atendidas pelo SOS Criança ou pelos oito Conselhos Tutelares daquela cidade, uma média de 24 abandonos/mês. Entre as situações apontadas como compondo o quadro do abandono estão o alcoolismo, mães solteiras sem condições financeiras para criar o filho ou adolescentes que escondem a gravidez e depois abandonam a criança na maternidade” (FERREIRA; CARVALHO, 2002, p. 28).

CAPÍTULO II

Adoção: o outro lado da moeda

2.1 A adoção na história, no imaginário da sociedade e no contexto atual: uma verdade que incomoda

A temática da adoção faz-se presente na história da humanidade desde os mais primórdios tempos. Analisando o legado da mitologia e da tragédia greco-romana e as tradições religiosas de diferentes culturas e civilizações, é possível perceber que o gesto de adotar e/ou de colocar crianças em famílias, que não a sua de origem biológica, define um traço típico nos paradigmas de paternidade, maternidade e filiação, pois representa a possibilidade da construção do vínculo afetivo que, enquanto tal, assemelha-se à qualidade do vínculo biológico e suas ressonâncias (apego, afeto, sentido de pertença à família, etc.).

Podemos citar, com base na mitologia grega, descrita por Brandão (1987), o caso de Hércules (Héracles), filho de Zeus (Júpiter) e de Alcmena, que, vitimado pela rejeição e abandono dos pais, é adotado por Hera, por quem é amamentado e de quem herda toda a força necessária para transformar-se num dos mais aclamados heróis de seu tempo. Podemos citar também o mito de Édipo, ainda mais conhecido que Hércules e eleito por Freud como base hermenêutica para a compreensão de seu postulado acerca da construção da personalidade humana e de seus processos patológicos, e que, de certa forma, sustenta e motiva a teoria psicanalítica. Édipo, o mais conhecido dentre os muitos abandonados e adotados na tragédia grega, teve como pai Laio e como mãe Jocasta, por quem incestuosamente apaixonou-se quando adulto, tornando-se também o assassino do próprio pai.

Buscando encontrar na mitologia romana situações que retratem a existência de uma cultura da adoção, encontramos, através de Commelin (1967), uma impressionante versão do mito de Rômulo e Remo que, também vitimados pelo abandono, recebem acolhimento por parte de uma loba. Por esta foram amamentados até que uma família de pastores os adotasse. Rômulo e Remo crescem e, no despertar de sua juventude, imprimem sua marca na história da humanidade como os principais fundadores da cidade que tornar-se-ia o centro do poder político, econômico e cultural de seu tempo: Roma.

A tradição judaico-cristã nos oferece um excelente exemplo de que a adoção era uma prática comum, inclusive entre as famílias de melhores condições

econômicas e sociais. Narra o Livro do Êxodo, o segundo do Antigo Testamento, que o menino Moisés, filho de hebreus, depois de ter sido abandonado por sua família biológica, foi adotado pela família de um grande faraó egípcio, e que, por ter crescido e se formado dentro da cultura egípcia, tornou-se um sábio e audacioso líder. Moisés, após descobrir suas verdadeiras origens, ou seja, hebreu e não egípcio como pensava ser, rebela-se contra a forma de tratamento dada a seu povo, mata um soldado egípcio e foge para o deserto. Mais tarde, e depois de receber uma missão divina, retorna ao Egito para liderar um processo de organização político-social que culmina com a libertação do povo hebreu, que até então vivia como escravo do faraó (Ex 2, 1-24).

Outro exemplo de que a prática da adoção de crianças marca presença na história da humanidade desde longínquos tempos é o Código de Hammurabi. Encontrado por uma expedição arqueológica francesa entre os anos de 1901-1902, mas formulado entre, provavelmente, os anos de 1748-1686 a.C., o referido código representa a tentativa de implantação do estado de direito entre os babilônicos e uma verdadeira reforma jurídica que apresenta, dentre inúmeras leis, as que regulam o direito de família e de herança, incluindo artigos específicos sobre a adoção (§§ 127-195). Destacaremos, dentro desse conjunto de artigos, alguns que fazem referência direta à adoção de crianças:

§ 185 Se um *awilum* (termo acádico correspondente a homem) adotou uma criança desde o seu nascimento e a criou: essa criança adotada não poderá ser reclamada.

§ 186 Se um *awilum* adotou uma criança e, depois que a adotou, ela continuou a reclamar por seu pai ou sua mãe: essa criança adotada deverá voltar à casa de seu pai.

§ 191 Se um *awilum*, que adotou uma criança e a criou, constituiu um lar, em seguida teve filhos e resolveu despedir o filho de criação: esse filho não partirá de mãos vazias, seu pai de criação deverá dar-lhe de seus bens móveis um terço de sua parte na herança e ele partirá. Ele não lhe dará nada de seu campo, pomar ou casa.

§ 192 Se o filho adotivo de um *gerseqqûm* (termo acádico correspondente a funcionário do palácio, geralmente um eunuco) ou o filho adotivo de uma *ZI.IK.RU.UM* (termo acádico correspondente a uma classe sacerdotal feminina ou sacerdotiza-meretriz) disse a seu pai que o cria ou à sua mãe que o cria: “tu não és meu pai, tu não és minha mãe”: cortarão sua língua.

§ 193 Se o filho adotivo de um *gerseqqûm* ou o filho adotivo de uma *ZI.IK.RU.UM* descobriu a casa de seu pai, desprezou seu pai que o cria ou sua mãe que o cria e partiu para a casa de seu pai: arrancarão o seu olho.

Dando um salto na história, passando e superando o período anterior a Cristo, nota-se que, como afirma Vargas (1998, p. 19),

a prática da adoção sempre existiu nos países de direito romano que estabeleceram suas bases legais na idéia de filiação conferida por certificado aos pais adotivos, que anulava a filiação biológica e garantia, através do adotado, a transmissão do nome da família. [...] Foi desta forma que a linha imperial que parte de Otávio, o 'Augusto', adotado por Júlio César, reinou por mais de um século no império romano, através de seus descendentes adotivos Tibério, Calígula, Nero, Trajano, os Antônios e Marco Aurélio. [...] Assim, também, Napoleão Bonaparte, cuja esposa Josefina havia se tornado estéril, procurou garantir, através do Código Civil, todos os direitos aos filhos adotivos, inclusive os de sucessão.

Afirma Vargas (1998) que após a Primeira Guerra Mundial, com o objetivo de inserir crianças órfãs em famílias e para homenagear os pais, elevados à condição de heróis por terem morrido na guerra, os países de direito anglo-saxão passaram a usar o regime de adoção legal.

A adoção ainda se insere num contexto mais inusitado e que aqui vale ser referenciado, pois adiante justificará uma de nossas pretensões com o presente capítulo. Diz respeito à literatura infantil, os contos de fada e a trupe de super-heróis dos desenhos animados muito difundidos pelo cinema e televisão. Conforme nos apresenta Vargas (1998, p. 21),

o 'Super-homem' [...] foi abandonado pelos pais biológicos, que desejavam salvá-lo da destruição cósmica que seu planeta, Krypton, estava prestes a sofrer. Enviado ao planeta Terra, ele é encontrado por um casal estéril, que o adota. À medida que se desenvolve, destaca-se pela força física e pelo dom de voar. Na adolescência perde o pai adotivo e retorna às suas origens, recebendo mensagens e determinações de seu planeta. Passa a viver, então, com dupla personalidade: o confuso e tímido jornalista Clark e o herói Super-homem que combate na defesa dos humanos em perigo.

Contudo, não deixemos de refletir também sobre outras personagens marcantes e igualmente influentes, como por exemplo, aquelas produzidas ou reproduzidas por Walt Disney: Pinóquio, o menino de madeira, feito e adotado por um solitário marceneiro; Tarzan, o menino selvagem adotado por uma macaca e que encontra nos animais da floresta uma nova família; o pequeno rei Leão, que depois de expulso do convívio familiar durante uma trama engendrada por seu tio, este último motivado por questões de rivalidades políticas em torno do poder exercido pelo irmão primogênito e, por isso, rei, é adotado por um suricati e um porco selvagem, para somente depois de alguns anos, após ter crescido o suficiente,

chegar ao governo vencendo o tio, sucedendo seu pai e garantindo novamente a paz na floresta por meio de um governo justo.

Podemos ainda lembrar de muitas outras histórias comumente contadas às crianças como, por exemplo, a do Patinho Feio, cujo ovo foi trocado de ninho e acabou por nascer em meio a um grupo de patos. Por ser diferente destes em vários aspectos (demora em nascer, tamanho, cor e tipo de penas, etc.) foi rejeitado e chacoteado, tanto pelos irmãos e pela mãe pata quanto pelos demais animais do quintal a que pertencia. Somente após uma longa jornada empreendida em prol do conhecimento de si mesmo e dos outros animais, o que significou para ele todo um inverno de sofrimento e solidão, é que se descobriu membro de um outro grupo, de uma outra espécie: ele não era um pato e sim um cisne. Ao deparar-se com um grupo de cisnes e sendo por eles reconhecido como um igual foi imediatamente acolhido e ao reconhecer-se também, o então cisne (que antes pensava ser pato) passou a viver feliz ao lado de uma nova família.

A existência e presença de todos estes abandonos e adoções contados pela história, pela mitologia, pela religião e até pela ficção, e vale dizer que aqui citamos apenas uma pequena parcela em relação às centenas de exemplos possíveis e significativos, nos apresentam questões que merecem atenção, tempo de reflexão e exercício investigativo: de que modo estes mitos, lendas, histórias e filmes contribuíram, e continuam a contribuir, influenciaram, e continuam a influenciar, na formação de uma cultura da adoção hoje presente entre nós? Teriam tais mitos, tragédias, histórias, sido condensadas e liquêfeitas pelo transcorrer do tempo e das gerações de modo que hoje fazem-se presentes e materializam-se através das ressonâncias da cultura popular, ora motivando ora impedindo processos de adoções? Os conceitos e pré-conceitos presentes nas discussões do senso comum acerca da adoção estão sendo ultrapassados e influenciados por este legado cultural?

No Brasil, assim como em grande parte do mundo ocidental, o destino das crianças rejeitadas e abandonadas por seus pais biológicos segue uma ordem cruel: boa parte cresce e se "educa" nos limites da instituição, quase sempre mantida e dirigida pelo Estado ou por associações não governamentais e religiosas. Algumas crianças, e porque não dizer, umas poucas privilegiadas, são adotadas por casais e

famílias, cujos motivos serão adiante abordados. Contudo, a grande maioria delas, os de fato excluídos social e economicamente pelo sistema, habitam as ruas.

2.2 A adoção na história do Brasil, na jurisprudência e na ciência psicológica: um grito por atenção

Atualmente a adoção tem sido o tema-alvo das preocupações de muitos que, por razão de sua exigência profissional (juízes, advogados, assistentes sociais, psicólogos e educadores) ou por gesto de solidariedade, voltam-se para a causa das crianças e dos adolescentes brasileiros em situação de abandono e/ou de institucionalização.

Tais preocupações conectam-se a um contexto tridimensional: 1) o compromisso assumido com todas as crianças e adolescentes do Brasil e oficializado com a promulgação da Lei 8.069, em 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em especial os que se encontram em situação de abandono e, portanto, fora do convívio familiar; 2) a necessidade de se construir uma nova cultura da adoção, liberta dos entraves paradigmáticos que historicamente se opõem a uma postura de maior flexibilidade e aceitação da adoção na família brasileira, dificultando a práxis legal e contribuindo para a solidificação de uma tendência nacional, ou seja, a de que criança abandonada no Brasil tem um destino traçado: a instituição ou a rua; 3) refere-se à possibilidade de fortes, necessárias e urgentes contribuições da ciência psicológica em relação à adoção, uma vez que por meio da pesquisa e da produção científica fomenta-se a construção e instalação de uma outra cultura. A Psicologia, com seu arcabouço de conhecimentos e seu potencial produtivo, tem muito a oferecer. Urge, portanto, maior e mais sistemática divulgação de suas teorias acerca da constituição familiar, do significado e vivência das condições de paternidade, maternidade e filiação, dos vínculos afetivos e parentais, das representações sociais presentes no cotidiano dos homens e suas famílias. Enfim, a Psicologia pode ajudar na construção de pontes que aproximem os homens, facilitem as adoções e transformem o potencial de realização, presente em cada ser humano, num fato

concreto, observável e qualitativamente significativo para construção de uma sociedade mais humanizada¹⁰.

Analisando o disposto pela Lei 8.069 e considerando os apontamentos de Vargas (1998, p. 25) é possível perceber que

as mudanças introduzidas pelo ECA colocam a sociedade brasileira diante de um novo paradigma em relação à ótica e aos modos de ação quando se trata de Infância e Juventude. A Carta Constitucional, tanto como o Estatuto, traz avanços fundamentais quando passa a considerar a criança e o adolescente 1) sujeitos de direito; 2) pessoas em condições peculiares de desenvolvimento; e 3) de prioridade absoluta.

[...] Como exemplo de facilitação introduzida pelo ECA, o Art. 42 estabelece que qualquer pessoa maior de 21 anos, independente de estado civil, pode adotar, tendo como restrição a diferença mínima de 16 anos entre o adotante e o adotado e o grau de parentesco (não podem adotar irmãos e avós do adotando). [...] Está previsto, também, um trabalho sistemático de preparação e acompanhamento técnico que orientem a criança e a família em todo o processo de adoção.

Mesmo que o Ministério Público e a Magistratura estejam se reorientando nesse sentido, observa-se a carência no meio científico de um trabalho mais sistematizado de acompanhamento das mães/famílias que abandonam seus filhos, crianças abandonadas e das famílias ou indivíduos postulantes à adoção.

Esta carência existente no meio científico de trabalhos sistematizados, ou seja, de pesquisas e, portanto, de novos conhecimentos construídos sobre a temática da adoção, de que fala Vargas (1998) e outros autores como Freire (1994), Fonseca (1995) e Weber (1999), pode ser atenuada à medida que projetos de pesquisa nesta área ganhem atenção das instituições de ensino e fomento à pesquisa.

Como nos explica Santos (2001, p. 1),

a adoção, enquanto prática social, é atravessada por crenças, valores e padrões de comportamento historicamente construídos e vigentes, o que nos autoriza a falar da existência de uma determinada cultura da adoção no país e a buscar sua explicitação/configuração, de modo que possamos, assim, enfrentar, corrigir/superar os limites, entraves, equívocos, mitos e preconceitos que a tem constituído.

¹⁰ Sem querer se comparar ou se igualar, em termos de ideal, ao projeto iluminista, aparentemente "superado" pelo projeto da modernidade que sustenta o capitalismo e o individualismo como ingredientes necessários à constituição social, referimo-nos a um projeto de sociedade que desejamos ver raiar no horizonte de nossa existência: uma sociedade mais justa, mais igualitária, onde as diferenças não sejam motivo para exclusão de pessoas ou grupos, mas que apontem para a possibilidade de se admirar a riqueza da diversidade que é o ser humano em suas diferentes formas de expressão, organização e convivência.

Temos assim, por um lado, avanços na ampliação dos direitos previstos na lei [...] e por outro, entraves que dificultam seu exercício, equívocos nos procedimentos dos profissionais que viabilizam as adoções nas Varas da Infância e Juventude, mitos e preconceitos que povoam o imaginário social sobre adoção e que têm contribuído significativamente para a formação de uma cultura idealizada/mistificada da adoção no país, criando obstáculos às adoções, dificuldades na relação pai/filhos, prejudicando a qualidade das relações no interior das famílias adotivas e entre estas e o meio social mais amplo.

Acreditamos no fato de que uma intensificação das pesquisas e da produção de conhecimentos nesta área, contribuirá para a promoção gradativa de uma nova cultura da adoção no Brasil, capaz de sensibilizar e conscientizar os membros da sociedade (cidadãos e instituições) de que os mitos existentes podem ser bem compreendidos, contextualizados e, por isso mesmo, superados. Desta forma, o Art. 19 do Estatuto da Criança e do Adolescente há de se tornar verdade: "toda criança ou adolescente tem direito de ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta [...]" (BRASIL, 1998, p. 12-13).

Uma pesquisa feita por Weber (1996) sobre a atuante na sociedade brasileira nos revela um perfil dos pais adotivos: 91% dos que adotam são casados, encontram-se dentro de uma faixa etária nominal de 40 anos e 55 % não possuem filhos naturais; a maior parte dos casais pertence a classes sociais de melhores condições econômicas e realizam a adoção seguindo criteriosamente os trâmites legais, ou seja, por meio dos Juizados da Infância e da Juventude, enquanto que a minoria dos adotantes, portanto, os de classes menos privilegiadas, realizam as adoções dentro do modelo intitulado adoção à brasileira¹¹.

A mesma pesquisa (WEBER, 1996) categoriza as crianças como adotáveis e não-adotáveis. O perfil das crianças que mais interessam aos casais correspondem àquelas (76%) cujo estado de saúde é avaliado como saudável, sendo que a preferência aponta para as recém-nascidas, ou seja, 69% dos bebês que têm até 3 meses de idade, 60% são do sexo feminino e 64% são de pele clara (crianças brancas). Do outro lado desta estatística estão as crianças que despertam menos interesse nos postulantes à adoção; são, portanto, as que configuram o quadro das não-adotáveis: 16,66% são adotadas com a idade média de 2 anos; 36% das

¹¹ No Brasil, a adoção existiu, principalmente, marginal aos processos legais e escapando às estatísticas.

Segundo Costa (1988), a prática de 'adoção à brasileira', ocorria em 90% das adoções que se concretizavam no país até 1988, ou seja: pessoas de qualquer estado civil registravam como próprias, legítimas, os filhos de outros.

crianças são de cor negra ou parda e 23,15% são adotadas mediante a presença de alguma deficiência ou problema de saúde.

Na pesquisa de Casellato (1998), outra face da cultura da adoção se revela, agora em relação às expectativas e motivações dos pais para a adoção: 29% dos pesquisados apontam como motivação para a adoção a impossibilidade de ter os próprios filhos; 16,34% afirmam que a decisão pela adoção se liga ao desejo de ajudar uma criança; 9,80% já manifestavam o desejo de adoção; 6,54% adotaram porque "a criança apareceu"; 5,88% adotaram por se tratar de filhos de parentes; 9,71% apontam como motivação os sentimentos de solidão, compaixão e afeição pela criança; 3,27% somente adotaram depois da morte de um filho natural (biólogico); e 2,61% optaram pela adoção porque assim puderam escolher o sexo da criança. Observando os resultados da pesquisa é possível concluir que por detrás das expectativas e motivações dos adotantes está o desejo de satisfação de interesses próprios, ou seja, para a maioria dos adotantes, a adoção resolve um problema, preenche uma lacuna e contribui para a resolução de um luto: o desejo de aumentar o número de filhos, de fazer caridade, de solucionar problemas conjugais, de encontrar companhia, possibilidade de realização procriativa (no caso da esterilidade/infertilidade de alguns casais), complementar a identidade pessoal, evitar discriminação social (por não ter tido filhos naturais), substituir um filho que se perdeu, etc.

Todos estes números nos remetem a reflexões importantes acerca da adoção, tornando mister, portanto, uma atenção mais efetiva por parte do Estado, das Instituições e dos profissionais envolvidos, em especial os psicólogos. Os autores anteriormente citados, Vargas (1998), Freire (1994), Santos (2001) e Weber (1999) apontam para a urgência de um programa de atendimento às mães que abandonam seus filhos, às crianças em situação de abandono e institucionalizadas e aos postulantes à adoção, de modo que todos se preparem para um processo que exige cuidados especiais. Contudo, os números supra citados referem-se às crianças que foram já adotadas, é por isso que eles podem ser expressos: são concretos.

Nossa preocupação reside na diferença matemática (estatística) existente entre estes números e o total das crianças brasileiras em situação de abandono e/ou

institucionalizadas: onde e como elas estão? que futuro as espera? e quanto às crianças consideradas não-adotáveis, as mais velhas e/ou portadoras de deficiência e problemas de saúde? se os números apontam para uma diminuta expressão em relação às adoções clássicas, para onde apontam em relação às adoções tardias?

No Brasil, como atestam vários autores, entre eles Justo (1997, p. 71),

as instituições asilares comumente denominadas "Orfanatos", "Lar" ou "Casa da Criança" persistem ainda hoje, embora com menor expressão do que em outros tempos, como um dos lugares da infância, a saber, da infância daquelas crianças que, por diversos motivos, foram desalojadas da guarda e do amparo familiar.

Mas estes abrigos não são novos e Justo (1997) aponta para isso. As instituições asilares estão ainda presentes na sociedade porque se tornaram mecanismos de uma pseudo-ação de cuidado do Estado para com a infância brasileira. Elas cumprem um papel que a família deveria cumprir se não fossem os muitos absurdos políticos, econômicos e sociais que assolam nosso país e afetam a família de modo direto: a desigualdade social, os anos de política neoliberal, principal promotora do desemprego e da exclusão social; a fome; a miséria; a falta de assistência à saúde da mulher e de programas de informação quanto às possibilidades de planejamento familiar e contracepção; a violência sexual, etc.

Obviamente, a lista de motivos que resultam no abandono de crianças se desdobra e assume outras dimensões que adiante serão abordadas; não podemos culpabilizar o Estado e a política, embora sejam responsáveis e passíveis de questionamentos muito sérios. Igualmente, não podemos culpabilizar as famílias, muitas vezes vitimadas pelo contexto em que se encontram inseridas e integradas. O que não podemos deixar de fazer em hipótese alguma durante as considerações, investigações e práticas transformadoras da atual cultura da adoção no Brasil, é considerar o fato de que adoções devem ser incentivadas, mas que por detrás de tal feito está a prática do abandono: uma prática sustenta a outra; como vimos no capítulo anterior.

Na verdade, é desde o período do Brasil Colônia que conhecemos as primeiras legislações relacionadas ao cuidado com as crianças, como podemos ver em Ferreira e Carvalho (2002, p. 138):

[...] a primeira medida oficial sobre cuidados à infância carente no Brasil data de 1553, quando o Rei D. João II determinou que as crianças órfãs tivessem alimentação garantida pelos administradores da colônia. [...]

Com a criação das Santas Casas de Misericórdia, o Brasil Colônia importa um outro costume de Portugal: a roda dos expostos, ou roda dos enjeitados. Consistia de uma porta giratória, acoplada ao muro da instituição, com uma gaveta onde as crianças enjeitadas eram depositadas em sigilo, ficando as mães no anonimato. Geralmente, o motivo de tal gesto era uma gravidez indesejada, mas a pobreza também podia levar as mães a se desfazerem do filho desta forma.

As rodas foram instituídas para evitar a prática do aborto e do infanticídio e também para tornar um pouco menos cruel o próprio abandono. Antes delas, os recém-nascidos eram deixados em portas de igrejas ou na frente de casas abastadas e muitas acabaram morrendo antes de serem encontradas.

Somente na década de 30 é que começaram a funcionar os conhecidos e ainda sobreviventes internatos, orfanatos, lares, casas transitórias, etc., legalizados a partir do primeiro Código de Menores, de 1927, e que cumprem com a dupla tarefa de, por meio da reclusão, proteger as crianças e adolescentes das hostilidades e riscos presentes na sociedade, ao passo que protegem também essa mesma sociedade da incômoda convivência com a figura do menor abandonado.

Com a inauguração dos orfanatos, por volta de 1950 as rodas dos enjeitados foram extintas, mas devido aos incontáveis casos de maus tratos denunciados pela sociedade civil, o Estado inaugura, sob a égide de um novo paradigma de cuidado com a infância, a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem) e, em diversos estados do território nacional, a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (Febem).

Também na década de 50 é promulgada a Carta dos Direitos Universais da Criança e do Adolescente, pela ONU - Organização das Nações Unidas, e, como afirma Ferreira e Carvalho (2002), seus princípios contagiam e inspiram os constituintes de 1988, que após significativas alterações na Constituição Federal, possibilitam a formulação do ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990. Esta lei, de número 8.069/90, traz um significativo avanço na concepção de assistência à infância brasileira e, de modo especial, em relação à adoção, tornando-se um importante marco na história e na cultura da adoção do Brasil, representando a transição entre o período da chamada “adoção clássica”, cujo objetivo maior fixava-se na satisfação das necessidades dos casais impossibilitados de gerar filhos

biologicamente, para a chamada “adoção moderna”, que privilegia a criança no sentido de garantir-lhe o direito de crescer e ser educada no seio de uma família (WEBER, 2001).

Este modelo de adoção clássica é o que ainda se vê atuante na cultura da adoção do Brasil. Os motivos que levam casais a adotar, na maioria das vezes, estão vinculados à sua satisfação e não à satisfação da criança prioritariamente, ou seja, nesses casos não são as crianças que precisam de uma família, mas são famílias que precisam de uma criança.

Adotam crianças casais que, como já mencionamos, não podem gerar seus próprios filhos por motivos de infertilidade ou esterilidade (LADVOCAT, 2002); famílias que perderam um filho e buscam através da adoção preencher o espaço vazio que a perda fez existir; casais que construíram, durante boa parte de sua vida em comum, um conjunto de bens que ficará sem quem dele desfrute ou continue após sua morte, portanto, por razões de sobrevivência e continuidade patrimonial; casais que projetam na existência de um filho (biológico ou adotivo) o motivo de manutenção da união conjugal, a resolução de conflitos e a realização do projeto de vida a dois (casar e ter filhos); homens e mulheres solteiros que buscam realizar a experiência da paternidade e da maternidade; homens e mulheres viúvos que não tiveram filhos a tempo e querem evitar a solidão; casais que desejam poder escolher o sexo do bebê, etc. Em casos como estes a criança é a solução para os problemas, anseios e expectativas dos adotantes. O ECA vem dar a este paradigma um novo formato, invertendo radicalmente os pólos desta configuração, tirando a criança da periferia da família adotante e colocando-a no centro.

Contudo, e paradoxalmente, a lei que dá direito à criança não lhe garante um lar, uma família. A adoção não é, e jamais poderá ser, obrigatória. Ainda há muitas crianças nas ruas e muitas crianças institucionalizadas. Ali ou acolá, excluídas do convívio familiar, embora alguns abrigos o tentem imitar, muitas crianças e adolescentes crescem alijados de figuras importantes para a estruturação de sua identidade e personalidade e, conforme afirma Justo (1997, p. 72-73),

o drama central da vida da criança institucionalizada incide, justamente, sobre os referenciais em relação aos quais possa criar sua própria identidade pessoal e ancorar as diferenciações básicas enumeradas de sua singularidade e de sua localização no mundo. Como é sabido, a identidade

pessoal é criada a partir de diferenciações progressivas entre o “Eu” e o “não Eu”, centradas nas experiências com o próprio corpo, com os objetos do mundo físico e com as pessoas constitutivas do círculo de relações psicossociais do sujeito. [...]

A condição de vida da criança institucionalizada – expulsa do eldorado familiar e recolhida caridosamente no lugar dos enjeitados, desvalidos, degenerados e desgraçados – traz como marca principal a perda das referências de sua origem (a filiação paternal), e das fundações de sua pessoa, preenchidas por uma inserção no universo simbólico que a codifica com traços extremamente pejorativos.

Assim sendo, e agora pensando no aspecto psicológico, urge perguntar: como a criança institucionalizada constrói sua identidade e que forças positivas e/ou negativas influenciam neste processo? uma vez perdida a referência da origem filial, pode a criança estruturar-se egoicamente de modo a diferenciar-se como sujeito saudável e apto para exercer sua condição de indivíduo no mundo? que marcas o abandono, a institucionalização, a vida marginal ou a exclusão social deixam na personalidade da criança? a inserção dessa criança no seio de uma família, não lhe traria uma perspectiva de subjetivação e estruturação identitária qualitativamente mais próxima do que Sigmund Freud, Melanie Klein, entre outros, teorizaram como sendo o ideal (ou adequado) para a formação do indivíduo? se a resposta para esta última questão fosse positiva, de que modo poderíamos explicar a relação pai-filho nos casos de adoção e compreender como este ‘novo’ paradigma de relação parental influencia na estruturação do psiquismo da criança?

Para responder questões como estas, a ciência psicológica tem realizado estudos e pesquisas que, embora julguemos ainda em expressão numérica um pouco aquém, comparado a todo o seu potencial, significam avanços. Neste sentido, vamos buscar refletir sobre alguns aspectos fundantes do indivíduo no que se refere a sua relação com a família, acreditando ser esta mais do que o ventre no qual se gera o indivíduo, mas o espaço privilegiado e mais adequado para a construção de sua condição de ser humano.

2.3 A família e seu papel na constituição do indivíduo

Por muito mais tempo do que o útero materno, a família é o lugar de inserção do indivíduo e o espaço de seu desenvolvimento mais amplo. No seio familiar a criança, na relação com a mãe, com o pai e, em muitos casos, com os irmãos antes

ou depois dela nascidos, dá os primeiros sinais de individuação à medida que se integra às atividades de troca e se iniciam as primeiras produções de sentido. É o que podemos concluir desta colocação de Rappaport (1981, p. 35-36) quando apresenta de forma clara, e quase poética, a fase oral, na teoria do desenvolvimento postulada pela psicanálise:

ao nascimento, a estrutura sensorial mais desenvolvida é a boca. É pela boca que se mobilizará na luta pela preservação do equilíbrio homeostático. É pela boca que começará a provar e a conhecer o mundo. É pela boca que fará sua primeira e mais importante descoberta afetiva: o seio. O seio é o primeiro objeto de ligação infantil. É o depositário de seus primeiros amores e ódios. O seio existe quando o desenvolvimento maturacional não permite ainda a criança reconhecer o seu primeiro objeto total: a mãe. Esta se constituirá gradativamente a partir do amor que o seio oferece. Erikson define que, neste momento, a criança ama com a boca e a mãe ama com o seio.

Deste modo, nas relações de troca da criança para com os pais, ou seja, o gesto de dar e receber, permite também à criança o estabelecimento de uma relação com o fora-de-si, portanto, e gradativamente, inicia-se um processo de formação da noção de que existe um "Outro" ao passo que existe um "Eu"; a noção de que existe um mundo, a princípio uma extensão de si mesmo, mas que depois, na seqüência das etapas de desenvolvimento físico, psíquico e social se separa (individuação), deixando pontes e caminhos para o exercício do ir e vir próprios da condição do Existir e do Ser Humano.

Nas teorias de Freud, Klein, Erikson, Mussen, Rappaport, entre outros não menos importantes, este processo de desenvolvimento, dividido em fases, etapas, ou estágios desenvolvimentais, é bem delineado e, embora cada autor tenha uma visão fundamentada em aspectos que ora pareçam contraditórios ora configuram-se como complementares, todos comungam da mesma certeza em relação à família e seu papel no processo de constituição do indivíduo, colocando-a como peça chave de um desenvolvimento saudável, se bem constituída, ou patológico, se castradora, autoritária, pouco afetiva e não acolhedora.

O conceito de família, dado por Soifer (1982, p. 23), nos ajuda a compreender sua importância no processo de desenvolvimento e constituição do indivíduo. Uma vez que se configura como

estrutura social básica, com entrelaçamento diferenciado de papéis, integrada por pessoas que convivem por um tempo prolongado, em uma interação

recíproca com a cultura e a sociedade, dentro da qual se vai desenvolvendo a criatura humana, premida pela necessidade de limitar a situação narcísica e transformar-se em um adulto capaz, podemos postular que a DEFESA DA VIDA é seu objetivo primordial.

Neste sentido, ou seja, como instituição de defesa da vida, a família atua como o escultor que modela sua escultura, que zela por ela e que se compraz à medida que verifica seu delineamento. Contudo, tal analogia não deve limitar a concepção de desenvolvimento do indivíduo à idéia de modelagem de um produto apenas, mas indicar para o fato de que cedo ou tarde este indivíduo, suficientemente maduro, fará suas próprias escolhas, assim como a escultura também tem um destino que extravasa os limites do ateliê.

Citando Bleger, Soifer (1982, p. 22) distingue uma das mais fundamentais tarefas da família: "servir de reservatório, controle e segurança para satisfação da parte mais imatura ou primitiva, narcisística da personalidade". Obviamente, a família assim procede através de um processo educativo (o entrejogo) que implica o ensino de noções relacionadas ao cuidado de si - aspecto físico, ao desenvolvimento das habilidades para a integração com os demais membros da família e, num contexto mais amplo, com a sociedade, e instrumentaliza o indivíduo para a atividade produtiva, além de conferir-lhe, como herança, as normas culturais - valores - de seu contexto sócio-histórico.

Todo processo educativo supõe a participação de personagens que assumirão os recíprocos papéis de quem ensina e de quem aprende, embora na interação isso se torne uma via de mão dupla, ou seja, quem ensina também aprende e vice-versa. Assim sendo o papel dos progenitores define-se pela responsabilidade de "ensinar as habilidades psicofísicas que se vão formando na criança, ao longo de seu desenvolvimento evolutivo, até atingir a maturidade adulta" (SOIFER, 1982, p. 26). Tal papel é possível de ser desempenhado porque o conhecimento e, conseqüentemente, a maturidade adquiridos ao longo da vida confere aos pais poder e autoridade, habilitando-os para o exercício da colocação dos limites necessários à formação, na criança, das noções de realidade e a diferenciação desta em relação à fantasia.

Vale, neste momento em que pontos importantes sobre a família já foram colocados, resgatar o tema central de nossa reflexão, ou seja, a questão da adoção.

Considerando que a criança dada em adoção (entregue ou abandonada) se encontra, por um período de tempo que pode ser breve ou longo, alijada de uma convivência familiar e, portanto, sem um qualitativo contato com as figuras de mãe e de pai, uma vez que fica à disposição da justiça em abrigos ou orfanatos, é preciso questionar: como, em tal criança, se dará a aprendizagem da qual estamos falando aqui? que relações de troca fundamentarão nessa criança as noções de "Eu" e de "Outro"? como lhes serão apresentados os limites e que tipo de autoridade lhe permitirá fazer a distinção entre realidade e fantasia?

Soifer (1982, p. 28) é quem mais uma vez nos aponta para um possível entendimento:

[...] a função de ensinar uma criança deve ser compartilhada por dois ou mais adultos, uma vez que a intensidade da fantasia auto-agressora exige um determinado acúmulo de autoridade até que a noção ministrada seja internalizada. Isto nos leva a compreender a maior segurança e facilidade, no seu posicionamento diante da vida, que mostram pessoas que tiveram a sorte de ser criadas pelo pai e pela mãe, conjuntamente, comparando-as com outras que não gozaram desse privilégio por carecer de um ou de ambos progenitores, ou de outros familiares. As crianças crescidas em orfanatos constituem um exemplo claro a esse respeito.

Ao negar à criança o direito de estar inserida num contexto familiar, estamos, seguramente, promovendo uma interferência determinante em seu processo de constituição e, conseqüentemente, em seu modo de ser e estar no mundo, consigo mesmo e com o outro. O narcisismo dos dois primeiros anos de vida, por exemplo, é de extrema importância para que ocorra a relação objetal, fruto do amor e da identificação com e pelos pais, e posteriormente a elaboração do complexo de Édipo¹², postulado por Freud. A resolução deste complexo que culmina com a

¹² Em sua forma simplificada, o caso de uma criança do sexo masculino pode ser descrito do seguinte modo. Em idade muito precoce o menininho desenvolve uma catexia objetal pela mãe, originalmente relacionada ao seio materno, e que é o protótipo de uma escolha de objeto segundo o modelo anaclítico; o menino trata o pai identificando-se com este. Durante certo tempo, esses dois relacionamentos avançam lado a lado, até que os desejos sexuais do menino em relação à mãe se tornam mais intensos e o pai é percebido como um obstáculo a eles; disso se origina o Complexo de Édipo. Sua identificação com o pai assume então uma coloração hostil e transforma-se num desejo de livrar-se dele, a fim de ocupar o seu lugar junto à mãe. Daí por diante, a sua relação com o pai é ambivalente; parece como se a ambivalência, inerente à identificação desde o início, se houvesse tornado manifesta. Uma atitude ambivalente para com o pai e uma relação objetal de tipo unicamente afetivo com a mãe constituem o conteúdo do complexo de Édipo positivo simples num menino. Juntamente com a demolição do complexo de Édipo, a catexia objetal da mãe, por parte do menino, deve ser abandonada. O seu lugar pode ser preenchido por uma de duas coisas: uma identificação com a mãe ou uma intensificação de sua identificação com o pai. Estamos acostumados a encarar o último resultado como o mais normal; ele permite que a relação afetiva com a mãe seja, em certa medida, mantida. Dessa maneira, a dissolução do Complexo de Édipo consolidaria a masculinidade no caráter de um menino. De maneira precisamente análoga, o desfecho da atitude edipiana numa

constituição do superego, possibilita ao indivíduo a noção de moralidade, ou seja, o seu ingresso ou passaporte para a convivência social. Contudo, pensar neste processo de gradativas aquisições (relação objetal + complexo de Édipo = superego) e todas as suas implicações na e para a personalidade do indivíduo sem uma relação parental adequada, significa esperar problemas futuros.

As relações de troca entre a criança e seus pais vão se intensificando à medida que esta, no percurso de seu desenvolvendo, experimenta outras inserções, como contextos socializantes mais amplos do que a família: a escola, os amigos, a comunidade, a sociedade como um todo. Novos tipos de negociações e com outros indivíduos, bem diferentes de seus pais, começam a se estabelecer, e neste momento, o modo como a criança aprendeu a trocar e se relacionar, pode definir seu espaço e conferir-lhe um *status* nestes novos contextos. Os pais, primeiros educadores,

transmitem a seus filhos seus conhecimentos, de acordo com as possibilidades psicológicas reais que possuem, determinadas pelos respectivos traços de caráter, e estes por sua vez configuram a cultura e a ideologia da família. Os filhos incorporam esses ensinamentos também segundo as variantes impressas em sua personalidade pelos acontecimentos que lhes cabe vivenciar e de conformidade com os mecanismos de defesa que vão elaborando a partir das séries complementares, em que tem um peso considerável o modelo recebido de seus progenitores neste sentido (SOIFER, 1982, p. 37).

Não muito distante desta forma de pensar a família, Eiguer (1985) propõe uma teoria grupalista da família, pois julga que desta forma é possível apreender de modo mais fidedigno as inter-relações familiares em sua especificidade. Sua tese consiste na afirmação de que a família é um grupo com modalidades de funcionamento psíquico inconscientes diferentes de seu funcionamento individual, ou seja, o indivíduo age no grupo diferente do que agiria individualmente. Desta apreensão é que surgem os instrumentos teóricos de compreensão da família. Sua proposta, então, passa pela investigação de três pontos primordiais que denomina organizadores, a saber:

menininha pode ser uma intensificação de sua identificação com a mãe (ou a instalação de tal identificação pela primeira vez) — resultado que fixará o caráter feminino da criança. Fonte: FREUD, S. O Ego e o Superego (Ideal de Ego). In: **O Ego e o Id e Outros Trabalhos**. Volume XIX. (1923-1925). Edição Eletrônica Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

- Primeiro organizador: a escolha do parceiro;
- Segundo Organizador: o eu familiar;
- Terceiro organizador: a interfantasmática.

Para iluminar nossa reflexão sobre a questão da adoção e a constituição do indivíduo a partir de sua inserção ou não na família, interessa-nos considerar o que Eiguer (1985) postula acerca do segundo e terceiro organizadores.

O segundo organizador, o "eu familiar", consiste numa zona neutra do psiquismo grupal onde se reúnem os investimentos de cada membro da família, formando uma identidade para o reconhecimento (do indivíduo e do grupo), conferindo a todos o sentimento de pertença ao grupo. Este "eu familiar" é formado pelo sentimento de pertença de cada um dos membros em relação à família, pela relação destes com o habitat interior, ou seja, o ambiente físico de convivência familiar que reflete a representação simbólica de cada um dos membros e pelo ideal de ego coletivo (ou familiar), que sintetiza todas as aspirações dos membros em relação à família, logo, o melhor destino e *status* para a família que habitam o imaginário dos membros.

A interfantasmática, ou terceiro organizador, pode ser definida "como o ponto de encontro dos fantasmas individuais de cada membro, fantasmas próximos por seu conteúdo" (EIGUER, 1985, p. 43). E por fantasma devemos entender o fio que conecta as representações inconscientes, pré-conscientes e conscientes do indivíduo; é a presença dos conteúdos recalçados sob uma nova forma, menos agressiva e, por isso mesmo, aceita pelo ego.

Podemos nos servir destes conceitos para discutir dois pontos muito polêmicos na temática da adoção. O primeiro deles refere-se ao processo de adaptação da criança à família (adotante) e, reciprocamente, da família em relação à criança (adotada). O segundo é o desenvolvimento dos vínculos afetivos da criança para com os membros da família e o conseqüente sentimento de pertença ao grupo que, presume-se, ser gerado com o tempo de convívio, a qualidade das relações e o sucesso da atuação dos organizadores: eu familiar e interfantasmática. Vale dizer que na situação diferente à da adoção, ou seja, quando o filho é gerado

biologicamente, a criança também precisa ser adotada pela família a qual pertence – o contrário disso, que é a não adoção mutua, remete-nos à reflexões sobre a gênese das práticas abortivas, de abandono ou de maus tratos em relação à infância. Ao que tudo indica, nas colocações de Soifer (1982) e Eiguer (1985), sendo o ambiente de convivência da criança favorável e acolhedor, os vínculos afetivos formar-se-ão de modo natural, uma vez que as necessidades (das básicas às mais complexas) da criança sejam supridas. Como vimos, a família reúne-se em torno da defesa da vida; os pais, na função de educadores, transmitem aos filhos os conhecimentos e habilidades necessárias para seu saudável desenvolvimento físico, psíquico e social; o compartilhamento de intenções positivas para o destino do grupo familiar são compartilhadas de modo a formar um ideal de ego coletivo que confere a todos o sentimento de pertença, e a interfantasmática consolida as representações da família nuclear, conferindo-lhe o caráter de originalidade em relação às gerações anteriores. Nesse sentido, uma criança adotada, a não ser pelo acontecimento biológico da gestação e parto, nada difere em possibilidades de vinculação e adaptação à família adotante.

A simples compreensão da afirmação que conclui o parágrafo acima e, portanto, nossa tese, poderia, segundo nosso julgamento e postulado teórico, representar uma positiva mudança na concepção e cultura da adoção, no sentido que romperia com muitos mitos vigentes que de forma nítida representam barreiras extremamente limitantes à prática da adoção no Brasil e no mundo. Noutras palavras queremos dizer que tanto quanto o filho biológico, o filho adotivo, pode se adaptar à família e a família a ele, tornando possível uma vivência, individual e coletiva, saudável e feliz.

Está claro que para isso, serão necessários o romper de outros paradigmas e mitos que o tempo e, principalmente a cultura, com a ajuda do desenvolvimento científico-psicológico, poderão proporcionar. Referimo-nos à contribuição que a Psicologia, enquanto ciência produtora de conhecimento, pode dar à temática da adoção, socializando o resultado de suas pesquisas acerca da constituição familiar, da construção dos vínculos afetivos e de temas como maternidade, paternidade e filiação, etc., favorecendo a geração de uma cultura da adoção livre de mitos e medos limitantes.

2.4 Adoção, mitos e medos: tempo nublado

Dentre os muitos medos e mitos que nublam a possibilidade de uma cultura da adoção favorável, estão aqueles construídos pela história e advindos da mitologia e tragédia greco-romana, bem como dos meios de comunicação social (cinema, TV, revistas, jornais, literatura, etc.) que pulverizam e polemizam situações do cotidiano, transformando a possibilidade da adoção num processo marcado por dúvidas, ansiedades, desencontros, desnecessários enfrentamentos com situações isoladamente negativas e, por fim, a construção de uma consciência, senão aversiva, temerária a adoção.

Para entender o mecanismo de funcionamento do mito no organismo (sistema) familiar e, conseqüentemente, sua influência na forma de organização, inter-relação e comportamento familiar, vamos dar atenção a esta colocação de Eiguer (1985, p. 50):

Poder-se-ia dizer que o mito é uma história, uma fábula simbólica e tocante, resumindo um número infinito de situações mais ou menos lógicas [...]. Num sentido mais restrito, os mitos traduzem as regras de conduta de um grupo social ou religioso (em nosso caso, a família transgeracional e o casal). Eles procedem, pois, do elemento *sagrado* em torno do qual se constitui o grupo. [...] Um mito não tem autor. Sua origem deve ser obscura. E seu próprio sentido o é, em parte [...]. Mas o caráter mais profundo do mito é o poder que ele exerce sobre nós, geralmente à nossa revelia.

O poder dos mitos e das lendas se manifesta na configuração dos conflitos e das situações paralisantes, agindo 'por baixo' ou 'por alto'. 'Por baixo' quando os mitos e as lendas são a própria expressão dos fantasmas inconscientes grupais (aqui o mito origina o conflito). 'Por alto' quando estes mitos e estas lendas confirmam e reforçam os mal-entendidos, as suspeitas, as interpretações abusivas, dando-lhes um apoio ideológico. No primeiro caso, o mito cumpre uma função econômica e dinâmica, no segundo, uma função defensiva.

Conforme já dissertamos e ainda iremos adiante aprofundar, um dos mitos que povoam o imaginário dos candidatos à adoção refere-se à possibilidade ou impossibilidade de vinculação da criança adotada em relação aos pais adotivos. A qualidade desse vínculo (apego) é posta em dúvida mediante a qualidade do vínculo que se estabelece quando o filho, ao invés de ser adotado, é gerado biologicamente. Assim, os fantasmas inconscientes, despertados pelo mito, favorecem o acionamento de sua função defensiva que, atuando muitas vezes a nossa revelia, materializa-se sob a forma de recusa à prática da adoção. Se assim ocorre com o mito em questão, igualmente ocorre com os outros, contudo numa dimensão "n" vezes aumentada, ou

seja, não é um mito que atua isoladamente no imaginário do candidato à adoção, mas sim a resultante da somatória de todos os mitos que configuram a atual cultura da adoção.

Berthoud (1992), realizadora de inúmeras pesquisas com crianças adotivas, especificamente sobre o comportamento do apego, enfatiza que as possibilidades de uma criança adotada criar vínculo de apego em relação aos novos pais são as mesmas encontradas em filhos biológicos. As entrevistas coletadas, transcritas e anexadas ao corpo de nosso trabalho, trazem-nos elementos interessantes para pensar inúmeras questões acerca da adoção e, inclusive, a questão do vínculo na adoção tardia. Por meio delas poderemos ver que as dificuldades realmente existem e que nenhum pai ou mãe postulante à adoção deveria isentar-se de uma reflexão prévia acerca do que significa a concretização de tal gesto, o que aliás, deveria ocorrer em escalas mais elaboradas de pensamento e ação, desembocando em processos sistemáticos de preparação que certamente produziriam o contato com conhecimentos verossímeis (não míticos) capazes de atuar no nível consciente dos pretendentes e fomentar um processo de reflexão que vise o cumprimento de duas tarefas: 1) a desmistificação da adoção tardia e, 2) a pontuação de que ela representa, sim, um desafio às famílias ou, se for o caso, um desafio muito grande para aquele casal ou família, especificamente, dada a situação de imaturidade de seus membros, as expectativas equivocadas por eles expressas e alimentadas, a indisponibilidade psicológica de dedicação afetiva ou de tempo à criança, etc.

Embora acreditemos na possibilidade de concretização do exercício da maternidade e da paternidade pela via da adoção, devemos pontuar que, se por um lado postulamos ser a adoção uma das formas de filiação e a apresentamos como potencialmente possível de equiparação, em todos os sentidos, à filiação biológica, por outro lado, ela não está isenta de possíveis problemas, como também ocorre na filiação biológica. Não queremos incorrer no erro de, ao defender a prática da adoção, deixar posta a impressão de que ela será sempre bem sucedida. Neste sentido é que nos propomos, no terceiro capítulo, apresentar um embate entre mito e realidade acerca da adoção e, de modo específico, acerca da adoção tardia. Valer dizer, sem querer assumir uma postura moralista, que a adoção, assim como a opção pela gestação de um filho, é um ato de responsabilidade, carregada, portanto, de um sentido ético, político e de cidadania, e que, por isso mesmo, enseja um

processo de preparação, de busca por informações e, se necessário, de apoio profissional.

Carecemos, no Brasil, de políticas públicas voltadas para a adoção que oportunizem a preparação dos casais e famílias postulantes. Urge, o tempo presente, de pesquisas, tanto quantitativas como qualitativas, que respondam as indagações ainda abertas sobre a temática da adoção e que, desta forma, apontem para um norte mais próximo, onde certamente haveremos de encontrar as soluções para as questões do abandono e da adoção. Este norte já foi apontado por outros pesquisadores e noutras culturas, o que nos faz crer sê-lo possível também aqui no Brasil. É o que nos relata Hartman (1994, p. 95):

[...] historicamente, nos Estados Unidos, o princípio orientador que moldou a adoção tradicional, foi o de que a adoção deveria ser, tanto quanto possível, exatamente como construiu-se biologicamente uma família. A criança adotada é trazida para a família de seus pais adotivos de um modo tão perfeito como num parto. A finalidade do [estado de adoção] é efetuar uma substituição completa da família natural pela adotiva, em cada aspecto, exceto o biológico. Esta visão da adoção foi elaborada sobre uma negação do fato de que a adoção era, na verdade, diferente da paternidade biológica, uma visão definida por David Kirl em suas pesquisas iniciais sobre a adoção.

Este tipo de visão apresentada por Hartman (1994) pode ainda não ser a resposta para todos os problemas aqui levantados e até parecer-nos um tanto quanto utópica, mas certamente sinaliza para a existência e para a possibilidade de uma cultura da adoção diferente da que habita entre nós atualmente.

Weber (1996) relata como em outras culturas a temática da adoção ganha configurações diferentes da que vemos presente em nossa cultura. É o caso, por exemplo da Polinésia Francesa, onde ser adotado significa possuir duas famílias, uma que deu vida à criança e outra que a educou. A coexistência das duas famílias dá-se de forma tranqüila porque não existe ocultação da verdade em relação à origem da criança e porque os conceitos de paternidade, maternidade e filiação não se condicionam unicamente ao aspecto biológico, já que a adoção é tida como um gesto de amizade, solidariedade e civismo.

Entre a população do Havaí, a prática da adoção se reveste de um sentido que valeria imitar no Brasil, pois “não é uma resposta a uma necessidade ou crise,

mas tem o significado de uma transação generosa e repleta de amor [...] é uma construção social” (WEBER, 1996, p. 31).

Na África, especialmente em sua porção não muçulmana, sustenta-se a crença de que as crianças advêm do mundo dos ancestrais e, por isso, não pertencem à sua família, mas à sua linhagem. Nesse sentido, afirma Weber (1996, p. 31) “em uma determinada comunidade, uma mulher não é a única que ‘espera’ um bebê, mas também toda a comunidade espera por ele”. Nessa cultura, portanto, o conceito de parentalidade transcende o aspecto biológico, o que permite uma circulação das crianças entre as famílias sem prejuízos à sua formação. A doação de uma criança, e não o seu abandono, está cercada de positivas intenções em alguns países africanos:

uma família pode doar seu filho a outra família porque ama essa família, para honrá-la, por afinidade, por reconhecimento, por gratidão, etc [...]. O objetivo desta prática é de tornar a criança autônoma, de lhe proporcionar conhecimento sobre a vida do clã e de fazê-la compreender que o grupo familiar não inclui somente o pai e a mãe, mas estende-se a outras pessoas (WEBER, 1996, p. 32).

Tomar conhecimento da cultura da adoção que existe não muito além de nossas largas e rígidas fronteiras, contribui para a reflexão acerca dos tantos impedimentos que testemunhamos vigorar em nosso meio. No Brasil, cuja cultura da adoção, como temos discutido até aqui, carece de uma urgente renovação, a história dos procedimentos de abandono e adoção ao longo desses quinhentos anos, fomentou a pulverização de mitos limitantes, medos altamente castradores e imobilizadores, além de um número significativo de expectativas tão idealizadas quanto inatingíveis.

Dentre os inúmeros mitos que povoam o imaginário dos postulantes à adoção, e dão forma à sua atual cultura, está o “mito do laço de sangue”: a crença de que o fator biológico regerá o destino final e quase sempre trágico dos casos de adoção. Este mito associa-se a outro, o “mito da revelação”, que implica na omissão da verdade sobre a origem da criança, ou seja, os pais adotivos não revelam ao filho adotado a verdade sobre sua origem e, em muitos casos, constróem uma situação que inclui um pacto familiar e social mais amplo e que propícia o desenvolvimento, na criança, da crença e sensação de que ela é membro legítimo (no sentido biológico da questão). Este pacto sócio-familiar a que nos referimos implica e

representa a construção de um segredo de mesmo nível e abrangência, portanto um segredo sócio-familiar: todos os membros da família, parentes próximos e/ou distantes, vizinhos e amigos, são direta ou indiretamente consultados e convidados a pactuar com a adoção, que por sua vez, se condiciona ao compromisso da não revelação à criança quanto sua origem real.

Cabe aqui uma reflexão acerca do pacto sócio-familiar firmado em torno da revelação. Todo segredo possui uma função inegável: a de proteção. Nos casos de adoção de crianças, o segredo com relação à revelação de sua origem é tão comumente invocado porque “protege” as duas partes envolvidas, ou seja, os pais adotivos e a criança adotada. Contudo esta proteção, posta entre aspas, deve ser questionada e compreendida como um dos efeitos da atual cultura da adoção. É, portanto, uma pseudoproteção, construída no imaginário de grande parte da população por força da ação dos mitos, medos e expectativas negativas vinculadas à temática da adoção. Os pais acreditam que estarão protegendo o filho se o preservar da notícia de sua origem (muitas vezes vítima de abandono, negligência ou de maus tratos) e da condição de filho adotivo e não biológico, como se este fato fosse mesmo representar uma marca, um estigma, que para sempre o acompanhará como um defeito, constituindo um fator discriminatório e de exclusão. Mas com isso, acreditam estar também protegendo a si mesmos de uma eventual perda do filho adotivo que, uma vez ciente de sua origem, poderá manifestar o desejo de conhecer os pais biológicos e então retornar às suas origens consangüíneas.

Abordando este mesmo tema, Neuburger (1999) apresenta-nos uma outra versão de mito implicado no processo de constituição da família e, conseqüentemente, signo de influência na atual cultura da adoção:

Pertencer a um grupo é, decerto, alienante: supõe um certo conformismo de idéias e atitudes. Desde que se queira pertencer a um grupo, convém mostrar que se partilha certas idéias, convicções concernentes ao grupo, mas também uma certa *Weltanschauung*, ou concepção de vida. Essas crenças estão ligadas àquilo que convém chamar de ‘mito grupal’. A entrada em todo grupo é acompanhada de um ritual, uma forma de pagar com algo de si para obter reconhecimento (p.75).

A conjugação destes três mitos gera uma série de hipóteses no imaginário dos postulantes à adoção. Com o passar dos anos, o desenvolvimento multidimensional da criança torna possível uma acentuação de seus níveis de

percepção da realidade e reflexão acerca de sua diferença caracteriológica em relação aos pais e irmãos. A curiosidade, absolutamente normal em qualquer criança, sobre a gênese da vida e sobre os processos de desenvolvimento humano, associada às muitas descobertas, conseqüentes dos estágios de socialização cada vez mais amplos, levam a criança à formulação de perguntas que, mediante a presença destes mitos, geram medos e expectativas extremamente ansiosas nos pais (adotivos ou não). Estas perguntas podem se materializar através de simples formulações como "de onde vêm os bebês?", ou, "vocês me amam?", ou, de forma mais complexa, do ponto de vista daquele a quem se dirige as indagações: "por que somente eu tenho a pele diferente?" ou "por que meus olhos e cabelos não são iguais aos de vocês?"

O espaço de tempo entre a pergunta da criança e a resposta dos pais é o momento do embate e da atuação dos mitos; muita coisa está, metaforicamente falando, em xeque. Os pais evocam, consciente e inconscientemente, toda a carga cultural, real ou imaginária e o medo se instala como fruto da síntese entre o que apreenderam do passado e o que esperam do futuro e, em meio às inseguranças e incertezas, formulam respostas quase sempre evasivas. O medo de que a criança deixe de amá-los por descobrir que não são os verdadeiros progenitores, no sentido etimológico do termo, ou o medo de que esta parta em busca de suas origens biológicas, impede que muitos casos de adoção se concretizem. Nestes casos, tentando evitar uma possibilidade fundada no mito, não oportunizam a realização de uma experiência tão possível quanto salutar: a adoção.

Assim como um grande rio possui afluentes que para ele convergem, dando-lhe novas formas, força e volume, a adoção possui aspectos que, de modo dialético, influenciam qualitativamente em seu destino. À prática da adoção somam-se: as experiências positivas e negativas dos pais enquanto filhos que foram e sempre serão; conceitos de maternidade, de paternidade e filiação que se moldam com o passar dos anos, ora conservando valores ora transformando-os, numa odisséia transgeracional; a história de vida de personagens conhecidas – os pais adotantes – e desconhecidas – a criança e sua outra família; a trama de relações sociais que molda os diferentes contextos sociais em que todas estas personagens se encontram inseridas e que, de um modo ou de outro, exercem forças de influência sobre a família que se forma, ou que já formada recebe um novo membro; os

aspectos legais (jurídicos) da adoção que, embora estejam atualmente bem delineados, demarcam da distância entre o ideal e o real, no que diz respeito às expectativas e desejos tanto dos pais como da criança; os mitos, que aqui colocamos em discussão; e as lacunas, demandas e carências, características individuais (idiossincrasias) sempre presentes na personalidade de cada um. Por conta disto é que, noutra oportunidade, postularemos sobre um programa de preparação para a adoção, necessário tanto para pais como para crianças e adolescentes.

Neuburger (1999), a despeito da influência dos mitos sobre a atual cultura da adoção e sua conseqüente interferência na relação entre pais e filhos adotivos, questiona a indicação de um amplo número de profissionais, especialmente os advindos da psicologia, por revelar a origem da criança tão precocemente quanto possível. Segundo este autor, não deveriam coexistir um 'estatuto de filho legítimo' e outro 'estatuto de filho adotivo', uma vez que do ponto de vista legal

a adoção plena acarreta uma filiação plena: o filho adotado torna-se, por esse fato, neto dos pais dos adotantes, com todos os direitos, inclusive a sucessão. Portanto, não se pode falar de um vínculo particular, que distinguiria o filho adotado do filho 'legítimo', quanto às relações com os membros da família. A diferença está exclusivamente no modo de entrada na família. Essa diferença é menos importante do que parece: de fato, o que determina a chegada de uma criança numa família, mesmo que ela seja biologicamente ligada aos pais é, como na adoção, um ato que expressa a vontade dos pais de registrar essa criança como filho, ato cuja importância simbólica se subestima, de tanto que se banalizou, a saber, a declaração de que é preciso fazer no registro civil. [...] A única diferença entre uma filiação adotiva e uma filiação biológica refere-se à natureza do ato, formalizando a entrada no grupo. Num caso, é um ato que substitui outro, estabelecido precedentemente e, no outro, é um ato primeiro. [...] Por essa razão, nenhuma ideologia de verdade pode nem deve ser imposta aos pais adotivos. A urgência, em caso de adoção, é a criação do vínculo, não somente com os pais, mas do filho com seu grupo, o que eu chamo de 'enxerto mítico'. (NEUBURGER, 1999, p. 73-74).

Acerca da revelação sobre a origem do filho adotivo e dos resultados positivos ou negativos de tal ato, tanto para o desenvolvimento psicossocial da criança quanto para a qualidade da relação e vínculo entre pais e filhos, observa-se a presença de posições ainda divergentes. Questões como a colocada por Neuburger (1999) são ainda motivos para a realização de muitas investigações e acreditamos que, num futuro próximo, mais fundamentados em resultados de pesquisas do que em mitos sobre a revelação, teremos condições de contribuir para a transformação dessa cultura da adoção que, por enquanto, na dúvida entre o certo

e o errado, remete grande parte dos pretensos adotantes a esperar muito tempo ou mesmo desistir de concretizar a adoção.

Outro mito que se faz presente na vigente cultura da adoção é o "mito da paternidade e maternidade ideais" e de modo mais vigoroso o "mito da mãe boa". Conceitos de paternidade e maternidade atravessam gerações e sofrem mudanças, mas na essência de cada um sempre estará a responsabilidade do cuidado com os filhos. Em raras culturas essa responsabilidade é delegada mais fortemente aos pais, o que nos leva a compreender a dimensão da carga de responsabilidade da mulher ao longo da história. Por mais que modernamente se diga que a responsabilidade pela alimentação, asseio, segurança, educação, lazer e todos os demais cuidados sejam objeto de responsabilidade do casal, a mulher se vê envolvida e comprometida com tais funções muito mais do que o homem, que, ao que tudo indica, permite, muitas vezes por nítida omissão, que sobre ela recaiam as exigências de tal cuidado.

A educação dos filhos pelas mulheres, suposta e obrigatoriamente 'boas mães', embora venha sofrendo lenta modificação nos dias atuais, é um dado sociológico raramente questionado cuja importância é capital para a estruturação de um grupo humano, e raramente mensurado.

Nossa história, a evolução dos costumes familiares, econômicos e sociais do mundo ocidental, tornam hoje a posição da mulher particularmente difícil na medida em que ela ganhou direitos de se expressar em outras esferas anteriormente proibidas, mas não adquiriu o direito de ser 'boa mãe' de um modo diferente do que se conceituava a 'boa mãe' no século passado [...]. Fica claro que para cada época surge um modelo de ser mãe, baseado numa diferenciação de papéis, sempre defendida de acordo com os interesses do sistema econômico vigente (MOTTA, 2001, p. 65-67).

Ao fazer um breve histórico do papel da mulher nas diferentes sociedades e culturas, pontua Motta (2001, p. 67-68):

No fim do século XIX e no decorrer do século XX, a verdade primeira de que uma mulher normal nasceu para ser mãe e para se sacrificar pelos filhos recebeu reforço por questões demográficas. [...]

Além disso, depois da Guerra de 1914 - 1918, foi preciso compensar o despovoamento devido a consideráveis perdas de soldados e novamente se brandiu o estandarte da maternidade.

Em seguida, ainda no século XX e paralelamente à exaltação da família numerosa, começa-se a promover o ideal da dona-de-casa. É o corolário inevitável da política da natalidade e também do discurso médico, segundo o qual a mulher só está bem se é mãe e na medida do possível antes dos 25 anos. [...]

Dizem Knibiehler e Fouquet (1980) que, dado que as teorias de Freud e principalmente de Anna Freud mostram que a presença e a atenção maternas eram determinantes para o bom desenvolvimento psicoafetivo da criança, a psicanálise forneceu argumentos aos políticos que não queriam investir em creches, berçários e outros tipos de escolas infantis. Para um grande número de mulheres, ainda hoje, o ideal social consiste em ser mãe no lar. [...]

A ideologia da maternidade vivida ainda em nossos dias confere a todas as mulheres a capacidade natural de amar os filhos e deles cuidar, sem restrições.

As contribuições de Badinter (1985) em relação ao mesmo tema, também nos são caras.

Após 1760, abundaram as publicações que recomendam as mães cuidar pessoalmente dos filhos e lhes 'ordenam' amamentá-los. Elas impõem, à mulher, a obrigação de ser mãe antes de tudo, e engendram o mito que continuará bem vivo duzentos anos mais tarde: o mito do instinto materno, ou do amor espontâneo de toda mãe pelo filho (p. 145). [...] Desde o século XVIII, vemos desenhar-se uma nova imagem da mãe, cujos traços não cessarão de acentuar durante os dois séculos seguintes. A era das provas de amor começou. O bebê e a criança transformaram-se em objetos privilegiados da atenção materna. A mulher aceita sacrificar-se para que seu filho viva, e viva melhor, junto dela (p. 202).

O que as duas autoras retratam é o panorama do exercício da maternidade ao longo do tempo e, conseqüentemente, a função da mulher na família e na sociedade. Se não fosse por demais sarcástica e subjetivamente pejorativa, poderíamos afirmar que até aqui o papel da mulher foi o de parideira, boa mãe e boa esposa, pois se não bastasse o cuidado dos filhos, o do homem (marido ou companheiro) também é de responsabilidade sua. Não podemos dizer que a história tenha sido generosa com as mulheres, tanto quanto tem sido para os homens: parece-nos até que ser pai é muito mais fácil do que ser mãe; mas este é um outro tema que não abordaremos aqui.

Ao longo do tempo, a figura do pai foi sendo ratificada como aquele que contribui espermática e financeiramente para o surgimento e manutenção de novas vidas: os filhos. Contudo, podemos também falar de um mito do "pai bom", uma vez que tais funções, a de gerar e dar condições de manutenção, se não cumpridas, comprometem radicalmente a formação do grupo familiar. Segundo Neuburger (1999) as responsabilidades do pai configuram-se pela representação do social na família, ou seja, seu posto é o de autêntico representante da norma social, assim como, e paradoxalmente, deve exercer a função de defensor da família contra as intromissões sociais. Esta situação paradoxal, sobre a qual se constuiu a figura do

pai, é também responsável pela ocupação de um lugar diferente do ocupado pela mãe no seio da família: é um lugar de maior distanciamento dos filhos. Tal distância, do pai em relação aos filhos, se deve ao fato de localizar-se, no mapa familiar, em meio de uma encruzilhada, onde seu desafio é ao mesmo tempo atacar e defender os membros da família por ele constituída e posta a seu cuidado. Assim, o mesmo pai que defende o filho do ataque da norma social é o pai que ataca o filho com admoestações e castigos para que o mesmo internalize a norma. O interstício dessa dupla tarefa é o lugar do pai na família e o lugar da constituição da figura, quase mitológica, do 'pai de família'. Ser 'pai bom' dentro desta perspectiva lhe custa sacrifícios, como afirma Neuburger (1999, p. 80):

A sociedade inventa o pai, lhe confere certas responsabilidades, mas também lhe impõe limitações, controles à altura daquilo que espera dele, a saber, que ele não coloque em perigo o mito paterno que ela criou.

Neste sentido, ambos, homem e mulher, pai e mãe, são cercados de cobranças advindas da história, da sociedade, de seus antepassados e, por que não dizer, dos próprios filhos. A questão das cobranças é culturalmente tão séria, que muitos homens e mulheres, hoje, questionam-se sobre a capacidade e a maturidade neles existentes, ou em formação, para o exercício ou não da paternidade e da maternidade. Considerando o contexto social, político e econômico, para não precisar envolver tantos outros aspectos, em que se encontra o mundo, e de modo especial a sociedade brasileira, nota-se que o grupo familiar sente de modo intenso o ônus de uma mudança muito radical em pouco espaço de tempo.

A crise da economia, da educação e dos valores culturais tem dificultado a consolidação de grupos familiares como no passado se assistia e tanto se valorizava. O processo de constituição familiar e a decisão pelo exercício da maternidade e paternidade ultrapassam as possibilidades biológicas do homem e da mulher e são postos em discussão assuntos de ordem ético-humanitárias, como por exemplo: o tipo de educação que será conferido aos filhos contribuirá para a formação de um sujeito pleno em dignidade, identidade, cidadania e personalidade?; este grupo familiar, nossa sociedade e, em última instância, o Estado, terão condições de garantir a uma nova criança, mais do que sua sobrevivência, condições de vida digna de um ser humano?; nossa dificuldade de sermos e existirmos como "homem" e "mulher" igualmente plenos e livres, auto-sustentáveis e

democraticamente detentores do direito de ir e vir se estenderá a nossos filhos causando-lhes os mesmos tipos de sofrimentos, estresses, etc.?

Isto, que pode parecer uma visão pessimista da sociedade e das questões postas à família, à maternidade e paternidade, ganha uma proporção ainda maior quando o assunto é adoção, até porque todos estes fatores têm sido marcadamente índices muito mais relacionados ao ato do abandono do que da adoção, propriamente dita. O que queremos postular aqui é que esta relação díspare entre o número de abandonos e o número de adoções se reflete no crescente contingente de crianças e adolescentes institucionalizados ou que habitam as ruas, praças e centros comerciais das grandes, médias e pequenas cidades e que, na mesma medida em que este conjunto de forças sociais, políticas, econômicas e culturais levam homens e mulheres a se questionarem sobre a possibilidade ou não de constituírem família e de se tornarem pais e mães dando luz a uma nova vida, também influenciam na decisão positiva ou negativa com relação a adoção.

Os mitos da "mão boa" e do "pai bom", ou analogamente, os mitos da paternidade e maternidade ideais, que significam a possibilidade de cumprimento dessas responsabilidades filogenéticas (é da natureza da mulher ser mãe e da natureza do homem ser pai), culturais, econômicas e sociais, atuam de forma determinante. Assim, supomos que, se no momento do impasse pela decisão da prática ou não da adoção vivenciado por uma família postulante, se a força dos mitos for maior do que a força da razão, esta última constituída por convicções e motivações pessoais ou por um positivo esclarecimento do significado da adoção e de seus processos desenvolvimentais, certamente a decisão será pela não adoção. Continuando a alusão e retomando a linha de pensamento deste casal que reflete sobre o adotar ou não, podemos até arriscar uma predição; a justificativa será mais ou menos essa: "se está difícil criar e educar os próprios filhos, que dirá os de outros".

Existem ainda outros mitos circunscrevendo a temática da adoção, mas de modo especial vamos nos deter a mais estes dois; trata-se do "mito da compensação por afeto" e do "mito da gratidão pelos pais adotivos". A apresentação e discussão destes dois mitos, muito presentes ainda hoje, nos ajudam a explicar e justificar uma parcela significativa dos problemas que normalmente ocorrem na

relação pai-mãe-filho adotivo e que, por conta da má informação, quando são comunicados ou atirados à rede de informações que formam a cultura da adoção, acabam prestando um desserviço à mesma.

No que diz respeito ao mito da compensação por afeto, observamos que se manifesta a existência de uma impressão no imaginário de muitos pais adotivos referente a uma necessidade (ou carência) aumentada de carinho, afeto e atenção por parte da criança adotada, uma vez que esta (e isso supõe-se com força de certeza) sofreu um processo de rejeição e abandono. Neste sentido, é comum o registro de discursos de pais que afirmam estarem convictos de que as crianças adotivas necessitam de maior atenção e afeto do que os filhos biológicos e que somente por meio de uma carga intensa de atenção é que se torna possível promover a adaptação da criança, assim como formar na mesma o senso de pertença e benquerença à família.

Pensar assim e agir pela força desse mito implica em uma série de dificuldades. Querendo (re)compensar o dano psíquico provocado na criança pela suposta rejeição e pelo trauma do abandono, muitos pais exageram nos cuidados e cercam a criança de modo protecionista, permitindo ao filho adotivo a formação de uma heteronomia prolongada, ou seja, uma dificuldade em relação à aprendizagem da independência (autonomia). Paralelamente a este fenômeno está a dificuldade dos pais com relação à apresentação e/ou imposição dos limites e fronteiras tão necessários à constituição e estruturação do ego, que se não superar a fase do narcisismo infantil, pode produzir uma personalidade extremamente egoísta, individualista, autoritária e dominadora. A atenção que se dirige ao filho adotivo com o objetivo de compensar-lhe em relação ao passado, quase sempre desconhecido e preconceituosamente pensado como nefasto, promove ainda uma nítida diferença em relação aos filhos biológicos (quando existem) que podem sentir-se prejudicados afetivamente e, posteriormente, cobrar, de diferentes formas, dos pais e do irmão ou irmã adotivo, o fato de terem sido menos favorecidos nessa relação.

Cabe ainda, neste momento em que refletimos sobre a atitude protecionista dos pais em relação aos filhos adotivos, postular acerca da mesma como uma possível ligação entre o mito da compensação por afeto e o mito da revelação, uma vez que a proteção exagerada funciona com dupla função: compensar uma

pseudocarência provocada pela rejeição e abandono sofridos pela criança e, ao mesmo tempo, impedir que a criança adotada seja, de tal modo absorvida pelo meio social, que venha a colocar em perigo o pacto sócio-familiar mantenedor do segredo acerca de sua origem. A atuação destes mitos gera um ciclo de atitudes que se retroalimenta: enquanto os pais adotivos acreditam estar trabalhando em função da compensação psíquica da criança, estão também impedindo que ela se constitua, em termos de identidade, fora da norma familiar vigente, ou seja, como filha “supostamente legítima”, protegendo-a contra a verdade em torno de sua própria origem.

Há uma relação de interdependência entre estes mitos que envolvem a adoção de crianças e o mito da gratidão pelos pais, que agora pretendemos abordar. Ele se liga a todos os anteriormente discutidos, mas de modo particular, se encontra na base das expectativas presentes tanto nos pais como nas crianças adotadas. Assim se dá sua atuação: do lado dos pais instala-se a crença de que o filho adotivo jamais os deixará quando souber da verdade acerca de sua origem e da história de sua adoção, pois imediatamente se instalará no filho o sentimento de gratidão, visto que se não fosse pelos pais adotivos, poderia ter tido um destino muito ruim (o completo abandono, a morte precoce, o orfanato, a rua, a marginalidade, a drogadição, a prostituição, etc.); do lado dos filhos, a recíproca é verdadeira, pois se na relação com os pais adotantes o processo de revelação se dá de modo saudável¹³ – ou mais ou menos estigmatizante – e vale dizer que para isto é necessário uma atenção e acompanhamento psicológico profissional, o mesmo se reporta aos pais como aqueles que apesar de não o terem gerado biologicamente, o fizeram de outra maneira, garantindo-lhe, além da possibilidade da sobrevivência, a própria constituição como sujeito.

Paralelamente à atuação de todos estes mitos até aqui abordados, ocorre a interferência de medos e expectativas negativas, como já afirmado anteriormente, advindas da atual cultura da adoção. Desejando alinhar, se é que isso é possível,

¹³ Com a expressão “processo de revelação [que] se dá de modo saudável”, queremos nos referir ao procedimento de não ocultação da verdade à criança adotada e, com isso, a impossibilidade de que a mesma venha a ser notificada acerca de sua origem e condição de adotada por meio de outros que não os seus pais adotivos e em momento inoportuno de seu desenvolvimento psicossocial. Referimo-nos, portanto, a um processo de educação e de comunicação entre pais e filhos que permita, tão logo se iniciem as perguntas sobre os processos de procriação e nascimento dos bebês, a introdução da informação de que a criança em questão, foi, de fato, gerada em um ventre materno, mas que sua pertença àquela família é fruto de uma adoção.

a trama das relações constituídas pela atuação destes mitos, medos e expectativas, urge-nos tocar num ponto de extrema importância. Associados ao mito da “mãe boa” e do “pai bom” está o mito da “família boa”. Este último representa a síntese dos dois anteriores e, por isso, seu fracasso (da família) representa também o fracasso do exercício da maternidade, por parte da mulher, e da paternidade, por parte do homem. Se a opção da família adotiva é pela não revelação à criança quanto sua origem, abre-se um espaço para a atuação do “mito da revelação” e inicia-se um processo de construção do segredo, por meio do pacto sócio-familiar. Este, por sua vez, mantém-se através da atuação do “mito da compensação por afeto” e do “mito da gratidão pelos pais”. Conjuntamente em ação, estes mitos visam a criação de uma redoma – uma espécie de campo de força invisível – em torno da criança adotiva que, ao mesmo tempo que a protege contra o impacto da verdade em relação a sua origem e seu modo de entrada na família a que pertence, cria um ambiente de supressão quase absoluta da possibilidade da criança pensar noutros modos de filiação, portanto diferentes do biológico, ou mesmo questionar sobre sua origem e forma de vir ao mundo.

A criação desse campo de força em torno da criança também possui dupla função. Seu papel de proteção estende-se também à família. A atuação dos mitos gera os medos e expectativas negativas tanto quanto mantém em estado de alerta os membros da família e todos os que compactuam com o segredo (parentes, amigos, vizinhos, professores, etc.). Neste sentido e, novamente em ação paralela com outros mitos, dispara-se, ao lado do mito da gratidão pelos pais e do mito do laço de sangue, o medo de que a revelação da verdade quanto a origem da criança cause nela um efeito contrário, ou seja, que ao invés de ser grata aos pais adotivos, ela opte por deixá-los em função do desejo de uma família melhor, projetado sobre a então desconhecida “família biológica”. Esse medo e fantasia, muito mais presentes nos pais do que nos filhos adotivos com relação à necessidade de conhecer sua família biológica, encontra um terreno fértil para atuar quando o mito da boa família, e associado a ele, o da mãe boa e do pai bom, resultam na constituição de uma família e relação pais-filhos problemática. Em casos assim o pensamento de ambos, pai e mãe, expressa-se por meio de falas como essa: falhamos na educação de nosso filho, você não tem sido um bom pai e tampouco eu tenho sido boa mãe;

quando ele souber que não é nosso filho, irá nos abandonar e procurar uma família melhor.

A quebra do segredo representa a completa destruição do projeto de família, que em alguns casos, chega a atravessar e perdurar por décadas. Do ponto de vista individual, a quebra do segredo e suas conseqüências (e não podemos esquecer que aqui nos referimos às expectativas negativas alimentadas pelos pais) representa o fracasso da mulher enquanto mãe e do homem enquanto pai. Concomitantemente, representa o fracasso da família por eles constituída e uma possível demanda de cobranças por parte da família extensa, dos demais compactuantes do segredo e da sociedade em relação a este mesmo fracasso, colocando em questão a opção que fizeram no princípio do processo de adoção: a opção pelo segredo.

Ao contrário do que poderíamos esperar, tal acontecimento não derruba ou diminui a força de atuação do conjunto de mitos existentes em torno da adoção, mas os fortalece e os lança, sem censura alguma, em direção à rede de informações sobre adoção de crianças que constitui o nível do conhecimento empírico ou vulgar (senso comum), lugar privilegiado para o nascimento de novos mitos e para o surgimento daquelas expectativas tão negativas para o desenvolvimento da cultura da adoção.

Contudo, não podemos tomar estes exemplos como constantes e afirmar que o desfecho de toda história de adoção ocorre de forma negativa, traumática e frustrante, até porque são muitos os relatos de famílias que sinalizam para a existência de grandes perspectivas de sucesso no processo de adoção e de acertos em relação à revelação da verdade, mas este é um ponto que caberia uma reflexão de outras tantas páginas, ou seja, como devem ser trabalhados estes mitos e de que maneira a ciência psicológica pode contribuir para a saudável relação entre pais e filhos na circunstância da adoção.

As questões discutidas neste capítulo nos inserem num universo repleto de ambigüidades, paradoxos e contradições que há tempos carecem de atenção, no sentido de que, sendo estudadas com afinco tornem possível a produção de conhecimentos esclarecedores e, conseqüentemente, transformadores. Todos estes mitos, medos e expectativas aqui mencionados representam barreiras à prática da

adoção e o fazem num delicado momento de nossa história, onde a adoção poderia ser encarada como possível solução (à problemática do abandono e/ou institucionalização das crianças, por exemplo) e não como um problema a ser evitado. No capítulo seguinte, discutiremos a questão central de nossa pesquisa – a adoção tardia – e veremos que a complexidade dessa especificidade acirra ainda mais a atuação destes mesmos mitos, promovendo medos e expectativas ainda maiores. Encerramos este capítulo e abrimos o posterior com a estas duas indagações estratégicas: que motivos estão vinculados à manifesta intenção de casais em adotarem crianças recém nascidas em detrimento à adoção de crianças com idade superior a dois anos? Que “terrível destino” estaria traçado para a família que ousa romper com as indicações da vigente cultura da adoção e opta pela concretização de uma adoção tardia?

CAPÍTULO III

Adoção Tardia: um olhar específico

3.1 Adoção tardia: o que é isso?

Adoção tardia, como já mencionamos, é apenas uma das múltiplas faces da temática a que nos propomos investigar. Autoras como Vargas (1998) e Weber (1998) consideram tardias as adoções de crianças com idade superior a dois anos. Mas este está longe de ser o único aspecto definidor desta modalidade de adoção.

As crianças consideradas “ídosas” para adoção, segundo Vargas (1998, p. 35)

ou foram abandonadas tardiamente pelas mães, que por circunstâncias pessoais ou socioeconômicas, não puderam continuar se encarregando delas ou foram retiradas dos pais pelo poder judiciário, que os julgou incapazes de mantê-las em seu pátrio poder, ou, ainda, foram ‘esquecidas’ pelo Estado desde muito pequenas em ‘orfanatos’ que, na realidade, abrigam uma minoria de órfãos [...].

Dentre as diferentes modalidades de adoção, a tardia é a que recebe de modo direto o impacto da atual cultura. Uma recente pesquisa, realizada por Almeida (2003) em cidades do interior paulista consideradas de porte médio (Bauru e Marília) aponta para uma seqüência de dados que nos interessam. No ano de 2001, dos 133 casais e famílias cadastrados como postulantes à adoção nas duas comarcas, 118 deles colocaram como condição para a realização da adoção o fato da criança ser branca, ou seja, 82,72% do total; somente 9 casais e famílias, o que equivale a 6,72% do total, aceitaram adotar crianças pardas ou negras; 5 casais e famílias cadastradas manifestaram-se indiferentes em relação à cor e etnia das crianças (3,76% do total cadastrado); e apenas 1, entre os 133 cadastrados, manifestou explícito interesse em adotar uma criança negra (0,75% entre os cadastrados) – vale dizer que este casal ou família candidato à adoção, conforme afirmação do pesquisador, também são negros. Como já havíamos exposto no primeiro capítulo de nosso trabalho, os números da pesquisa de Almeida (2003) apontam para uma incontestável preferência dos postulantes à adoção por crianças brancas. O que isso significa? Significa que o número de crianças pardas, mas especificamente o

número das crianças negras, em instituições asilares (orfanatos, casas transitórias, etc.) é muito maior do que o de crianças brancas, logo, têm menos chances de serem adotadas e usufruírem do constitucional direito à família. Em consequência disso, permanecem por muito mais tempo nas referidas instituições e quando são adotadas – quando o são – configuram outro quadro estatístico, o das adoções tardias.

Em novo procedimento investigativo, agora no ano de 2002, Almeida (2003) levantou informações referentes à comarca de Bauru e cruzou dados que vão além da cor da pele (ou etnia) das crianças em função dos interesses dos postulantes à adoção, considerando também a idade, sexo e estado de saúde das crianças. Em termos gerais, sua conclusão corrobora com as estatísticas nacionais. 76,19% dos postulantes à adoção interessam-se por crianças brancas e os demais se distribuem entre as categorias: “branca até morena clara” (12,70%), “branca até parda clara” (3,17%), “parda” (1,59%), “parda até negra” (3,17%) e “indiferente” (3,17%). Com relação à idade – e tais dados nos são preciosos porque definem a faixa etária das crianças consideradas idosas para adoção – temos um grande número de postulantes interessados por crianças recém nascidas e/ou com idade inferior a 18 meses (72,36%) em detrimento ao diminuto número de postulantes interessados em crianças com mais de 2 anos (26,99%). Quanto ao sexo, a preferência é por meninas, na proporção de 50,79% contra 46,03% de interesse por crianças do sexo masculino. Ao serem cadastrados no programa de adoção, os postulantes respondem se aceitam ou não adotar crianças com HIV negativado e o levantamento de Almeida (2003) aponta para o seguinte resultado: 61,90% não aceitam adotar tais crianças, enquanto que 38,10% aceitam: elas também engrossam as estatísticas das adoções tardias ou as estatísticas de crianças institucionalizadas no Brasil.

As contribuições de Almeida (2003) com todos estes dados estatísticos relacionados à adoção dão sentido àquilo que podemos verificar por meio da literatura nacional. Estes números auxiliam na caracterização ou definição do perfil das crianças consideradas “não adotáveis” no contexto social brasileiro. Não seria exagero, nem tampouco um risco relacionado à repetição, mencionar neste momento de nosso texto que essas crianças – negras, com mais de dois anos de idade, portadoras de alguma deficiência ou possuidoras de um histórico de problemas médico-biológicos – são aquelas destinadas a um período muito extenso

de institucionalização e vitimadas por múltiplos abandonos: o “abandono da família biológica” que, por motivos sócio-econômicos ou ético-morais, são impedidas de manter os seus filhos; o “abandono do Estado” que, por meio das limitadas legislações e deficitárias políticas públicas, tem os braços engessados para o acolhimento de seus órfãos; o “abandono da sociedade” que ainda não entendeu o sentido do termo inclusão, uma vez que se vê ocupada com a invenção de novas, refinadas e eficientes técnicas de exclusão do diferente e das minorias.

Os mitos que constituem a atual cultura da adoção no Brasil, apresentam-se como fortes obstáculos à realização de adoções de crianças “idosas” (adoções tardias), uma vez que potencializam crenças e expectativas negativas ligadas à prática da adoção enquanto forma de colocação de crianças em famílias substitutas. A criança recém nascida, e como nos apontam os números, é mais procurada pelas famílias postulantes à adoção. Tal fato se justifica pelo encontro de “possibilidades” e “expectativas” que nas mesmas se materializam, porque representam (segundo o imaginário dos adotantes):

- a possibilidade de uma adaptação tranqüila da criança em relação aos pais e dos pais em relação à criança e, conseqüentemente, uma saudável relação entre os pais e filho adotivo, imitando assim a “possível” ou “almejada” relação destes numa situação onde se faz presente o vínculo biológico-sangüíneo;
- a oportunidade de construção de um vínculo afetivo mais profundo entre mãe-pai-filho, a tal ponto de apagar as marcas da rejeição e abandono promovidos pela mãe e pai biológicos;
- tempo hábil para a construção do aqui denominado pacto sócio-familiar, caso seja opção da família adotiva manter segredo quanto as origens da criança adotada;
- o acompanhamento integral de seu desenvolvimento físico e psicossocial que se manifestam desde as mais primitivas expressões faciais como o sorriso e movimento dos olhos acompanhando objetos e demonstrando o reconhecimento das figuras parentais até as primeiras falas e primeiros passos;

- a realização do desejo materno e paterno de poder trocar as fraldas de um bebê a quem chamará de filho, seguido dos desejos complementares à consolidação da figura materna e paterna, tais como, dar-lhe colo, amamentar, ninar, dar banho, trocar-lhe as roupas, etc.;
- protagonizar o papel de pai e mãe no processo de educação do filho, incluindo a possibilidade de acompanhar o desenvolvimento escolar que se desdobra em situações menores em proporção ao todo do processo, mas que são extremamente significativas aos pais, como por exemplo, ver seus primeiros rabiscos no papel se transformarem em garatujas e depois em figuras humanas cada vez mais complexas e representativas, acompanhar os primeiros passos do filho em direção à alfabetização, fazer-se presente nas reuniões da escola e nas comemorações cívicas e culturais, participar com o filho de eventos esportivos, etc.;
- construir uma história familiar e registrá-la, desde os primeiros dias de vida do filho, por meio de fotografias que comporão o álbum de família;
- etc.

Se, por um lado, essas *expectativas* presentes no imaginário dos postulantes à adoção, encontram na “criança recém-nascida” a *possibilidade* de realização, tornando-as alvos de seus interesses e por assim ser, as mais procuradas para adoção, tais expectativas são também os motivos que colocam as chamadas “crianças idosas” no final da fila de espera por uma família. À lista de motivos que tem levado casais e famílias considerados aptos à concretização de adoções, tardias ou não, a desistirem, somam-se questões de toda ordem:

- o medo manifestado por muitos casais e famílias postulantes à adoção de que a criança adotada, principalmente a que tem idade igual ou superior a dois anos, por ter permanecido um longo período de seu processo desenvolvimental na instituição ou transitando entre diferentes famílias, não se adapte à realidade de uma família em definitivo, por crer (equivocadamente) que a mesma já terá formado

sua personalidade, caráter e por ter se lhe incorporado “vícios”, “má educação”, “falta de limites” e “dificuldade de convivência”;

- a negativa expectativa quanto à possibilidade do estabelecimento de vínculos afetivos entre os adotantes e a criança tendo em vista seu histórico de rejeição e abandono associado à consciência de sua não pertença (biológica) à família adotiva;
- o mito de que ao longo do processo de desenvolvimento da criança, seus desejos por conhecer a família biológica serão intensificados de modo a comprometer a relação com a família adotiva, sendo este o motivo de constantes conflitos que, quase sempre, culminam com a revolta e/ou fuga do filho adotivo;
- o tempo de espera nas filas pela adoção de crianças, coordenadas pelos juizados da infância e juventude, tende a ser longo e o processo burocrático se apresenta como obstáculo dos mais difíceis de serem superados tendo em vista as exigências a serem cumpridas (aliás, todas em função do bem-estar das crianças);
- a legislação brasileira, que por cautela e prudência, não dá de imediato a certidão de adoção plena da criança à família adotiva, gerando uma ansiedade na mesma que, para evitar desgastes emocionais em ambas as partes, opta pela desistência da adoção em vez de aceitar a guarda provisória da criança. Vale dizer que em situações como essa, a família adotiva permanece por um período que varia de um a dois anos com a guarda provisória da criança que, por sua vez, ainda está judicialmente ligada à família biológica. Como o poder judiciário prima preferencialmente pela permanência das crianças em suas famílias de origem e somente na falta ou impossibilidade desta, disponibiliza a criança para colocação em família substituta, muitas famílias temem – e por isso recusam a guarda provisória – que depois de um tempo de convívio, que certamente resultará na construção de vínculos afetivos com a criança, esta tenha que ser devolvida a sua mãe, pai ou família biológica.

Este é o contexto de inserção de nossa preocupação central: a adoção tardia. Acabamos de apresentar, apoiados na literatura, aspectos que se apresentam como barreiras para a realização das adoções tardias. Contudo, não esgotamos a exploração deste contexto que é, segundo nosso ponto de vista, fiel reflexo da atual cultura da adoção e seus “pré-conceitos”.

A aqui denominada cultura da adoção se desdobra em ainda muitas outras peculiaridades e, para dar conta de uma satisfatória e panorâmica explanação de seu conjunto, sentimos necessidade de contar com o didático recurso da divisão do fenômeno em suas partes constituintes para assim compreendê-lo melhor. É o que faremos a seguir.

3.2 Distinguindo termos, esclarecendo procedimentos

O terceiro capítulo do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), intitulado “Do direito à convivência familiar e comunitária” é fonte verossímil para a distinção de termos técnicos importantes dentro da temática da adoção. Por meio da distinção de termos como “família natural”, “família substituta”, “poder familiar”, “guarda”, “tutela” e “adoção plena”, poderemos compreender um pouco melhor o processo – no aspecto jurídico – vivenciado por famílias candidatas e também aquelas que já realizaram a adoção.

Por “família natural” a referida lei compreende “a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes (art. 25)”, o que até aqui vínhamos chamando de família biológica. O termo “família substituta” designa aquela família que receberá o novo membro, provisória ou definitivamente, mediante os regimes de “guarda, tutela ou adoção, independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente (art. 28)”, o que até aqui vínhamos chamando de família adotiva. Contudo, há de se fazer uma outra distinção terminológica para que o conceito de família substituta seja inteiramente elucidado.

A família substituta recebe a criança ou adolescente em seu seio, mas pode ou não configurar-se como família adotiva, caso a permanência da criança ou

adolescente em seu interior esteja condicionado, por exemplo, aos regimes de guarda e tutela.

Prescreve o ECA que a “guarda obriga à prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente, conferindo ao seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive os pais (art. 33)” e “poderá ser revogada a qualquer tempo, mediante ato judicial fundamentado, ouvido o Ministério Público (art. 35)”. Este regime é muito comum nos processos de adoção de crianças e adolescentes cujos pais ainda não foram destituídos do “poder familiar” e, por isso, define-se pelo período de tempo em que se dá a permanência da criança ou adolescente na família substituta anterior à “adoção plena” ou ao retorno da criança ou adolescente à família natural. Vale dizer, conforme Ferreira e Carvalho (2002) que esta medida visa a preservação da identidade e dos vínculos afetivos e jurídicos da criança ou adolescente com os pais biológicos. Em situações de impossibilidade, por parte da família natural, de dar à criança ou adolescente as condições mínimas para seu saudável desenvolvimento, esta poderá ceder sua guarda a outra família (no caso substituta) por período indeterminado e posteriormente reaver a guarda, tão logo se encontre em condições de cumprir com suas obrigações prescritas na lei.

O regime denominado “tutela” somente é concedido àquele que se demonstra capaz de reger outro considerado incapaz e administrar os bens que lhe pertencem, podendo este segundo ter até 21 anos incompletos. Segundo o ECA, “o deferimento da tutela pressupõe a prévia decretação da perda ou suspensão do poder familiar e implica necessariamente o dever de guarda (art. 36)”. A criança ou adolescente sob tutela de uma família substituta não está disponível para adoção e também não tem cortados os seus vínculos com a família natural. O regime de colocação da criança ou adolescente em família substituta por meio da tutela se dá, normalmente, em caso de morte dos pais ou de destituição do poder familiar, que por sua vez ocorre nas seguintes situações: “abandono da criança ou do adolescente; castigo imoderado; prática de atos contrários à moral e aos bons costumes; desatendimento injustificado ao dever de sustento, guarda e educação; descumprimento das determinações judiciais, quando houver; falta, omissão ou abuso dos pais ou responsáveis” (FERREIRA; CARVALHO, 2002, p. 57).

O que aqui estamos chamando de “adoção plena” para indicar a consolidação do processo de adoção, ou seja, seu deferimento e conclusão “atribui a condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com os pais e parentes” (art. 41), “será precedida de estágio de convivência com a criança ou adolescente, pelo prazo que a autoridade judiciária fixar, observadas as peculiaridades do caso” (art. 46) e “é irrevogável” (art. 48).

Segundo Ferreira e Carvalho (2002, p. 42):

a sentença de adoção será dada pelo juiz da Vara da Infância e Juventude, após ouvir o promotor de justiça. O acompanhamento que os técnicos fazem da criança em seu novo lar vai resultar em um laudo, que fundamentará a decisão do juiz, podendo a decisão ser favorável ou não à concessão da adoção.

Este período de estágio da criança ou adolescente junto à família candidata à adoção (família substituta) ocorre, como vimos, por tempo determinado pelo juiz da Vara da Infância e Juventude, mas também está condicionado à destituição do poder familiar dos pais biológicos (família natural), o que pode ser um processo bem demorado – às vezes chega a durar mais de dois anos. Enquanto o poder familiar não é destituído, a família substituta tem a guarda da criança ou adolescente e espera pela decisão que lhe conferirá, ou não, a adoção plena e irrevogável. Este é um período considerado crítico nos processos de adoção e, por isso mesmo, temido por muitos candidatos. Uma compreensível insegurança instala-se nos pais substitutos porque são cientes de que a adoção pode ou não ser deferida e, paralelamente ao período de espera, vão se criando os vínculos afetivos provenientes do tempo de convivência com a criança ou adolescente.

Por mais que se esforce, o poder judiciário nem sempre consegue atender às demandas que lhe chegam e o que se observa é uma demora nos trâmites que dão forma aos processos de adoção, desde seu início até a conclusão. Tal realidade, somada aos efeitos da cultura da adoção no Brasil, foi responsável pela modalidade de adoção denominada “adoção à brasileira”, aqui já citada anteriormente.

Todas essas situações relacionadas à prática da adoção de crianças nos remetem a seguinte reflexão: este tempo de espera a que se submetem pais, crianças e adolescentes poderia ser aproveitado de forma mais significativa se

políticas públicas, preocupadas com a realidade abandono-adoção no Brasil, fomentassem programas de preparação para a adoção, nos quais pais e filhos receberiam atenção especial e não estariam tão vulneráveis aos negativos efeitos da atual cultura da adoção.

3.3 A questão do apego: separando o joio do trigo

A metáfora da tradição cristã – o joio e o trigo – está aqui sendo invocada para aludir nosso desejo de contribuir com a transformação da atual cultura da adoção. Não se trata de uma postura meramente maniqueísta, no sentido de dizer “isto é bom” ou “isto é mau”, mas sim de uma tentativa de busca e seleção de argumentos que poderão tornar criteriosa a reflexão acerca dos conteúdos representacionais advindos das famílias candidatas à adoção e das já constituídas adotivas que se materializam sob a forma de obstáculos para a realização das adoções tardias, especificamente.

Separar o joio do trigo não é uma tarefa fácil. Trata-se de duas espécies vegetais muito parecidas, visualmente falando. Suas estruturas, formas e cores, principalmente no estágio inicial do desenvolvimento, são tão próximas que confundem os olhos do agricultor na hora da colheita. A diferença é que uma, no caso o trigo, serve para fazer a farinha que se transformará em pão e, na condição de alimento, promoverá a vida. A outra, de aparência semelhante, e agora referimo-nos ao joio, não serve para comer, pelo contrário, desqualifica o trigo se a ele apresenta-se misturado e amarga a boca. Separá-los exige o conhecimento das duas espécies e uma atitude de observação atenta e rigorosa. A ação precipitada de querer livrar o trigo do joio incorre na possível substituição de um pelo outro e então, corre-se o risco de colocar joio para fazer farinha enquanto se queima o trigo.

Nossa intenção com a presente pesquisa é promover uma separação entre mito e realidade no contexto da adoção tardia, uma vez que acreditamos poder contribuir para que num futuro próximo tal conhecimento, aqui construído e socializado, seja incorporado a atual cultura da adoção e sirva de instrumento facilitador para que casais e famílias sintam-se seguros para realizar adoções, já que terão disponível para sua reflexão e tomada de decisão, conhecimentos consistentes advindos da ciência. Estamos, portanto, tomando o mito como joio e a realidade

como trigo. Mas se é verdade que separar joio do trigo consiste numa difícil tarefa, tão difícil quanto é separar mito de realidade. Então, de que mito e de que realidade estamos falando?

3.3.1 Sobre o mito e sua relação com a cultura da adoção

Segundo Durozoi e Roussel (1993, p. 326), o mito é uma “representação coletiva mais ou menos irracional e de forte valor afetivo [...]”. Para os teóricos marxistas, trata-se apenas de uma variante da ideologia”. Já Abbagnano (1992, p. 807-809) apresenta três concepções para o termo:

1) Na Antiguidade Clássica o mito foi considerado como um produto deformado da intelectualidade [...]. 2) A segunda concepção do mito é aquela segundo a qual é uma forma autônoma de pensamento e vida. Neste sentido, o mito não tem uma validade ou uma função secundária e subordinada com referência à consciência racional, senão função e validade originais e se coloca em um plano diferente, porém de igual dignidade ao do entendimento [...]. 3) A justificação retrospectiva dos elementos fundamentais da cultura de um grupo. ‘O mito não é uma simples narração, nem uma forma de ciência, nem um ramo da arte ou da história, nem uma narração explícita. Cumpre sua função *sui generis* estritamente conectada com a natureza da tradição e a continuidade da cultura com relação à maturidade e juventude e com a atitude humana acerca do passado. A função do mito é, em síntese, a de reforçar a tradição e dar-lhe maior valor e prestígio, relacionando-a com uma realidade mais alta, melhor e sobrenatural que a dos acontecimentos iniciais’.

Os mitos acerca da adoção, já discutidos em nosso primeiro capítulo (mito do laço de sangue, mito da revelação, mito da paternidade e maternidade ideais, mito da mãe boa, etc.) são exemplos de uma inconsciente tentativa de manutenção e reforçamento da atual cultura da adoção, que envolve conceitos importantes como “maternidade”, “paternidade” e “filiação”. Mas são também exemplos de uma forma de expressão do pensamento coletivo que, embora carregados de sentido, porque exprimem e sintetizam experiências verdadeiramente vivenciadas, representam paralelamente a imprecisão interpretativa e racional daqueles que atuam em suas formulações.

Os preconceitos geradores dos mitos, que por sua vez geram a cultura, estão a todo tempo sendo disseminados e vão assim retroalimentando crenças, valores, medos, expectativas e fantasias negativas acerca da adoção. Conforme já mencionamos, os filmes, novelas, desenhos animados e a literatura são veículos de

transmissão dos mitos e estes, como nos explicou Abbagnano (1992), tornam-se mais do que uma forma de narrar a história ou de apresentar um fato, mas um modo de pensar individual e coletivo, com igual ou semelhante valor que a realidade.

Pomo-nos então a refletir: que instrumentos podem ser utilizados para desmistificar o mito do laço de sangue, por exemplo, se muitos homens e mulheres já atuaram informalmente afirmando sobre sua verossímil existência? se canais de televisão já divulgaram relatos de que, em inúmeros casos de adoções, os filhos adotivos partem em busca de sua família biológica porque se sentem quase que “instintivamente atraídos” pelo sangue original? se jornais e revistas já noticiaram dramas e tragédias familiares onde o filho adotivo não reconhece a paternidade adotiva, desqualifica o ato da adoção e o cuidado dispensado pelos pais, rebela-se contra os mesmos, foge ou para com eles usa de violência? se os filmes ou desenhos animados sempre mostram o filho adotivo como problemático, extremamente frágil, carente, solitário ou suscetível aos apelos do que é considerado o “lado ruim” do ser humano: drogas, crime, violência, etc? Como separar o joio do trigo, o mito da realidade?

Somente um caminho enxergamos: o do esclarecimento via ciência, a quem aqui tomamos como digna representante, não da verdade absoluta, porque sabemos que a ela não é possível o irrestrito acesso, mas como representante das luzes que clareiam a razão e que nos permitem experienciar a proximidade com a realidade – nosso trigo, portanto.

3.3.2 Romances familiares: contribuições de Freud

Freud (1909) ao descrever o processo de desenvolvimento psicológico da criança aponta para sua experiência de conhecimento e posterior libertação dos pais como marco significativo para a constituição de sua personalidade e identidade. Trata-se do “romance familiar”, ou seja, o processo de desenvolvimento do vínculo entre pai e filho que garante a este segundo o sentimento de pertença à família e que Freud, para explicá-lo, divide em dois estágios: o primeiro que se dá quando a criança ainda não tem consciência dos papéis sexuais desempenhados por seus pais e o segundo, quando este conhecimento lhe chega.

A autoridade representada pelos pais manifesta-se por meio dos cuidados que estes dispensam à criança e que esta reconhece como de fundamental importância, visto que deles depende sua sobrevivência. Tal autoridade manifesta-se também por meio do conhecimento que dos pais provém e que à criança estão sendo constantemente transmitidos. A criança, por sua vez, deseja, principalmente nos primeiros anos de seu desenvolvimento, igualar-se aos progenitores do mesmo sexo, uma vez que vivenciam fortemente o processo de identificação. Com o passar dos anos, o potencial intelectual da criança lhe permite realizar abstrações e comparações entre a figura materna e paterna às quais se vê vinculada e outras presentes em seu contexto de inserção. O menino passa, por exemplo, a reparar em outros pais e compara-os com o seu e a menina estabelece comparações entre sua mãe e as mães de suas amigas. Do simples estabelecimento de comparações ao ato de criticar, a criança passa assim que se percebe castrada ou descontente com as atitudes dos pais. O filho coloca em dúvida a sabedoria e autoridade do pai frente ao conhecimento de que outro pai, agiu de forma diferente com seu filho numa circunstância idêntica a que vivencia, o critica por isso e projeta na figura desse outro pai a imagem de um pai melhor.

Paralelamente a tal situação, Freud (1909) afirma que a criança alimenta um sentimento de negligência e rejeição por parte dos pais em relação a ela, sobretudo quando, por motivos ora justificáveis ora não, os pais deixam de atender suas solicitações, total ou parcialmente. O sentimento de estar sendo negligenciada, pouco amada ou rejeitada pelos pais associa-se, para a criança, a um atraso na alimentação, um diminuto período de contato físico (carinho, colo, etc.) ou até mesmo à percepção de que tem que dividir com irmãos o amor e a atenção dos pais.

Sua sensação de que sua afeição não está sendo retribuída encontra abrigo na idéia, mais tarde lembrada conscientemente a partir da infância inicial, de que é uma criança adotada, ou de que o pai ou a mãe não passam de um padrasto ou de uma madrasta (FREUD, 1909, p. 219).

Após a tomada de consciência acerca das limitações do pai e da mãe, após as primeiras experiências relacionadas à rejeição e negligência e depois de ter experimentado também a sensação de não pertença original em relação àqueles pais, a criança desenvolve uma intensa atividade imaginativa (devaneios) – que Freud (1909) chama de realização dos desejos ou de retificação da vida real – que se estende até o período anterior à puberdade. Por meio das brincadeiras e da

atividade imaginativa a criança vai se libertando dos pais que ela aprendeu a conhecer e que passou, depois de os ter descoberto negligentes e limitados, a também rejeitar. Nesse processo de libertação dos pais reais, via brincadeiras, imaginação e devaneios, a criança vai promovendo um paralelo processo de substituição dos mesmos por pais ideais e isso se dá conforme sua capacidade criativa. Os meninos podem encenar em suas brincadeiras, por exemplo, a condição de filho de um grande e bem sucedido empresário e a menina, filha de uma atriz famosa.

Na verdade, todo esse esforço para substituir o pai verdadeiro por um que lhe é superior nada mais é do que expressão da saudade que a criança tem dos dias felizes do passado, quando o pai lhe parecia o mais nobre e o mais forte dos homens, e a mãe a mais linda e amável das mulheres. Ela dá as costas ao pai, tal como o conhece no presente, para voltar-se para aquele pai em quem confiava nos primeiros anos de sua infância, e sua fantasia é a expressão do lamento pelos dias felizes que se foram (FREUD, 1909, p. 222).

Somente quando se torna possível a compreensão dos papéis sexuais desempenhados por seus pais é que a criança deixa de considerar-se adotiva ou na situação de quem convive com o padrasto ou madrasta, podendo assim, exaltar novamente a figura materna e paterna. Nesse novo estágio, a criança amplia sua capacidade imaginativa para poder inserir nela a satisfação de seus desejos eróticos, antes tão inconscientes quanto o conhecimento da diferenciação sexual dos pais. Agora, conhecedora dos papéis sexuais, a criança elege a mãe como figura de intensa curiosidade sexual e faz com que esta, em sua fantasia, apresente-se como autora de secretas e infiéis relações amorosas. Esta operação imaginativa de atribuição à mãe de novos parceiros (novos romances) permite à criança a realização de vinganças por retaliações vividas anteriormente (tanto as advindas da mãe quanto as advindas do pai e irmãos) e fazer de seus irmãos, filhos ilegítimos ou bastardos, enquanto ela, que no estágio anterior assim se julgava, agora certifica-se de sua legitimidade filial.

Após termos apresentado o “romance familiar”, enquanto contribuição de Freud (1909), objetivando fazer dele mais um passo no sentido de melhor compreender nosso problema central, passamos a considerar que paira sobre o imaginário de algumas famílias que, suscetíveis ao mito da revelação, optaram por não informar a seu filho adotivo a verdade sobre sua origem, a dúvida quanto a

convicção ou não da criança acerca de sua condição: de filho biológico ou adotiva. Algumas famílias que optaram pela não revelação da verdade à criança, afirmam também que experienciam a sensação de que a criança não se vincula afetiva e integralmente à família por ter a impressão de não lhe pertencer de fato, como se ela instintiva ou intuitivamente fosse capaz de perceber-se não originária daquele ventre e seio que lhe acolhe. Outras famílias adotivas, pelo contrário, optam por revelar à criança adotada a verdade sobre sua origem justamente por acreditar no fato de que esta é capaz de identificar sua pertença ou não à família. Nesse sentido, o romance familiar postulado por Freud (1909), desmistifica as duas situações e desqualifica a mítica impressão de que somente a criança adotiva desenvolve uma sensibilidade para perceber-se pertencente ou não a uma determinada família. Não. A criança, independentemente do vínculo biológico ou da condição de adoção, durante o seu processo de desenvolvimento imagina-se adotiva e tal acontecimento, *a priori* inconsciente, é determinante para sua vinculação em relação à figura materna e paterna. E vale também reafirmar que as fantasias infantis de substituição dos pais reais por pais ideais complementam este processo de vinculação, configurando-se como expressão do desejo – e desejo habita sempre o mundo ideal – de um bom pai e uma boa mãe, logo, de um bom relacionamento para com os mesmos.

No caso de crianças adotadas tardiamente é que a situação merece uma atenção especial pois, dependendo da idade, a criança terá, em nível consciente, a representação daquele outro pai e daquela outra mãe que a fantasia propicia. É o que afirma Vargas (1998, p. 32):

Para a criança adotiva tal fantasia tem um componente de realidade: existem mesmo outros pais que, uma vez idealizados (sem a possibilidade de confrontação), poderão vir resgatá-los de situações percebidas como negativas em suas famílias adotivas. Por outro lado, devem fazer frente à realidade de que foram abandonadas, o que pode acarretar em feridas ao narcisismo de tais crianças, que ficariam suscetíveis a períodos críticos de seus desenvolvimentos.

Com isto posto, nos permitimos inferir que a criança adotada tardiamente pode, por meio de sua inserção numa nova família, vivenciar um novo romance familiar e, portanto, ter a oportunidade de ressignificar seu nascimento psíquico. Ao contrário do que a atual cultura da adoção pulveriza sob a forma de mitos que reduzem a quase nada as chances de sucesso nos processos de adoção tardia, o romance familiar nos dá uma nova perspectiva de entendimento do processo de

criação dos vínculos afetivos e sentimento de pertença. Ele nos dá sinais positivos de que a criança adotada tardiamente não só tem chance de vinculação igual à de uma criança gerada biologicamente, como nos leva a crer na possibilidade de uma superior condição, haja visto o fato de que a figura dos pais reais – aqueles que abandonaram – poderá ser de fato substituída pela figura de pais que amam e desejam-na. Tal afirmação possui dupla importância: a que em si ensina e a de que a revelação à criança quanto a verdade de sua origem é de fundamental valor, uma vez que lhe oportuniza a construção e concomitante resignificação da própria história.

Os mitos referentes à sua indisponibilidade adaptativa e sobre sua impossibilidade de vinculação representam, na verdade, a projeção da “culpa” e da “responsabilidade” dos casais e famílias para a criança por processos de adoção realizados inadequadamente, ou seja, aquelas adoções cujas motivações centram-se mais na possibilidade de satisfação dos pais adotivos do que da criança adotada. A criança não tem a obrigação de corresponder às expectativas superestimadas dos adotantes que, por exemplo, desejam substituir um filho perdido ou ver o filho adotivo se tornando o que eles mesmos não puderam ser, dadas as condições de seu contexto.

Equívocos motivacionais têm sido a causa de processos de adoções tardias realmente complicados, mas nestes a criança não deve ocupar, como bode expiatório, o lugar de réu e sim de vítima. Vargas (1998) sugere que as famílias postulantes à adoção mantenham flexível a figura idealizada do filho, de modo que tal figura não venha sobrepor a figura do filho real e permita, uma aproximação gradativa entre as duas ao longo do processo de adoção e convivência familiar.

3.3.3 O Eu-pele e o processo de vinculação na adoção tardia: contribuições de Anzieu

Os primeiros sinais da relação que irá se estabelecer entre a criança recém-nascida e seus pais – em especial com a mãe – e que irá marcar o início do processo de vinculação concretiza-se por meio de uma primordial interface: a pele. Anzieu (1989) a apresenta como canal de comunicação primeiro entre o mundo

interior e o mundo exterior, exercendo, portanto, papel fundamental na constituição do sujeito (nascimento psíquico):

por sua estrutura e por suas funções, a pele é mais do que um órgão, é um conjunto de órgãos diferentes. Sua complexidade anatômica, fisiológica e cultural antecipa no plano do organismo a complexidade do Eu no plano psíquico. De todos os órgãos do sentido é o mais vital: pode-se viver cego, surdo, privado do paladar e de olfato. Sem a integridade da maior parte da pele, não se sobrevive. [...] A pele protege o equilíbrio de nosso meio interno das perturbações exógenas, mas em sua forma, sua textura, sua coloração, suas cicatrizes, ela conserva as marcas destas perturbações. Por sua vez, este estado interior, que espera que ela preserve, é bastante revelado em grande parte externamente; ela é aos olhos dos outros um reflexo de nossa boa ou má saúde orgânica e um espelho de nossa alma (p. 29-32).

As funções da pele são muitas, segundo Anzieu (1989), mas queremos registrar e salientar que ela cumpre a tarefa de estabelecer as necessárias barreiras de proteção para o Eu que se estrutura (na criança) e o Não-Eu já estruturado e que lhe é externo (o seio, a mãe, os outros, o mundo e suas ameaças). Este Não-Eu funciona como um envelope externo, repleto de mensagens, de estímulos ora positivos e saudáveis ora negativos e destrutivos, e onde também se insere o envelope interno, delimitado pela superfície epidérmica do corpo do bebê, que, por sua vez e a seu tempo, vai igualmente se constituindo um instrumento de emissão de mensagens. Dessa relação entre envelope interno e envelope externo forma-se o Eu-pele, ou seja, o reconhecimento de uma individualidade (um Eu) que se confirma na medida em que suas mensagens, dirigidas ao Não-Eu, são ouvidas, compreendidas e respondidas. O Eu-pele, “élan integrativo do Eu”, “cria a possibilidade do pensamento” (ANZIEU, 1989, p. 62).

Paralelamente ao desenvolvimento do pensamento e da possibilidade de voltar-se sobre si mesmo, do reconhecimento de si como um Eu único, desenvolve-se o vínculo com os pais, que podem ser bons (signo de um Eu-pele consistente) ou não (signo de um Eu-pele sem consistência). Assim, as forças atuantes no processo de desenvolvimento do Eu-pele condicionam-se à qualidade da relação entre o bebê e sua mãe e os demais participantes de seu contexto.

Considerando que o Eu-pele corresponde ao reconhecimento do Eu, inserido e em relação com o Não-Eu, e portanto, a interface e vínculo entre o mundo interno e o mundo externo, devemos nos perguntar: como se dá a constituição dos vínculos da criança em relação aos pais no contexto da adoção tardia?

Adoção é acolhimento, mas um acolhimento precedido por rupturas. As intensidades dessas rupturas variam conforme o tempo e o contexto em que ocorrem. As marcas da singular realidade que cada criança, no contexto de adoção, traz consigo e que representa sua história de vida, são marcas de rejeição, abandono ou acolhimento, que exercerão influência no processo de desenvolvimento dos vínculos que esta irá estabelecer na relação com a família adotiva. Existem casos em que a criança, imediatamente após seu nascimento, é acolhida pela família substituta e encontra, já na mãe adotiva, a possibilidade de relação com aquela que será sua principal figura de apego. Contudo, existem também os casos em que crianças são rejeitadas, negligenciadas, abandonadas e encaminhadas para instituições (como orfanatos, casas de transição, etc.) onde poderão permanecer por tempo indeterminado. Nessas situações, que potencialmente configurarão casos de adoções tardias, as crianças terão mais dificuldade em vincular-se à figura de apego, uma vez que inúmeros fatores (rupturas), próprios de cada história de vida, poderão interferir no êxito de tal processo (VARGAS, 1998).

Os exercícios da maternidade, da paternidade e da filiação são, essencialmente, processos de adoção. São vias de mão dupla, onde não só a criança é adotada pelos pais, mas ela também vivencia um processo de adoção dos pais. Esta adoção/vinculação se define pela criação de laços afetivos condicionados às relações de troca que, primeira e evidentemente, correspondem às ações de defesa e manutenção da vida. Crianças recém nascidas ou adotadas precocemente vivenciam este processo de vinculação de modo natural, dada a facilidade de internalização da figura materna (mãe boa), enquanto que as tardiamente adotadas necessitam desenvolver dispositivos psíquicos para tornar possível esse processo. Dentre os dispositivos por elas desenvolvidos está o da regressão que, segundo Vargas (1998, p. 36), a criança “se reporta ao estado imaginário de recém-nascido e vive uma espécie de segundo nascimento, a partir do qual ela pode percorrer seu novo desenvolvimento e até resolver melhor as fases de constituição de seu ego”. Nesse sentido, a criança adotada com mais de dois anos de idade e que manifesta o desejo de querer renascer dos pais adotivos dá sinais de que o uso da regressão se aplica saudavelmente em seu processo de vinculação. Assim, na adoção tardia o processo de vinculação da criança em relação aos pais implica num novo processo

de gestação, onde, portanto, um novo nascimento está para acontecer. Metáforas à parte, há mesmo um novo processo de gestação. Contudo, trata-se de uma gestação “extra-uterina” vivenciada em quatro fases, as quais discutiremos a seguir.

A primeira fase, e mais regressiva de todas, é aquela onde a criança fantasia sua reinserção ao útero materno. A vivência dessa fantasia, chamada por Anzieu (1989) de “fantasia intra-uterina”, remete a criança a uma relação de proximidade física de grande intensidade com a mãe. O contato corporal se intensifica como forma de satisfação do desejo de incorporação ao corpo da mãe para que a sensação, primeiramente de pertença ao corpo materno e depois de desprendimento do mesmo, torne-se realidade. Segundo Vargas (1998, p. 37) verbalizações da criança para a mãe manifestando o desejo de querer “entrar na sua barriga para sair de novo” são comuns durante este período.

A segunda fase no processo de vinculação da criança adotada tardiamente consiste na estratégia, por ela mesma elaborada, de busca por identificação física. Trata-se de um processo de reconhecimento de características comuns, presentes nos pais adotivos e nela, que vem reforçar a fantasia de descendência. Anzieu (1989) nomeia esta como sendo a fase da “fantasia da pele comum” e assim a descreve na relação mãe-filho:

a pele comum os mantém ligados, mas com uma simetria que esboça sua separação futura. Esta pele comum, os abarcando um ao outro, assegura entre os dois parceiros uma comunicação sem intermediário, uma empatia recíproca, uma identificação adesiva: tela única que entra em ressonância com as sensações, os afetos, as imagens mentais, os ritmos vitais dos dois (p. 88).

A terceira fase é marcada por comportamentos de distanciamento e de separação da criança em relação aos pais. A separação se dá pelo desaparecimento da “pele comum” e o reconhecimento de que cada um – pai, mãe e filho – têm a sua própria pele e o seu próprio eu. Esta fase que Anzieu (1989, p. 89) chama de “fantasia da pele arrancada” não acontece “sem resistência nem dor”. A criança pode esboçar comportamentos e verbalizações de ataque aos pais e tais atitudes podem ser compreendidas se nos reportarmos ao fato de que a criança, no contexto de adoção tardia, passou por situações de rupturas que produziram marcas (de desestruturação psíquica) e deve, portanto, elaborar o luto pela perda da mãe biológica, motivado pela introjeção dos novos objetos de identificação – no caso os

pais adotivos. Nesta fase a criança, temendo um segundo abandono, uma segunda ruptura e suas decorrentes frustrações, tende a projetar sobre os pais adotivos o fantasma da mãe biológica má (aquela que a abandonou) e os comportamentos agressivos indicam tentativas de autoproteção. Para assegurar-se de que os novos pais são mesmo bons e que a possibilidade de um novo abandono é remota, a criança testa os vínculos por meio de atitudes hostis que ganham o seguinte significado: ‘até que ponto eu sou querido’ ou ‘até onde eles vão me agüentar’ (VARGAS, 1998, p. 38).

A quarta fase desse processo é definida, segundo Vargas (1998), pela restauração do narcisismo infantil secundário que, por sua vez, permite a construção do ideal de ego na criança. Para tanto, será imprescindível a vivência de um “novo” romance familiar que, como demonstrado anteriormente, torna possível a vivência de um novo ou resignificação do “nascimento psíquico” da criança; fator deveras importante para o êxito da vinculação com a família adotiva.

3.3.4 A teoria do apego: contribuições de Bowlby

Tendo sido apontada pela literatura (VARGAS, 1998; WEBER, 2001; TURCATTO, 2002; SURJUS, 2002; ALMEIDA, 2003) e pelas famílias postulantes e adotivas como uma das mais fortes preocupações e impedimentos em relação à adoção tardia, o comportamento do apego, que influencia na qualidade da formação dos vínculos entre a criança e os pais, tanto biológicos quanto adotivos, é definido por Bowlby (2002, p. 240) como “a busca e a manutenção da proximidade de um outro indivíduo”. Para a criança, a qualidade dessa proximidade com o outro, sobretudo em relação à mãe, é determinante em seu processo de desenvolvimento emocional, podendo contribuir tanto para uma saúde psíquica como para uma série de desequilíbrios, alguns irreversíveis, conforme Bowlby (2001).

No bebê, o comportamento do apego é possível de ser percebido e avaliado já a partir do seu terceiro mês de vida, quando este, na presença da mãe, poderá esboçar-lhe sorrisos, dirigir-lhe olhares e acompanhar seus movimentos. Portanto, o reconhecimento da figura cuidadora é o primeiro sinal de que o comportamento do apego está se desenvolvendo.

Associadas aos comportamentos de reconhecimento do bebê em relação à figura cuidadora estão também as atitudes que visam a manutenção da proximidade com tal figura. Assim, na súbita e temporária ausência da mãe, o bebê poderá demonstrar-se irritado, chorar e movimentar-se freneticamente manifestando ansiedade e medo. A medida em que a criança se desenvolve física e psicologicamente, adquire recursos que vão lhe garantindo pequenas experiências de autonomia, mas durante seu primeiro ano de vida esta autonomia somente se pode constatar em desenvolvimento a partir da aceitação, por parte da criança, de maiores períodos de ausência da mãe. Em seu segundo ano, agora podendo contar com a habilidade de locomoção, a criança manifesta o comportamento de apego por meio da ativação de um mais complexo sistema de comportamentos: seguir a mãe para onde ela for, demonstrar ansiedade a partir de acontecimentos estranhos à sua compreensão – algo assustador, por exemplo – e novamente tranquilidade frente sua presença (que pode ser percebida visual, auditiva ou fisicamente). Os sistemas comportamentais de apego que visam a proximidade com a figura materna são muito facilmente ativados até o terceiro ano de vida da criança; depois desse período passam a ser disparados com menos frequência e com menos facilidade, uma vez que vai se tornando cada vez menos urgente a proximidade com a mãe.

Com a passagem da infância à adolescência e desta para a fase adulta, ocorrem muitas mudanças na qualidade do comportamento de apego e talvez a mais significativa delas seja a mudança das figuras (professor, amigo, cônjuge, etc.) a quem tal comportamento se dirige (BOWLBY, 2002).

O comportamento de apego designa uma relação de vínculo afetivo que se apresenta, durante o desenvolvimento do ser humano, como um dos mais significativos aspectos constituintes da personalidade. A possibilidade de proximidade com figuras cuidadoras (mãe, mãe substituta, pai, pai substituto, etc.) permite à criança a aprendizagem da autonomia, mas paralelamente a isso, a aquisição e estruturação de um aparato psíquico que irá permitir-lhe o alcance. Conforme afirma Bowlby (2002, p. 469-470):

A experiência de uma criança pequena de uma mãe estimulante, que dá apoio e é cooperativa, e um pouco mais tarde o pai, dá-lhe um senso de dignidade, uma crença na utilidade dos outros, e um modelo para formar futuros relacionamentos. Além disso, permitindo-lhe explorar seu ambiente com confiança e lidar com ele eficazmente, essa experiência também

promove seu senso de competência. Daí por diante, desde que seus relacionamentos de família continuem favoráveis, não só estes padrões iniciais de pensamento, sentimento e comportamento persistem, como a personalidade se torna cada vez mais estruturada para operar de maneira moderadamente controlada e resiliente, e cada vez mais capaz de continuar assim mesmo em circunstâncias adversas.

No sentido contrário ao supra citado, a teoria do apego de Bowlby (1997) também reservou espaço para discutir o significado de situações adversas, como por exemplo o rompimento dos laços afetivos (perdas) e sua conseqüência para a criança, tanto no seu estado presente como futuro (adolescência e fase adulta). Se por um lado a proximidade com a figura materna é fator contribuinte para o alcance da autonomia, o distanciamento lhe é prejudicial. Segundo Bowlby (2001, p. 119) “a menos que haja uma certeza razoável de que esta mãe poderá vir a cuidar de seu filho, não a estaremos ajudando ao lhe darmos a chance de se apegar ao bebê, pois a separação será, então, muito mais dolorosa”. Ao incentivar a adoção imediata da criança, o autor visa protegê-la dos malefícios da separação, que por sua vez representa uma abrupta interrupção do comportamento de apego que precocemente se inicia – nas primeiras trocas afetivas que se dão por meio da amamentação e zelo higiênico.

A separação é um momento crítico na relação mãe-bebê e pode ocorrer motivada por questões como a morte da mãe ou sua decisão pela entrega da criança, tendo em vista uma dificuldade sócio-econômica ou ainda problemas pessoais de toda ordem: rejeição do companheiro pela criança e, conseqüentemente, pela mãe, caso esta queira conservar a criança; gravidez precoce e sua não aceitação por parte da família extensa; problemas de saúde; dependência química, etc. Bowlby (1997) relaciona a vivência da perda definitiva da mãe para a criança ou sua separação com a vivência da perda e separação para o adulto em relação a uma de suas figuras de apego. Dependendo do tempo de convívio e a qualidade do vínculo com a figura perdida ou separada, o adulto pode passar por essas quatro fases:

1. Fase do torpor ou aturdimento, que usualmente dura de algumas horas a uma semana e pode ser interrompida por acessos de consternação e (ou) raiva extremamente intensas.
2. Fase da saudade e busca da figura perdida, que dura alguns meses e, com freqüência, anos.
3. Fase da desorganização e desespero.
4. Fase de maior ou menor grau de reorganização (p. 115).

No caso de uma criança entre os 15 e 30 meses, especificamente, e que não tenha sido obrigada a separar-se da mãe, mas que pelo contrário, mantém com esta uma relação de proximidade, quando se vê distante da figura materna – temporária ou definitivamente – apresenta comportamentos possíveis de se descrever em três fases: a primeira é a fase do protesto e configura-se pela presença de muito choro e raiva, sempre acompanhados de solicitações de retorno da mãe e uma crença na possibilidade de que seu desejo será atendido; a segunda fase é a do desespero, caracterizada por um relaxamento do choro e da raiva, aparentando um período de calma, contudo, a criança ainda acredita no retorno da mãe e quando essa crença e esperança começam a se dissipar no imaginário da criança, esta desespera-se, dando início à terceira fase, a do desligamento completo; a criança vai gradativamente se esquecendo da mãe e quando esta retorna – quando isso ocorre – observa-se um desinteresse da criança em relação a sua figura que tende ao não reconhecimento.

Essa seqüência de fases representa uma verdadeira vivência de luto pela perda ou separação da figura de apego. Vivenciar o luto e levá-lo a termo significa a superação da perda e da separação enquanto geradores de sofrimento. O luto é também definido como um período de preparação (cicatrização e amadurecimento) para a formação de novos vínculos afetivos e nesse sentido é de fundamental importância para a criança que, por sua condição de ser-em-desenvolvimento, ainda terá a oportunidade de vincular-se afetivamente a outras pessoas, como ocorre na adoção. Muito provavelmente por residir na criança, quanto mais tenra for sua idade, a oportunidade de novos vínculos afetivos é que Bowlby (1997) sustenta a tese de que, havendo necessidade da separação entre mãe e filho, esta deve ocorrer o mais rapidamente possível, assim como também o mais cedo possível deve ocorrer a adoção.

Considerando o exposto, Bowlby (2001) torna-se mais complexa nossa tarefa de separar o joio do trigo, ou seja, separar o mito da realidade em relação àquilo que povoa o imaginário das famílias postulantes à adoção e aquelas que já adotaram crianças. Esta sua afirmação, se não for bem compreendida, corrobora para a manutenção do mito de que crianças não podem ser adotadas tardiamente, supondo que seus danos, especialmente no campo da personalidade, serão tão comprometedores quanto impossíveis de recuperação:

É importante, para a saúde mental de um bebê, que ele seja adotado logo após o nascimento. Não há outro meio de possibilitar a continuidade dos cuidados maternos à criança, e quase todos os outros meios são falhos, até mesmo para garantir que a criança receba algum cuidado. Caso o bebê permaneça com a mãe, é possível que ela o rejeite e o negligencie; e, se for colocado por algum tempo numa creche ou num lar substituto, o seu desenvolvimento será prejudicado de alguma forma. [...] Se, durante o tempo de espera, o bebê não for cuidado por sua mãe, é preferível que ele fique num lar substituto transitório do que em algum berçário de instituição (p. 118-120).

Ocupando o lugar de quem se interessa pela investigação acerca do complexo contexto da adoção tardia e de quem busca contribuir para a desmistificação do mesmo, devemos tomar o postulado de Bowlby (2001) como crítica à histórica e atual condição dos abrigos enquanto instituições incapazes de imitar, no trato com as crianças, o potencial afetivo de uma família interessada em seu bem-estar, bem como alertar para o real problema que decorrerá da permanência da criança junto à família ou à mãe que, por motivos aqui não tornados objetos de análise, as rejeita e negligencia. A teoria do apego de Bowlby (1997; 2001; 2002) nos ajuda formular uma melhor perspectiva para a paradoxal situação da infância abandonada no Brasil – e por infância abandonada entendemos: aquelas crianças que vivem em suas famílias biológicas mas ali são negligenciadas, exploradas e, por vezes, violentadas; aquelas que se encontram nas ruas e praças das cidades e que são vitimadas pela forma mais cruel de abandono; e aquelas que foram abandonadas pelo Estado dentro dos muros da instituição asilar.

A teoria do apego nos remete à confirmação de que a adoção é um dos caminhos em direção ao cuidado com a infância, independentemente dela ocorrer precoce ou tardiamente, porque em ambos os casos a criança estará tendo a oportunidade de vivenciar um novo processo de construção dos vínculos afetivos e de ressignificar seu nascimento psíquico. Contudo, vale deixar pontuado, que nem Freud, nem Anzieu, nem Bowlby ou qualquer outro teórico poderá pragmaticamente afirmar que haverá sucesso em todas as histórias de adoção, precoces ou tardias, tanto quanto não poderão afirmar que serão bem sucedidas as relações entre pais e filhos cuja vinculação se inicia por meio da gestação biológica. Haveremos sempre, portanto, que considerar os inúmeros fatores que concorrem para o sucesso e/ou para o fracasso de nossas aventuras pelas sendas da maternidade, da paternidade e da filiação. Não sejamos pois, ingênuos a ponto de crer que o amor materno, paterno e filial constituem, única e isoladamente, base suficientemente sólida para a

edificação de relações ideais entre pais e filhos. E, justamente por sabermos que relações ideais são “ideais” – o que prescreve uma certa distância em relação ao real – em todas as situações de constituição familiar (ou noutras formas de convivência humana) não se deve dispensar: o cuidado com processos de comunicação, onde conhecimentos e informações sejam claramente enviados e visando um igualmente claro recebimento; onde a transmissão do afeto se dá de modo espontâneo, criativo, autêntico e não como recurso de dominação e contenção do outro; onde a colocação dos limites, tão necessários à convivência humana, sejam apresentados como sinal de respeito aos espaços e liberdades do outro de forma mais democrática do que autoritária, mais libertária do que castradora. O que queremos dizer é que por meio de uma práxis educativa, correspondente às tarefas da família¹⁴ e da sociedade, poderemos nos responsabilizar mais pela qualidade dos vínculos afetivos, pelos modos de constituição dos sujeitos e, conseqüentemente, pelos destinos de cada filho, de cada cidadão, deixando de culpabilizar a adoção, e especificamente a adoção tardia, pelos insucessos possíveis de se observar no passado, no presente e no futuro de cada um.

No capítulo seguinte estaremos apresentando nossos objetivos, metodologia de trabalho e referencial teórico. A partir deste capítulo, portanto, estaremos realizando um mergulho na realidade de famílias que ousaram enfrentar os mitos, os medos e os preconceitos acerca da adoção, concretizaram-na ou estão se preparando para.

¹⁴ Cf.: Capítulo II, item 2.3.

CAPÍTULO IV

**Objetivos e Metodologia:
onde queremos chegar e por qual
caminho**

4.1 Objetivos

4.1.1 Objetivo Geral:

Analisar as representações sociais de famílias adotivas e postulantes à adoção acerca da especificidade da "adoção tardia", com o propósito de compreender os mitos, medos e expectativas que entre elas se fazem presentes.

4.1.2 Objetivos Específicos:

- Analisar as representações sociais das "famílias adotivas" enfocando a já concretizada "adoção tardia".
- Analisar as representações sociais das "famílias postulantes" à adoção, enfocando a possibilidade da "adoção tardia".

4.2 Procedimentos metodológicos

4.2.1 Caracterização da amostra:

Cinco famílias compõem nosso quadro de sujeitos e os critérios para a escolha das mesmas estão diretamente conectados aos nossos objetivos, sendo três famílias que já concretizaram a adoção e duas que estão inscritas no programa de adoção e, portanto, encontram-se na chamada "fila de espera".

Nossa motivação para a escolha de famílias com este perfil – adotivas e postulantes à adoção – vinculou-se à possibilidade de poder registrar e compreender as representações sociais atuantes na vivência de dois importantes momentos do processo de adoção tardia: o primeiro, que se refere ao período de preparação dos postulantes à adoção, ou seja, os futuros pais e mães que aguardam a chegada do filho desejado e que, como num verdadeiro processo de gestação, vivenciam

momentos de ansiedade e dúvidas, desconstróem e constróem valores, padrões de comportamento e papéis sociais, tudo em prol da melhor acolhida ao filho que está para chegar; o segundo, que se refere à vivência da adoção propriamente dita e que consiste na realização dos primeiros e necessários passos no sentido de consolidar a experiência da maternidade e da paternidade.

As famílias postulantes à adoção com as quais trabalhamos são membros ativos do Grupo de Apoio à Adoção de Bauru, que desenvolve trabalhos de assistência e orientação aos pais adotivos ou que se candidataram à adoção e encontram-se na fase de preparação para a mesma. As famílias que já realizaram a adoção tardia foram contatadas a partir de nossos próprios relacionamentos interpessoais e se candidataram à participação na presente pesquisa com o propósito de poderem tornar públicas suas concepções acerca da adoção e contribuir com a produção de conhecimentos que poderão auxiliar no processo de transformação da atual cultura da adoção no Brasil.

São famílias que variam entre as classes média e média-baixa no que diz respeito ao *status* social e econômico, com as típicas características da família nuclear, ou seja, estruturadas a partir da relação pai-mãe-filhos.

As diferenças culturais que cada família participante da pesquisa apresenta são decorrentes dessa variação do poder econômico que garantiu a seus membros uma escolarização mais ou menos privilegiada (70% possuem nível superior e 30% possuem ensino médio com formação técnica), mas que, como poderemos constatar, não é responsável pela maior ou menor quantidade e qualidade de informações e conhecimentos acerca do tema central de nossa pesquisa.

São todas, como afirma Osório (2002), famílias da “aldeia global”, já nascidas de um processo de globalização dos hábitos e dos costumes, tornado possível por meio da evolução tecnológica que, a cada dia, encurta distâncias físicas e culturais, aumenta as possibilidades de comunicação e permite uma circulação de informações que colaboram para a formação de um senso universal e universalizante dos princípios, dos valores, dos mitos, etc.

Foi possível verificar que os participantes de nossa pesquisa, enquadram-se na perspectiva analítica de Figueira (1986) que aponta para o fato de que a família

brasileira, após o advento da modernidade, constrói seus espaços subjetivos influenciada pela dialética relação do arcaico com o moderno e assim circula entre o espaço gerado pela necessidade de busca do novo, pelo desejo de investir seu tempo, seu potencial e suas vidas em projetos novos, aqui representados, por exemplo, pela prática da adoção enquanto modo de constituição familiar não tradicional, no sentido de que rompe com o paradigma biologista, e, ao mesmo tempo, entre o espaço gerado pela segurança dos “bons e rígidos” valores, princípios e paradigmas do passado.

A coexistência do arcaico e do moderno na subjetividade do sujeito e da família brasileira atua de modo a torná-los, paradoxalmente, conservadores e aventureiros. Tal situação implica numa fragilidade frente ao novo, ao incerto e/ou desconhecido. Esta fragilidade frente ao novo remete o sujeito e a família brasileira ao enfraquecimento das próprias convicções e, conseqüentemente, a uma sensibilidade aos mitos.

Nossas famílias participantes, são, portanto, dignas representantes do macro-contexto onde se encontra inserida nossa temática central. Representam com nitidez a presença dos mitos, medos e expectativas que constituem a cultura da adoção no Brasil e se vêem, ora na condição de reprodutores dessa mesma cultura, ora na condição de agentes trabalhando em prol de sua transformação.

Sem querer concluir antecipadamente nosso trabalho, mas pontuando uma questão tida como fruto de nossa percepção e própria da relação que se estabelece entre sujeito e pesquisador na pesquisa qualitativa, percebemos os participantes utilizando o espaço que lhes foi dado – a entrevista – como veículo de comunicação e socialização de suas experiências, pensamentos, sentimentos, crenças, valores e concepções acerca da adoção. Contudo, e ao mesmo tempo, utilizaram-se desse espaço e da relação com o pesquisador para ampliar seus conhecimentos acerca da adoção, investigar as próprias motivações e o modo particular de condução dos processos nos quais se encontram inseridas. A relação de troca que se estabeleceu entre o pesquisador e as famílias é, sem dúvida, via de mão dupla de um caminho que já trouxe, e continuará trazendo, crescimentos mútuos.

4.2.2 Instrumento para coleta de dados

Assumindo o caráter qualitativo de nossa investigação, optamos por realizar a coleta de dados através da entrevista, uma das ferramentas mais utilizadas na pesquisa de campo e que, seguramente, defini-se como primordial instrumento de trabalho do psicólogo. Por meio da entrevista, torna-se possível acessar os “informes contidos na fala dos atores sociais” (MINAYO et al., 1994, p. 57) e, quando associada a métodos adequados de análise, permite o acesso aos sentidos e significados de tais informes, revelando importantes aspectos da subjetividade desses atores e de seus contextos de inserção e atuação.

A entrevista, enquanto instrumento de coleta de dados em pesquisa qualitativa, revela-se um instrumento eficiente por permitir uma comunicação livre entre pesquisador e pesquisado, e a abordagem de temas que por meio de outros métodos não seriam possíveis (questionário fechado ou semi-aberto, por exemplo). A comunicação dialógica que se estabelece durante a entrevista, acompanhada de todos os elementos necessariamente presentes no ato comunicacional (o *rapport*, o saber ouvir mais do que falar, o acolhimento, o respeito, etc.) engendra uma situação apropriada à investigação dos conteúdos de interesse do pesquisador ao passo que propicia ao pesquisado um exercício de revisão de sua história de vida e de reflexão sobre a mesma.

Existem várias modalidades de entrevista e todas elas mantêm estrita ligação com o objetivo da pesquisa que se pretende realizar. Desejando alcançar uma boa qualidade de dados que posteriormente serão analisados em nosso trabalho e tendo em vista nosso objetivo – analisar as representações sociais das famílias adotivas e postulantes à adoção – faremos opção pela modalidade de entrevista semi-estruturada. Nossa opção justifica-se pela possibilidade de flexibilização e fluência dialógica que se estabelece entre entrevistador e entrevistado, dada a ausência de um roteiro rigidamente estabelecido e por acreditarmos que, por meio da conversação espontânea, torna-se possível o crescimento do nível de intimidade entre os atores sociais, criando-se uma

atmosfera natural, humanizada, que estimula a participação e leva a uma teia de relação que se aproxima à trama das relações em que o sujeito se expressa em sua vida cotidiana. Nesse processo o sujeito constrói de forma progressiva sua experiência por meio do diálogo que estabelece com

o pesquisador ou com outros sujeitos no grupo estudado. (REY, 2002, p. 87-88).

Vale dizer que as entrevistas com as cinco famílias participantes da pesquisa foram gravadas, transcritas na íntegra e anexadas ao relatório final de nossa pesquisa (cf.: DOC 3, DOC 4, DOC 5, DOC 6 e DOC 7). Um roteiro de entrevista foi desenvolvido para submissão e aprovação de nosso projeto de pesquisa ao CEP/USC – Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Sagrado Coração, Bauru-SP, como forma de cumprimento à legislação federal (Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde e Comissão Nacional de Ética em Pesquisa) que obriga pesquisas envolvendo seres humanos a uma prévia avaliação referente às questões éticas de não prejuízo físico e moral dos participantes. Os documentos que integraram este processo – parecer do CEP e termo de consentimento – também se encontram anexados ao corpo de nosso trabalho (cf.: DOC 1 e DOC 2).

4.2.3 Instrumentos de análise dos dados

Como já foi anteriormente exposto, nossa pesquisa pretendeu acessar, a partir dos resultados obtidos por meio das entrevistas com as famílias participantes, suas representações sociais acerca da adoção. Em decorrência deste objetivo escolhemos a Teoria das Representações Sociais (MOSCOVICI, 1976; 1995; 2003) para ser nosso referencial teórico para o trabalho de análise dos dados. Contudo, é importante registrar que, como exigência desse mesmo referencial teórico, lançamos mão da técnica de Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977) para desenvolver a análise do material obtido e possibilitar o acesso aos conteúdos representacionais presentes nas narrativas das famílias.

Este procedimento analítico divide-se em três etapas, conforme nos explicam Bardin (1977) e Richardson et al. (1989):

1ª Etapa: a “pré-análise” (ou leitura flutuante) consiste num primeiro contato entre o pesquisador e o material a ser analisado e permite a percepção de conteúdos relevantes que, posteriormente merecerão atenção especial. Em nosso caso, essa leitura flutuante teve início com a coleta dos dados, já que realizamos pessoalmente as entrevistas e as transcrevemos na íntegra.

2ª Etapa: a “exploração do material” implica na organização das categorias e realização da análise temática. Foi a parte mais demorada de todo o processo e exigiu uma atenta manipulação dos conteúdos destacados pela leitura flutuante, de modo a dispô-los em categorias que obedeceram as regras de *homogeneidade* (não puderam se misturar critérios de classificação dos conteúdos), *exaustividade* (os conteúdos das entrevistas tiveram que ser classificados em sua totalidade), *exclusão mútua* (um mesmo elemento do conteúdo não pode ser classificado em mais de uma categoria) e *objetividade* (pesquisadores diferentes, utilizando-se do mesmo procedimento metodológico, deveriam [ou devem] chegar aos mesmos resultados).

3ª Etapa: o “tratamento dos dados” refere-se ao momento em que ocorre a inferência e a interpretação dos conteúdos já categorizados, buscando, em nosso caso específico, o reconhecimento das objetivações e ancoragens presentes nas narrativas das famílias entrevistadas.

Os conceitos de “objetivação” e “ancoragem” são fundamentais para a compreensão e acesso às representações sociais e, por serem conceitos próprios da Teoria das Representações Sociais, serão adiante explicitados. Assim, para expor de modo mais adequado e eficaz nosso procedimento de análise, especificamente o procedimento de análise do conteúdo das representações sociais (SOUZA FILHO, 1995), sentimos a necessidade de nos dedicarmos a uma apresentação mais demorada da Teoria das Representações Sociais propriamente dita, o que faremos a seguir.

4.3 A teoria das representações sociais: nosso instrumento de análise

Postulada por Serge Moscovici¹⁵ e primeiramente publicada no ano 1961 sob a forma de tese, depois em 1976 sob a forma de livro, a Teoria das Representações Sociais tornou-se o principal alicerce da Psicologia Social européia e latino-americana. Após 40 anos de sua gênese, um tempo mais que suficiente para a confirmação de sua condição perene e para a verificação da força de sua presença e contribuição no processo de desenvolvimento da ciência psicológica, a Teoria das

¹⁵ MOSCOVICI, S. *La psychanalyse, son image et son public*. Paris: Presses Universitaires de France, 1961.

Representações Sociais se destaca como o referencial teórico de inúmeras pesquisas que se interessam pela pluralidade dos aspectos e dimensões constituintes da relação indivíduo-sociedade.

Sem negar a importante contribuição das inúmeras e diferentes teorias (e escolas do pensamento psicológico) para esse processo de desenvolvimento da ciência psicológica, acima mencionado, e que pode ser verificado de modo inegável após uma dedicação, ainda que breve, ao estudo da História da Psicologia, a Teoria das Representações Sociais quer fazer valer a idéia de que a relação entre indivíduo e sociedade é constituinte e determinante para as duas partes, ou seja, o indivíduo é influenciado, transformado e até certo ponto moldado pela sociedade, ao passo que também esta é influenciada, transformada e construída pela força da ação do indivíduo. É nessa via de mão dupla, onde a presença e passagem do indivíduo pela e na sociedade, e da sociedade pelo e no indivíduo, que se registram as cenas do cotidiano de um e de outro; e são essas cenas que constituem o *locus* da Teoria das Representações Sociais. Assim, a referida teoria elege o indivíduo e a sociedade como os artífices e protagonistas dos fenômenos psicossociais e pretende, sem construir uma psicologia individualista, por estudar vidas individuais, e sem construir uma psicologia absoluta e/ou radicalmente contrária às tendências individualizantes, por associar-se à Sociologia e à História no estudo da sociedade, constituir um referencial epistêmico e metodológico capaz de facilitar as pesquisas que fazem da dialética indivíduo-sociedade seu objeto de estudo.

Segundo Sá (1995, p. 32),

as representações sociais são modalidades de pensamento prático orientadas para a comunicação, a compreensão e o domínio do ambiente social, material e ideal. Enquanto tais, elas apresentam características específicas no plano da organização dos conteúdos, das operações mentais e lógicas.

A marcação social dos conteúdos ou dos processos de representação refere-se às condições e aos contextos nos quais emergem as representações, às comunicações pelas quais circulam, às funções que elas servem na interação com o mundo e com os outros.

Já Guareschi (1995, p. 215) afirma que a representação social é

uma atividade mental pela qual o sujeito constitui uma imagem, idéia, pensamento ou conceito do objeto. Ela está sempre ligada ao objeto, que pode ser pessoa ou coisa. A representação possui dois sentidos que são extremamente relacionados:

1) a representação é uma semelhança ou uma reprodução de uma coisa ou pessoa. Nesse sentido a semelhança parece ser física e a representação icônica;

2) a representação é a ação de colocar um fato antes de outro através de um discurso, o que, para o indivíduo, é percebido como uma ação que se apresenta para a mente ou para a imaginação.

Neste sentido, a opção pela Teoria das Representações Sociais significa a possibilidade de mobilizar conteúdos de origem e referências fidedignas tão reais quanto o fato concreto, ou seja, a vivência cotidiana daqueles que, no desenvolvimento da pesquisa científica, são eleitos como objetos de estudo – as famílias adotivas e postulantes à adoção.

Sem querer desviar o foco da atenção deste trabalho teórico que visa apresentar a Teoria das Representações Sociais, é preciso, ainda que brevemente, contextualizar o campo prático de nosso interesse investigativo, afinal ele é o solo donde emergem as inúmeras perguntas que motivam nossa pesquisa: a realidade das crianças em situação de abandono e/ou institucionalizadas e das famílias candidatas à adoção. Da mesma forma, urge-nos explicitar a razão de nossa opção pela Teoria das Representações Sociais enquanto base teórico-metodológica e diretriz organizadora dos passos que nos conduzirão à pretensa compreensão deste mesmo campo-objeto: a possibilidade de uma hermenêutica psicossocial que se realiza a partir da valoração da relação indivíduo-sociedade enquanto o núcleo produtor de fenômenos como a divisão de classes, a exclusão social, o abandono de crianças, a adoção propriamente dita, etc.

Que questões como o abandono e a adoção, em especial a adoção tardia, estão envoltas por paradigmas limitantes e por uma cultura mitificada, repleta de preconceitos e julgamentos deformados pelo imaginário criativo (e nem sempre correto) das sociedades, estamos cientes e convencidos. O que precisamos é de conhecer e compreender as representações sociais que estão na base da construção destes mesmos paradigmas, mitos e, num aspecto mais amplo, a cultura. Assim, lançando mão dos recursos metodológicos da Teoria das Representações Sociais é que pretendemos compreender os mitos, os medos, as expectativas e os desafios que transpassam, circundam e constróem a cultura da adoção no Brasil, e acreditamos: somente através de um mergulho na realidade cotidiana deste nosso

objeto de estudo é que poderemos conhecê-lo, compreendê-lo e, conseqüentemente, contribuir para a transformação de sua realidade.

Nas linhas e páginas que se seguem pretendemos apresentar a Teoria das Representações Sociais abordando aspectos que lhes são constituintes – sua origem, caminhos e descaminhos no processo de construção de seu *corpus* teórico, relação com a Psicologia Social, campo de atuação – e, desta forma, indicar, explicitar e fundamentar nossa opção metodológica.

4.3.1 A origem da teoria das representações sociais e sua relação com a psicologia social

O conceito de representação social, ou de representação coletiva – e esta foi sua primeira denominação – tem sua origem registrada na sociologia e na antropologia, especificamente nas obras de Durkheim e Lévi-Bruhl. Contudo, e segundo o próprio Moscovici (1995), este mesmo conceito fez-se presente nas obras de Saussure, em sua teoria da linguagem; de Jean Piaget, responsável pela teoria das representações infantis; e de Vygotsky, em sua teoria do desenvolvimento cultural.

Por conta de sua relação com as ciências psicológicas e com as ciências sociais, especialmente a Sociologia, a História e a Antropologia, a Teoria das Representações Sociais estreitou seus laços de relação com a Psicologia Social e tornou-se, desde a década de 60, sua especificidade. O casamento entre a Teoria das Representações Sociais e a Psicologia Social se sacramenta a partir de quatro pontos fundamentais que as aproximam e unem:

1) "o papel que a Teoria das Representações Sociais confere à racionalidade da crença coletiva e sua significação, portanto, às ideologias, os saberes populares e ao senso comum" (MOSCOVICI, 1995, p. 11);

2) a repulsa às tentativas de estruturar teoricamente um dualismo entre o mundo individual e o mundo social:

O conflito entre o individual e o coletivo não é somente do domínio da experiência de cada um, mas é igualmente realidade fundamental da vida social. [...] todas as culturas que conhecemos possuem instituições e

normas formais que conduzem, de uma parte, à individualização, e de outra, à socialização. As representações que elas elaboram carregam a marca desta tensão, conferindo-lhe um sentido e procurando mantê-la nos limites do suportável. Não existe sujeito sem sistema nem sistema sem sujeito. O papel das representações partilhadas é o de assegurar que sua coexistência é possível. [...] é justamente este estado de coisas que torna a noção de conflito tão essencial em nossa teoria, quer se trate de transformações cognitivas, quer se trate de comunicações públicas. Sem esta noção não se pode compreender nem o dinamismo da sociedade nem a mudança de qualquer uma das partes que a compõem (MOSCOVICI, 1995, p. 12);

3) sua posição de transito flexível e criativo dentro do conjunto de métodos disponíveis para os trabalhos de investigação científica, ou seja, uma postura assumidamente não-experimental e de caráter qualitativa, com possibilidades de uma relação saudável com as práticas de pesquisa quantitativas e a utilização de métodos experimentais;

4) a Teoria das Representações Sociais promove uma síntese teórica extremamente coerente entre fenômenos que, no campo prático, estão intimamente relacionados, a saber: as dimensões cognitiva, afetiva e social.

O fenômeno das representações sociais, e a teoria que se ergue para explicá-lo, diz respeito à construção de saberes sociais e, nessa medida, ele envolve a cognição. O caráter simbólico e imaginativo desses saberes traz à tona a dimensão dos afetos, porque quando sujeitos sociais empenham-se em entender e dar sentido ao mundo, eles também o fazem com emoção, com sentimento e com paixão. A construção da significação simbólica é, simultaneamente, um ato de conhecimento e um ato afetivo. Tanto a cognição como os afetos que estão presentes nas representações sociais encontram sua base na realidade sócia (GUARESCHI; JOVCHELOVITCH, 1995, p. 20).

A obra embrionária de Moscovici (1961), "*La psychanalyse, son image et son public*", sobre a representação social da psicanálise na França, representou um divisor de águas entre duas tendências da Psicologia Social, uma que segue a tradição de pesquisa européia e a outra que se alia à tradição americana. Desta forma, Serge Moscovici torna-se o representante da Psicologia Social européia, enquanto que a Psicologia Social americana tem G. W. Allport como seu mais significativo expoente. As alianças e as defesas ideológicas que cada um fará, dará início a um processo de reformulação teórica e de reestruturação metodológica da Psicologia Social que até hoje não se consolidou, uma vez que as diferenças acerca dos meios que as duas tendências julgam mais corretos e eficientes para se chegar ao fim são também os responsáveis para o delineamento das fronteiras que as separam.

Allport (1954) engaja-se no projeto filosófico do francês Auguste Comte (1798-1857), fundador do positivismo, e o considera igualmente fundador da Psicologia Social. Seu objetivo com tal aliança é o de fazer da Psicologia Social uma ciência experimental e, para tanto, refuta a longa tradição do pensamento ocidental, especialmente europeu, promovendo uma falsa história da Psicologia Social e postulando a tese da descontinuidade entre o passado e o presente, já que para os positivistas a operacionalização do processo transitório entre o *status* de disciplina e ciência, esta nova ciência deverá ser diferente do que fora no passado.

Por sua vez, e poderíamos dizer, numa direção oposta a de Allport, Moscovici (1961) adota como ancestral o sociólogo Émile Durkheim (1858-1917), também francês, e de seus estudos sobre as representações coletivas faz nascer a Teoria das Representações Sociais. Para Moscovici, pensador livre e não comprometido com o projeto positivista, a relação com o passado é de valorização e respeitabilidade, e não de negação, o que explica e justifica sua postura de rever a história da Psicologia, e especialmente da Psicologia Social, considerando-as solo fértil de idéias a serem aprimoradas em busca do desenvolvimento de um corpo de conhecimentos mais adequado ao presente.

Os teóricos responsáveis pelo desenvolvimento do pensamento psicológico no período anterior à Segunda Guerra Mundial, na tentativa de compreender os fenômenos de um modo geral, distinguiram-os em dois diferentes níveis: o nível do indivíduo e o nível do coletivo. A gênese da Teoria das Representações Sociais, de Moscovici, dá-se então nesse espaço de tempo em que alguns teóricos elegem, dentre os dois níveis, um ou outro apenas, e neles concentram seus esforços de investigação. A separação dos níveis individual e coletivo na abordagem dos fenômenos, produziu uma lacuna entre os mesmos, um espaço vazio na relação (dialética) entre o indivíduo e o coletivo, uma intersecção entre os dois conjuntos carente de compreensão. Assim, o *zeitgeist*¹⁶ no campo das ciências humanas, pedia uma nova abordagem para os fenômenos e a diferença estaria justamente na

¹⁶ *Zeitgeist* - termo alemão que significa "o espírito" ou "clima intelectual" de uma época. "A aceitação e aplicação de uma descoberta pode ser limitada pelo padrão dominante de pensamento de uma cultura, de uma região ou de uma época, mas uma idéia demasiado nova para ser aceita num período pode sê-lo prontamente uma geração ou um século depois. A mudança lenta parece ser a regra do progresso científico" (SCHULTZ; SCHULTZ, 1995, p. 27).

possibilidade de reunificar os níveis do indivíduo e do coletivo, de modo a considerar um como agente influenciador e construtor do outro.

A trajetória de separação entre os dois níveis de fenômenos estudados, individuais e coletivos, o motivo dessa separação e seus principais representantes é assim descrita por Farr (1995, p. 35):

Wundt, por exemplo, distinguiu entre psicologia fisiológica e '*Volkerpsychologie*'. A última em termos amplos, equivalia à cultura. Durkheim (1898) distinguiu entre o estudo das representações individuais (o domínio da psicologia) e o estudo das representações coletivas (o domínio da sociologia). Le Bon (1895) distinguiu entre o indivíduo e as massas (ou a multidão). Freud tratou o indivíduo clinicamente e desenvolveu uma crítica psicanalítica da cultura e da sociedade.

A razão principal de se distinguir entre os dois níveis era uma crença, da parte do teórico, que as leis que explicavam os fenômenos coletivos eram diferentes do tipo de leis que explicavam os fenômenos em nível de indivíduo.

Vejamos então, segundo Farr (1995), como cada um desses teóricos acabaria participando, direta ou indiretamente, no processo de construção da Teoria das Representações Sociais.

Wundt, que centrou atenção nos fenômenos mentais coletivos (linguagem, religião, costume, mito, mágica, etc.), considerava-os manifestações externas à mente do indivíduo e, por isso mesmo, em seu julgamento não poderiam ser compreendidas a partir das técnicas conhecidas de introspecção, ou seja, o caminho para a compreensão de tais fenômenos não passava pelo estudo do indivíduo.

Durkheim, por sua vez, postulava a tese de que as representações coletivas não poderiam ser reduzidas ao nível das representações individuais e seus estudos diferiam dos de Wundt apenas porque sua preocupação maior era em relação à sociedade, enquanto que o interesse de Wundt dirigia-se para a cultura. Mas a contribuição de Durkheim para o desenvolvimento da Teoria das Representações Sociais torna-se explícita quando este, em meio a suas críticas à psicologia, reconhece a possibilidade do estudo das representações sociais, proposta por Moscovici, representar uma forma de interação entre sociologia e psicologia:

Dentre os mais importantes sociólogos, Durkheim foi o que mais abertamente se mostrou hostil à psicologia. A psicologia à qual ele se opôs, contudo, foi a psicologia do indivíduo. A distinção aguda de Durkheim entre sociologia (o estudo das representações coletivas) e psicologia (o estudo

das representações individuais) fez com que se tornasse praticamente inevitável que, quando Moscovici propôs que se estudassem as representações sociais, esse novo campo fosse classificado como uma forma sociológica, e não psicológica, da Psicologia Social (FARR, 1995, p. 36).

Outro importante contribuinte ao processo de desenvolvimento da Teoria das Representações Sociais foi Le Bon (1895), que demarcou os limites entre a racionalidade do indivíduo e a irracionalidade das massas (ou multidão). A forma como concebeu o coletivo, ou seja, a multidão enquanto uma multidão de indivíduos, abriu o precedente de que a Psicologia Social precisava para pensar e investigar empiricamente o comportamento do indivíduo em dois momentos distintos: quando estava só e quando estava na presença do outros (grupo). Os estudos de Le Bon remetiam-no ao estabelecimento de uma relação de proximidade entre a Psicologia Social e a Psicopatologia e seu interesse pelo fenômeno da liderança, somado à crença de que o poder de persuasão dos líderes sobre as multidões representavam uma forma de influência hipnótica, foram determinantes para que o mesmo chegasse até Charcot.

Moscovici, em seu estudo sobre as representações sociais da psicanálise¹⁷, descreve a influência que Le Bon exerceu sobre o pensamento de Freud, e demonstra como, e porque razão, este promoveu uma mudança em sua teoria psicanalítica:

Freud não aceitou a afirmativa de Le Bon de que a relação entre o líder e as massas era um tipo de influência hipnótica. Le Bon via a multidão como um agregado de indivíduos. Para Freud, as massas tinham mais estrutura que isso. Os indivíduos, na massa, estavam relacionados uns com os outros através de sua identificação comum com o líder. Durante esse período Freud revisou sua teoria da mente numa direção explicitamente social, a fim de poder explicar os tipos de fenômenos de massa para os quais Le Bon e outros tinham chamado atenção. Ele agora distinguia entre ego, id e superego, onde anteriormente, ele apenas tinha distinguido entre o consciente, o pré-consciente e o inconsciente. É interessante que ao passar do nível coletivo para o nível individual, ele tenha desenvolvido uma teoria social da mente humana (FARR, 1995, p. 40).

Ao admitir, em sua teoria da mente, o superego como a parte integrante do aparelho psíquico, constituída a partir da relação do indivíduo com o meio externo (o social), Freud torna-se também um participante do processo de construção da Teoria das Representações Sociais. Sua técnica para a abordagem dos fenômenos

¹⁷ MOSCOVICI, S. **La psychanalyse, son image et son public**. Paris: Presses Universitaires de France, 1961.

psíquicos, baseada na associação livre e na interpretação dos sonhos, representava uma passagem do nível pessoal dos conteúdos (sonho) para o nível do interpessoal na relação terapêutica (relato dos sonhos). "O conteúdo dos sonhos é influenciado pela cultura de quem os sonha. A forma (isto é, o visual) e o conteúdo dos sonhos são reflexos, sobre o indivíduo, daquelas representações coletivas que eram objetos de interesse tanto para Wundt como para Durkheim". (FARR, 1995, p. 39).

Farr (1995) ainda aponta para outros três teóricos da Psicologia Social como personagens importantes na história de construção da Teoria das Representações Sociais: Mead, McDougall e Allport.

Mead (1904) centrou esforços no estudo de uma teoria do *self* que negava o postulado de uma natureza unicamente individual da mente e, por isso mesmo, opunha-se à psicologia fisiológica de Wundt. Buscando compreender a natureza humana, Mead interessa-se pelo estudo da linguagem e a insere como ponto importante a ser considerado no contexto das representações coletivas por considerá-la: a) uma forma de expressão especificamente humana; b) definitiva característica de distinção entre o homem e os animais; c) e por seu caráter eminentemente social.

A contribuição de McDougall se dá a partir da publicação de dois volumes sobre Psicologia Social: o primeiro em 1908, intitulado "*An Introduction to Social Psychology*", e o segundo em 1920, sob o título "*The Group Mind*". Na sequência, a relevância de suas publicações justifica-se pela identificação de uma série de instintos humanos que possibilitam a convivência em grupo e pelo interesse no contexto societário.

Ao mudar-se para os Estados Unidos, após aceitar uma nomeação para Harvard, McDougall foi recebido com duras críticas proferidas pelo positivista Allport, que o acusava de estar trazendo para os Estados Unidos, através dos dois volumes de sua obra, uma corrente de pensamento, dentro da Psicologia Social, que conferia capacidade de ação não só ao indivíduo, mas também ao grupo. Defensor de uma Psicologia Social individualista, Allport postulava a tese de que não seria necessário desenvolver outras formas de abordagem para os fenômenos coletivos além daquelas que serviam para o estudo dos fenômenos individuais, visto que este

segundo aplicava-se também ao primeiro, ou seja, o modelo para a compreensão dos fenômenos individuais é o mesmo aplicado à compreensão dos fenômenos coletivos.

Antes de encerrar este levantamento onde se pretendeu apresentar o terreno (epistêmico e histórico) que permitiu o desenvolvimento da Teoria das Representações Sociais, bem como aqueles que colaboraram direta ou indiretamente para esse processo, vale registrar que Allport foi o principal defensor das pesquisas de opinião pública nos Estados Unidos e o responsável pela associação desta prática ao corpo técnico-metodológico da Psicologia Social americana. Os jargões "o público pensa" ao invés de "os indivíduos expressam suas opiniões" e "a nação decide" ao invés de "os eleitores votam", justificam suas críticas a McDougall e a tudo o que se produzia em termos de Psicologia Social na Europa. Observa-se que, nesse sentido, Allport contribui para a Psicologia Social e para a consolidação do conceito de representações sociais muito mais por representar uma barreira a ser superada do que por facilitar seu desenvolvimento.

4.3.2 O legado de Moscovici

A existência de todas essas teorias, com seus respectivos representantes, e a tensão gerada pela coexistência das mesmas, ora numa relação de cooperação ora numa relação de refutação conflitiva, fez surgir a necessidade de uma síntese capaz de dar novo sentido à Psicologia Social e, ao mesmo tempo, resolver a questão da dialética indivíduo-coletivo (ou sujeito-sociedade).

Como já fora citado anteriormente, o trabalho do psicólogo social francês Serge Moscovici (1961), representa a inauguração e o primeiro delineamento formal do conceito e da Teoria das Representações Sociais.

O objetivo de seu estudo assumiu dupla dimensão. A primeira conecta-se à análise do fenômeno da socialização da psicanálise, ou seja, o impacto que ela representou e a qualidade das influências que gerou no modo de vida e na cultura da sociedade parisiense:

Insidiosa ou bruscamente, segundo os países, os regimes políticos ou as classes sociais, a Psicanálise abandonou a esfera das idéias para ingressar na vida, nos pensamentos, nas condutas, nos costumes e no universo das conversações de grande número de indivíduos. Nós a vemos personificada pela fisionomia, os traços supostos da pessoa e os pormenores da biografia de Freud. Para além da figura desse sábio, certas palavras - complexo, repressão - certos aspectos particulares da existência - a infância, a sexualidade - ou a atividade psíquica - o sonho, o ato falho - conquistaram a imaginação e afetaram profundamente a maneira de ver dos homens. Munidos dessas palavras ou apoiando-se nessa maneira de ver, a maioria das pessoas interpreta o que lhes acontece, forma uma opinião sobre a sua conduta ou a de familiares e pessoas mais chegadas, e atua nessa conformidade (MOSCOVICI, 1976, p. 16).

A segunda dimensão presente em seu objetivo, como o próprio Moscovici (1976, p. 14) afirma, vai além do desejo de postular e apresentar para o mundo um novo campo de estudos ou teoria:

Contudo, minha ambição era ainda mais vasta. Queria redefinir os problemas e os conceitos da Psicologia Social a partir desse fenômeno¹⁸, insistindo sobre sua função simbólica ou seu poder de construção do real. A tradição behaviorista, o fato de a Psicologia Social ter-se limitado a estudar o indivíduo, o pequeno grupo, as relações não-formais, constituíram e continuam constituindo um obstáculo a esse respeito. Uma filosofia positivista que só confere importância às previsões verificáveis pelo experimento e aos fenômenos diretamente observáveis soma-se à lista de obstáculos.

Essa tradição e essa filosofia impedem, em minha opinião, o desenvolvimento da Psicologia Social para além de seus limites atuais. Quando se aperceberem disso e quando se atreverem a cruzar esses limites, as representações sociais, estou convencido disso, tomarão nessa ciência o lugar que legitimamente lhes pertence.

Estamos assim, diante de um pensador disposto a promover uma mudança de paradigma e foi isso mesmo que ele realizou. A ligação de Moscovici com a sociologia do conhecimento, principalmente de Durkheim, como já vimos, foi determinante para a proposição da Teoria das Representações Sociais, classificada como uma psicossociologia do conhecimento, segundo Sá (1995). Para Moscovici, o conceito de representação coletiva¹⁹ de Durkheim carecia de um aprimoramento e de um rigor teórico mais apurado, sobretudo no que diz respeito a sua interação com as representações individuais, consideradas por ele como fenômenos puramente

¹⁸ Leia-se: representações sociais.

¹⁹ Por meio do conceito de representações coletivas, Durkheim pretendia dar conta de explicar os "fenômenos como a religião, os mitos, a ciência, as categorias de espaço e tempo etc. em termos de conhecimentos inerentes à sociedade. Na sociologia durkheimiana, 'a sociedade é uma realidade *sui generis*' e as representações coletivas, que as exprimem, são fatos sociais, coisas, reais por elas mesmas. (...) São o produto de uma imensa cooperação que se estende não apenas no espaço, mas no tempo; para fazê-las, uma multidão de espíritos diversos associaram, misturaram, combinaram suas idéias e sentimentos; longas séries de gerações acumularam aqui sua experiência e saber" (SÁ, 1995, p. 21).

psíquicos e condicionados unicamente à atividade cerebral. Então, para resolver o problema da referida interação, Moscovici (1976, p. 25-26) propõem o conceito das representações sociais:

Toda representação é composta de figuras e de expressões. Conjuntamente, uma representação social é a organização de imagens, porque ela realça e simboliza atos e situações que nos são ou se nos tornam comuns. Encarada de um modo passivo, ela é apreendida a título de reflexo, na consciência individual ou coletiva, de um objeto, de um feixe de idéias que lhes são exteriores. A analogia com uma fotografia captada e alojada no cérebro é fascinante; a delicadeza de uma representação é, por conseguinte, comparada ao grau de definição e nitidez ótica de uma imagem. [...] A bem dizer, devemos encará-la de um modo ativo, pois seu papel consiste em modelar o que é dado do exterior, na medida em que os indivíduos e os grupos se relacionam de preferência com os objetos, os atos e as situações constituídos por (e no decurso de) miríades de interações sociais. Ela reproduz, é certo. Mas essa reprodução implica um remanejamento das estruturas, uma remodelação dos elementos, uma verdadeira reconstrução do dado no contexto dos valores, das noções e das regras, de que ele se torna doravante solidário. Aliás, o dado externo jamais é algo acabado e unívoco; ele deixa muita liberdade de jogo à atividade mental que se empenha em apreendê-lo. A linguagem aproveita-se disso para circunscrevê-lo, para arrastá-lo no fluxo de suas associações, para impregná-lo de suas metáforas e projetá-lo em seu verdadeiro espaço, que é simbólico.

Por diversas vezes veremos tanto na obra de Moscovici quanto nas obras de outros pesquisadores do campo das representações sociais, a afirmação de que, no conjunto, elas constituem uma modalidade de conhecimento ou uma forma de pensamento social que se traduz ou se aproxima de modo simbiótico²⁰ ao próprio conceito de senso comum:

Por representações sociais, entendemos um conjunto de conceitos, proposições e explicações originado na vida cotidiana no curso de comunicações interpessoais. Elas são o equivalente em nossa sociedade, dos mitos e sistemas de crenças das sociedades tradicionais; podem também ser vistas como a versão contemporânea do senso comum (MOSCOVICI²¹, *apud* SÁ, 1996, p. 31).

As representações sociais são entidades quase tangíveis. Elas circulam, cruzam-se e se cristalizam incessantemente através de uma fala, um gesto, um encontro, em nosso universo cotidiano. A maioria das relações sociais estabelecidas, os objetos produzidos ou consumidos, as comunicações trocadas, delas estão impregnados. Sabemos que as representações sociais correspondem, por um lado, à substância simbólica que entra na elaboração e, por outro, à prática que produz a dita substância, tal como a ciência ou os mitos correspondem a uma prática científica e mítica (MOSCOVICI, 1976, p. 41).

²⁰ “Relativo à, ou em que ocorre simbiose” (FERREIRA, 1986, p. 1586).

²¹ MOSCOVICI, Serge. *On Social Representations*. In: FORGAS, J. P. **Social Cognition: perspectives on everyday understanding**. London: Academic Press, 1981.

O conceito de representações sociais designa uma forma específica de conhecimento, a saber o senso comum, cujos conteúdos manifestam a operação de processos generativos e funcionais socialmente marcados. Mais amplamente, designa uma forma de pensamento social (JODELET²², apud SÁ, 1995, p. 32).

Em poucas palavras, a representação social é uma modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração dos comportamentos e a comunicação entre os indivíduos (MOSCOVICI, 1976, p. 26).

Representações Sociais é um termo filosófico que significa a reprodução de uma percepção retida na lembrança ou do conteúdo do pensamento. Nas ciências sociais são definidas como categorias de pensamento que expressam a realidade, explicam-na, justificando-a ou questionando-a (MINAYO, 1995, p. 89).

Analisando o conteúdo das citações acima, o que podemos perceber é que estamos diante de uma proposta teórica que se interessa pelo conhecimento construído no cotidiano dos indivíduos e que, portanto, garante ao senso comum o *status* de fonte original dos saberes necessários à interpretação e construção das realidades sociais. As representações sociais se mobilizam em todas as ocasiões e lugares onde, formal ou informalmente, as pessoas se reúnem e estabelecem comunicações: nas filas de uma agência bancária, no balcão de um bar, durante uma refeição da família ou nas festas de confraternização dos amigos de trabalho, durante aquela parada para o cafezinho, nas praças, nos corredores, no trabalho, na escola, na igreja, durante uma partida de futebol, em meio ao tradicional bate-papo. As representações sociais fazem parte da vida diária das pessoas e da sociedade. Elas carregam em si a força do pensamento dos indivíduos que, inseridos no contexto social, experienciam os sabores e dissabores de um cotidiano cuja característica principal consiste na rítmica produção de sentidos e possibilita alternadamente a vivência, individual e coletiva, da alegria e da dor, do prazer e do sofrimento, do contentamento e da frustração.

Desta forma, a Teoria das Representações Sociais representa um contraponto entre duas tendências de análise do indivíduo e deste enquanto participante da sociedade: uma absolutamente sociológica, que definiria o indivíduo e o grupo como meros protagonistas de um jogo controlado por uma ideologia, possivelmente pensada e imposta pela classe dominante e suas instituições (Estado, Igreja, escola, polícia, etc.); a outra absolutamente psicológica, a ponto de conceber

²² JODELET, Denise. *Représentations Sociales: phénomènes, concept et théorie*. In: MOSCOVICI, Serge. **Psychologie Sociale**. Paris: Presses Universitaires de France, 1984.

a mente humana como um receptáculo de informações, idéias, emoções e pensamentos oriundos de fora que, uma vez processados, transformar-se-iam em comportamentos, julgamentos ou opiniões. Ao contrário, segundo a perspectiva psicossociológica da Teoria das Representações Sociais, numa

sociedade pensante, os indivíduos não são apenas processadores de informações, nem meros portadores de ideologias ou crenças coletivas, mas pensadores ativos que, mediante inumeráveis episódios cotidianos de interação social, produzem e comunicam incessantemente suas próprias representações e soluções específicas que se colocam a si mesmos. Da mesma forma que se trata a sociedade como um sistema econômico ou um sistema político, [...] cabe considerá-la também como um sistema de pensamento (SÁ, 1995, p. 28).

4.3.3 O campo e os métodos de pesquisa em representações sociais

Tendo já explorado de forma exaustiva os aspectos fundantes da Teoria das Representações Sociais, preocupemo-nos agora em conhecer e entender os caminhos pelos quais torna-se possível acessar os conteúdos representacionais e os campos de pesquisa onde o terreno lhe parece fértil. Para tanto, vejamos o que o próprio Moscovici realizou em sua primeira empreitada: *La psychanalyse, son image et son public*.

De um modo geral os objetivos da pesquisa de Moscovici já foram discutidos aqui, portanto convém dirigirmo-nos à apresentação de sua metodologia. Vale ainda dizer que aqui não serão apresentados os 'resultados' nem as 'discussões dos resultados' da referida pesquisa; nossa intenção consiste em apresentar brevemente os aspectos metodológicos (métodos e técnicas) de seu trabalho para servir como referência e gerar um espaço de discussão do campo prático da Teoria das Representações Sociais, bem como colaborar para a justificativa de nossa própria opção metodológica, já que seguiremos os passos de Moscovici.

Baseada em amostras de população, Moscovici demarcou seis grupos distintos para a aplicação de um caderno-questionário: 1) população representativa (PR) formada pela população parisiense de um modo geral; 2) população classe média (PM), formada por industriais, artesãos, funcionários, assalariados e donas de casa; 3) população liberal (PL), constituída de médicos, professores, advogados,

clérigos e pessoas com formação superior; 4) população operária (PO), que reunia operários de várias categorias; 5) população estudantil, proveniente da Universidade de Paris (PE), e 6) a população estudantil das escolas técnicas (PT), que reunia alunos entre 18 e 22 anos em processo de formação para o trabalho. A população total somou o número de 2265 sujeitos entrevistados.

O caderno-questionário foi montado, como o próprio nome já anuncia, combinando uma parte de entrevista semi-estruturada e uma parte de questionário fechado e as entrevistas foram aplicadas alguns dias após os participantes terem respondido os questionários. Por sua vez, os questionários combinavam um número de quatorze questões comuns aos 2265 sujeitos respondentes e questões elaboradas segundo o perfil de cada grupo. As entrevistas livres, às quais Moscovici deu mais importância, foram codificadas segundo categorias e temas que permitiram a apreensão e o estabelecimento de relações entre as mesmas, além de sua representação estatística. A codificação foi orientada para a separação de dois aspectos: um centrado no grupo e outro no conteúdo. Segundo Moscovici (1976, p. 32) "a codificação centrada no grupo tende a definir as modalidades de expressão do grupo a propósito de um objeto dado. Por exemplo, o objeto é pensado em termos abstratos ou concretos, o grupo tem dele uma imagem 'real' ou uma imagem 'ideal', etc. A codificação centrada no conteúdo é orientada para a separação dos temas que se apresentam mais freqüentes a respeito de nosso problema".

A interpretação dos resultados, bem como a definição da amostragem, foi condicionada a um grupo de variáveis que, por conta de suas características específicas, exigiram técnicas de análise e agrupamento diversificadas, a saber: idade, sexo, as categorias sócio-profissionais, nível sócio-econômico, o estado civil, filiação política, religião, grau de instrução, o nível de informação ou de conhecimento sobre a psicanálise, a atitude do respondente frente a psicanálise.

Somado ao trabalho de investigação por meio dos questionários e entrevistas junto à população parisiense, Moscovici, contando sempre com a ajuda de estudantes, realizou a análise de conteúdo de artigos sobre a psicanálise e que foram publicados no período de janeiro de 1952 a março de 1953. Foram, ao todo, 1640 artigos, publicados em 230 jornais e revistas de Paris e sua respectiva província. Essa análise de conteúdo, enquanto método de investigação da imprensa,

foi desenvolvido por Lasswell e Berelson²³ e sua utilização visou a verificação de um certo número de hipóteses, levantadas por Moscovici (por exemplo, se a imprensa de esquerda se interessava pela psicanálise tanto quanto a imprensa de direita, etc.) e para abstrair os esquemas de mensagens presentes nos artigos, ou seja, se constituíam e apresentavam, ou não, conexões lógicas e simbólicas coerentes com a proposta da psicanálise.

A análise e os resultados obtidos através das duas técnicas utilizadas por Moscovici levou-o à abertura de um campo de pesquisa que, segundo seu próprio relato, possibilitaria tanto uma análise ainda mais detalhada do material já coletado, como também à produção de muitos outros campos a serem pesquisados. Por esta razão é que se considera a primeira obra de Moscovici como a "obra seminal da Teoria das Representações Sociais". Em *La psychanalyse, son image et son public*, além de apresentar seus fundamentos e conceitos, Moscovici demonstra a versatilidade metodológica que descreve a forma de sua teoria: uma teoria psicossociológica complexa (no sentido de completa) que se associa, de modo flexível, aos paradigmas quantitativos e qualitativos da produção científica, e que por meio da utilização de multimétodos procura compreender os fenômenos que se situam na interação indivíduo-sociedade.

Há uma definição de representação social, proferida por Moscovici que não podemos deixar de citar. Ela ainda nos dará motivo para discutir alguns aspectos metodológicos, mas também nos ajudará na justificativa de nossa opção pela Teoria das Representações Sociais.

No real, a estrutura de cada representação apresenta-se-nos desdobrada; ela tem duas faces tão pouco dissociáveis quanto a frente e o verso de uma folha de papel: a face figurativa e a face simbólica. Nós escrevemos que:

Representação	<u>figura</u>
	significação

querendo com isso dizer que ela faz compreender em toda figura um sentido e em todo sentido uma figura (MOSCOVICI, 1976, p. 65).

²³ BERELSON, B. **Content Analysis**: em communication research. New York: The Free Press, Gloncoe, 1952.

O objeto de interesse na pesquisa em representações sociais é a própria representação que em si carrega uma figura e um significado. As representações (sociais) construídas pelo indivíduo inserido em seu contexto social, são comunicadas, constantemente reconstruídas e novamente apresentadas, exercendo uma importante função de representações generalizantes (paradigmas, juízos, crenças, mitos, normas, cultura, etc.) que, a seu modo, irão influir nos comportamentos dos indivíduos (GUARESCHI, 1995).

Segundo Sá (1995, p. 34), dessa estrutura de representação apresentada por Moscovici, derivam dois importantes aspectos de seu processo formador:

A função de duplicar um sentido por uma figura, dar materialidade a um objeto abstrato, naturalizá-lo, foi chamada de objetivar. A função de duplicar uma figura por um sentido, fornecer um contexto inteligível ao objeto, interpretá-lo, foi chamada de ancorar (grifo nosso).

A ancoragem defini-se pela integração cognitiva do objeto representado (idéias, fatos, outras pessoas, etc.) a um sistema já existente de pensamento social, de modo a promover um enraizamento da própria representação, ou seja, significa proceder uma classificação e uma denominação do objeto representado para transformá-lo da condição de estranho à condição de conhecido. A objetivação, por sua vez, representa a função imaginante pela qual se dá a forma específica do objeto, que passa da condição de abstrato para a condição de concreto; noutros termos, é a materialização da palavra. Moscovici, citado por Sá (1995, p. 40), diz que "objetivar é descobrir a qualidade icônica de uma idéia ou ser imprecisos, reproduzir um conceito em uma imagem". Associadas, enquanto processos formadores das representações sociais, a ancoragem e a objetivação têm a função de transformar o não-familiar em familiar, outro princípio básico da teoria.

Agora, pensando em nossa pesquisa sobre a adoção tardia de crianças em situação de abandono e/ou institucionalizadas e sobre as famílias candidatas à adoção, desejamos brevemente destacar, de modo especial, o ponto que nos liga à Teoria das Representações Sociais. Lembrando que, como o título de nosso trabalho referencia, interessa-nos captar, analisar e compreender as representações sociais das famílias adotivas e candidatas à adoção para discutir os mitos, os medos, as expectativas e os desafios que definem a atual cultura da adoção no Brasil; interessa-nos, portanto, verificar o processo de construção das

representações que os referidos sujeitos têm acerca da adoção. Importa-nos conhecer igualmente a representação social das famílias (especialmente do homem, pretenso pai, e da mulher, pretensa mãe) que anseiam pela chegada da criança que não puderam ter através dos meios naturais ou artificiais e que optaram pela adoção legal²⁴. E, para não se estender por demais, precisamos pontuar finalizando: importa-nos analisar as representações sociais acerca da adoção que, circulando no imaginário da população, tornaram-se uma realidade social, seguindo o processo de passagem do não-familiar para o familiar postulado na teoria de Moscovici; estas representações sociais que estavam no passado, estão no presente e poderão continuar no futuro, gerando uma cultura da adoção no Brasil que obriga a crianças, abandonadas por "n" motivos, a terem um destino cruelmente traçado: a rua ou as instituições.

O campo de pesquisa das representações sociais é muito vasto e sem grandes dificuldades novos campos continuam se abrindo. A flexibilidade de atuação entre os paradigmas quantitativo e qualitativo de produção de conhecimento e a abertura para a utilização de multimétodos²⁵ (os mais comuns: técnicas verbais de entrevista estruturada e semi-estruturada; os questionários fechados e abertos; a análise de conteúdo e de discurso; a pesquisa participante; o uso da associação livre; desenho, no caso de pesquisas com crianças, etc.), faz da pesquisa em representações sociais uma versátil ferramenta a serviço da Psicologia, e especialmente da Psicologia Social.

Desta forma, podemos com segurança afirmar: o campo de pesquisa das representações sociais é o cotidiano das pessoas. Assim, onde houver pessoas vivenciando a relação dialética, aqui já referida, do indivíduo-sociedade (ou indivíduo-coletivo), ali estarão sendo produzidas representações sociais e ali estarão presentes o saber popular e o senso comum que, de modo especial, produzem o ambiente onde se desenvolve a vida humana, a vida em sociedade.

²⁴ Vale dizer que estes não são os únicos motivos pelos quais as famílias optam pela adoção legal de crianças, e que os outros motivos também serão investigados e referidos em nossa pesquisa.

²⁵ "O uso de multimétodos não é novidade. Já desde a década de 70, Denzin discutia essa estratégia por ele denominada 'triangulação'. (...) Sua utilização visa, portanto, à compreensão em profundidade e à maior segurança de análise interpretativa" (SPINK, 1995, p. 106).

4.3.4 Ratificando nossa opção teórico-metodológica

A necessidade de se acessar conteúdos emergentes do cotidiano das crianças em situação de abandono e/ou institucionalizadas e das famílias postulantes à adoção, é sentida e torna-se verídica na medida em que as tentativas de compreensão e interpretação dos fenômenos implicados a tal contexto, por meio de abordagens mais tradicionais, não nos remetem a um avanço compreensivo do problema por elas vivenciado. Dele, podemos sim, aproximarmo-nos, mas a autoridade para o postulado acerca de suas implicações reside na experiência daqueles que cotidianamente experimentam os dissabores do contexto de sua inserção, ou seja, as próprias crianças e famílias.

Acreditamos que, por meio do referencial teórico aqui apresentado e de seus pressupostos metodológicos, poderemos criar um canal de expressão para as representações sociais das famílias que ainda não foram ouvidas pela sociedade, porque vivenciadas num contexto menos amplo (a casa). Esperamos poder contribuir para a liberação de suas vozes e ver ecoar, sob a forma de uma gradativa mudança, a geração de uma cultura da adoção que mais inclua do que exclua, que mais acolha do que abandone. E esperamos que isso aconteça não só porque as vozes liberadas (representações sociais) poderão incomodar, mas porque produzirão um saber comum, quase utópico, de que o conceito de filiação ultrapassa e transcende o paradigma biológico.

CAPÍTULO V

Resultados e Discussão: um mergulho na realidade das famílias adotivas e postulantes à adoção

5.1 Categorias, subcategorias e representações sociais

Após a transcrição integral das cinco entrevistas, de suas inúmeras e repetidas leituras e após termos realizado o tratamento dos dados para análise de conteúdo, seguindo as orientações de Bardin (1977) e Richardson et al. (1989), passamos à apresentação das categorias de análise e ao processo de extração/interpretação e discussão das representações sociais presentes nas falas dos sujeitos de nossa pesquisa.

Este processo de tratamento dos dados permitiu-nos o reconhecimento de cinco categorias e dez subcategorias de análise que, por meio de suas particularidades, completam o valor representacional das categorias a que se vinculam e favorecem uma melhor compreensão da temática a que se referem. Para garantir o respeito às regras da análise de conteúdo (homogeneidade, exaustividade, exclusão e objetividade) e o rigor metodológico responsável pelo alcance das representações sociais (objetivação e ancoragem), apresentamos abaixo uma tabela (Tabela 1) contendo as categorias e subcategorias a que chegamos. À medida que cada categoria e subcategoria for sendo analisada e discutida, estaremos também promovendo um contínuo processo de ilustração das mesmas através da apresentação de fragmentos das falas dos sujeitos que as emitiram. Vale dizer que cada fala será acompanhada do nome fictício do sujeito por ela responsável e do número correspondente à ordem em que se deu no corpo da entrevista transcrita, o que permitirá, ao leitor mais interessado, a fácil localização das mesmas.

Tabela 1 – Categorias e subcategorias extraídas das entrevistas

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS
Motivos relacionados à opção pela adoção	Projeto familiar
	Impossibilidade de gestação biológica/infertilidade
Perfil da criança a ser adotada	Adoção de recém-nascidos
	Adoção tardia
Situação das crianças adotadas (história de vida)	Antes da adoção
	Depois da adoção
Segredo <i>versus</i> Revelação	Revelar é preciso
	Omitir é preciso
Adoção tardia	Fatos concretos advindos da prática
	Suposições advindas de histórias

5.1.1 Motivos relacionados à opção pela adoção

Sem que fosse necessário perguntar aos sujeitos entrevistados, o tema “motivação para adoção” aparecia prontamente. Em vários momentos de cada entrevista é possível constatar a tendência discursiva de retomar a origem da motivação que os remeteu à prática da adoção ou à condição de postulantes. Contudo, dois fortes motivos se apresentam como imperativos e, por isso, recebem aqui o *status* de subcategorias, a saber: 1) “projeto familiar” e 2) “impossibilidade de gestação biológica/infertilidade”.

5.1.1.1 Vejamos algumas das falas que representam a subcategoria “projeto familiar”:

Me casei com 26 anos, achei que estava já na hora de casar. Sabe quando agente carrega aquilo, mulher tem que casar, tal né, se bem que eu sempre fui uma pessoa que tive a cabeça sempre muito aberta, mas a gente sempre carrega um rançozinho né, da família né; a vó casou, a mãe casou né. Então casei-me e sempre com aquela intenção de ter muitos filhos (MARTHA 2).

Mesmo com filhos naturais nós pensamos, talvez, em fazer uma adoção. Sempre a gente conversou a respeito né. Se houvesse a possibilidade de ter filhos naturais ... muito bom, inclusive ... é ... conjugando isso com a adoção (CARLOS, 10).

É ... desde quando nós namorávamos, de vez em quando nós brincávamos: ah, vamos adotar uma criança ... e tal né. Sempre falando em tom de brincadeira, mas com um certo fundinho né, de interesse (PAULO, 29).

Bom eu sempre tive este sonho de adotar uma criança. Eu sempre falava para o Paulo que embora eu pudesse ter um filho biológico, eu ainda queria adotar um filho (ROSELI, 31).

Eu sempre quis ser mãe. Quando eu falo “ser mãe”, não é só ser mãe biológica ... como eu tive irmãos adotivos né, então isso já fazia parte do meu projeto, nunca me foi estranho a adoção, porque eu já venho de família em que minha mãe adotou né, então pra mim era normal isso e ... ele tinha o sonho da menina e eu também, então vamos que vamos (THERESA, 6).

Cada um a seu modo, os participantes da pesquisa tornam possível o acesso a uma importante representação social da adoção. Ancorados na idéia de que, assim como para um processo de gestação biológica, a adoção também deve fazer parte de um projeto que lhe é anterior, os participantes objetivam sua motivação para a adoção na perspectiva da possibilidade de tornar concreto o exercício da

maternidade, da paternidade e, conseqüentemente, a construção de uma nova família. Por meio da discursiva apresentação de um “projeto de adoção” como parte integrante do “projeto de família”, os pretensos pais e mães justificam sua opção pela adoção e então, o não-familiar – motivação para o gesto de adotar – torna-se familiar, uma vez que o desejo de ser mãe, pai e, portanto, o desejo de construir uma família é bem conhecido, aceito e já há muito tempo reside no imaginário da sociedade sob a forma de valor; cresci-vos e multiplicai-vos é a ordem na dinâmica que gera o ciclo vital das famílias²⁶ e que mantém existente a espécie humana.

A representação social da adoção aparece aqui, portanto, desdobrada sob a figura de uma decisão dos adotantes equivalente à decisão pela gestação biológica, mas que carece de uma justificativa. Ninguém pergunta a um “casal grávido”: por que vocês decidiram engravidar? Nem tampouco o “casal grávido” sente-se obrigado a explicar/justificar suas motivações para a vindoura maternidade e paternidade. A sociedade espera do casal o cumprimento de sua parte na dinâmica do ciclo vital, o que se materializa com a prática da procriação. Assim, gerar um filho, constituir família, ter uma prole para cuidar, deixar raízes, herdeiros, dar – através de filhos – continuidade ao nome da família, contribuir para a manutenção da espécie humana, etc., significa atender às expectativas da sociedade em relação à família.

Cada novo homem e nova mulher, e cada nova família ao se formar, assume uma espécie de “dívida” com a sociedade (SCHUTZENBERGER, 1997). Esta dívida, que lança as novas famílias ao compromisso de lealdade transgeracional com suas famílias de origem (antepassados) e com a própria espécie humana foi bem sintetizada – para não dizer, instituída – pela tradição judaico-cristã: “por isso, um homem deixa seu pai e sua mãe, e se une à sua mulher, e eles dois se tornam uma só carne” (Gn 2, 24). A força da tradição judaico-cristã é determinante, sabemos disso, para a formação do conceito de família e, sobretudo, inspira o típico modelo da família nuclear burguesa do século XVIII (pai-mãe-filhos). O fato de uma família (dentro dessa tradição cujas fronteiras tornaram-se globais) poder gerar muitos filhos foi, e ainda é, considerado bênção divina; aliás, quanto mais filhos, maior a bênção. Enquanto que as famílias impossibilitadas de gerar filhos, foram consideradas

²⁶ Segundo Osorio (2002, p. 22), o “ciclo vital de uma família no seio da qual foram gerados filhos pode ser resumido nos seguintes estágios ou momentos críticos: 1. formação de um casal para a construção de uma nova família; 2. nascimento dos filhos; 3. adolescência dos filhos; 4. saída dos filhos da casa paterna; 5. morte dos avós; 6. envelhecimento, doença e morte dos pais”.

amaldiçoadas, indignas e pecadoras. Num passado não muito distante, mulheres consideradas estéreis, quando ainda não se conhecia o processo biológico da fecundação e a responsabilidade do homem neste mesmo processo, eram consideradas secas, malditas e igualmente indignas, o que justificava os divórcios e a possibilidade do homem buscar, na relação com outras mulheres, a realização da tarefa procriativa.

Este papel social da família – a tarefa procriativa²⁷ especificamente – torna-se possível a partir de potencialidades próprias da condição humana e espera-se que o casal, lançando mão de tais potencialidades, cumpra com seus “deveres”. Que potencialidades são essas? A de gerar vida a partir do encontro de outras vidas: um homem e uma mulher, relação sexual, troca e síntese genética que se dá a partir do encontro entre óvulo e espermatozóide, processo gestacional, parto²⁸. Este “caminho biológico” para o exercício da maternidade, paternidade, filiação e para a constituição, portanto, da família, não é gerador de mistérios, segredos, dúvidas e, por isso, não exige justificativa: se auto-explica. Contudo, a adoção de uma criança, ou melhor, a opção pelo exercício da maternidade e da paternidade via adoção, este sim carece de um conjunto de justificativas. É como se o “normal” fosse a maternidade/paternidade biológica e “anormal” fosse a maternidade/paternidade por via da adoção.

Assumindo a representação social da adoção como modo “anormal”, “diferente”, “estranho” ou um “outro caminho” para o exercício da maternidade/paternidade e para a estruturação da família, os casais entrevistados vêm-se capturados pelo paradigma biologista, que corporifica as exigências da sociedade em relação ao papel familiar, e tendem a buscar justificativas para a decisão de adotar uma criança. Esta decisão somente se justifica, contudo, por meio de duas vias segundo nossos entrevistados: uma é o próprio planejamento familiar que contempla a adoção, ou como no passado comumente ocorria, por meio de uma entrega intencional (como quando, por exemplo, crianças, filhas de famílias muito pobres, eram abandonadas nas portas de famílias com melhores condições

²⁷ A tarefa procriativa da família é de tal modo intrínseca à sua condição existencial e conceitual, que pode ser também considerada o fator primordial e desencadeante das resistências, preconceitos e não aceitação da sociedade em relação às uniões homossexuais.

²⁸ Esta nossa afirmação não quer reduzir a atividade procriativa unicamente ao contexto familiar (nuclear), uma vez que o seio da família há muito tempo deixou de ser o lugar especial para a geração de novas vidas (OSORIO, 2002).

financeiras) (ARIÈS, 1978; MARCÍLIO, 1998; MOTTA, 2001; LADVOCAT, 2002); outra é a infertilidade, que a seguir discutiremos.

Vale dizer e lembrar que muitos são os motivos relacionados à decisão e prática da adoção e que boa parte deles já recebeu nossa atenção nos capítulos I, II e III. Apontamos aqui para o “projeto familiar” e para a “impossibilidade de gestação biológica/infertilidade” porque se referem às motivações explicitadas pelas famílias entrevistadas em nossa pesquisa.

5.1.1.2 Todos os casais entrevistados apontaram para o fato de que a adoção, embora para alguns já fizesse parte de um projeto anterior, representa uma alternativa capaz de remediar a “impossibilidade de gestação biológica/infertilidade” – nossa segunda subcategoria – e assim tornar possível a maternidade/paternidade. As falas que representam a veracidade de tal inferência seguem abaixo:

[...] Eu tive um primeiro aborto e isso me deixou, assim, meio preocupada né, fui ver se eu tinha algum problema, mas não, quem tinha problemas era o meu marido (MARTHA, 2). [...] Fiquei preocupada e achei que deveria, sabe, olhar, observar né, e ele tinha o sangue RH negativo que na época a gente nem sabia e o meu corpo acho que não ... não ... aceitava muito essa mudança de sangue né, tinha que ter feito outras coisas ... tratamento. E aí resolvi adotar (MARTHA, 3).

Bom, a gente sempre conversou a respeito: se não houvesse a possibilidade da gente ter filhos naturais a gente iria adotar. Nós tentamos inicialmente ter filhos naturais, não foi possível ... partimos para adoção né (CARLOS, 20).

Nós casamos e durante um tempo não conseguimos né, ter o nosso filho biológico, aí partimos né, resolvemos adotar uma criança (PAULO 5).

[...] Porque como eu já tenho mais de 40 anos, uma primeira gravidez seria muito complicado, e ele também tem a vasectomia, já tinha feito vasectomia, então assim, era um sonho (THERESA, 6).

Ainda no namoro a gente tinha, um dia né, sentado debaixo de uma árvore, conversando, a gente tinha pensado em três filhos né ... casamos ... a gente nunca evitou, mas só que eles naturalmente não vieram. Procuramos médico, tudo ... só que a gente não acha um problema assim ... ele diz que é estresse ... o médico fala que é estresse, mas que não está descartada a possibilidade de tê-los naturalmente ... só que também a idade vai chegando e aí então nós optamos pela adoção também em razão a isso (DENISE, 5).

Cada um dos participantes acima citados, traz como motivação para a adoção, já concretizada ou à que são candidatos, o fato de não ter obtido sucesso

nas tentativas empreendidas e que eles mesmos denominam como sendo o meio “natural” ou “biológico” para gerar o filho “natural” ou “biológico”. A representação social da adoção apresentada por tal contexto encontra-se ancorada na impossibilidade da concepção e gestação biológica considerada como modo natural para se ter um filho e objetivada na idéia de que existe um outro caminho para se chegar à maternidade/paternidade. Assim, adoção representa a possibilidade que brota da impossibilidade: a adoção é o caminho; é o meio; é o atalho; é a superação do obstáculo imposto pela natureza; é uma alternativa; é a chave que abre a porta para o ser mãe e o ser pai; a chave que literalmente abre a porta da casa onde irá habitar a nova e desejada família.

Esta representação social da adoção vem de encontro a uma nova concepção de família, ainda não integralmente aceita e incorporada à cultura e ao senso comum, sobretudo do brasileiro que, como vimos, convive com o arcaico e com o moderno (FIGUEIRA, 1986), o velho e o novo, o antiquado e a tecnologia, lançando mão de um sem abrir mão do outro em quase todos os aspectos de seu cotidiano.

Ainda se verifica, portanto, um peso e valor muito grande na constituição familiar do chamado laço de sangue ou, simplesmente, da relação de consangüinidade. Este modo de pensar a família enquanto uma instituição natural, onde a ligação consangüínea é irremediavelmente o fator determinante para a definição do grau de parentesco e de pertença de um determinado indivíduo ao grupo familiar fora há muito questionado e, pela antropologia de Lévi-Strauss (1982) desnaturalizado. O autor apresenta o parentesco como um fato social, contrastando com o tradicional modo de pensá-lo e concebê-lo, ou seja, como fato natural. Assim contribui para o rompimento do fundamento biológico da consangüinidade.

A relevância desta contribuição da antropologia é enorme para pensarmos a questão da adoção e suas representações sociais. O paradigma da parentalização consangüínea universalizou o laço de sangue como fator integrativo e identitário do indivíduo ao grupo familiar permitindo, inclusive, conhecer a qualidade de seu vínculo através de gerações que lhe são anteriores (árvore genealógica). O laço de sangue pode tornar membro inquestionável de uma família um sujeito que, mesmo distante presencial, cultural e afetivamente, se nega a estreitar laços ou estabelecer comunicação com seus parentes. Contraditoriamente, o laço de sangue pode

impedir que se torne membro desta mesma família a criança que em seu seio foi criada e educada desde tenra idade (adotada), mas que fora gerada por outra família, com a qual somente mantém relação consangüínea.

Enquanto imperar sobre o senso comum e na atual cultura o “mito do laço de sangue”, uma criança adotada jamais será, de fato, membro da família adotante. Em contrapartida, o sujeito distante, que nunca teve contato visual e que nunca estabeleceu comunicação com seus parentes, independente da distância física a que se encontre, será sempre lembrado como o filho, o sobrinho, o primo ou o neto e sua figura será, muito provavelmente, revestida de uma nostálgica saudade que alimenta a esperança do encontro.

Afirma Paiva (2004) que

embora o parentesco esteja normalmente associado a três tipos de relações – a relação de consangüinidade entre irmãos, a relação de descendência entre pais e filhos e a relação de afinidade que se dá por meio do casamento – ao retirar da família biológica o foco principal e ampliar a estrutura do parentesco com alianças sociais, Lévi-Strauss contribui, mesmo sem referir-se às adoções, com novos elementos para a compreensão desta modalidade de constituição familiar e de formação de vínculos de parentesco. Em suma, abre caminhos para a análise da cultura como dimensão simbólica constitutiva de toda e qualquer realidade social (p. 55-56).

A maior parte dos casais que adotam crianças o fazem motivados por essa impossibilidade biológica (esterilidade/infertilidade): mais de 55%, segundo Weber (1996; 1998). Para Levinzon (2004), a verificação da esterilidade/infertilidade é o motivo que leva casais tanto para a prática da adoção quanto para uma longa jornada em busca de tratamentos médicos em favor da desejada gravidez. Quando a família não tem acesso à tecnologia médica ou quando esta não se mostra eficaz a ponto de tornar possível a gestação de uma criança, o casal tende, aí sim, à opção pela adoção.

Citando Smith e Miroff (1987)²⁹, Levinzon (2004) apresenta três fases que configuram o processo de aceitação da impossibilidade de gerar os próprios filhos, a saber: 1) fase da negação; 2) fase das reações de raiva e luto; 3) fase da aceitação. Na seqüência, vejamos como elas se desdobram e se desencadeiam de modo a

²⁹ SMITH, J.; MIROFF, F. I. **You're our child: the adoption experience**. New York: Madison Books, 1987.

conduzir os casais a diferentes formas de resolução, incluindo a decisão pela adoção de uma criança.

Na primeira fase o casal se nega a aceitar o fato de que juntos serão incapazes de gestar um filho e, por isso mesmo, partem em busca de inúmeras alternativas para remediar a situação. Devido aos avanços da ciência, especificamente na área da medicina, muitos casais conseguem superar os obstáculos que se apresentam como desfavoráveis à gravidez, contudo, os investimentos são sempre muito altos, tanto no aspecto financeiro como emocional. Anos de tentativas podem não resultar em nada e o acúmulo de frustrações pode desencadear um processo de distanciamento e rompimento entre os pares.

O segundo momento é marcado por intensas reações de raiva e a negação é substituída pelo sentimento de ódio. A busca pela compreensão das causas da não gravidez revela, na maioria das vezes, em quem reside o problema (genético, fisiológico, anatômico ou psicológico), o que remete o casal a uma série de pensamentos de culpabilização em relação ao parceiro ou parceira. Entre os pensamentos sobre “de quem é a culpa?” ou sobre “o que fizemos de errado para merecer isto?”, o casal vivencia um verdadeiro processo de elaboração do luto pelo filho não tido. Este luto pode ser bem elaborado, dependendo do modo como se encontram estruturadas as relações intra e interpessoais do casal, a qualidade do vínculo (afetivo) que os une e a disponibilidade para o diálogo acerca dos sentimentos individuais.

A terceira e última fase, a da aceitação, é a consequência da bem sucedida elaboração do luto pela impossibilidade de gestação biológica. O casal se aproxima, afetiva e efetivamente falando, em torno da necessidade de superação da ferida narcísica gerada a partir da percepção de que o projeto, individual e conjunto, da maternidade/paternidade não poderá seguir o curso considerado “natural” ou “normal”. As descobertas que o casal faz a partir deste fato são importantes para o avanço de sua união e busca pelo filho: descobrem que a cumplicidade de um em relação ao outro é fator desencadeante de satisfação emocional para ambos e de restabelecimento da confiança parental que os mantém; descobrem que capacidade procriativa e competência sexual não são necessariamente sinônimas; e que a

maternidade/paternidade pode ser exercida sem que o vínculo consangüíneo esteja presente, ou seja, a maternidade/paternidade por via da adoção.

Este é, normalmente, o percurso trilhado por casais que a princípio não contemplam a adoção de uma criança em seu projeto familiar, mas que a ele incorporam este “meio”, “caminho”, “atalho”, “alternativa” para o exercício da maternidade/paternidade em função da impossibilidade de gestação biológica. Eis, pois, uma importante representação social da adoção.

5.1.2 Perfil da criança a ser adotada

As diferentes informações (mitos e preconceitos) sobre a temática da adoção que, pulverizadas pela atual cultura, encontram-se presentes no imaginário das famílias, expõem-nas, e com certa vulnerabilidade, aos muitos mitos existentes. Estes, por sua vez, disparam mecanismos de defesa e/ou recursos nem sempre apropriados, objetivando uma pseudoproteção das famílias adotivas e das crianças adotadas. Foi a vulnerabilidade frente aos mitos que, historicamente, fez com que famílias mantivessem segredo acerca da origem de seus filhos adotivos e é a vulnerabilidade aos mitos que, cotidianamente, tem feito famílias buscarem crianças com características muito específicas para adoção.

Como já discutimos, essas características específicas tendem a uma aproximação das características dos adotantes e geram “perfis de crianças” que podem ser consideradas adotáveis ou não-adotáveis. Assim, um casal branco tende a buscar uma criança branca, um casal negro tende a buscar uma criança negra, etc.

Outra especificidade de característica que contribui para a cristalização dos aqui chamados “perfis de crianças” relaciona-se com a idade. Veremos a seguir que, dentre os cinco casais entrevistados, somente um realizou uma adoção tardia de fato, ou seja, trouxe para o seio de sua família uma criança com mais de dois anos. Veremos também que o conceito de adoção tardia, definida como aquela onde as

crianças têm mais de dois anos de idade (VARGAS, 1998; WEBER, 1998)³⁰ tende, para alguns de nossos sujeitos, ter a incorporação de uma faixa etária cada vez menor: alguns definem como tardia a adoção da criança já não mais considerada recém-nascida.

A observação e o registro de falas acerca deste tema nos permitiu organizar esta categoria em duas subcategorias: 1) “adoção de recém-nascidos” e 2) “adoção tardia”.

5.1.2.1 Na sequência, apresentaremos fragmentos das respostas dos nossos sujeitos demonstrando o interesse pela “adoção de recém-nascidos”, entendendo-os como variando entre zero e dois anos de idade, conforme a literatura nos apresenta:

Sim, era de adotar uma criança menor né ... um bebê, no caso (PAULO, 6).

Com no máximo uns 2 anos (ROSELI, 3). [...] Nenhum tipo de exigência, nós só dissemos que se pudesse ser um menino né ... pra nós ... nós queríamos um menino (ROSELI, 21). [...] Em relação ao sexo sim. Mas em compensação, ao fato de ter irmãos, cor assim ... nenhuma outra exigência (ROSELI, 22).

Nós colocamos de zero mês até dois anos, entendeu, não tem aquele negócio, assim, de ser bebê recém-nascido não, a gente também aceita uma criança de até dois anos (THERESA, 9). [...] Eu acho assim, não sei, até dois anos eu acredito que tenha, assim, uma identificação maior, pode ser até que tenha, mas a criança pode rejeitar também, entendeu, eu acho que seria até um pouco mais difícil uma criança com 7 anos, 8 anos, 10 anos e ... o pessoal até não gosta, mas tem realmente os vícios ... os vícios dos abrigos, falam que isso é preconceito tudo, mas realmente tem e talvez isso seria um pouquinho mais difícil pra gente tentar, sabe (?), sei lá, talvez com amor a gente resolva tudo isso, mas e o risco (?) de tentar e depois não dar certo e a criança ser rejeitada novamente ... eu não quero isso, entendeu ... eu não quero (THERESA, 10). [...] Nós queremos uma menina negra de zero a dois anos. Agora, claro que ele vai falar assim, como eu já vi no papel, se pode ser soro positivo, se pode ser deficiente física, deficiente mental, esse tipo de coisa eles vão perguntar também. Eu acho assim, a gente vai querer um bebê saudável, lógico, acho que todo mundo, mesmo uma mãe grávida reza por um bebê saudável ... agora, o que pode acontecer a partir daí, eu não sei (THERESA, 39).

Bom, não tem distinção de sexo nem etnia nenhuma né, e até dois anos de idade ... (NELSON, 13). [...] Porque sendo, talvez, o primeiro filho e dadas as condições nossa, de tempo, porque nós trabalhamos fora os dois, então a gente achou que, por ser também o primeiro filho, com mais de dois anos ia ficar muito difícil de conseguir trabalhar bem essa criança ... então, as

³⁰ Entre os estudiosos da adoção também há divergência em relação à idade da criança para se considerar uma adoção tardia ou não. Segundo Levinzon (2004, p. 22) “usa-se o termo ‘adoção tardia’ quando a criança é adotada a partir de 3 anos de idade”.

necessidades, talvez, de uma criança com mais de dois anos sejam muito maiores do que uma criança de até dois né, então pra nós, agora no momento, talvez fosse como dar o passo maior do que a perna, então ... (NELSON, 14). [...] Tem algumas restrições pelo fato da cor da criança, né: “Ah não! Não vai pegar um pretinho.” “Ah não! Vai todo mundo ver que não é de vocês.” Esse tipo de coisa né, então tem um pouquinho assim, não é que ela ... e ela demora um pouco mais também pra aceitar, por ser uma pessoa que tem lá os seus traumas, tudo né ... mas não é que ela não aceita, assim, isso não ... devagarzinho né amor (?) (NELSON, 24).

[...] De zero a dois anos de idade (DENISE, 9).

Os relatos acima apresentados demonstram um interesse unânime por crianças com idade inferior ou até dois anos. Os casais entrevistados representam fidedignamente uma realidade nacional: a preferência por crianças mais jovens em detrimento das crianças mais velhas. Que representação social da adoção está sendo veiculada a partir desta realidade?

Em se tratando esta pesquisa de uma investigação acerca das representações sociais da adoção, devemos dar ouvidos a todas as informações/comunicações que partem de nossos sujeitos entrevistados ou que a eles chegam, pois são essas informações/comunicações que atuam no processo de construção das representações sociais. Duas espécies de informação, portanto, nos são de extrema importância: as oriundas do senso comum e as advindas da ciência, em especial a psicologia e a psicanálise.

Existem dois ditados populares que, ao nosso ver, têm íntima relação com a intenção dos adotantes quando estes optam pela busca de uma criança com idade inferior a dois anos e quando se negam a adotar uma criança com idade superior a esta. O primeiro, *“pau que cresce torto morre torto”* e o segundo, *“é de pequeno que se torce o pepino”*. Estas duas informações que circulam pelo senso comum têm lá suas nuances de verdade; a milenar técnica japonesa do Bonsai é uma prova disso. Uma árvore ou uma planta de pequeno porte pode ser “moldada” – para usar um termo que os sujeitos entrevistados também usam – segundo nossa disponibilidade de espaço ou gosto estético, e esse processo de “modelagem” se dá com a árvore ou planta em processo de desenvolvimento, ou seja, quando sua estrutura ainda se apresenta flexível, verde.

Ao dizer que um “pau que cresce torto, morre torto” se está chamando atenção para o fato de que um processo de desenvolvimento mal conduzido poderá

resultar em um sujeito (o pau ou uma pessoa) mal estruturado, anormal, estranho ao padrão de normalidade, enfim, torto. Chama-nos atenção, igualmente, para o fato de que uma intervenção se faz necessária em caso de desvios precocemente percebidos, uma vez que o crescimento é um processo e, logo, pode ser corrigido. É esta a representação social da adoção que se revela presente na opção dos postulantes à adoção de crianças com idade inferior ou igual a dois anos: a de que sua estrutura (de personalidade ou de caráter) ainda pode ser corrigida caso se perceba algo de errado ou caso esta mesma estrutura não condiga com o ideal de filho desejado pelos pais.

Esta representação social da adoção se reforça com a noção transmitida pelo segundo ditado: “é de pequeno que se torce o pepino”. Não podemos deixar de considerar que cada sujeito de nossa pesquisa, agora pai e mãe adotivos ou postulantes à adoção, trazem consigo as próprias experiências de filhos que foram e ainda são. Uma das modalidades de conhecimento dentre as várias existentes³¹ é o conhecimento empírico ou vulgar (DOMINGUES; HEUBEL; ABEL, 2003), que aqui estamos nominando “senso comum”. Esta modalidade de conhecimento se forma a partir de uma síntese entre as experiências de vida realizadas no cotidiano de cada sujeito, as informações e comunicações que lhe chegam, os ensinamentos que de geração em geração são transmitidos, os mitos e ditos populares, as histórias e contos de fadas, as fábulas, os acontecimentos que lhe cercam nos mais diferentes aspectos e dimensões da vida e o próprio sistema de pensamento que cada sujeito desenvolve como particularidade. Calcados nesse conjunto de experiências pessoais, torna-se fácil, tanto para os sujeitos de nossa pesquisa quanto para qualquer outra pessoa, dar ao conteúdo comunicado pelo ditado em questão o *status* de verdade. Assim, a pequenez, a imaturidade, o tenro processo de desenvolvimento, a flexibilidade da estrutura existente – porque jovem – favorece o trabalho de correção e modelagem.

A analogia entre o desenvolvimento de uma árvore, fruto ou planta doméstica e o desenvolvimento humano (da personalidade e caráter) pode parecer grosseira e errônea, mas em se tratando de senso comum, isso é perfeitamente possível, aceitável e, porque não dizer, um modo eficaz de tradução dos sistemas de

³¹ Conhecimento mítico, filosófico, teológico, empírico ou vulgar e científico (DOMINGUES; HEUBEL; ABEL, 2003).

pensamento do povo; os ditados populares têm uma função didático/educativa que se cumpre muito bem.

A segunda espécie de informação a que nos referimos, aquela advinda da ciência e, em especial da psicologia e da psicanálise, atua paralelamente às informações circulantes no nível do senso comum. O problema que identificamos em relação à função que tais informações (científicas) acabam por exercer no processo de construção das representações sociais da adoção é que elas, normalmente, são comunicadas de modo fragmentado, superficial e enviesado por interesses próprios ou quase ideológicos.

Caberá aqui uma crítica aos meios de comunicação de massa (TVs, rádios, revistas, jornais, Internet, etc.) que, utilizando-se das considerações e conclusões científicas acerca de pesquisas e teorias desenvolvidas, delas fazem uso mercadológico e ideológico. Moscovici (1976), para citar um exemplo, aponta em seu estudo sobre as representações sociais da psicanálise, para o fato de que conceitos importantes de seu arcabouço de conhecimento estavam sendo veiculados de modo impróprio e assimilados pelo senso comum como reforçadores de crenças já existentes acerca do modo pelo qual se constitui e funciona a personalidade humana ou como explicações para comportamentos desviantes manifestados por pessoas da sociedade francesa (de Paris e províncias adjacentes).

As contribuições da psicologia e da psicanálise para o conhecimento do processo de constituição da subjetividade do sujeito, a estrutura e funcionamento de seu aparelho psíquico, seus mecanismos de defesa, a importância do vínculo parental (sobretudo o vínculo da criança com a mãe), o complexo de Édipo, os modos de relacionamento do sujeito consigo mesmo, com o outro e com o mundo, a importância do autoconhecimento, o papel do autoconceito e da auto-estima, a importância da história de vida na constituição da personalidade e para o trabalho psicoterápico, dentre tantos outros aspectos que a ciência psicológica tornou possível conhecer e significar, passaram a fazer diferença no modo como as pessoas entenderiam a si mesmas e as outras. Com ou sem propriedade, superficial ou fragmentariamente, essas informações científicas, por mais sistemáticas e verídicas que possam ser, passaram também a circular e cumprir um papel reforçador dos mitos existentes – quando isso interessava – ou foram rejeitadas –

quando isso similarmente interessava. Há, portanto, um engendramento comunicacional e manipulação das informações que subjaz a realidade das adoções, tardias ou não, e que obedecem regras estipuladas pela cultura da adoção que atua no contexto nacional, regional ou individual, subjetivo, de cada postulante. A qualidade das informações, portanto, a que tem acesso um determinado sujeito – seja esta informação advinda do senso comum, da ciência ou ainda uma síntese das duas – definirá sua postura frente a adoção, uma vez que dará origem a uma representação social da mesma.

As discussões e análise da subcategoria posterior nos permitirão aprofundar a influência dessa segunda espécie de informações/comunicações – as advindas da ciência – no processo de construção das representações sociais da adoção.

5.1.2.2 Passaremos agora a apresentar fragmentos de falas em que se pode verificar ora o interesse ora a recusa à modalidade intitulada “adoção tardia”. Apresentamos também falas que, associadas à questão da idade, demonstram sinais de rigidez ou de flexibilidade com relação a outras características específicas de crianças a serem adotadas, além de algumas tentativas de justificar o motivo das opções de cada família entrevistada:

Então nós fomos e a princípio eu peguei estes dois ... é ... casalzinho de gêmeos que eu tenho né. E é uma, como o senhor falou, é uma adoção meio que tardia (MARTHA, 3). [...] Os únicos que precisavam de um ano de adaptação seriam os dois primeiros, porque os menorzinhos não ... não tem esse problema né, a não ser que a gente não se adapte a eles ... eles se adaptam perfeitamente à gente né (MARTHA, 38).

A única restrição que eu coloquei ... é ... logicamente junto com a minha esposa, nós entramos em conversa, em acordo ... justamente que a gente não queria uma criança portadora do vírus HIV, não por ... por preconceito (CARLOS, 41). [...] Nós não exigimos sexo, não exigimos idade ... idade nós exigimos até uns dois anos e meio porque a gente queria curtir também a infância da criança né. Sexo não, cor não, raça não, nada disso. Independente da mãe ser usuária de droga ou não, nós não colocamos nenhuma condição nesse sentido. Agora a gente queria que fosse uma criança que tivesse menos de dois anos e meio pra gente poder curtir um pouco a infância da criança né, mas nós não queríamos uma exigência de recém-nascido, vamos dizer assim né, nós não fizemos essa exigência de recém-nascido (CARLOS, 44). [...] Olha, eu acredito que talvez a família queira, talvez, ter também esse contato com o recém-nascido, ou também por algum preconceito de que a criança, por exemplo, poderia ter também um caráter formado né ... eu penso assim. Eu particularmente não acredito muito nisso, por que eu acho que até os sete anos de idade, há possibilidade da gente educar à maneira da gente, formar o caráter, a

personalidade da criança né, então eu acho que é muito, assim, de diz-que-diz-que né, de tanta coisa que se levanta em torno dessa questão aí e que as pessoas ficam um pouco temerosas em pegar crianças com outro tipo de idade né, que não foi o meu caso (CARLOS, 47).

[...] A gente sabe que a maioria dos casais quer bebezinho, quer uma menina, quer uma loirinha, de olhos azuis, muitas vezes diferente do próprio perfil da família que está adotando. Então o fato de você pegar uma criança que já ande, que já é independente em determinadas atitudes ... isso te traz uma alegria também, porque você vê que a criança se desenvolveu e que ela vai continuar se desenvolvendo com você ... você não perdeu ... tem gente que fala assim: “ah, mais eu perdi todo esse tempo desde que nasceu, que ele era pequeno ... eu não vou ter foto, não vou ter isso, não vou ter aquilo ...”. Só que isso, a partir do momento que você traz a criança para sua casa, você esquece, você passa uma borracha, entendeu (?). É como se ela tivesse nascido e você tivesse pego na maternidade e tivesse trazido pra casa naquele dia (LILIAM, 47).

[...] E não é só isso ... tem gente que adota uma criança querendo como se fosse uma boneca. Ele quer o biótipo da criança. Eu acho que não é por aí né. Você vai querer uma criança branca, loira, que tenha olho azul, sexo feminino, etc. Pô isso daí vai ser difícil. Então eu acho o seguinte: se você tem intenção de adotar, você tem que receber aquela criança da maneira que ela é, com a sua individualidade, com a sua particularidade, com o jeito de ser dessa criança né, porque ela vai ser diferente, ela é diferente, mas que ao mesmo tempo ela vai fazer parte da sua história e você vai fazer parte da história dela (CARLOS, 81).

[...] Aí fazendo os processos de adoção, um amigo falou da instituição né, que tinha bastante criança tal, aí nós fomos ver as crianças – inclusive este que está com a gente hoje – porque houve uma interação né, logo nos primeiros contatos e resolvemos adotá-lo já com 7 anos de idade (PAULO, 5). [...] É ... uma criança já ... ela é difícil da gente moldar né, como a nossa família, ajustá-lo mesmo. Tanto é que nós estamos tendo problemas, a personalidade já está né, já está com a personalidade firme né, difícil a gente tentar modelar ele com ... com os nossos costumes, isso (PAULO, 10).

Até dois anos ou até um pouco mais né, não haveria problema, mas também foi esse medo da personalidade mesmo (ROSELI, 23).

Na verdade, eu nem acho que a minha seja tardia ... tardia pra mim seria com 4, 5, 6, 7 anos, entendeu (?). Isso que eu penso de adoção tardia. Porque realmente a criança ... é ... porque com 2 anos ... você lembra de alguma coisa quando tinha 2 anos? Quando você tinha 2 anos, 3 anos? Você não lembra, entendeu (?). Com 4 ou 5 anos a criança já lembra. Se eu tirar a criança de um abrigo ela sabe que ela está vindo de um abrigo, ela já tem tudo já formado ... já tem, assim, olha ... já tem as características dela ... então isso que eu acho da adoção tardia. E o que eu tenho medo ali são dos vícios, da rejeição, a criança já está acostumada de um jeito e com dois anos, três anos eu posso educar a criança do nosso jeito entendeu (?). Isso que eu tenho medo na adoção tardia ... de eu não conseguir educar a criança adequadamente ... aí isso seria ruim, não sei ... talvez, esse que é o meu receio ... eu tenho medo de eu falhar, não é a criança não, da nossa falha mesmo ... e ... fazer sofrer tanto eu quanto ela, quanto um outro ... é um receio meu de falhar, de falhar realmente com a pessoa (THERESA, 34).

Temos aqui um conjunto riquíssimo de informações acerca do perfil da criança a ser adotada, oferecido pelas famílias entrevistadas: os postulantes à adoção dizem com que idade querem a criança que receberão como filho ou filha e explicam os motivos de tal escolha; sinalizam para o tipo de criança que por eles poderia ser adotada e o tipo de criança que não seria adotada, dando suas justificativas para tais exigências; e falam de seus medos com relação à adoção tardia.

A representação social da adoção tardia comunicada a partir destas falas está ancorada em uma série de informações, preconceitos e mitos que merecem atenção especial e, por isso mesmo, uma mais demorada reflexão. À medida que a discutiremos, estaremos também retomando e pontuando melhor as influências compartilhadas entre o senso comum e a ciência em seu processo de construção.

A participante de nome Martha, relata em sua entrevista o processo das quatro adoções que realizou e considera tardia a primeira delas, quando os bebês-gêmeos tinham um ano e nove meses de idade. Contudo, uma informação presente no fragmento de sua fala (MARTHA, 38), acima reproduzida, nos é importante: ela afirma que somente o casal de gêmeos, adotados tardiamente, precisaria do período de um ano para adaptação, pois as demais crianças que adotou, todas recém-nascidas, não teriam ou tiveram problemas para se adaptar à família substituta. Este período a que Martha se refere equivale ao prazo estipulado pela autoridade judiciária, segundo a Lei nº 8.069/90 (ECA), e intitula-se “estágio de convivência”; seu objetivo reside na possibilidade de acompanhamento e avaliação do processo de adaptação e vinculação da criança em relação à família substituta. A pergunta que nos levará ao conhecimento da representação social da adoção tardia expressa por Martha é: por que os filhos, frutos da adoção que ela intitula tardia, careceram de um período de adaptação (equivalente a um ano) e os demais filhos, adotados ainda recém-nascidos, poderiam ter sido dispensados de tal período?

Estamos novamente à frente de uma representação social da adoção influenciada pelos ditados populares e, simultaneamente, à frente de uma representação influenciada pelo conjunto das informações advindas da psicologia e psicanálise acerca da importância dos primeiros anos de vida da criança enquanto período portador das experiências fundamentais e/ou determinantes de sua

estrutura psíquica e personalidade (SPITZ, 1998; WINNICOTT, 1999; BOWLBY, 2001).

O segundo fragmento de fala pertence a Carlos, pai adotivo de um menino que quando deixou a instituição asilar tinha a idade de um ano e seis meses. Carlos demonstra-se mais flexível em relação à idade da criança e relata que não fez, juntamente com sua esposa no ato de seu cadastramento como postulante à adoção, a exigência de adotar uma criança recém-nascida. Justifica sua opção por uma criança com idade de até dois anos e meio através do desejo de “curtir” sua infância, ou seja, poder acompanhar seu desenvolvimento. Carlos não se fixa integralmente à representação social da adoção tardia que até aqui estamos discutindo, como Martha e outros participantes o fazem, e seu posicionamento mais flexível se dá, talvez, porque sua formação acadêmica resultou em uma menor vulnerabilidade aos mitos e ditados populares, enquanto lhe permitiu o acesso, menos restrito e fragmentado, às informações advindas da ciência. Para ele, até a idade de sete anos, a criança ainda pode ser “educada” segundo os princípios e valores da família adotiva e ter seu caráter e personalidade, também construídos a partir desses mesmos valores e princípios. Em Carlos a idéia da “modelagem” (da personalidade e caráter) ainda está presente, mas, segundo seu relato, o período de tempo necessário para que ela aconteça é maior (até os sete anos de idade), o que representa uma mudança e relaxamento dos preconceitos em relação à adoção tardia e o porvir de uma nova representação social da mesma. Sua fala aponta para uma perspectiva mais tolerante em relação à idade da criança, o que pode, quando for assimilada por mais postulantes à adoção, desencadear um processo de transformação da atual cultura e torná-la menos temerária em relação à adoção de crianças mais velhas.

Há um outro aspecto presente na fala de Carlos e também presente na fala de Liliam, sua esposa, que vale ressaltar e discutir. Esta família afirma que a adoção deve seguir como regra o respeito à individualidade da criança adotada e que as exigências por um perfil como o que eles ilustram (criança recém-nascida, do sexo feminino, loira e com olhos azuis) são extremamente difíceis de serem concretizadas. A fala destes dois participantes nos permite acessar uma representação social da adoção ancorada na necessidade da criança que carece de uma família e não ancorada na necessidade da família que carece de uma criança.

“Famílias que precisam de crianças”³² e que têm como motivação para a adoção a intenção de substituir um filho perdido, manter um casamento, mudar a rotina instalada por anos de vida em comum sem filhos ou ainda preencher um vazio deixado pela ausência/impossibilidade de uma gestação tendem a exigir crianças com perfis muito específicos, quase ideais. Famílias que adotam crianças na perspectiva contrária, ou seja, conscientes de que são as crianças que precisam de famílias, tendem a flexibilizar suas exigências e acolher crianças com características diferentes em relação às dos adotantes.

Acerca deste mesmo tema, ou seja, as expectativas dos adotantes em relação à criança a ser adotada e a possibilidade de desencontros frustrantes para ambas as partes, advindos desta relação quase sempre díspar entre o ideal e o real, Vargas (1998) afirma que a

criança fantasiada pelos pais deve ser maleável o bastante para permitir uma superposição com a criança real, ou seja, que deve haver uma certa flexibilidade quanto às características imaginadas, para que a criança real possa, pouco a pouco, desenvolver qualidades no sentido de se aproximar da criança imaginária dos pais adotivos (p. 40).

Paulo, Roseli e Theresa, representam o grupo dos participantes de nossa pesquisa que, assim como Martha, aderem à representação social da adoção tardia como sendo uma modalidade de adoção problemática. Embora Paulo e Roseli tenham realizado uma adoção tardia, relatam que sua motivação primeira era pela adoção de uma criança com idade próxima dos dois anos e pontuam: o medo que os acometia estava ligado à estrutura de personalidade da criança com mais idade e a dificuldade que esta mesma criança representaria em relação ao seu processo de ajustamento e modelagem (PAULO, 5). Neste caso específico, o medo com relação à personalidade da criança adotada é corroborado pela experiência, uma vez que os adotantes relatam suas dificuldades em relação à criança e desta em relação aos adotantes. Tais dificuldades referem-se ao processo de vinculação da criança, seu ajustamento às regras da família, socialização e comportamento agressivo.

³² A expressão “famílias que precisam de crianças” aparece entre aspas porque objetiva representar os muitos sentidos/significados que se transformam em motivação para adoção além dos já citados até aqui. Um exemplo de que muitos outros motivos permeiam a decisão pela adoção foi apresentado por uma de nossas entrevistadas (MARTHA, 51) ao afirmar que uma pessoa de seu universo de relacionamento, adotou uma criança depois de ter, no passado, cometido um aborto voluntário. Esta pessoa (mulher) a qual Martha se refere, não só adotou uma criança, objetivando reparar a decisão e prática do aborto, como também mantém uma casa de apoio a crianças e trabalha em prol colocação das mesmas em famílias substitutas (MARTHA, 3; 5).

Theresa apresenta uma outra variável como complicadora em casos de adoção de crianças mais velhas. Para ela, uma criança adotada tardiamente trará consigo as lembranças da instituição asilar e/ou da família biológica (traumas advindos do abandono, possíveis situações de maus tratos, negligência, violência doméstica, ausência da mãe e do pai, etc.) o que ela chama de “vícios”. Ancorada na própria experiência de vida e na conclusão de que uma criança com menos de dois anos não possui condições de memorizar fatos ocorridos durante este período de sua história e de recordá-los posteriormente, Theresa constrói uma justificativa para o limite de idade (dois anos) aceitável para adoção e, assim, justifica também sua decisão. A impressão ou conclusão de que uma criança com mais de três, quatro, cinco anos tem capacidade para memorizar fatos com ela ocorridos e construir, através da recordação destes mesmos fatos, seu modo de relacionamento com a família substituta ou demais pessoas de seu círculo relacional, parece ser a hipótese (objetivação) reforçadora, para Theresa, da representação social da adoção tardia enquanto um problema.

Autores aqui já mencionados, como Bowlby (2001), demonstram-se temerários em relação à adoção de crianças com mais de dois anos de idade mediante ao risco da não superação das experiências negativas de sua história de vida: a separação da família de origem; o abandono; as necessidades relacionadas à alimentação, higiene e afeto não satisfeitas; etc. Contudo, esta noção de prejuízo à psique da criança, ocasionada por eventos traumáticos como os supracitados, vem sendo continuamente estudada, revista e atualizada. Segundo Levinzon (2004), apoiada por pesquisas e conclusões de Winnicott (1953) “as crianças adotadas tardiamente apresentam a capacidade de se recuperar das privações físicas, emocionais e sociais, quando se lhes oferece uma família carinhosa e adequada” (p. 23).

Neste sentido, sentimo-nos comprometidos e impelidos a afirmar que uma adoção, precoce ou tardia, tanto quanto uma gestação, tem seu sucesso ou fracasso determinado por condições genéticas e ambientais, sócio-econômicas e culturas, das quais é impossível se ter um controle absoluto. O nível das idealizações que cada postulante à maternidade/paternidade faz, seja este exercício garantido e concretizado pela via da adoção ou não, estará sempre relacionado com a qualidade das avaliações que estes mesmos postulantes farão das experiências que no seio

da nova família viverão. Assim, supor que uma criança adotada tardiamente trará consigo a índole, o caráter e a mesma estrutura psíquica dos pais biológicos significa, ao nosso ver, aderir a uma representação social da adoção carregada de preconceitos e, ao mesmo tempo, desconsiderar o processo de constituição do sujeito que, embora se alicerce na infância, enquanto vive, metamorfoseia-se, cresce, supera suas próprias limitações realizando a síntese de um vasto conjunto de variáveis: de quem foram seus pais (biológicos ou adotivos); de suas próprias experiências bem ou má sucedidas; da qualidade de seus vínculos afetivos; de seu processo de individuação, aprendizagem e participação nos projetos micro e macro-sociais; de seus desejos, sonhos, ideologias, utopias, etc.

Alguns postulantes à adoção, assim como profissionais da assistência social, da justiça e da própria psicologia, para não citar todas as áreas das ciências sociais e da saúde, precisam ouvir as duras palavras que se seguem: um filho não se compra, não se fabrica e não se adota nem com manual de instruções para que o mesmo seja programado (educado ou condicionado) e, assim, conduza sua vida segundo o desejo dos pais, nem pode ser devolvido quando se apresenta com “defeitos de fabricação”, como fazemos com os bens de consumo que adquirimos cotidianamente; um filho não merece ou deve herdar como dívida as expectativas supra-estimadas dos pais que, por um motivo ou outro, não puderam ser o que gostariam de ser e no filho projetaram-se; qualquer uma dessas situações, se tornadas concretas no percurso desenvolvimental e existencial da criança (um novo ser humano), representará um roubo de seu devir, ou seja, de sua liberdade – se é que assim podemos dizer – de vir-a-ser o sujeito que pode e deseja ser.

Poderíamos fazer aqui, como forma de contribuir para a socialização das informações advindas da ciência, um percurso nas obras de Freud, Klein, Erikson, Winnicott, Bowlby, Anzieu e do próprio Spitz; também poderíamos beber nas obras de Piaget, Wygotsky, Wallon, Luria e Leontiev para resgatar as teorias e sistemas por cada um construído e que, apesar de ora refutarem-se ora corroborarem-se, dentro da psicanálise, do construtivismo, do sócio-interacionismo, enfim, dentro da psicologia do desenvolvimento, dão cabo de explicar o processo de desenvolvimento – físico, mental, intra-psíquico, de individuação, de socialização e da linguagem – da pessoa humana a partir de seus primeiros dias e anos de vida. Este, pois, não é o nosso objetivo. Almejamos, com a discussão dessas representações sociais da

adoção, pôr em discussão um fenômeno que, histórica e socialmente, tem sido responsável pela não inclusão de crianças em famílias substitutas e, conseqüentemente, pela manutenção do abandono e da institucionalização enquanto mecanismos de exclusão de um grande contingente de crianças no Brasil e em muitos países do mundo. Como por várias vezes nos referimos: estamos diante de uma cultura da adoção que durante anos, décadas e séculos vem sendo construída. Desconstruí-la ou reformulá-la é um desafio que apenas começa a ser enfrentado.

Após termos feito a apresentação destes recortes significativos da fala de nossos entrevistados para a análise da subcategoria intitulada “adoção tardia”, podemos afirmar que: ancorada na idéia de que quanto mais jovem é a criança (recém-nascida, de preferência) maior flexibilidade esta apresentará em sua estrutura psíquica e, portanto, maior capacidade de adaptação e vinculação ela terá em relação à família substituta; objetivada a partir da síntese entre as informações/comunicações do senso comum e da ciência, além das negativas experiências de adoção que circulam como notícia entre os diferentes meios de comunicação de massa e que de forma fragmentada, espetaculosa e descontextualizada chegam até a população; esta representação social da adoção tardia segue cumprindo um desserviço às muitas crianças sem famílias e às muitas famílias sem crianças de nossa sociedade.

5.1.3 Situação das crianças adotadas (história de vida)

As crianças que foram adotadas pelas famílias entrevistadas ou as que foram citadas por ocasião das histórias de adoção que cada sujeito participante da pesquisa traz consigo sob a forma de informações, possuem um histórico próprio e, em todos os casos, mostram-se marcadas por uma característica comum: o abandono. As histórias de vida dessas crianças que, na fala de cada sujeito entrevistado e nas linhas e entrelinhas de nossa pesquisa fazem-se presentes, podem ser assim organizadas para configurarem subcategorias de análise: 1) “antes da adoção” e 2) “depois da adoção”.

5.1.3.1 Vejamos se, por meio de uma sistemática apresentação de fragmentos oriundos das falas de nossos sujeitos, é possível dar um rosto à criança de que até aqui estamos falando. Primeiro quanto à situação da criança “antes da adoção”:

[Primeira adoção de Martha] Um ano e onze meses ... e um casal de gêmeos. Só que eles eram tão debilitados, mais tão debilitados, que você olhava, assim, dava a impressão que eles tinham um ano no máximo. Mal andavam, mal falavam e eram, assim, muito debilitados, com problemas de vermes ... é ... fraqueza mesmo sabe (MARTHA, 4). [...] Já tinham saído da mãe, porque a mãe não tinha condições de criar, já tinha outros filhos, passava necessidade mesmo e a gente via explicitamente nas crianças que elas passavam necessidade. Quando elas viam as coisas de comer, assim, elas queriam comer tudo de uma vez ... e ... os primeiros leites que eu dei pra eles, eles vomitavam em seguida, eles não estavam acostumados, de tão fracos que eles estavam. Mas ... é ... deu dó a princípio. Eu lembro assim, à primeira instância, que nós chegamos na casa, que eu olhei para as crianças e eu fiz assim, a menininha veio correndo e falou, “mamãe”, e me abraçou. Dava, assim, a impressão que ela estava esperando a mãe ir buscar, mas eles não tinham noção, assim, de mãe, de pai, de nada. Acho que eles já tinham passado por várias casas já né, porque a mãe tinha entregue pra adoção, já tinha perdido o pátrio poder inclusive né (MARTHA, 5).

[Segunda adoção de Martha] Mas ... essa senhora disse: “Olha tem um menininho que vai nascer” ... é ... não já tinha nascido, o que ia nascer era o outro, foi o último ... que nasceu e que a mãe ... é ... como é que foi a história? ... a mãe passou por aqui, o pai ... eles não eram daqui, passaram por aqui para ter a criança e foram embora ... e largaram no hospital. Aí essa criança foi para uma casa de apoio também, inclusive a senhora que tinha essa casa de apoio, a filha estudava no conservatório, então já me conhecia como uma pessoa que queria ... (MARTHA, 24). [...] Esse menininho ficou lá durante três meses. Esse eu peguei com três meses, o terceiro né, que seria o segundo porque os dois primeiros é um só né, que a gente fala. E ele veio com três meses pra casa, mas esse me deu muito trabalho, porque ele tinha DCM, e a gente não sabia, porque os pais eram drogados ... então ele me deu muito trabalho (MARTHA, 25).

[Terceira adoção de Martha] Esse nasceu às dez horas da manhã e ao meio dia ele estava em casa ... eu tirei ele de dentro do hospital. Foi ... fiquei esperando telefonarem também, foi a mesma pessoa que me indicou que esse menininho ia nascer ... até eu nem sabia se era menino ou menina, o que nascesse eu ia pegar. Ela me telefonou e esse nasceu em Promissão, o outro menino nasceu aqui mesmo em Bauri e os pais não sei para onde foram né, foram umas pessoas que passaram ... fizeram, roubaram coisas por aqui, sabe (?) ... eram traficantes ... um monte de coisa ... e ... foram embora e largaram a criança, que foi parar na minha casa e está até hoje né (MARTHA, 29).

[...] Tenho uma tia, que é irmã da minha mãe, que adotou a Francine, quando tinha de seis pra sete meses; uma menina bem doentinha também. Foi adotada numa circunstância ... é ... assim, bem dizer triste, porque ela tinha uma pessoa que cuidava dela e teve que abrir mão dela e deu certo da minha tia pegar (LILIAM, 12).

[...] “olha vocês fizeram a inscrição pra adoção, etc., e tem uma criança aqui pra ser adotada, você é o nono casal” (CARLOS, 27). [...] Décimo

casal para ver essa criança; os nove casais anteriores não quiseram a criança porque ela teve alguns problemas na infância, ou seja, quando recém-nascida, recém-nascido, não sei ... ela teve meningite (CARLOS, 28). [...] Com dois meses de idade e isso provocou uma hidrocefalia na criança e isso fez com que a cabeça da criança crescesse. No entanto, a criança, segundo a pessoa que tinha nos ligado, já estava bem de saúde, tal, mas as outras pessoas ao verem a criança não quiseram por causa deste antecedente (CARLOS, 29). [...] Um casal, se eu não me engano, foi ver e não quis o Lucas (CARLOS, 30). [...] Algumas coisas até a gente sabe porque o psicólogo acabou comentando com a gente: que a mãe teria já usado drogas, que a mãe também era adotada, que provavelmente o pai era caminhoneiro porque um dia ela teria tomado uma carona com um caminhoneiro e foi parar numa outra cidade e depois nunca mais viu este homem, certo (?) (CARLOS, 73).

Ele tinha a avó como ... a mãe era uma moça que ela era garota de programa e quem tomava conta do Sandro né, ele era criado pela avó. A avó que era o alicerce da família, até a morte dela. A avó morreu e as crianças, que são o Sandro e mais duas crianças, ficaram abandonados, pois a mãe saía nas suas noites, deixava as crianças sozinhas e isso não era uma noite só, isso era por semanas. Até que os vizinhos e o Conselho Tutelar resolveram tomar providência e levá-lo para uma instituição (PAULO, 14). [...] Ah ... é uma criança violentada né, pelo mundo né. A situação familiar dele ... como ele foi gerado ... aonde ele conviveu ... os problemas dele né, com certeza que é o grande vilão da história desse comportamento dele hoje né, arredo, que ele tem muitas vezes. Mas nós estamos lutando pra que isso melhore (PAULO, 30).

Minha mãe adotou duas. Uma, a Rosângela, essa veio muito desnutrida né, e infelizmente não sobreviveu, e a Luciana, ela já faleceu – faleceu com 35 anos (THERESA, 11) [...] Parece que as mães deixaram as crianças na frente da minha casa, entendeu (?), tanto uma quanto a outra (THERESA, 13).

Temos para a discussão desta subcategoria o relato de adoções realizadas pelos participantes de nossa pesquisa ou por pessoas próximas aos mesmos. O que há de comum nestes relatos? A situação das crianças “antes da adoção”: abandono, doença, negligência, violência, rejeição, institucionalização, etc., são marcas impressas na história de vida de cada uma delas.

Há por detrás deste fenômeno uma representação social da adoção que julgamos nefasta. As crianças adotadas – e para não generalizar, referimo-nos estritamente aos casos narrados acima – são sem exceção, portadoras de defeitos, problemas e/ou foram alijadas das mínimas e suficientes condições de um saudável desenvolvimento. Ouvindo o relato dos adotantes ou postulantes à adoção fica-nos a certeza de que estas crianças, real e inegavelmente, precisavam de famílias substitutas além de toda a proteção que estas lhes poderiam representar. Ancoradas nessa realidade que define o universo particular de cada criança, os adotantes objetivam sua prática, e isso ficará mais claro na subcategoria que se segue, sobre a

perspectiva de se tornarem para as crianças, a salvação ou a possibilidade de um destino melhor. Estamos diante de uma troca ou negociação inconsciente: deixe-me ser teu pai e tua mãe e eu te resgatarei para a vida. Esta representação social da adoção se torna nítida a partir de falas como as que abaixo reproduzimos:

[...] Acho que é, assim, uma tomada de decisão que é difícil de ser feita, mas que vale a pena. Eu acho que se um terço, um terço é muito, um quinto da população pensasse um pouquinho nisso, a gente viveria tão melhor ... tão melhor, porque tem tanta criança por aí né, precisando de família. E a criação é tudo né ... a criação ... a infância bem feita, a criação, o estudo, a postura, o amor que você dá ... isso é, eu acho que tudo na vida de uma criança bem realizada né (MARTHA, 65). [...] Eu acho que eu ... é o que eu falo sempre né ... não que eu seja um exemplo de vida, mas eu acho que alguém podia pensar mais ou menos como eu né, eu sei que muita gente é contra adoção, eu acho um absurdo isso, mas eu acho que tem tanta criança por aí que precisava né, de ter um pouquinho de apoio, de carinho, de amor ... eu acho que eu sou uma pessoa que me realizei (MARTHA, 77).

Só que isso, a gente ia atrás de uma adoção só depois que ele se formasse, só que um dia eu li no jornal um artigo de uma psicóloga falando que tem muitas crianças negras nos abrigos né, abandonadas né ... porque que nós vamos esperar 5 anos, 6 anos, se já tem um ser precisando da gente, entendeu?! Então aí nós decidimos antecipar nosso projeto (THERESA, 6).

Não, não. Encaro que tem que ir buscar energia lá no fundo mesmo para poder tocar e poder fazer alguma coisa pro menino né, porque acho que a única esperança dele, no momento, é nós. Se nós abandonar e jogar a toalha, ele vai ser um ... vai cair nessas instituições da vida e vai ser um futuro bandido né, se ninguém correr atrás. Então, se a gente não investir nele ... nem sei o que vai ser dele nessa vida. Então o que me dá força é isso aí ... pensar e acreditar nisso né (PAULO, 39). Uma adoção tardia é difícil, mas tem que ter muito amor, tem que ter carinho e pensar que você vai poder resgatar alguém realmente pra sociedade (PAULO, 58).

Não, não colocamos nenhuma condição. Nós resolvemos aceitar o desafio. Ficamos com um pouco de medo né, pra ver como que ia ser, mas resolvemos aceitar o desafio ... nós queríamos ajudar o Sandro (ROSELI, 20).

A situação “antes da adoção” em que se encontra cada criança passa a ser uma justificativa solidária à já discutida justificativa do “projeto familiar” para a adoção que, por sua vez, surge como alternativa para a concretização da desejada maternidade e paternidade dos adotantes e que não seria possível tendo em vista a “impossibilidade de gestação biológica/infertilidade”. As subcategorias de análise até aqui discutidas e as representações sociais da adoção que cada uma revela nos conduzem à gradativa compreensão dos diferentes aspectos que constituem o universo do tema a que nos propomos pesquisar; elas lembram um tear que, paulatinamente, entrelaça as linhas e desenvolve a trama que dá origem ao tecido.

Não queremos desmerecer o caráter altruísta presente na fala e ação de nossos entrevistados; pelo contrário, vivemos num momento da história da humanidade em que atitudes altruístas podem fazer a diferença na vida tanto de uma pessoa, quanto de uma comunidade ou até mesmo de nações inteiras. Valores e virtudes como a generosidade, bondade, solidariedade, entre tantos outros capazes de colocar um sujeito na direção do outro para ajudá-lo são imprescindíveis para a convivência harmoniosa dos homens. Contudo, cumpre-nos indagar: devem ser estes valores e virtudes motivos para a prática da adoção? Até que ponto a adoção, motivada por generosidade, solidariedade, “amor ao próximo”, dó, compaixão, caridade, etc., para muitos adotantes não acaba tomando a dimensão de uma ação com desdobramentos reparadores, compensatórios e narcisistas: o filho não tido, o filho morto, o filho abortado, a frustração advinda do desejo e da impossibilidade de ser mãe ou pai, uma resposta às cobranças da família e da sociedade, etc.?

Nenhuma motivação para adoção deve ser avaliada ou julgada fora do contexto em que se insere e não o faremos aqui. O que não podemos deixar de considerar é a importância que a motivação para adoção representa para o próprio processo de adoção. Se um casal adota uma criança desejando substituir um filho perdido e deposita na criança adotada a expectativa de que esta venha a ser como o filho morto, perguntamos: que fim este processo de adoção terá se a criança adotada não corresponder às expectativas dos pais? Seria mesmo a adoção um caminho de resolução para o problema do abandono de crianças no Brasil e no mundo? Retirar uma criança da rua ou da instituição significa mesmo livrá-la da delinquência e marginalidade? Motivações equivocadas para a prática da adoção representariam até que ponto um resgate da criança, no sentido de dar-lhe oportunidades para um saudável desenvolvimento? Que qualidade de vínculo um pai ou mãe estabelece com a criança adotada por compaixão e dó?

Estas questões não estão sendo feitas para dar seqüência a um conjunto de respostas, mas para instigar uma reflexão que julgamos ser necessária. Estar integrada e conviver no interior de uma família é direito de toda criança – direito, aliás, previsto na legislação brasileira – e a ciência há muito já provou que tal integração e convivência é condição *sine qua non* para o processo de humanização e socialização do sujeito. A adoção é um caminho pelo qual tornam-se possíveis a

maternidade, a paternidade, a filiação e a constituição da família, conseqüentemente. Temos insistido no uso da palavra “processo” porque ela contempla toda dinâmica de desenvolvimento de cada membro da família e da família como um todo rumo ao melhor destino que para ela se pode projetar. Assim, o êxito do projeto familiar consiste, independentemente da via pela qual se construiu (se por adoção ou não), da progressiva maturidade de seus membros, de sua habilidade em lidar com os mitos, medos e expectativas individuais e do grupo, da qualidade dos vínculos que os mantém unidos e da integração de todos ao projeto comum (EIGUER, 1985).

Encerrado a análise desta subcategoria e representação social da adoção, podemos inferir: nem “crianças estragadas” para “pais salvadores”, nem “pais frustrados” para “crianças carentes”; a adoção dá aos pais um filho e ao filho, pais.

5.1.3.2 Será possível perceber na análise desta próxima subcategoria, referente à situação das crianças “depois da adoção”, que se comparada à situação de abandono e/ou de institucionalização, as mesmas experimentam uma nova e positiva fase de sua história, representada pela oportunidade de um convívio familiar e pelo acesso aos cuidados maternos e paternos dela decorrentes. Ao que nos consta, e esta já é uma percepção e reflexão advinda do contato com as famílias e das repetidas leituras de suas entrevistas, as crianças aproveitam bem dessa oportunidade e dão sinais do quão positivo para elas representa o fato de estarem inseridas (ou re-inseridas) no seio de uma família.

Parece-nos, contudo, que das três famílias adotivas entrevistadas a única com problemas relacionados à adaptação da criança é também a única que realizou uma adoção tardia, ou seja, a que adotou um menino com sete anos de idade e que, por sua vez, vem apresentando problemas relacionados à socialização, hiperatividade e agressividade. Teremos oportunidade de discutir este caso quando iniciarmos a análise da categoria “adoção tardia” e suas respectivas subcategorias. Alertamos para o fato de que, embora possa parecer interessante e até justificável a discussão da referida ocorrência dentro dessa subcategoria, aqui não o faremos em respeito a uma das regras básicas da técnica de Análise de Conteúdo – a exclusão

mútua – onde um mesmo elemento do conteúdo não pode ser classificado em mais de uma categoria ou subcategoria (BARDIN, 1977; RICHARDSON et al., 1989).

Eis alguns fragmentos das entrevistas que ratificam nossa primeira impressão acerca do marco que a adoção passa a representar na vida e na história das crianças e, respectivamente, das famílias adotivas:

[...] Eles tinham um ano e onze meses, quando eles fizeram dois aninhos já fizemos uma festa de aniversário né, eles já tinham sarado de tudo o que eles tinham né, já estavam fortes, já entraram na escola com dois anos e meio, sempre estudaram em escola particular, todos eles né. A menininha entrou no balet, porque eu sempre fui bailarina e ela também foi, ela dança até hoje inclusive né. O menino faz judô ... é ... entraram na música ... todos eles são músicos (MARTHA, 23).

[...] Porque a minha maior felicidade é chegar em casa e ver esse menino chegando e correndo na minha direção com sorriso, me chamando de papai, sabe (?). É uma coisa assim que emociona a gente, e emociona muito mesmo, dá vontade até da gente chorar. Então isso é uma satisfação muito grande tá ... de você ver que ele está feliz, que ele está alegre. Eu, às vezes, vou na casa da minha sogra e ele fica lá brincando com as minhas cunhadas, etc., aí a hora que eu falo: oh, vamos embora. Ele é o primeiro a pegar na minha mão pra poder ir embora, que dizer, ele sabe onde é que é a casa dele, ele sabe quem é o pai dele, ele sabe quem é a mãe dele [...] (CARLOS, 59).

[...] Eu vejo assim, pelo meu pai, pela minha mãe e pela Luciana ... quando eles viam a Luciana com 20 anos e viram a Luciana chegar em casa sem condições alguma ... uma moça de 20 anos, forte, bonita, de bem com a vida, acho que isso, com certeza, fazia muito bem pra eles, entendeu (?). Eles conseguiram aquilo, eles ajudaram aquela moça a se tornar o que ela foi, entendeu (?): querida, carinhosa, as pessoas gostavam muito dela [...] (THERESA, 57).

Ainda podemos perceber na fala dos nossos entrevistados a tentativa de demarcar um estado para a criança correspondente ao “antes” e o “depois” da adoção. Sobre esta relação entre o antes e o depois da adoção é que se encontra ancorada a representação social da adoção enquanto um “bem que se faz a alguém”. Esta representação social se objetiva (torna-se concreta) a partir da discursiva demonstração de que, tanto pra os pais quanto para os filhos adotivos, os problemas anteriores à adoção foram superados (estado de saúde debilitado, sinais que remetem à constatação de que a criança está alegre e feliz, etc.), o que resulta numa realização das boas expectativas e superação dos medos.

Há por parte dos pais adotivos um sentimento de “missão cumprida” que evolui, primeiro para a percepção e depois para o sentimento de que a “adoção deu certo”. Percebendo através da experiência concreta a possibilidade de superação

dos medos, mitos, preconceitos e receios em relação à adoção que a cultura faz chegar às famílias, estas se autorizam experienciar o conjunto dos significados que atribui à própria composição, história e projeto comum, liberando-se para seguir o curso de suas vidas com naturalidade. Falas como as que acima reproduzimos, são, contudo, pouco divulgadas pelos diferentes meios de comunicação hodiernamente atuantes e pouco influenciam na construção das representações sociais da adoção, enquanto que as experiências negativas ou adoções mal sucedidas circulam com facilidade e velocidade quase perversas; é o processo de manutenção e revitalização da cultura pelo mecanismo da retroalimentação agindo novamente.

5.1.4 Segredo *versus* Revelação

A temática da adoção, como já vimos e discutimos, quando posta em pauta faz despertar uma série de outros temas a ela correlatos e nos leva a todos – famílias adotivas ou postulantes à adoção, grupos de apoio, profissionais e pesquisadores – a muito rapidamente tecer como que uma grande teia dialógica que, trazendo ao centro o tema propriamente dito, traz também, periféricamente, questões como a do segredo com relação a origem da criança, os mitos já apontados nos capítulos II e III, medos, expectativas e, porque não dizer, postulados teóricos que definem nossa posição frente ao tema.

Para as famílias entrevistadas não foi diferente e o tema “segredo *versus* revelação” ocupou boa parte dos diálogos estabelecidos, assim como inúmeras páginas de transcrição. São falas ora em defesa do segredo, justificando-o, ora contra, condenando-o. São falas sempre muito carregadas de sentido e reveladoras de representações sociais da adoção nitidamente construídas com base nas informações dispersas pelas comunicações do senso comum que dão forma a atual cultura, uma vez que sintetizam experiências de casais e famílias que, ao longo do tempo, fizeram experiências com a adoção de crianças e emitiram seus pareceres de avaliação.

Esta categoria “segredo *versus* revelação” será dividida em duas subcategorias que representam os dois posicionamentos encontrados no conteúdo das entrevistas. Noutras palavras, a subcategoria que apresenta as falas a favor do

segredo e/ou que apresenta histórias de adoção onde o segredo foi mantido, que intitulamos “omitir é preciso” e a subcategoria que apresenta as falas contrárias à manutenção do segredo, intitulada “revelar é preciso”.

5.1.4.1 Sob o título “omitir é preciso” queremos apresentar fragmentos de falas das famílias entrevistadas que optaram por não revelar às crianças adotivas sua real condição e sua verdadeira história.

A opção pela manutenção desse segredo implica na direta anulação do que foi o processo de gestação da criança, de sua origem biológica e de seu histórico sócio-familiar. Implica também na construção de uma outra história, totalmente artificial e sustentada por um conjunto de mitos que, do ponto de vista ideológico, prestam-se à sustentação de uma representação social da adoção ainda muito presente: a de que a prática da adoção não é um modo de constituição da família, um meio outro pelo qual se exerce a maternidade e a paternidade ou um caminho pelo qual se constrói relações familiares semelhantes àsquelas típicas da família consangüínea, mas um modo pelo qual se resolvem problemas de caráter pessoal, como por exemplo a impossibilidade da gestação biológica, e permite, assim, a correspondência às normas e regras sociais vigentes no que se refere ao papel social da família.

A opção pelo segredo encobre ou apaga os rastros de uma realidade que parece ser digna de aniquilação no imaginário das famílias, pois revela algumas das fragilidades da condição humana, a saber: de um lado a capacidade de gerar a vida contrastando com a incapacidade ou impossibilidade de mantê-la viva³³, do outro lado a incapacidade de gerar vida contrastando com a capacidade ou possibilidade de mantê-la viva³⁴. A impressão de que a criança nascida dentro de uma dessas circunstâncias terá como destino aquilo que ninguém deseja para si, portanto, um futuro incerto, uma instabilidade psíquica e uma marca identitária responsável por estigmas e marginalizações, encontra-se na base das motivações de casais e

³³ Esta condição, possível de ser observada na história e na atualidade, sintetiza ou gera a motivação para o abandono de crianças e se liga a aspectos tanto políticos, quanto econômicos, sociais e psicológicos próprios de cada sujeito ou família.

³⁴ Esta condição, possível de ser observada na história e na atualidade, sintetiza ou gera a motivação para a adoção de crianças, caracterizando-se como situação oposta à descrita anteriormente.

famílias que ontem fizeram, hoje fazem e, talvez amanhã ainda farão, opção pelo segredo quanto a origem da criança adotada.

Vejamos como tal pensamento se materializa (objetiva) na fala de nossos entrevistados:

Eu tinha uma amiga de faculdade que era adotiva e ela falava sempre ... ela conhecia a mãe biológica e conhecia a mãe adotiva, e sempre que havia algum problema com a mãe, porque a mãe adotiva era uma senhora muito brava né, não deixava ela namorar, como naquele tempo de antigamente né, tinha que namorar em casa, tinha que conhecer a família. Ela falava assim né: “Ah, tenho certeza que se fosse minha mãe natural não ia me dar esse problema”, sabe (?). Então tudo o que acontecia de errado, que, às vezes, a gente faz como se fosse um filho normal, a pessoa que é adotada, ela acha que a mãe está fazendo porque ela é adotiva. Sabe (?), sempre há essa controvérsia, né. E a gente também acha assim: Ah! Porque eu estou agindo com essa criança porque ele não é meu filho (MARTHA, 20). [...] Então ... as pessoas que eu conheço que têm filhos adotivos e que não contaram nunca tiveram esse tipo de problema. Acho que foi baseado mais ou menos nisso que eu resolvi agir dessa forma e não me arrependo ... posso lhe dizer que eu não me arrependo ... Aliás eu até me esqueço que eles são adotivos. Eu esqueço porque pra mim é uma coisa tão natural que eu esqueço que eles são adotivos (MARTHA, 22). [...] Ninguém comenta nada. Nunca ninguém comentou nada. Eu acho que se alguém chegar pra eles e falar alguma coisa, eles não vão acreditar ... tamanho é assim o relacionamento que nós tivemos, tão normal que eles não vão acreditar, eu acho. Eles vão acreditar só naquilo que eu falar. Se eu chegar e falar aí sim né, mas se alguém de fora chegar e falar: “sabia que você é filho adotivo, que você tem outra mãe?” Eu acredito que eles não vão acreditar (MARTHA, 44). [...] Foi opção mesmo de querer provar que uma criança, mesmo que não seja sua né, que não tenha vindo de você, possa ser uma pessoa normal. Parece assim, que as pessoas adotivas são estigmatizadas né, pela sociedade ... e eu não queria isso para os meus filhos ... e isso não acontece. Não sei se é porque eu não contei ou se é uma coincidência, mas eu acho que é mais por esse motivo (MARTHA, 56). Eu acho que protejo. Infelizmente a nossa sociedade ainda olha de uma forma diferente os filhos adotivos ... infelizmente (MARTHA, 57). [...] O meu terapeuta, por exemplo, não sabe dos meus filhos adotivos; ele sabe que eu tenho filhos, mas ele não sabe que eles são adotivos, aliás eu esqueço disso, que eles são, então eu não entro nesse assunto (MARTHA, 66).

Olha ... eu tinha uns treze anos mais ou menos. A gente não era muito ligada a documentação, esse tipo de coisa, porque estava na documentação, certidão de nascimento dela: pais ignorados, entendeu (?). Um dia fuçando lá nas coisas, embaixo da cama da minha mãe, embaixo do colchão, eu puxei a certidão de nascimento e olhei, mas também não falei nada, não falei nada pra minha mãe, porque – pensei – se ela nunca tinha contado, não seria eu que iria contar (THERESA, 16). [...] Isso foi complicado, porque meu pai e minha mãe nunca falaram nada sobre o assunto, mas teve uma briga na família, a minha avó, mãe da minha mãe, contou pra ela. Então até a gente acha, assim, ela teve Lúpus, e que a causa do Lúpus, foi de origem dela saber disso (THERESA, 17). [...] Só sei que – fiquei sabendo porque minha mãe me contou depois – ela chegou em casa chorando muito, chorando muito, porque a avó tinha falado isso pra ela e ela queria saber se isso era verdade ou não. Mas, assim, a Luciana sempre foi uma pessoa de muita personalidade, eu acho. Ela

perguntou se era verdade ou não e minha mãe, mais uma vez, falou que aquilo era coisa da minha avó, falou que ela era filha dela, era filha dela, era filha dela, sabe (?) ... e ela não falou mais. Não ficou revoltada, de querer conhecer pai e mãe, não teve nada disso, entendeu (?). Até, assim, depois disso, como eu disse, a certidão de nascimento dela constava "pais ignorados", aí meu pai foi arrumar isso, foi ao Fórum, tudo certinho, e ela foi ao Fórum junto com meu pai, mas nunca comentou nada (THERESA, 24).

Temos aqui o relato de duas participantes de nossa pesquisa; uma – Martha – fala da experiência com o segredo a partir das adoções que realizou e noticia que sua decisão fundamenta-se em observações e informações oriundas de histórias de adoção em que o segredo era mantido ou de histórias em que a verdadeira origem da criança era revelada; a outra – Thereza – fala da experiência vivida com a irmã, adotada ainda bebê e que, durante mais ou menos dezesseis anos de sua vida, conviveu com a idéia de pertença consanguínea à família.

A opção pela manutenção do segredo acerca da origem e história do filho adotivo, assim como a opção pela revelação da verdade, torna pública uma representação social da adoção ancorada na mesma impressão circulante no senso comum: a de que a rejeição e o abandono pela família ou mãe biológica deixam na criança uma inexorável marca. Como aqui já discutimos, esta impressão que habita o nível do senso comum já foi reforçada pela ciência no passado e hoje vem sendo revista pela mesma (LEVINZON, 2004). Pensar na existência de uma marca ou ferida deixada na criança pela situação de rejeição e abandono, contribui para a construção de uma representação social da adoção que, na prática, torna o filho adotado digno (ou carente) de um esforço protetor que visa, a todo custo, poupá-lo da experiência de rejeição e abandono. Esta representação social da adoção encontra-se objetivada nas muitas experiências (em sua maioria negativas) que igualmente circulam pelo senso comum e que, incorporadas pela cultura da adoção, são dispersas e multiplicadas sob a forma de comunicações diversas: relatos de experiências, filmes, novelas, notícias e fofocas.

Nossas duas entrevistadas relatam que pessoas de seus círculos de relacionamento sofreram com a notícia de sua verdadeira condição: a condição de filho ou filha adotada. Martha fala da amiga que se sabendo filha adotiva, entrava constantemente em conflito com a mãe substituta por investir suas expectativas na crença de que a mãe biológica não lhe causaria os mesmos problemas, certamente

por ser mais liberal, compreensiva, etc.; narra ainda que sua opção pelo segredo acerca da adoção dos filhos, mantido até para seu terapeuta, foi tomada em função do conhecimento de casos de adoção onde a revelação à criança, de sua história e origem, produziu problemas de ordem pessoal e social (desajuste, auto-estima rebaixada, estigmatização, etc.). Theresa conta o ocorrido com a irmã que, durante uma discussão com a avó materna, recebeu a notícia de que havia sido adotada, o que para a família adotiva seria a causa da doença que mais tarde lhe tiraria a vida; sua decisão por não manter segredo acerca da origem e história da criança que pretende adotar está fundamentada nesta experiência intrafamiliar.

Subentendendo-se que para ser adotada uma criança foi antes rejeitada e abandonada por sua família biológica, instaura-se, concomitantemente, a noção de que esta mesma rejeição e abandono marcaram para sempre sua identidade/personalidade e que tal marca, verdadeira ferida aberta, jamais cicatrizará. Rejeitada, abandonada e, por consequência disso, estigmatizada, a criança adotada somente poderá desenvolver-se saudavelmente se protegida de seu próprio passado ou se a ele for apresentada desde tenra idade, por meio de artifícios psicológicos e pedagógicos apropriados. Pensando assim, as famílias têm duas alternativas: 1) o segredo, que só pode ser mantido se um pacto sócio-familiar for estabelecido entre os membros da família nuclear, da família extensa e da comunidade; 2) a revelação da verdadeira origem e história da criança. Portanto, da mesma representação social da adoção partem dois posicionamentos diferentes (“omitir é preciso” e “revelar é preciso”); ambos visam a proteção da criança e também dos pais adotivos.

O tema “revelação” é enfrentado por muitos pais adotivos com altos níveis de tensão e acreditamos: tal situação justifica-se pela presença e ação dos mitos, medos e preconceitos integrantes da atual cultura da adoção, além das expectativas nem sempre flexíveis, presentes no imaginário dos adotantes. Segundo Levinzon (2004) “o temor exacerbado dos pais pode estar ligado à projeção no filho de sua não-aceitação inconsciente da própria condição de pais adotivos (p. 49)”. Esta afirmação nos leva ao postulado de que a ferida narcísica presente nos pais impossibilitados de gerar biologicamente os próprios filhos e a não elaboração do luto decorrente dessa mesma realidade torna-os mais vulneráveis aos mitos acerca da adoção e ao medo de que seus investimentos, sobretudo afetivos, no filho

adotivo, sejam rejeitados em função da opção que este poderá fazer ao receber a notícia de sua origem: deixar os pais adotivos em busca dos biológicos. É neste sentido que acima afirmamos, sem contudo explicar: o segredo exerce a função de proteger a criança e os pais. Uma de nossas entrevistadas (MARTHA, 44; 56; 57) verbaliza a respeito da função protetora do segredo em casos de adoção, defende-o e pontua: “[...] eu não me arrependo (22)”.

Levinzon (2004) apresenta quatro motivos para se revelar a verdade ao filho adotivo, aos quais manifestamos nosso comum acordo:

O adotado que descobre a sua adoção no fim da adolescência ou idade adulta muito provavelmente experencia sentimentos profundos de traição e dor. Se algo tão fundamental e básico como o relacionamento entre a criança e os pais está baseado na mentira, então tudo o mais também é falso. Em segundo lugar, o ato de esconder uma informação como esta indica à criança que há algo de errado com a adoção. A criança pode pensar ‘deve haver algo de muito errado comigo ...’. Em terceiro lugar, há sempre a possibilidade de que a criança saiba da adoção por terceiros, e de modo inadequado, o que exacerba o sentimento de traição e falta de confiança nos pais. Em quarto lugar, e talvez o mais importante, a criança tem direito de saber a verdade sobre sua origem. Há aí uma consideração ética importante (p. 50).

Antes de encerrarmos a análise desta subcategoria queremos pontuar mais um aspecto relacionado ao segredo na adoção que estabelece conexão com outra representação social já discutida. A opção pelo segredo obriga a família adotiva, entre outras coisas a: restringir o número de filhos; adotar recém-nascidos em intervalos de tempo rigorosamente curtos; estabelecer um rígido perfil para as crianças que serão adotadas; excluir radicalmente a possibilidade de uma adoção tardia. Quando Martha optou por não revelar aos filhos adotivos a verdade quanto a suas histórias e origens, ela precisou, junto com o companheiro, organizar-se em função de fatores como o que narra a seguir:

[...] Então não tinham, assim, muita disposição de raciocínio né, de falar: “puxa de onde veio essa criança (?)”, né. Não se percebeu. E foi muito engraçado que na última adoção eu engordei demais, parece que eu tive uma gravidez psicológica. Engordei, engordei, engordei e usava umas batas brancas né, por causa da gordura toda ... e ... quando eu pego as minhas fotos, assim, com esse menininho pequenininho, ainda ele olha pra mim e fala assim: “puxa mãe, como você engordou quando eu nasci (?)”, né. Eu falo assim: pois é filho, você viu como eu engordei. Mas eu ... deu-se a impressão que eu tive essa criança (MARTHA, 32). [...] A partir do princípio que eu pus na minha cabeça que eu não iria contar pra nenhum deles, eu acho que uma criança negra nunca teria sido adotada, não por preconceito, mas ... (MARTHA,58).

Tal realidade nos leva ao reforçamento e corroboração da função duplamente protetora do segredo: proteger o filho adotado de seu passado de rejeição, negligência, abandono, etc., e proteger os pais de possíveis e inquietantes indagações quanto ao que há de estranho em sua família (filhos com caracteres raciais diferentes, por exemplo). Contudo, nos leva a postular sobre a existência de uma outra função, subjacente à de proteção: a função de exclusão. Enquanto a força do mito da revelação ainda estiver influenciando a decisão de postulantes à adoção, muitas crianças permanecerão alijadas de seu direito à família: crianças negras não serão adotadas por casais brancos; casais orientais não adotarão crianças negras nem ocidentais; adoções tardias continuarão representando um desafio às Varas da Infância e Juventude de todo o país; as instituições asilares continuarão repletas de crianças e adolescentes esperando por adoção ou sendo adotadas por estrangeiros, correndo o risco de terem suas origens completamente apagadas pela força da distância geográfica e cultural.

5.1.4.2 Ao contrário desse posicionamento com relação ao segredo, discutido na subcategoria anterior, encontramos famílias que afirmam que “revelar é preciso”. Estas se constituem, por isso mesmo, representantes de uma possível mudança no paradigma da atual cultura da adoção, sendo, a princípio, responsáveis pela gênese de uma nova representação social: não mais vista e administrada como modo de superação de problemas biológicos concernentes à não-gestação, mas como via *a priori* de acesso ao exercício da maternidade, paternidade e filiação e, conseqüentemente, via de acesso à constituição familiar.

Signo de que uma nova representação social da adoção começa a ser comunicada é o conjunto das falas que abaixo reproduzimos:

[...] Desde o primeiro momento que a gente resolveu adotar, a gente chegou a essa conclusão de que não adianta esconder da criança. Por quê? Porque amanhã ou depois se a criança descobre, a coisa pode ficar pior ... então, não existe coisa melhor do que a própria verdade. Isso daí faz parte da história dele e faz parte da história nossa, então, eu acho que não tem porquê você não contar pra ele ... não tem porquê você não revelar: é da história dele e da nossa história também. Então eu acho que isso daí não atrapalha em nada. Tem gente que fica receoso né, etc. Se ele quiser ... eu vou educá-lo da melhor maneira possível, amanhã ou depois, quando ele crescer, se ele quiser procurar a mãe, ele vai procurar a mãe. Se ele quiser ver quem é a mãe dele ... tem toda a liberdade para ir e ver

quem é a mãe. Isso daí não vai ... eu acredito, não vai atrapalhar o nosso relacionamento, porque o vínculo que a gente vai ter vai ser muito mais forte do que qualquer outra coisa, do que qualquer outra situação. E eu acho que é próprio da natureza do ser humano querer conhecer a própria história, né. Se ele quiser conhecer a mãe, eu acho que é natural, assim, eu também quereria conhecer a minha mãe, mesmo que seja uma mãe biológica somente, não fosse uma mãe que tivesse me criado, etc. (CARLOS, 64). [...] Até porque não tem como você esconder isso daí, viu Mário ... eu acho que é impossível porque, parece que quanto mais você cria aquela redoma para esconder aquela coisa, aí que a coisa é pior, porque vai ter aí os priminhos né, e de repente alguém vai contar e a coisa aí é pior. Então acho que não tem que esconder nada né. Não pedi nada pro meu pai, não pedi nada pra minha ... se eles quiserem falar alguma coisa, que falem, não tem problema (CARLOS, 79).

[...] Eu acho que revelar a verdade é muito importante ... importante porque ele tem que saber a origem dele, da onde que ele veio, qual foi a história dele, até mesmo pra ele ter isso formado na cabeça dele mesmo né, a origem dele mesmo né. Eu acho que é importante revelar sim (ROSELI, 70).

Eu acho que tem que tentar informar sim, assim que ele ficar mais maduro, tanto é que nós estamos tentando essa reaproximação também [com o irmão], pra que haja uma melhora e que não se esqueça das suas raízes né (PAULO, 51).

Eu acho que tem que ser preparada sim, tem porque ... é ... não adianta você manter o segredo porque a própria sociedade um dia conta, entendeu (?). Ai, eu acho melhor ela ser preparada para estar ... é ... sabendo; assim, quando ela tiver mais idade, entender realmente o porquê ... e se um dia alguém perguntar: "Ah! Você não tem vontade de conhecer seus pais biológicos?" ... ela estar preparada pra responder: "não ou sim" ... "eu estou feliz com os pais que eu tenho", esse tipo de coisa. Então, eu, realmente, não pretendo manter segredo, pelo que eu já ... pela experiência que nós já tivemos, entendeu (?). É muito ruim (THERESA, 33). [...] É um direito dela. Eu vejo isso como um direito, porque, assim, a gente sempre tem uma curiosidade muito grande do nosso passado; eu sempre tive! Eu sempre sentei perto da minha avó e ficava cutucando ela: como que era? como que era? como que era? Eu acho assim, a criança ... vamos ter que respeitar, ela pode ter essa curiosidade sim, e eu acho que é um direito ... se ela quiser saber e se tivermos a possibilidade de contar: olha, seus pais estão aqui e não puderam criar você por causa disso, por causa daquilo ... eu acho assim, que tem que respeitar ... é um direito da criança. Eu acho que isso é o ideal ... se ela quer saber, se ela quer se descobrir, eu acho que é um direito dela (THERESA, 59).

Eu acho que a pessoa fica sempre apreensiva, porque de repente um amigo né, fala ... a hora que vai para uma festinha ou ... porque a gente não vai ficar preso aqui dentro de casa né, a gente tem uma vida em comum lá fora, a gente tem um grupo de famílias que a gente participa, todos estão sabendo que nós estamos nessa fila da adoção né, todos torcendo pra nós, e de repente né, se a gente fosse esconder isso da criança, o que que vai acontecer (?), uma hora escapa e aí a gente não sabe ... não sei se a gente conseguiria lidar com essa situação né porque esconder? ... então passa pra criança uma dúvida né, uma insegurança, porque a gente vai deixar ele inseguro: "Por que meu pai mentiu até agora? Se eles sabiam de tudo isso, porque não me contaram?" Então, a gente tem que tentar passar pra criança, transmitir essa segurança, que "a gente ama ele", que "gosta dele" né, independente se vem depois do outro ou não, principalmente se vem um outro né, que "ele

foi uma opção nossa, foi uma escolha nossa trazê-lo pra gente". Então, a gente tem que passar o máximo de segurança e não existe segurança na mentira ... eu acho que se você está mentindo, você nunca está seguro, porque, uma hora ou outra escapa alguma coisa e pronto, aí ... (DENISE, 27).

Verbalizando sobre a existência de várias motivações para a não manutenção do segredo, assim como Levinzon (2004), os pais adotivos e postulantes à adoção participantes de nossa pesquisa levantam a bandeira de que "revelar é preciso". Eles defendem a idéia de que a criança adotada deve, por direito, conhecer sua origem e admitem que sua história, por mais difícil que possa parecer, deve integrar sua identidade.

Como já referenciamos, a noticiada necessidade e importância da presença da mãe ao lado do filho como garantia de um "saúdável desenvolvimento" contribuiu, paradoxalmente, para a construção de uma representação social da adoção ancorada na impressão de que a rejeição, negligência e abandono são marcas insuperáveis registradas no psiquismo da criança. A crença nesta "verdade científica", reforçada pelos mitos advindos da cultura, além das controvertidas comunicações do senso comum, fez com que em muitos casos de adoção o segredo quanto a origem e história da criança fosse mantido. Motta (2001) corrobora com esta nossa percepção ao afirmar que

nos últimos cinqüenta anos, a importância dos componentes biológicos da maternidade diminuiu com o aparecimento dos métodos anticoncepcionais mais efetivos e do aleitamento artificial. Apesar disso, as donas-de-casa passaram a gastar mais tempo no cuidado dos filhos, revelando que o papel psicológico das mulheres na família e sua função de maternagem aumentaram na razão direta da diminuição de seu papel biológico. Para isto contribuíram a psicologia e a sociologia pós-freudianas que rejeitaram de argumentos a idealização do papel materno das mulheres na medida em que defendiam a importância do relacionamento mãe-filho como elemento crucial para o bom desenvolvimento da criança (p. 58).

Com a recolocação deste ponto, queremos registrar uma reflexão que julgamos pertinente antes de concentrarmo-nos na análise da próxima e última categoria; a palavra "paradoxo" sintetiza o que almejamos postular. Na mesma medida em que as mulheres aproximaram-se de seus filhos para cumprir com o novo e estimulado sentido para a maternidade, vigente a partir do século XVIII (ARIÈS, 1978; BADINTER, 1985; MOTTA, 2001), desencadeou-se e ganhou força a noção de que amplos prejuízos à criança apresentar-se-iam como decorrência da ausência ou distância desta em relação à mãe. Assim, justificando-se a necessidade

e a importância da relação de proximidade entre mãe e filho, produziu-se paralelamente uma justificativa para os comportamentos agressivos, para a delinquência e para a vagabundagem observadas como padrão de comportamento em crianças, adolescentes e jovens desprovidos do cuidado materno. Foram assim disparados os processos de construção das inúmeras representações sociais da adoção – especialmente as relacionadas à adoção tardia – que imputam às crianças e adolescentes, abandonadas e/ou institucionalizados, os estigmas e os preconceitos que, direta ou indiretamente, lhes privam da convivência familiar.

O reconhecimento por parte dos adotantes ou postulantes à adoção de que a criança tem o direito de conhecer sua própria história (suas raízes), a flexibilidade com que parecem lidar em relação ao possível desejo do filho adotado por conhecer sua mãe biológica e a busca por informações mais consistentes acerca do tema “adoção” nos leva a crer que os esforços de pesquisadores e profissionais ligados à assistência (social e jurídica) à infância têm surtido efeito. Como a maior parte das mudanças ocorrem lentamente e mediante ao enfrentamento de muitas resistências, não queremos ser imediatistas a ponto de afirmar que isso representa uma nova definição para a cultura da adoção no Brasil. Contudo, permitimo-nos nos dizer otimistas por enxergar que novas representações sociais da adoção estão sendo gestadas no útero de uma igualmente nova cultura, quiçá menos temerária à prática da adoção e, por isso mesmo, mais cuidadosa, terna e acolhedora para com nossas crianças e adolescentes.

5.1.5 Adoção tardia

Embora já tenhamos iniciado a análise das representações sociais da adoção tardia em uma categoria e subcategoria anteriores (itens 5.1.2 e 5.1.2.2), queremos retomar alguns pontos que não puderam ser ali discutidos tendo em vista os núcleos de sentido que ora se encontravam em questão, a saber: o perfil da criança a ser adotada que inclui, obviamente, a idade como característica constituinte.

Dirigindo aos sujeitos participantes de nossa pesquisa perguntas relacionadas à prática e ao conceito da adoção tardia especificamente, pudemos perceber que duas foram as categorias de respostas obtidas: alguns dos sujeitos falaram de

experiências por eles mesmos vivenciadas, enquanto que a maioria discorreu sobre experiências, e também expectativas, advindas de histórias de adoções vivenciadas por outros, ou seja, pessoas integrantes de seus círculos de relacionamentos (parentes, amigos, colegas de trabalho, vizinhos, etc.). O referido resultado nos permite a organização desse conteúdo discursivo em duas subcategorias: 1) “Fatos concretos advindos da prática” e 2) “Suposições advindas de histórias”.

5.1.5.1 As narrativas que se referem aos “fatos concretos advindos da prática” da adoção tardia originam-se de dois relatos coletados sob a forma de entrevista. Uma das famílias entrevistadas adotou um menino de sete anos de idade – uma adoção reconhecidamente tardia – e outra adotou um casal de gêmeos com um ano e onze meses – uma adoção considerada tardia pelos pais, mas não pelos autores aqui já mencionados e que definem como tardia a adoção de crianças com idade superior a vinte e quatro meses, portanto, dois anos. Para efeito de análise, as duas adoções serão aqui consideradas como tardias, uma vez que o possível erro da participante de nossa pesquisa ao considerar tardia a adoção que realizou, justifica-se pela tendência de valorizar a adoção de recém-nascidos em detrimento à adoção de crianças mais “idosas”, fruto de influências da cultura da adoção. Há, além desse erro ou equívoco, vamos dizer assim, uma outra situação colhida por meio de entrevista em que uma das participantes também se confunde com a definição da idade da criança para considerar a adoção que pretende realizar como tardia ou não, o que representa do ponto de vista conceitual que as idades fronteiriças à de dois anos – um ano e dez meses, um ano e onze meses, dois anos e um mês ... dois anos e meio – são irrelevantes para quem opta pela adoção tardia, mas importantes para quem opta pela adoção de recém-nascidos.

A seguir apresentamos trechos que ilustram a subcategoria supra-exposta:

[...] E essas foram as duas primeiras crianças que vieram para minha casa ... um ano e onze meses (MARTHA, 7). [...] Sempre depois de um ano, tem um prazo sempre de um ano de adaptação né. Agora os únicos que precisavam de um ano de adaptação seriam os dois primeiros, porque os menorzinhos não ... não tem esse problema né, a não ser que a gente não se adapte a eles ... eles se adaptam perfeitamente à gente né (MARTHA, 38).

7 anos (PAULO, 13). É ... uma criança já ... ela é difícil da gente moldar né, como a nossa família, ajustá-lo mesmo. Tanto é que nós estamos tendo problemas, a personalidade já está né, já está com a personalidade firme né, difícil a gente tentar modelar ele com ... (PAULO, 10) com os nossos costumes, isso (PAULO, 11).

[...] O emocional seu tem que estar bem equilibrado, tudo coisa que a gente não imaginava que precisava ter ... todo este suporte para uma adoção tardia (ROSELI, 18). [...] De adaptação ... nós não optamos ainda pela adoção definitiva ainda decorrência dos problemas que vêm ocorrendo né. Se ele vai se adaptar, se ele não vai ... como é que ... isso pra ele também né (ROSELI, 27). [...] Hoje está melhor, mas no início foi muito complicado. Ele me rejeitava muito mesmo. Ele chegava a me tratar como a empregada da casa e me evitava. Tudo que vinha de mim ele não queria, aquela figura de mãe pra ele mesmo marcou, mesmo, até uma simples coisa, um prato de comida, um bolo, qualquer coisa que eu fosse dar pra ele, se viesse de mim ele não aceitava, sabe (?). Até, às vezes, ele ficava na casa da minha sogra, e se fosse eu que ia buscar ele, ele não vinha comigo, ele chorava, ele esperneava, como se tivesse receio dessa figura de mãe mesmo, sabe (?). E hoje está bem melhor ... hoje aos pouquinhos estou tentando brincar com ele, conversar, no dia-a-dia ali, hoje está melhor o relacionamento. Então ele já aceita carinho hoje, antes ele não aceitava carinho, era bem arredio ... já aceita carinho, pede colo, pede que brinque com ele ... hoje sim está melhor e isso vem vindo aos poucos mesmo (ROSELI, 39). [...] Tem. Muitas lembranças. Às vezes, assim, até ele comentava né, que queria retornar à instituição (abrigo de menores), e a gente percebia que tinha um fundo, assim, se ele retornasse lá, a mãe dele saberia onde ele estava e poderia vir buscá-la ... quando você falava da mãe dele os olhos dele brilhavam, sabe (?). Embora ele tivesse, acho que muita mágoa disso, no fundo ele tinha esperança de que a mãe viesse buscar ele novamente (ROSELI, 41). [...] No início sim. No início sim ... fiquei frustrada porque você queria uma criança pra você cuidar, é aquele instinto materno né, você cuidar, dar carinho, brincar, dar risada, ensinar as coisas e não é nada disso. Numa adoção tardia isso não acontece. Então, tive que deixar de lado sim, eu fiquei frustrada no início, depois eu trabalhei bem isso, e eu consegui superar isso. Eu tive que ver que mãe, numa adoção tardia, de uma criança com essa idade, tem que ser outro tipo de mãe: é aquela mãe que tem que ser dura, impor regras, impor limites e ... ensinar ele pra vida mesmo (ROSELI, 49). [...] Eu acho que tem que aceitar a criança com a individualidade que ela tem, porque ela não é do jeito que você esperava. Na adoção tardia ela já vem moldada, formada mesmo ... a gente tem que aceitar a criança com as características dela (ROSELI, 78).

Estes são os relatos de pais que concretizaram adoções tardias e pelo fato de já nos termos apoiado no conteúdo exposto por Martha (7; 38) nos itens 5.1.2 e 5.1.2.2, deter-nos-emos agora às falas de Paulo e Roseli para a discussão de duas importantes questões: a necessidade de prévia preparação dos postulantes à adoção (seja ela tardia ou não) e o papel dos pais adotivos no processo de adaptação/vinculação da criança tardiamente adotada.

Conforme Levinzon (2004, p. 23),

quando a criança passou por privações ambientais importantes, e sua história inicial não foi suficientemente boa em relação à estabilidade ambiental, os pais adotivos têm de saber que não estão adotando apenas

uma criança, mas que provavelmente também serão ‘terapeutas de uma criança carente’. Este tipo de vínculo pode ter sucesso, pois dá à criança o que ela precisa. É importante que os pais sejam alertados quanto a este fato, pois o cuidado da criança exigirá deles mais do que o simples bom manejo comum.

A informação trazida pela autora encontra na fala de nossa entrevistada, Roseli, dados empíricos contundentes de validação. Se há algo de diferente entre a adoção de uma criança recém-nascida e uma adoção tardia, deve também residir na condição e qualidade de preparo dos futuros pais para lidar, em primeiro lugar, com as próprias expectativas em relação à figura do filho idealizado e a figura do filho real (ROSELI, 49; 78) evitando que um hiato intransponível se instale durante a convivência e, em segundo lugar, com a demanda de atenção que esta criança poderá apresentar tendo em vista seu estado de saúde física e psíquica (ROSELI, 18).

O menino de sete anos adotado por Paulo e Roseli e que segundo seus relatos apresentou dificuldades de adaptação e vinculação em relação à família substituta, sobretudo em relação à figura da mãe, teve também diagnosticado um quadro de hiperatividade. Graças à disposição dos adotantes que como afirmam, “toparam o desafio” (ROSELI, 20), o menino foi submetido a tratamento psicoterápico e psicofarmacológico, progrediu e encontra-se num outro nível de relação com os adotantes, como já sinaliza Roseli (39).

O referido casal, que a princípio não pretendia adotar uma criança com idade superior a dois anos (ROSELI, 3), relata que a adoção tardia representou para eles um “desafio” somente aceito por conta da força e síntese de duas motivações: o desejo de ser mãe e pai que cada um nutri desde a juventude e a ajuda que poderiam estar prestando à criança. Ao serem questionados sobre a existência de sentimentos e pensamentos relacionados à frustração ou arrependimento, ambos manifestaram ter experienciado sentimentos ambivalentes que assumiam várias conotações:

- *Fracasso em relação à possibilidade de acolhimento e educação da criança devido seu comportamento arreadio e de rejeição para com a figura materna.* A importância do relato deste tipo de sentimento é muito grande porque nos permite conhecer e compreender a raiz do “medo” de muitos casais em relação à adoção tardia, uma modalidade

de adoção que, como vimos, encontra-se envolta por representações sociais ancoradas em muitos mitos e preconceitos. Os pais que optaram pela adoção, motivados pela impossibilidade de gestação biológica/infertilidade, o que representa todo um processo de elaboração psíquica (luto) pela perda da função procriativa e pela perda do filho não tido, fracassando também no processo de adoção, são remetidos à experiência de um segundo sentimento de impotência, o que muito provavelmente promoveria uma insuportável (para alguns) reabertura da ferida narcísica ainda não cicatrizada. Assim, a decisão de muitos casais pela adoção de crianças recém-nascidas em detrimento da opção pela adoção de crianças mais velhas (adoção tardia) pode estar motivada pelo desejo inconsciente de evitação das possíveis frustrações e fracassos que esta modalidade pode representar.

- *Desejo de devolver o filho adotivo, mas dando a esta devolução um caráter terapêutico/pedagógico, apostando que para a criança a perda da família substituta seria sentida e ressignificada tendo em vista a diferença de ritmo, privilégios, nível de atenção e afeto, etc., a que esta não mais teria acesso estando na instituição.* No momento em que narra a experiência deste sentimento, a mãe adotiva usa duas expressões dignas de atenção por apresentarem-se como âncoras da representação social que construiu para a adoção tardia: ela se refere a uma “perda boa” – a perda da família substituta que acolheu a criança e tentou ajudá-la – que traria para o filho resultados positivos se comparados às “perdas ruins” – referindo-se à negligência e abandono da mãe biológica – que ele teve ao longo de sua história de vida (ROSELI 66; 67). Esta “perda boa”, segundo o sistema de pensamento da mãe, uma vez sentida e refletida pela criança quando de seu retorno à instituição, seria o motivo de retorno à família substituta e o começo de uma nova relação. Apostar nessa possibilidade significa aderir a uma representação social da adoção tardia objetivada no gerenciamento do “risco”: a criança adotada tardiamente testará o amor dos pais adotivos com atitudes agressivas e

com sinais de resistência à vinculação para ter certeza de que não será abandonada novamente (VARGAS, 1998). Logo, a devolução da criança à instituição pode mesmo representar, para a família e para a criança o fim de um processo de adoção que poderia ser positivo e, para a criança exclusivamente, a concretização de seu temor inconsciente, ou seja, um segundo abandono.

- *Desistir da opção pela adoção.* O casal Paulo e Roseli, narra no decorrer de sua entrevista que quase “jogaram a toalha” (PAULO, 39; ROSELI, 69). Querem com tal expressão afirmar que em alguns momentos, sobretudo os de maior dificuldade, quase desistiram do “desafio” que aceitaram enfrentar: a adoção tardia. As dificuldades enfrentadas pelo casal e até mesmo a ambivalência de seus sentimentos em relação à adoção poderiam ser atenuadas se, tanto para eles quanto para outros casais, houvesse um tempo de preparação sistemática. Convém que os postulantes à adoção busquem orientação profissional e apoio para seguir adiante com seu projeto; muitos dos mitos, medos e expectativas que povoam o imaginário dos postulantes à adoção poderiam ser esclarecidos, o que desencadearia um processo de reconstrução das representações sociais da adoção. Neste sentido, vale lembrar que prestam significativo serviço aos interessados em adoção, os inúmeros Grupos de Apoio espalhados pelo Brasil e que, de forma comprometida, orientam pais, incentivam pesquisas e trabalham em prol das necessárias mudanças na cultura da adoção vigente.

5.1.5.2 A partir de agora, os fragmentos de falas que apresentamos referem-se às “suposições advindas de histórias” que os sujeitos entrevistados ouviram e/ou falas que, dispersas nos vários ambientes de comunicação, remetem à temática da adoção tardia:

É, inclusive a gente tinha conhecimento que quanto mais jovem é a criança, quanto mais idade aproximando-se do recém-nascido, mais dificuldade a gente teria em adotar a criança. Quanto mais passasse o tempo, a idade da criança, mais facilidade a gente teria (CARLOS, 46).

Olha, eu acredito que talvez a família queira, talvez, ter também esse contato com o recém-nascido, ou também por algum preconceito de que a criança, por exemplo, poderia ter também um caráter formado né ... eu penso assim. Eu particularmente não acredito muito nisso, por que eu acho que até os sete anos de idade, há possibilidade da gente educar à maneira da gente, formar o caráter, a personalidade da criança né, então eu acho que é muito, assim, de diz-que-diz-que né, de tanta coisa que se levanta em torno dessa questão aí e que as pessoas ficam um pouco temerosas em pegar crianças com outro tipo de idade né, que não foi o meu caso (CARLOS, 47).

O psicólogo lá falou que depois que autorizassem, como agente ... é uma adoção tardia né, e de criança negra, ele falou que é bem mais fácil e que pode ser bem rápido. Agora, se fosse, assim, uma menina loira de olhos azuis, seria mais complicado. Mas, assim, com as características que a gente quer, ele disse que é rápido (THERESA, 8). [...] Tem, tem esse receio sim. Porque o que acontece? Até quando nós fomos, o psicólogo que nos atendeu no Fórum, disse que tinha uma menina lá que tinha rejeitado ... eles estavam, assim, num processo de namoro, mas quem não quis foi a criança ... acontece! (THERESA, 55). Era uma criança de sete anos. Acho que a menina se acostumou tanto com o abrigo que a defesa dela é o abrigo ... ela não quer sair de lá (THERESA, 56).

Então ... eu estou me lembrando agora de um menino que eu conheci quando eu morei em Porto Alegre, uma família até já com quatro filhos, mais esse menino adotado, só que era um menino que tinha, acho, que seis anos, parece, quando ele veio pra família né, moreninho, mulatinho, assim, de cor né ... e ... foi uma experiência muito interessante, o menino com muitos traumas, com muitas né ... e ... até por essa experiência mesmo é que me levou também a entender também né, como a gente já falou, que até dois anos é melhor pra agora, porque eu vi a dificuldade que foi pra esse menino e era uma família que já tinha quatro filhos ... que era uma família muito bem estruturada [...] Agora ... eu só pude entender melhor isso né, que de dois anos pra cima talvez exija uma estrutura maior né, o fato de ter mais irmãos ... (NELSON, 16).

Nas narrativas de Carlos, Theresa e Nelson acerca de suas opções quanto a idade da criança a ser adotada, e que se assemelham às narrativas de tantos postulantes à adoção por esse Brasil a fora, podemos observar a influência direta de informações e experiências advindas de histórias que circulam no nível do senso comum: é uma família amiga que adotou uma criança negra aqui, um colega de trabalho que adotou uma criança mais crescidinha ali, um diz-que-diz-que sobre a rebeldia do filho adotado acolá, uma reportagem no noticiário da noite, uma cena da novela, um filme, enfim.

Sobre o tema “adoção de crianças” todos têm uma história pra contar. A adoção é como daqueles assuntos sobre os quais todos falam um pouco, conhecem um pouco e têm fatos concretos para justificar sua opinião, assim como a traição do marido da companheira de trabalho, o motivo do casamento da filha da vizinha, a razão que justifica a presença do carro de polícia na frente da casa de fulano, a

gravidez da Dona Maria, a doença do Seu Raimundo, a morte do jovem Joaquim. Ancoradas nessas informações, sempre carregadas de sentido, se constroem representações sociais que são cotidianamente dispersadas pelos diferentes recursos comunicacionais em atividade e que influenciam os modos de pensamento e comportamento do povo. No início da década de oitenta, quando tornou-se pública a existência da AIDS, esta doença era também conhecida como “a peste gay”. As representações sociais construídas em torno da homossexualidade, que naquele tempo já se viam permeadas por muitos preconceitos, foram acrescidas de uma pesada carga culpabilizadora, como se somente os homossexuais fossem responsáveis pela existência da doença e/ou sua proliferação. O lugar a que queremos chegar com essa aparente divagação é: até que ponto as comunicações advindas do senso comum, podem influenciar a decisão de um casal que pretende adotar uma criança? O caminho escolhido pela ciência – generalizar para todos o resultado investigado, testado e comprovado como válido para um grupo significativamente representante da maioria (indução científica) – não estaria sendo o mesmo utilizado pelo senso comum para a construção de, pela ausência de método e sistemática, conclusões precipitadas, superficiais e errôneas?

Alguns de nossos entrevistados e candidatos à adoção conheciam poucas histórias de adoção, tiveram raras oportunidades de conviver com famílias que adotaram crianças e com crianças adotivas propriamente ditas. Tal fenômeno nos leva a crer na força da cultura da adoção, que, de um jeito ou de outro, faz circular seus mitos, preconceitos e representações sociais. A temática “adoção” ocupa no senso comum o *status* de coisa estranha, misteriosa, diferente, um risco. Mas que risco pode representar a adoção de uma criança se não os mesmos, em quantidade e qualidade, que os de uma gestação? Que mistérios envolvem a adoção de uma criança além do próprio segredo que muitos ainda fazem questão de manter? Que diferença tão marcante é essa entre a adoção e a filiação consanguínea que põe à prova a capacidade de ser mãe, pai, filho e irmão, em qualquer um de nós, seres humanos? Que coisa estranha é essa: um homem e uma mulher que decidem ser pais de uma criança gerada noutro ventre e a partir de outra relação sexual; quem mal há nisso?

A “naturalização da filiação”, ou seja, a filiação que se dá por via biológica é, segundo nossa impressão, a ancora que sustenta a representação social da adoção

como “filiação não-natural” e, conseqüentemente, maternidade/paternidade não-naturais. Contudo, e já demos sinais disso ao pontuarmos como a adoção de crianças é vista em diferentes culturas, esta é uma representação social de muita força na cultura brasileira. A opção pelo segredo quanto a origem e história da criança adotada; a busca pela criança com o perfil caracteriológico o mais próximo possível do perfil dos adotantes; o manifesto desejo de moldar a criança segundo os valores, princípios e padrões dos pais adotivos; assim como a preferência pela adoção de crianças recém-nascidas e a recusa à adoção tardia, são modos de gerenciar o “não-natural” para torná-lo “natural”.

Chamar algo de “natural” implica em reconhecer que este algo independe da intervenção humana para ocorrer, como por exemplo a chuva, o vento, o frio, etc., que são, inclusive, chamados de fenômenos naturais; ou então aceitar o fato de que este algo transpôs a barreira que separa o não-natural do natural e, então, tornou-se comum, aceitável, corriqueiro, tranqüilo, popular. O quanto ainda estamos longe de ver essa transposição do não-natural que representa a adoção, para o natural que ela já representa em outros países e culturas, é, talvez, uma das perguntas mais difíceis de se responder dentre as tantas aqui levantadas. Por enquanto, ainda vemos pais, professores e até psicólogos fomentando o discurso da diferença: este é o filho da barriga e este é o filho do coração; este eu tive mesmo e este eu peguei pra criar; este é legítimo, o outro é adotado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

**Adoção é adoção
e ponto.**

Estivemos falando da temática “adoção de crianças” e incorporando à mesma a discussão de um conjunto de temas que lhe são subjacentes: abandono, institucionalização, mitos, medos, expectativas, motivações e representações sociais da adoção são alguns deles. Também apresentamos o parecer de outros autores acerca do tema, na tentativa de com eles fazer parceria e ampliar nosso foco de visão e compreensão. Trouxemos para o nosso trabalho, além da fala de pesquisadores, em especial da psicologia e psicanálise, a fala de famílias que adotaram crianças e de famílias que estão na chamada “fila de espera” aguardando a chegada do filho desejado. Falamos de paradigmas, tabus, da cultura da adoção e em meio a tudo isso, falamos também da história e do panorama atual da adoção no Brasil e no mundo, estabelecendo comparações entre o modo de representar a adoção em nosso país e o modo como ela é representada e praticada em outras culturas.

As conclusões a que chegamos ao longo do processo de construção desta pesquisa nos remetem à elaboração de considerações finais que, por sua vez, incorporam nossas esperanças acerca do percebido no presente, como sinal de uma possível mudança para o futuro da cultura da adoção, assim como os muitos desafios que deverão ser ainda enfrentados por famílias em busca de crianças, crianças e adolescentes à espera de famílias e os muitos profissionais da adoção³⁵.

O aqui feito, levantamento das representações sociais da adoção e, em especial, da adoção tardia, nos permite a montagem de um quadro sinóptico da atual cultura da adoção e, como consequência desta possibilidade, vislumbrar quão importante pode ser o trabalho de ressignificação das ancoragens e objetivações que dão origem a essas mesmas representações sociais, de modo que possam, como sementes lançadas na terra, dar origem a uma nova cultura. Não cremos, contudo, que este nosso trabalho de investigação e seus apontamentos será o responsável por tal transformação, pelo contrário, o vemos como apenas uma dentre as muitas sementes que precisam ser lançadas.

A primeira representação social da adoção que discutimos opera no imaginário das famílias adotivas, dos postulantes à adoção e da sociedade, como

³⁵ Profissionais da adoção: termo utilizado por Cassin (2000) para se referir aos profissionais envolvidos em processos de adoção, a saber: assistentes sociais, psicólogos, juizes e promotores das Varas da Infância e Juventude, entre outros.

um modo “anormal”, “diferente”, “estranho” e “um outro caminho” pelo qual se chega ao exercício da maternidade/paternidade e à constituição familiar, opondo-se, portanto, ao paradigma biologista da função procriativa que a família herda como dívida para com seus antepassados e para com a sociedade assim que se constitui.

Vimos também que para justificar a opção pela adoção de uma criança (recém-nascida ou de mais idade) e para não precisar reconhecer publicamente a impossibilidade de gestação biológica por causa da infertilidade ou esterilidade, casais que já adotaram ou que à adoção postulam, apresentam como sua primeira motivação o “projeto familiar”; este é, segundo nosso modo de ver, o caminho pelo qual os adotantes tornam familiar (no sentido de aceitável) a opção que fizeram, podendo assim livrar-se das cobranças e preconceitos que a sociedade imputa às novas famílias: cresci-vos e multiplicai-vos.

A qualidade da elaboração do luto pela perda da função procriativa e pelo filho não tido, no caso de casais que não puderam gerar biologicamente, é um dos fatores determinantes para: a decisão pela adoção; a construção do perfil de criança a ser adotada; e o planejamento da condução do processo de adoção, sobretudo em relação à questão “revelação X segredo” quanto à origem e história da criança e que exige a construção de um pacto sócio-familiar (em ambos os casos). Neste sentido, a representação social da adoção define-se para muitos como a “possibilidade que brota da impossibilidade”, a única “alternativa” para a construção da família – que aliás, baseia-se no modelo nuclear – e seu maior obstáculo reside no valor que ainda se dá à consangüinidade como garantia de vínculo parental: um sinal da forte influência do mito do laço de sangue.

Outra importante conclusão a que chegamos, iluminados pela Teoria das Representações Sociais que, como já apontamos no capítulo IV, valoriza o conteúdo comunicado pelo senso comum e lhe confere o *status* de elemento importante na construção das representações sociais, liga-se ao fato de que impressões do senso comum, materializadas sob a forma de conhecimento empírico (ou vulgar) e corroboradas por considerações da ciência acerca do processo de constituição do sujeito, estão na base das representações sociais da adoção tardia. Assim, a opção dos postulantes à adoção por crianças com idade inferior a dois anos em detrimento da opção pela adoção tardia, ou seja, de crianças com mais de dois anos de idade,

justifica-se pela impressão de que a personalidade, o caráter, o temperamento e os mecanismos de socialização da criança podem ser “moldados”, “modelados”, “reconstituídos”, “consertados”, etc., enquanto esta é ainda pequena e se encontra em franco processo de desenvolvimento, afinal: “pau que cresce torto morre torto” e “é de pequeno que se torce o pepino”.

Há uma questão sendo revelada a partir das falas dos entrevistados de nossa pesquisa que soa aos nossos ouvidos como um grito: se bem observado – e por isso recomendamos a leitura integral das transcrições das cinco entrevistas realizadas – será possível concluir que todas as crianças adotadas a que se referem os participantes da pesquisa, sem exceção, vieram com algum “defeito de fabricação”: doentinha; fraquinha; DCM; meningite seguida de hidrocefalia; hiperatividade; desnutrida; negrinho; mulatinho; já grandinho; filho de prostituta; filho de pais drogados; não resistiu e faleceu, etc. Vale dizer que este “defeito de fabricação” ou estado de carência em que se encontra a criança antes da adoção passa também pelo nível, às vezes superestimado, das expectativas dos adotantes em relação ao filho desejado, portanto, idealizado.

A forma como nas entrevistas são descritas as situações das crianças antes da adoção, tanto pelos pais adotivos quanto pelos candidatos à adoção (estes falando de casos de adoção a que tiveram acesso), reforçam os já inerentes caracteres da criança disponível para adoção: não desejada, rejeitada, negligenciada, violentada, abandonada. Este estado de carência absoluta em que se encontram as crianças nos discursos coletados, revela que ainda hoje adoções são praticadas por dó, compaixão e caridade, o que contribui para a construção, manutenção e comunicação de uma representação social da adoção assim possível de ser expressa: “um bem que se faz a alguém”.

Já o relato da situação das crianças após a adoção apresenta as mesmas em excelente estado de saúde, vivenciando saudavelmente seu processo de desenvolvimento, adaptadas à família substituta ou sendo cuidadas para que os problemas ainda existentes sejam resolvidos: é a comprovação de que a adoção é um bem que se faz a alguém. Ironias à parte, estamos frente a uma situação que precisa ser modificada: crianças com defeitos para pais salvadores ou, quando não, pais frustrados para crianças carentes. Esta é uma histórica representação social da

adoção que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) parece estar contribuindo para que se transforme, a saber: que a adoção não seja mais praticada como um modo de dar crianças a famílias sem filhos somente, mas um modo pelo qual se dá à criança uma família.

Importantes representações sociais da adoção foram discutidas a partir da análise da categoria “segredo *versus* revelação” e que se desdobrou nas subcategorias “omitir é preciso” e “revelar é preciso” para contemplar as duas e divergentes posições assumidas pelos participantes da pesquisa.

Quando os adotantes optam pelo segredo com relação à origem e história da criança e formulam um pacto sócio-familiar para a manutenção do mesmo, estão com isso: tentando proteger o filho adotivo e a si mesmos dos possíveis problemas que a história pregressa da criança e seu vínculo consanguíneo com a família biológica podem representar; apagar os rastros ou marcas que este passado de rejeição, negligência, violência e abandono deixaram na criança – e como vimos esta representação social da adoção é fruto de uma síntese das impressões dispersas pelo senso comum com as fragmentadas, superficiais e descontextualizadas informações advindas da ciência; e mais uma vez escamotear que uma das motivações mais comuns para a adoção seja a impossibilidade de gerar seus próprios filhos.

Por outro lado, e paradoxalmente, a opção pela revelação à criança sobre sua origem e história, encontra-se motivada pelas mesmas representações sociais e acrescida de outras que, ancoradas, por exemplo, no mito da compensação por afeto e no mito do laço de sangue, objetivam-se por meio do seguinte pensamento e prática: se falarmos a verdade, cuidarmos com carinho e educarmos com amor, nosso filho nunca nos abandonará, trocando-nos pela família biológica. Contudo, faz-se também presente no discurso dos pais adotivos e candidatos à adoção, a intenção de contar a verdade à criança por entenderem que ela tem direito de conhecer suas origens e história de vida; há aqui, portanto, uma tentativa de exercitar o respeito à individualidade da criança, uma tentativa de acolhimento de sua identidade e de aceitação de suas limitações, tão próprias da condição humana. Queremos crer que estas são as bases para a construção de renovadas representações sociais da adoção.

Falando especificamente da adoção tardia, foi possível compreender que sustentando os preconceitos presentes em seu redor está uma representação social ancorada no discurso da diferença. A adoção enquanto alternativa para a concretização da maternidade, paternidade, filiação e, conseqüentemente, constituição familiar é comparada ao modelo considerado natural por seguir o curso da biologia humana. Justapostos, temos então o modo natural de constituição familiar e o modo “não-natural”. O primeiro se dá pela gestação e o segundo pela adoção. Decorrentes deste tipo de comparação, encontramos falas como as que se seguem: este filho veio da barriga e este do coração; este é meu filho de criação; este é meu de verdade, o outro eu peguei pra criar; este é legítimo, o outro é adotado.

Em se tratando de adoção, fomentar o discurso da diferença significa, ao nosso ver, uma auto-sabotagem. Significa aderir à representação social da adoção enquanto “risco” e, inconscientemente, trabalhar em função da comprovação de que, justamente por ser um risco, não deveria ser praticada. É neste sentido que queremos salientar a importância da prévia preparação dos postulantes à adoção e, se possível, prévia preparação também para as crianças. As expectativas dos adotantes em relação ao filho, por melhores que sejam (pouco exigentes, flexíveis e negociáveis), podem comprometer o processo de vinculação da criança à família e da família à criança. O vínculo na adoção se dá como uma via de mão dupla: a família adota a criança e a criança adota a família. Nesta perspectiva, famílias adotivas não são famílias que adotaram crianças simplesmente, mas famílias que foram adotadas por crianças.

Dentre os muitos passos que julgamos necessários dar, no sentido de promover uma mudança na cultura da adoção, consideramos o mais urgente, e talvez por isso o mais difícil, a atitude ética e cuidadosa com o que comunicamos, como comunicamos e para quem comunicamos. Precisamos, por exemplo, parar de esbravejar aos quatro ventos que a adoção tardia é um problema, que crianças mais velhas não se vinculam aos pais adotivos e que não se adaptam ao contexto da família substituta por conta das marcas de seu passado desconhecido. Comparar a adoção e equipará-la ao modo de vinculação consangüínea no processo de constituição da família assemelha-se à tentativa de provar, através da matemática clássica, que dois mais dois é igual a cinco. Adoção é adoção e ponto.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação: referências - elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **NBR 10520**: apresentação de citações em documentos. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **NBR 14724**: Informação e documentação – trabalhos acadêmicos – apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

ABBAGNANO, N. **Diccionario de filosofia**. México: Fondo de cultura econômica, 1992.

ALBORNOZ, A. C. G. Adoção: aspectos psicológicos. **Psico**. Porto Alegre, v. 32, n. 2. p. 195-206. jul./dez. 2001.

ALMEIDA, M. R. **A construção do afeto em branco e negro na adoção**: limites e possibilidades de satisfação. 2003. 210 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis. Universidade Estadual Paulista. Assis. 2003.

ANZIEU, D. **O Eu-pele**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1989.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1978.

BADINTER, E. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BERTHOUD, C. M. E. **Filhos do coração**: o comportamento de apego em crianças adotivas. São Paulo, 1992. Tese (doutorado) - Departamento de Psicologia, PUC - Pontifícia Universidade Católica.

_____. **A Paternidade idealizada e a paternidade possível**. Disponível em: <<http://www.adoçao.paginasbrasil.com.br>>. Acesso em: 19 fev. 2001.

_____. **Filhos do coração**. Taubaté: Cabral Editorial Universitária, 1997.

BÍBLIA, A. T. Êxodo. **Bíblia Sagrada**: edição pastoral. Trad. De: Ivo Storniolo e Euclides Martins Balancin. São Paulo: Paulinas, 1990, Cap. 2, vers. 1-21.

_____. A. T. Gênesis. **Bíblia Sagrada**: edição pastoral. Trad. De: Ivo Storniolo e Euclides Martins Balancin. São Paulo: Paulinas, 1990, Cap. 2, vers. 24.

BOWLBY, J. **Apego e perda**: apego (1984). 3. ed. v.1. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. **Cuidados maternos e saúde mental** (1951). 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. **Formação e rompimento dos laços afetivos** (1979). 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. VIEIRA, J. L. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 3. ed. Bauru: EDIPRO, 1998. (Série Legislação)

BURGUIÈRE, A. et al. (Org.) **História da Família**: o choque das modernidades (Ásia, África, América, Europa). v. 3. Lisboa: Teramar, 1986.

CALLIGARIS, C. A psicanálise e o sujeito colonial. In: SOUSA, E. L. A. **Psicanálise e colonização**: [...] do sistema social no Brasil. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999. p. 11-23.

CASELLATO, G. **Motivos relacionados a luto e fracasso que levam um casal à adoção**: uma possibilidade psicoprofilática. Disponível em: <<http://www.adoçaopaginasbrasileiras.com.br>>. Acesso em: 19 fev. 2001.

CASSIN, W. C. **O psicólogo judiciário e a cultura da adoção**: limites contradições e perspectivas. 2000. 235 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Ciências e Letras de Ribeirão Preto. Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto. 2000.

CHAUI, M. Filosofia moderna. In: CHAUI, M. et al. **Aspectos da história da filosofia**. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 61-127.

CHEVALIER, J.; GHEERBRANT, A. **Dicionário de Símbolos**: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números. 12. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

COMMELIN, P. **Mitologia grega e romana**. Rio de Janeiro, EDIOURO, 1967.

COSTA, J. F. **Ordem médica e norma familiar**. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

COSTA, M. C. S. **Os filhos do coração**: adoção em camadas brasileiras. Rio de Janeiro, 1988. Tese (doutorado) - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

DEL PRIORE, M. (Org.). **História das Crianças no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

DINIZ, J. S. **Este filho que eu não tive**: a adoção e seus problemas. 2. ed. Porto: Afrontamento, 1993. (Coleção Grand'angular)

DOMINGUES, M.; HEUBEL, M. T. C. D.; ABEL, I. J. **Bases metodológicas para o trabalho científico**: para alunos iniciantes. Bauru: EDUSC, 2003.

DOLTO, F. **Destinos de crianças**: adoção, famílias de acolhimento, trabalho social. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

DONZELOT, J. **A polícia das famílias**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DUROZOI, G.; ROUSSEL, A. **Dicionário de Filosofia**. Campinas, SP: Papirus, 1993.

EBRAHIM, S. G. As possibilidades da adoção tardia. **Psico**. Porto Alegre, v. 31, n. 1, p. 171-178, jan./jul. 2000.

EIGUER, A. **Um divã para a família**: do modelo grupal à terapia familiar psicanalítica. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

ERIKSON, E. **Infância e Sociedade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

FARR, R. M. Representações Sociais: a teoria e sua história. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.). **Textos em representações sociais**. 7. ed. Petrópolis, Vozes, 1995. p. 31-59.

FERREIRA, A. B. H. **Novo dicionário da Língua Portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FERREIRA, M. R. P.; CARVALHO, S. R. **1º guia de adoção de crianças e adolescentes no Brasil**: novos caminhos, dificuldades e possíveis soluções. São Paulo: Winners, 2002.

FIGUEIRA, S. A. **Uma nova família?**: o arcaico e o moderno na família de classe média brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

FIGUEIREDO, L. C. **A invenção do Psicológico**: quatro séculos de subjetivação (1500-1900). 6. ed. São Paulo: Escuta, 2002.

FREIRE, F. (org.). **Abandono e adoção**: contribuições para uma cultura da adoção II. Curitiba: Terre des Hommes, 1994.

FREUD, S. (1856 – 1939). **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: edição *standard* brasileira. Com comentários e notas de James Strachey. Em colaboração com Anna Freud. Assistidos por Alix Strachey e Alan Tyson. Tradução do alemão e do inglês sob direção geral de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. O ego e o id. In: **O ego e o Id e outros trabalhos**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 15-80. (Obras completas de Sigmund Freud: edição *standard* brasileira, v. 19, 1923 - 1925)

_____. **O mal-estar na civilização e outros trabalhos**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Obras completas de Sigmund Freud: edição *standard* brasileira, v. 21, 1927 - 1931)

_____. Romances familiares. In: **Grávida de Jensen e outros trabalhos**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 217-222. (Obras completas de Sigmund Freud: edição *standard* brasileira, v. 9, 1906 - 1908)

FONSECA, C. **Caminhos da adoção**. São Paulo: Cortez, 1995.

FONSECA, C. Mãe é uma só. **Psicologia USP**. São Paulo, v. 13, n. 2, p. 48-68, jul./dez. 2002.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 17. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

GONZÁLEZ REY, F. L. **Pesquisa qualitativa em Psicologia**: caminhos e desafios. São Paulo: Thomson Pioneira, 2002

GUARESCHI, N. M. F. A criança e a representação social de poder e autoridade: negação da infância e afirmação da vida adulta. In: SPINK, M. J. (org.). **O conhecimento no cotidiano**: as representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 212-233.

GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.). **Textos em representações sociais**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

HALEY, J. **Psicoterapia Familiar**: um enfoque centrado no problema. Belo Horizonte: Interlivros, 1979.

HAMMURABI. **O Código de Hammurabi**. Petrópolis: Vozes, 1976.

HARTMAN, A. Segredos na adoção. In: BLACK-IMBER, E. et al. **Os segredos na família e na terapia familiar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994. p. 95.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 10. ed. São Paulo: Loyola, 2001.

JOVCHELOVITCH, S. **Representações sociais e esfera pública**: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000.

JUSTO, J. S. A institucionalização vivida pela criança de orfanato. In: MERISSE, A. et al. **Lugares da Infância**: reflexões sobre a história da criança na fábrica, creche e orfanato. São Paulo: Arte & Ciência, 1997, p. 71-92.

KROM, M. **Família e Mitos: prevenção e terapia: resgatando histórias.** São Paulo: Summus, 2000.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas.** 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1994.

LADVOCAT, C. **Mitos e segredos sobre a origem da criança na família adotiva.** Rio de Janeiro: Booklink; Terra dos Homens, 2002.

LAPALNCHE, J.; PONTALIS, J. B. **Vocabulário de Psicanálise.** 4. ed. São Paulo: Martin Fontes, 2001.

LASCH, C. **Refúgio num mudo sem coração: a família – santuário ou instituição sitiada?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

LA TAILLE, Y.; OLIVEIRA, M. K.; DANTAS, H. **Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão.** São Paulo: Summus, 1992.

LEVINZON, G. K. **Adoção.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. (Clínica Psicanalítica)

LÉVI-STRAUSS, C. **As estruturas elementares do parentesco.** Petrópolis: Vozes, 1982.

LURIA, A. R. **Pensamento e linguagem: as últimas conferências de Luria.** Porto Alegre: Artmed, 1986.

LYOTARD, J. F. **O pós-moderno.** 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

MALDONADO, M. T. **Os caminhos do coração: pais e filhos adotivos.** São Paulo: Saraiva, 1995.

MARCÍLIO, M. L. **História social da criança abandonada.** São Paulo: Hucitec, 1998.

MINAYO, M. C. S. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.). **Textos em representações sociais.** 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 89-111.

_____. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

_____. Prefácio. *In*: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.). **Textos em representações sociais**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 7-16.

_____. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2003.

MOTTA, M. A. P. **Mães abandonadas**: a entrega de um filho em adoção. São Paulo: Cortez, 2001.

NEUBURGUER, R. **O Mito familiar**. São Paulo: Summus, 1999.

OLIVEIRA, M. K. **Vygotsky**: aprendizado e desenvolvimento, um processo sócio-histórico. São Paulo: Scipione, 1997. (Coleção Pensamento e ação no magistério)

OSORIO, L. C. **Casais e famílias**: uma visão contemporânea. Porto Alegre: Artmed, 2002.

PAIVA, L. D. **Adoção**: significados e possibilidades. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. (Coleção Psicologia Jurídica)

POSTER, M. **Teoria crítica da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

RICHARDSON, R. J. et al. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1989.

SÁ, C. P. Representações Sociais: o conceito e o estado atual da teoria. *In*: SPINK, M. J. (Org.). **O conhecimento no cotidiano**: as representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 19-43.

_____. **Núcleo central das representações sociais**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

SANTOS, B. S. Modernidade, identidade e cultura de fronteira. **Tempo Social**: revista de sociologia da USP. São Paulo. v. 5, n. 1-2, p. 31-52, nov. 1994.

SANTOS, L. **Manifesto por uma nova cultura da adoção**. Disponível em: <<http://www.adoçaopaginasbrasileiras.com.br>>. Acesso em: 19 fev. 2001.

SCHULTZ, D. P.; SCHULTZ, S. E. **História da psicologia moderna**. 7. ed. São Paulo: Cultrix, 1998.

SCHUTZENBERGER, A. A. **Meus antepassados**: vínculos transgeracionais, segredos de família, síndrome de aniversário e prática do genossociodrama. São Paulo: Paulus, 1997. (Coleção Psicologia e educação)

SOIFER, R. **Psicodinamismos da família com crianças**: terapia familiar com técnica de jogo. Petrópolis: Vozes, 1983.

SOUZA, H. P. **Adoção é doação**. Curitiba: Juruá, 1999.

SOUZA FILHO, E. A. Análise das Representações Sociais. In: SPINK, Mary Jane (org.). **O conhecimento no cotidiano**: as representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 109-145.

SPINK, M. J. O estudo empírico das representações sociais. In: _____. **O conhecimento no cotidiano**: as representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 84-108.

SPITZ, R. A. **O primeiro ano de vida**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

STEINER, M. H. F. (org.). **Quando a criança não tem vez**: violência e desamor. São Paulo: Pioneira, 1986.

SURJUS, E. P. S. **A construção do apego na adoção tardia**. 2002. 107 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2002.

TURCATTO, S. A. **Repensando a maternidade/paternidade pela via da adoção**: um estudo sobre a família adotiva na atualidade. 2002. 185 f. Dissertação (Mestrado

em Psicologia) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2002.

VARGAS, M. M. **Adoção tardia**: da família sonhada à família possível. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

WEIL, S. **O enraizamento**. Bauru: EDUSC, 2001.

WEBER, L. N. D. Famílias adotivas e mitos sobre o laço de sangue. **Jornal Contato**. CRP - 08. n. 79, 1996, p.15.

_____. **Laços de Ternura**: pesquisas e histórias de adoção. Curitiba: Santa Mônica, 1998.

_____. **Aspectos psicológicos da adoção**. Curitiba: Juruá, 2001.

_____. **Pais e filhos por adoção no Brasil**: características, expectativas e sentimentos. Curitiba: Juruá, 2001.

WINNICOTT, D. W. **Os bebês e suas mães**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994. (Coleção Psicologia e pedagogia)

_____. **Privação e delinquência**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Coleção Psicologia e pedagogia)

_____. **Tudo começa em casa**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Coleção Psicologia e pedagogia)

ANEXOS

ANEXO A: PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA
--

ANEXO B: TERMO DE CONSENTIMENTO

Título do Projeto: ADOÇÃO TARDIA: Representações Sociais de Famílias Adotivas e Postulantes à Adoção

Pesquisadores Responsáveis: Mário Lázaro Camargo (mestrando) e Dra. Maria Luisa Louro de Castro Valente (orientadora)

- **Resumo:** O objetivo desta pesquisa é compreender as representações sociais de famílias que já realizaram a adoção de crianças e de famílias candidatas à adoção quanto ao tema da “adoção tardia”. A entrevista da qual você participará é o principal instrumento de coleta de dados, por isso, será gravada e depois transcrita para fins de análise.
- **Riscos e Benefícios:** Esta pesquisa (entrevista) não oferece nenhum risco a você, uma vez os autores comprometem-se com a manutenção de absoluto sigilo quanto sua identificação. Da mesma forma, esta pesquisa (entrevista) não lhe renderá benefícios financeiros ou de qualquer outra espécie.
- **Custos e Pagamentos:** Não existirão encargos adicionais associados à sua participação como sujeito de pesquisa neste estudo.
- **Confidencialidade**

Eu _____ entendo que, qualquer informação obtida sobre mim, será confidencial. Eu também entendo que meus registros de pesquisa estão disponíveis para revisão dos pesquisadores. Esclareceram-me que minha identidade não será revelada em nenhuma publicação desta pesquisa; por conseguinte, consinto na publicação do conteúdo desta entrevista para propósitos científicos.

- **Consentimento Voluntário.**

Eu _____ certifico que li ou foi-me lido o texto de consentimento e entendi seu conteúdo. Uma cópia deste formulário ser-me-á fornecida. Minha assinatura demonstra que concordei livremente em participar deste estudo.

ANEXO C: ENTREVISTA I

Mário: Antes de entrarmos nas questões mais específicas da adoção, eu gostaria que você dissesse como está a situação, a composição, da sua família hoje.

Martha 1: Atualmente eu estou divorciada e estou com um dos meus quatro filhos. Dois já estão casados, os mais velhos que são gêmeos. Um está fazendo escola militar em São Paulo e o outro está comigo, o mais jovem.

Mário: Antes de você me falar a respeito dos teus filhos, gostaria que você pudesse, por favor, narrar o início da tua família, a gênese dessa família que você constituiu com o teu marido, ou seja, como é que vocês se conheceram, tempo de namoro, como é que se deu o casamento. Na verdade eu gostaria de entender um pouco daquilo que foi o seu primeiro projeto de família.

Martha 2: Bom, eu desde criança sempre quis ter muitos filhos, sempre tive vontade, assim, de ter uma família muito grande, não sei se por que a minha ... não, não é que não foi grande, ela foi até que grande. Eu tenho dois irmãos mais velhos, mas eu sempre quis me, assim ... é ... me relacionar com muita gente, e quando menina eu brincava sempre com muitas bonecas, tanto que as pessoas falavam: puxa, como você gosta de brincar com bonecas. Então eu falava: é, quando eu crescer quero ter muitos filhos. Bom, depois passou, eu fui estudar ... essa fase toda de estudo, aí conheci o meu marido, meu ex-marido né, enquanto eu estava cursando minha segunda faculdade, graduação em piano. Ele foi uma pessoa, assim, que me atraiu pela beleza física, pelo tipo né, um homem alto, bonito, 1,82 m de altura, um sorriso mais ou menos parecido com o seu, assim, bem franco. Era um vendedor de loja ... e ... fui comprar nessa loja dele, não conhecia essa loja ainda, foi a primeira vez que entrei ... é ... comprei plástico para encapar os meus livros de piano na época, que eu estudava, fazia faculdade de piano né ... e ... comprei uma régua e algumas coisas, paguei e voltei pra casa correndo, porque sempre a minha vida foi muito corrida em São Paulo né, sempre foi por lá. Quando cheguei em casa eu percebi que o troco estava errado, ele não tinha cobrado o plástico ... um plástico caro, aquele plástico branco, duro, transparente. Aí voltei imediatamente porque eu sou filha de militar e em casa as coisas sempre foram, assim, muito rígidas né, era aquela coisa de ser muito justo, muito correto com as coisas né. Então voltei imediatamente, claro (!), pra devolver o troco. Eu falei assim ... quando eu entrei na loja ... olha você esqueceu de cobrar isso aqui ... aí ele olhou para mim e falou assim: “mas você veio me devolver um dinheiro?” Eu disse: vim, por quê? Ele falou assim: “mas nunca ninguém fez isso.” Foi uma, uma, assim, o início de uma conversa, que eu nem tinha reparado que esse moço tinha me atendido, porque a minha vida sempre foi muito corrida né. Eu olhei pra ele e falei assim, puxa, que moço bonito como vendedor né. E ficou. Aí eu passei a frequentar essa loja, e como eu já tinha um sobrinho, e ele vendia desses carrinhos motorizados, e eu fui comprando as coisinhas ali. E foi assim que nós nos conhecemos. Ele era de São Caetano, do ABC, e eu de São Bernardo; nascida em Santo André, registrada em São Bernardo, casada em São Caetano, quer dizer, todo ABC ali, paulista né. E casei-me com 26 anos, aí tive que parar a faculdade, porque não tinha condições né, na época eu tinha ganho uma bolsa para Áustria também, porque fazia alemão né, e era a primeira aluna da classe, aliás todas, em todo lugar que eu entro eu sempre

sou a primeira aluna, em todo quanto é curso que eu faço né, eu dou muito trabalho para os professores. Então eu fui ... divertida ... essa viagem para Áustria, pra me casar. Me casei com 26 anos, achei que estava já na hora de casar. Sabe quando agente carrega aquilo, mulher tem que casar, tal né, se bem que eu sempre fui uma pessoa que tive a cabeça sempre muito aberta, mas a gente sempre carrega um rançozinho, né, da família né; a vó casou, a mãe casou né. Então casei-me e sempre com aquela intenção de ter muitos filhos, aí ele teve uma oportunidade de vir trabalhar aqui pro interior como representante comercial, ele sempre quis ter, assim, independência né, não ter um patrão, vamos dizer assim, e eu sempre relutei em vir pro interior, nunca gostei de morar no interior, eu gostava da vida agitada de São Paulo né, estava acostumada a freqüentar teatro, cinema, essas coisas todas né. Mas como o marido vinha né, minha mãe ... meu pai já era falecido ... minha mãe morava comigo e nós viemos. Não tinha filhos nenhum ainda e tinha um ano de casados só ... aí ... já percebia que estava demorando para vir os filhos né, aí eu falei: vamos para o interior, quem sabe uma vida mais tranqüila né ... e viemos assim ... escolhemos assim óh no mapa, aqui, nem conhecia Bauru, nem sabia que existia essa cidade, e viemos porque ele pegou a representação aqui de Marília, Bauru, essas cidades vizinhas, então nós pegamos uma cidade um pouquinho menor pra morar ... e viemos ... isso faz 20 anos, agora em maio vai fazer 20 anos que eu estou aqui. Mas o primeiro ano, assim, foi desesperador pra mim, porque aqui o silêncio pra mim era um terror né, a vizinhança muito em cima, assim, quando eu cheguei com a minha mudança já tinha criança do vizinho dentro da minha casa né, aquilo me assustou a princípio porque eu não estava acostumada né, em São Paulo a gente não tem muito disso, a vida é muito corrida, não dá nem tempo nem de perceber o vizinho né, mas ... é ... com o tempo eu fui me acostumando ... aí passou um ano ... eu passei um ano desesperadamente chorando em cima da cama, eu tinha vontade de voltar porque eu não fazia nada aqui, eu só viajava com ele né, ele viajava sempre como representante ... aí depois disso eu resolvi procurar o conservatório, porque lá em São Paulo eu já dava aula no conservatório, desde os 13 anos que eu dou aula ... aí, quando eu vim pra cá falei: bom, deixa eu procurar alguma coisa pra fazer que eu não vou viver nessa boa vida né. Aí eu procurei o conservatório daqui e estou até hoje né, comecei como professora substituta e hoje eu sou assistente de direção da escola. Só tive dois empregos, um em São Paulo e outro aqui. Só mudei porque mudei de lugar, senão estaria até hoje lá né ... quando eu fixo o pé num lugar eu fico né. Aí foi assim ... e depois ... eu tive um primeiro aborto e isso me deixou, assim, meio preocupada né, fui ver se eu tinha algum problema, mas não, quem tinha problemas era o meu marido.

Mário: E esse primeiro aborto ocorreu com quanto tempo de vida em comum?

Martha 3: Um ano. Aí eu tive ... fiquei preocupada e achei que deveria, sabe, olhar, observar né, e ele tinha o sangue RH negativo que na época a gente nem sabia e o meu corpo acho que não ... não ... aceitava muito essa mudança de sangue né, tinha que ter feito outras coisas ... tratamento. E aí resolvi adotar. Conheci algumas pessoas daqui que mexiam com isso né, porque no interior é mais fácil pra você fazer isso do que em São Paulo. Conheci umas pessoas, até uma senhora que lecionava no conservatório a princípio e que também tinha uma filha adotiva, também. E essa senhora ... “ah, porque que você não adota?”, não sei o que ... eu disse: ah, vamos experimentar né. Eu fiquei, assim, meia traumatizada em ter meus filhos e aí não ia ter mesmo os meus próprios filhos com este marido. Então nós

fomos e a princípio eu peguei estes dois ... é ... caszinho de gêmeos que eu tenho né. E é uma, como o senhor falou, é uma adoção meio que tardia.

Mário: Eles tinham que idade?

Martha 4: Um ano e onze meses ... e um casal de gêmeos. Só que eles eram tão debilitados, mais tão debilitados, que você olhava, assim, dava a impressão que eles tinham um ano no máximo. Mal andavam, mal falavam e eram, assim, muito debilitados, com problemas de vermes ... é ... fraqueza mesmo sabe.

Mário: Eles estavam num orfanato ou estavam com a família?

Martha 5: Eles estavam na casa de uma família que, assim, ficava com as crianças para serem adotadas, uma família, assim, de apoio, de ajuda, não sei como eles chamam ... família de apoio, eu acho. Já tinham saído da mãe, porque a mãe não tinha condições de criar, já tinha outros filhos, passava necessidade mesmo e a gente via explicitamente nas crianças que elas passavam necessidade. Quando elas viam as coisas de comer, assim, elas queriam comer tudo de uma vez ... e ... os primeiros leites que eu dei pra eles, eles vomitavam em seguida, eles não estavam acostumados, de tão fracos que eles estavam. Mas ... é ... deu dó a princípio. Eu lembro assim, à primeira instância, que nós chegamos na casa, que eu olhei para as crianças e eu fiz assim, a menininha veio correndo e falou, “mamãe”, e me abraçou. Dava, assim, a impressão que ela estava esperando a mãe ir buscar, mas eles não tinham noção, assim, de mãe, de pai, de nada. Acho que eles já tinham passado por várias casas já né, porque a mãe tinha entregue pra adoção, já tinha perdido o pátrio poder inclusive né. E as crianças estavam ali, mas ... eu fui e peguei ... em Santo Antônio da Platina, eles nasceram. Nós viajamos ... fui até lá, conversei com a senhora, primeiro por telefone, depois fui já com a intenção de pegar as crianças.

Mário: Você teve algum contato com a mãe biológica, com o pai?

Martha 6: Não. Nunca a vi ... Não, inclusive ela já faleceu.

Mário: E são dessa cidade?

Martha 7: São dessa cidade: Santo Antônio da Platina, Paraná né. E essas foram as duas primeiras crianças que vieram para minha casa ... um ano e onze meses.

Mário: Você e seu marido, nessa primeira circunstância de adoção fizeram algum tipo de expectativa, no sentido, olha “eu gostaria que a criança fosse assim” ... esperavam por um perfil “x” ou “y” de criança?

Martha 8: Não. Nunca.

Mário: Vocês não tiveram esse tipo de pensamento?

Martha 9: Não, em nenhum momento, assim, ... é ... você que dizer assim, em relação à cor, aspectos?

Mário: Sim. O fato de ser um casal de gêmeos?

Martha 10: Porque ... eu não tinha, assim, a idéia de pegar dois de uma vez né, mas como as crianças não podiam ser separadas por serem gêmeas, era intenção deles, justamente, que elas ficassem juntas e eu também achei por bem que elas ficassem juntas né. E aí eu trouxe os dois, eles eram a cara de um focinho do outro, assim, muito parecidos né, eu devia ter trazido a fotografia ... mas eu saí tão correndo.

Mário: Do ponto de vista legal, isso tudo aconteceu rapidamente ou você teve problemas?

Martha 11: Depois de um ano né, que eles passaram pro nosso nome.

Mário: Quer dizer que você ficou primeiro com as crianças em regime de guarda.

Martha 12: É isso. Primeiro eles ficam um ano, todos eles né, nunca peguei assim de ... a pessoa fala: “ah! eu vou dar a criança, você quer pegar?” Não. Sempre passei pelo Fórum pra não ter problema de perder depois né. Já pensou se aparece a mãe e fala: “eu quero meu filho de volta.” E aí, como é que eu vou provar que ele é meu né ... não tem como. Não, se é pra fazer vamos fazer bem feito né. Ficaram um ano em casa, mas eu tinha certeza que a mãe nunca ia pedi-los de volta, porque o estado em que eles estavam era lastimável. A princípio eu fiquei até com medo de não poder cuidar né, porque além de serem meus primeiros filhos, as primeiras crianças né, ... é ... eles estavam muito doentes. Mas tudo bem, passou, vieram para minha casa, cresceram, ficaram fortes né.

Mário: E você escolheu os nomes? Mudou os nomes?

Martha 13: Eu escolhi, mudei os nomes deles, pus outros nomes e coloquei o nosso sobrenome. Depois de um ano saiu a certidão deles né, como nascidos, como filhos legítimos né. Não existe mais aquele filho natural que existia antigamente ou filho ilegítimo, né.

Mário: É, a legislação fez com que estes termos todos fossem alterados em função do próprio bem-estar das crianças. Então quer dizer que dos quatro filhos que você tem, os quatro foram adotados?

Martha 14: Os quatro.

Mário: Só para ficar bem claro ... a razão de você não ter tido filhos biológicos está ligada então a uma dificuldade do seu marido, é isso ?

Martha 15: Do meu marido.

Mário: Você disse também que a questão do sangue, o fator RH, foi um complicador, inclusive, e provavelmente, o motivo do aborto ?

Martha 16: Foi isso, foi uma das justificativas para o aborto.

Mário: A idéia primeira de adoção partiu de você ou do seu marido?

Martha 17: Partiu de mim.

Mário: E depois vocês foram conversando ... como se deu essa negociação?

Martha 18: Nós sempre quisemos ter muitos filhos né, sempre pensamos nisso. Acho que todo casal quando casa, a princípio, é formar uma família e como veio essa notícia de que ia ser meio complicado, ia ser difícil, e eu sempre fui uma pessoa muito forte, meu marido já é ao contrário, ele é uma pessoa mais difícil, meio dependente de mim, sempre foi muito dependente. Então, aquilo que eu resolvia, pra ele, era praticamente lei dentro de casa. Então eu resolvi que nós íamos adotar. É claro que nós conversamos a respeito e ele concordou. Nunca houve, assim: “Não, não vamos fazer isso. Não porque você quer fazer isso?” Não, em nenhum momento nós discordamos a respeito desse assunto.

Mário: Você teve oportunidade, na sua infância ou na sua adolescência, de conviver com crianças que você sabia que tinham sido adotados?

Martha 19: Sim, sempre tive amigos, colegas de classe, colegas de escola né. E sempre soube que aqueles que sabiam que eram filhos adotivos sempre deram problema para os pais. Isso ficou marcado na minha cabeça. É ... sempre quando cresciam, sabe (?), queriam saber onde é que estava a mãe natural, queriam procurar né, a origem biológica. Eu sei que é um direito do ser humano, mas, às vezes, eu fico pensando ... será que isso não confundiria a cabeça deles né, às vezes eu me questiono ainda, até hoje eu me questiono ... será que eu errei em não ter falado (?), mas foi essa minha opção, a princípio, e agora eu acho que não é mais hora para isso né, e depois eu acredito que eles não iriam entender se eu falasse isso agora né, depois de adultos praticamente ... a menina já é casada, já tem filhos.

Mário: E a sua opção por manter isso como um segredo, ou seja, a verdade acerca da origem dos teus filhos, advém dessa experiência que você teve com os colegas? Há algum caso específico que você queira ressaltar?

Martha 20: Eu tinha uma amiga de faculdade que era adotiva e ela falava sempre ... ela conhecia a mãe biológica e conhecia a mãe adotiva, e sempre que havia algum problema com a mãe, porque a mãe adotiva era uma senhora muito brava né, não deixava ela namorar, como naquele tempo de antigamente né, tinha que namorar em casa, tinha que conhecer a família. Ela falava assim né: “Ah, tenho certeza que se fosse minha mãe natural não ia me dar esse problema”, sabe (?). Então tudo o que acontecia de errado, que, às vezes, a gente faz como se fosse um filho normal, a pessoa que é adotada, ela acha que a mãe está fazendo porque ela é adotiva. Sabe (?), sempre há essa controvérsia, né. E a gente também acha assim: Ah! Porque eu estou agindo com essa criança porque ele não é meu filho.

Mário: “A gente” ... agora você fala na condição de mãe?

Martha 21: De mãe. Quando a gente acha ... quando a gente começa, assim, pensar que ele é adotivo, e ele sabe que é (!), existe essa relação, existe essa possibilidade de a gente estar errando sempre porque ele é adotivo ou então ele está cobrando da gente porque a gente é mãe adotiva.

Mário: Isso você fala em nível de percepção, ou seja, você sente isso, você sente assim ou você também, pela experiência com pessoas que você conhece, já compartilhou dessa reflexão ou sentimento?

Martha 22: Então ... as pessoas que eu conheço que têm filhos adotivos e que não contaram nunca tiveram esse tipo de problema. Acho que foi baseado mais ou menos nisso que eu resolvi agir dessa forma e não me arrependo ... posso lhe dizer que eu não me arrependo ... Aliás eu até me esqueço que eles são adotivos. Eu esqueço porque pra mim é uma coisa tão natural que eu esqueço que eles são adotivos.

Mário: Me fala então das demais adoções. Primeiro foi esse casal de gêmeos ...

Martha 23: Isso. Eles tinham um ano e onze meses, quando eles fizeram dois aninhos já fizemos uma festa de aniversário né, eles já tinham sarado de tudo o que eles tinham né, já estavam fortes, já entraram na escola com dois anos e meio, sempre estudaram em escola particular, todos eles né. A menininha entrou no balet, porque eu sempre fui bailarina e ela também foi, ela dança até hoje inclusive né. O menino faz judô ... é ... entraram na música ... todos eles são músicos. Dá-se a impressão que todos puxaram pai e mãe né ... parece, mas não. É ... mais ... sobre o que eu estava falando? Ah! Dos outros ... quando eles fizeram dois anos, apareceu um outro menino dessa mesma senhora que tinha me falado ... falou assim: “Olha Martha, você está querendo mais filhos?” Ela já sabia que eu queria oito crianças né.

Mário: O seu projeto era de ter oito filhos?

Martha 24: Oito filhos ... eu só não adotei os oito porque eu me divorciei. E sozinha é complicado de fazer isso né. Depois eu resolvi estudar também né, eu voltei a estudar e não tinha mais tempo né. Mas ... essa senhora disse: “Olha tem um menininho que vai nascer” ... é ... não já tinha nascido, o que ia nascer era o outro, foi o último ... que nasceu e que a mãe ... é ... como é que foi a história? ... a mãe passou por aqui, o pai ... eles não eram daqui, passaram por aqui para ter a criança e foram embora ... e largaram no hospital. Aí essa criança foi para uma casa de apoio também, inclusive a senhora que tinha essa casa de apoio, a filha estudava no conservatório, então já me conhecia como uma pessoa que queria ...

Mário: Disposta a outras adoções?

Martha 25: Disposta, isso. Esse menininho ficou lá durante três meses. Esse eu peguei com três meses, o terceiro né, que seria o segundo porque os dois primeiros é um só né, que a gente fala. E ele veio com três meses pra casa, mas esse me deu muito trabalho, porque ele tinha DCM, e a gente não sabia, porque os pais eram drogados ... então ele me deu muito trabalho. Mas nós tratamos né, e a DCM é complicada, não sei hoje como é que isso se chama, se ainda continua sendo DCM ... estou meio por fora disso né ... parece que hoje não falam mais disso, porque não acusa no eletro, nada, mas ele é canhoto, atrapalhado (!), mas inteligentíssimo, sabe (?), mas muito atrapalhado ... daqueles assim de abrir uma porta, abrir outra, abrir outra e depois esquecer tudo aberto, super complicado ... falante, falante, falante ... deu trabalho na escola, precisou terapia, mas ... é ... foi uma criança muito inteligente, pra matemática, pra ... não pra matemática, mas pra falar bem, ele é bem prolixo.

Mário: E quanto a esse diagnóstico foi feito por um médico especialista?

Martha 26: Foi, eu levei a um neurologista porque era impressionante a agitação dele. Ele dormia mal ...

Mário: Não sei se agora, talvez, poderíamos pensar numa hiperatividade né ...

Martha 27: É ele é hiperativo, é este que está no quartel. Pois é, meu pai era militar e ele achou que, o avô era militar, e ele vestia as roupas do avô que estava em casa né, as fardas militares ... e ele achou que tinha que seguir a carreira do avô. Sempre achou que o avô era o expoente máximo né ... não sei da onde ele puxou isso, mas puxou, sabe (?).

Mário: Fantasias da infância?

Martha 28: (Risos) Fantasias né. E está lá na escola militar, já fez dezoito anos agora em dezembro e está servindo o exército.

Mário: Quer dizer então que ele não mora com você?

Martha 29: Não ele está em São Paulo ... em São Paulo, mas está com a assessoria do pai né. E este veio com três meses, deu este trabalho todo, mas agora ... o médico mesmo falou que na adolescência isso passava e passou mesmo, ele se tornou uma criança calma ... deu muito trabalho (!) ... esse foi o que me deu mais trabalho, que foi o filho do meio, o recheio né, os outros dois foram mais calmos. E por último, esse ... veio o último ... foi assim na distância de um ano mais ou menos desse terceiro. Esse nasceu às dez horas da manhã e ao meio dia ele estava em casa ... eu tirei ele de dentro do hospital. Foi ... fiquei esperando telefonarem também, foi a mesma pessoa que me indicou que esse menininho ia nascer ... até eu nem sabia se era menino ou menina, o que nascesse eu ia pegar. Ela me telefonou e esse nasceu em Promissão, o outro menino nasceu aqui mesmo em Bauru e os pais não sei para onde foram né, foram umas pessoas que passaram ... fizeram, roubaram coisas por aqui, sabe (?) ... eram traficantes ... um monte de coisa ... e ... foram embora e largaram a criança, que foi parar na minha casa e está até hoje né. E esse outro eu ... esse foi o mais esperado, assim, vamos dizer né, que é o que atendeu o telefone ontem.

Mário: OK!

Martha 30: Esse está com quinze anos agora. O outro fez dezoito e os outros dois têm vinte e um ... vão fazer vinte e um agora em setembro, já estão casados né.

Mário: Então estas adoções ocorreram, pelo que eu pude entender, no período de três anos? Em três anos você já estava com os quatro filhos?

Martha 31: Isso! Eles praticamente não tiveram, assim, ... é ... muita capacidade de perceber que ... sabiam que eram irmãos, mas não sabiam da onde tinham vindo nem nada. Então até hoje nenhum pensa ... nem me pergunta nada, parece que tudo passou, assim, normalmente na cabecinha deles né. Então eu nunca tive problema com eles e eles nem ... nunca perguntaram.

Mário: Quando a última adoção aconteceu, os primeiros tinham por volta de dois anos e meio ou três?

Martha 32: Mais ou menos isso. Então não tinham, assim, muita disposição de raciocínio né, de falar: “puxa de onde veio essa criança (?)”, né. Não se percebeu. E foi muito engraçado que na última adoção eu engordei demais, parece que eu tive uma gravidez psicológica. Engordei, engordei, engordei e usava umas batas brancas né, por causa da gordura toda ... e ... quando eu pego as minhas fotos, assim, com esse menininho pequenininho, ainda ele olha pra mim e fala assim: “puxa mãe, como você engordou quando eu nasci (?)”, né. Eu falo assim: pois é filho, você viu como eu engordei. Mas eu ... deu-se a impressão que eu tive essa criança.

Mário: Mas essa consciência de que houve um aumento do peso, até o modo de se vestir ... essa coisa de você pensar em uma possível gravidez psicológica, na época você já pensava assim ou isso é uma reflexão de agora?

Martha 33: Não isso é de agora. Agora que eu percebi.

Mário: Agora que você tem essa percepção?

Martha 34: É. Eu tive duas fases, uma de engordar muito e outra de diminuir ... duas vezes que eu fiz isso. Agora voltei mais ou menos no peso que eu sempre tive, porque eu sempre fui muito magrinha, fiz muito balet, muita ginástica né. Então eu sempre fui muito magra, quando eu engordo demais assim é que alguma coisa não está funcionando bem. Essa época dessa engorda, assim, foi muito engraçado, não sei o que aconteceu ... e foi justamente na época que nasceu o meu quarto filho.

Mário: Nessa última adoção, então, você pode acompanhar o processo gestacional da mãe?

Martha 35: Pude praticamente. Pelos dois últimos meses ... a mãe não quis ver a criança.

Mário: Mas você teve contato direto com ela?

Martha 36: Não, eu não vi a mãe. Eu só tinha contato através da pessoa que ia ficar ... que ia lá buscar a criança. No fim essa pessoa não foi buscar a criança, eu é que fui buscar ... eu tirei a criança do hospital, mas sem a mãe ver. A mãe não quis nem ver a criança quando ela nasceu. Ela falou assim: “não quero ver porque se eu ver sou capaz de quer ficar com o menino”.

Mário: E tudo isso com o acompanhamento do juiz?

Martha 37: Do juiz. O Juiz estava presente ... estava no hospital já, presente, já fez a autorização, depois de um ano também saiu a adoção dele.

Mário: Sempre depois de um ano?

Martha 38: Sempre depois de um ano, tem um prazo sempre de um ano de adaptação né. Agora os únicos que precisavam de um ano de adaptação seriam os dois primeiros, porque os menorzinhos não ... não tem esse problema né, a não ser que a gente não se adapte a eles ... eles se adaptam perfeitamente à gente né.

Mário: OK! Antes mesmo de você se casar, e você já me disse que teve umas experiências ligadas à adoção, no caso com amigas suas ... você já tinha essa

idéia formada com relação ao que viria ser uma adoção? Houve, além das amigas, algum outro tipo de contribuição, advinda, por exemplo, da cultura, a respeito do que vinha ser ou do que é adoção? Como é que você formou essa idéia do que é adoção? De que crianças podem ser adotadas? Como é que isso foi acontecendo para você?

Martha 39: Eu sempre tive é ... idéias do seguinte ... que o ser humano, porque eu sou muito agnóstica, eu não acredito em Deus, então eu acho que o ser humano é um ser da natureza. Então eu acho, eu tenho, assim, não é que eu acho ... eu tenho comigo essa idéia de que não precisa ser filho biológico, não precisa nascer de você para você amar o ser humano ... não precisa. É como com os animais né, eu sempre me espelhei nos animais, eu gosto demais de animais, nós temos quatro filhos e quatro cachorros. Então eu acho assim, que ... o cachorro se apegue a qualquer outra raça, mesmo que seja maior do que ele, e se você puser pequenininho ele adota como filho. Então eu sempre tive muito isso desde criança na minha cabeça, sempre achei que a gente podia gostar das pessoas sem que elas fossem filhas legítimas, porque não precisa ser filho né, não precisa nascer de você pra ter aquela coisa sangüínea, sabe (?) ... eu achava isso ridículo quando falavam: “Ah! Porque é da linhagem não sei de quem, do sobrenome”; “Ah! Porque fulano seguiu não sei quem.” Então eu tinha que provar para alguém, acho que para mim mesma né, que os meus filhos podiam ser excelentes filhos mesmo que eles não fossem meus, mesmo que eles não tivessem sido netos de militares, mesmo que eles não tivessem sido netos de um engenheiro, que era o pai do meu marido, do meu ex-marido né. Nós sempre tivemos uma vida razoavelmente fácil né, pra poder também ter os quatro filhos. Não é brincadeira né, todos estudando em escola particular, fazendo música, não é brincadeira pra você manter as crianças, assim, bem cuidadas precisa ter uma família bem estruturada né. Então eu quis provar, eu acho que para mim mesma isso, sabe (?), e para os outros; se bem que os outros nem sabem praticamente né. As pessoas que sabem são as famílias que ... a minha família que está mais próxima, mas a que está mais próxima são os que moram longe ... a minha família toda é do sul, é de Santa Catarina e nem a família de Santa Catarina sabe que eles são adotivos.

Mário: Esse é também um tema de interesse para minha pesquisa: como a família, tanto sua, quanto do seu marido, aceitaram a adoção como uma possibilidade? Você está me dizendo que alguns nem sabem, mas e quanto aos mais próximos, ou seja, seus pais, os pais do seu marido, os seus irmãos?

Martha 40: Pai eu já não tenho mais, depois que eu me casei eu já não tinha pai. A minha mãe mora comigo até hoje e sempre foi presente, sempre gostou muito de criança ... sempre, ela foi ... na juventude ela foi babá, então sempre gostou de muita criança, sempre gostou de cuidar de criança e ela me ajuda muito né, me ajuda até hoje com eles, inclusive eles ficavam com ela né, quando eu viajava ... e ... a família dele a princípio aceitou bem, depois que nós nos divorciamos eles ficaram meio, assim, deixaram de ligar, de se comunicar, de perguntar como é que estavam né, eles eram de uma família mais tradicional e ... não sei o que aconteceu.

Mário: Você ficou quanto tempo casada?

Martha 41: 10 anos.

Mário: O divórcio aconteceu 10 anos após o casamento?

Martha 42: Sim.

Mário: Eu pergunto sobre a família, ou seja, como eles receberam a notícia da adoção, ou melhor, a possibilidade da adoção e depois a adoção propriamente dita, porque no seu caso, como as crianças estão com você e não foram informadas a respeito da sua origem, quer dizer, não sabem que são adotivas, a família acaba tendo que participar desse pacto que se estabelece.

Martha 43: Conviver com essa idéia ... exatamente. Isso foi estabelecido desde o começo.

Mário: Como se deu isso?

Martha 44: Ninguém comenta nada. Nunca ninguém comentou nada. Eu acho que se alguém chegar pra eles e falar alguma coisa, eles não vão acreditar ... tamanho é assim o relacionamento que nós tivemos, tão normal que eles não vão acreditar, eu acho. Eles vão acreditar só naquilo que eu falar. Se eu chegar e falar aí sim né, mas se alguém de fora chegar e falar: “sabia que você é filho adotivo, que você tem outra mãe?” Eu acredito que eles não vão acreditar.

Mário: E as pessoas que convivem com você e com eles aqui em Bauru, que são os teus amigos? Porque aqui você não tem parente algum, não é isso?

Martha 45: Não.

Mário: Ninguém tem isso como informação, quer dizer, você não comunicou isso a ninguém?

Martha 46: Não.

Mário: Então, pra todos os seus amigos, pra todas as pessoas do seu convívio, eles são filhos legítimos seus?

Martha 47: São meus filhos.

Mário: Você tem na sua família ou na família do seu ex-marido outros casos de adoção?

Martha 48: Não.

Mário: Vocês foram mesmo os primeiros a adotar!

Martha 49: Os primeiros.

Mário: Dos casos de adoção, e você disse que tem conhecimento de outras famílias, quais são, segundo sua opinião e experiência, os motivos que levam um casal a adotar uma criança?

Martha 50: Geralmente quando eles não conseguem ter os próprios filhos ... geralmente é por isso né.

Mário: Das experiências e relações que você tem, a maior parte dos casais têm isso como motivação?

Martha 51: Têm ... é claro que tem umas exceções, por exemplo, essa pessoa que nos indicou essas crianças, ela adotou uma menina porque ela fez um aborto, então ela achou que ela tinha por obrigação pegar uma outra criança ... ela se arrependeu mais tarde de ter feito o aborto ... é ... voluntário né, que a gente chama, e ela pegou essa criança, mas é ... são raras as pessoas que fazem esse tipo de coisa né, geralmente é porque ... aquelas que não tem os filhos mesmo.

Mário: O que significa para você “ser mãe”?

Martha 52: Ser mãe eu acho que é uma consagração da mulher, eu acho, é o ápice da mulher. Depois dela estar ... é ... mesmo que ela não seja ... é, como é que eu poderia dizer ... realizada socialmente ou financeiramente, ou na profissão, eu acho que ser mãe é uma das realizações viscerais né, acredito que seja mais ou menos por aí.

Mário: E você se sente feliz?

Martha 53: Eu me sinto feliz. Eu sou uma pessoa, assim, extremamente sortuda, vamos dizer assim ... e realizada. Eu sou realizada em todos os sentidos, tanto financeiramente como profissionalmente, como mãe, como dona da minha casa, da minha vida né. Hoje em dia eu sou ...

Mário: Com relação à adoção e especificamente quanto a essa opção que você fez de não dizer a nenhum de seus filhos sobre a origem dos mesmos, quais são os medos que perpassam essa decisão, do que é que você tem medo ... do que é que você tem receio ... o que está por detrás dessa escolha, dessa opção de não dizer a eles a verdade a respeito de suas origens?

Martha 54: Medos? Não, eu não tenho medo ... eu não tenho medo.

Mário: Não é medo?

Martha 55: Não, não é medo.

Mário: O que é então: uma falsa expectativa, uma expectativa verdadeira, um julgamento? Como é que você define?

Martha 56: Foi opção mesmo de querer provar que uma criança, mesmo que não seja sua né, que não tenha vindo de você, possa ser uma pessoa normal. Parece assim, que as pessoas adotivas são estigmatizadas né, pela sociedade ... e eu não queria isso para os meus filhos ... e isso não acontece. Não sei se é porque eu não contei ou se é uma coincidência, mas eu acho que é mais por esse motivo.

Mário: Quer dizer ... você sente que com essa decisão você protege, então, os seus filhos, no sentido de não vão vivenciar, por exemplo, essa experiência de ser estigmatizado?

Martha 57: Eu acho que protejo. Infelizmente a nossa sociedade ainda olha de uma forma diferente os filhos adotivos ... infelizmente. Principalmente no interior, porque

São Paulo é maior não tem esse problema, mas aqui se fala muito né. “Você é filho de quem?” ... primeira coisa que perguntam ... “Você é filho de quem?” ... “Qual é seu sobrenome?” ... “O que seu pai faz?” ... “De que família você vem?” ... Como eu não sou daqui, eu não tenho muito esse problema, eu não tenho raízes aqui. Então eu não quis criar também esse tipo de problema pra eles né. É chato a criança ir para escola e falarem:

_ “Ah! Você é filho de quem?”

_ “Ah! Eu sou filho adotivo não sei de quem.” ... “Eu sou filho não sei de quem.”

_ “Mas quem é sua mãe?”

_ “Ah! Eu não sei.”

Ou então:

_ “Minha mãe foi drogada, meu pai foi aquilo ...”

Eu acho que isso causaria, assim, um desconforto para eles. Eu penso né, não sei se eu estou protegendo demais ou se eu estou negando uma visão da vida pra eles, real né. Mas, foi a minha opção.

Mário: Sim, mas eu gostaria você me dissesse, até para que eu possa entender melhor, porque ... essa opção para que ela possa então se tornar prática – e ela se tornou prática – você precisou se cuidar, utilizando-se, claro, de vários recursos, como por exemplo, depois que fez a primeira adoção, a segunda adoção deveria acontecer – penso eu – com uma criança de traços caracterológicos semelhantes, ou seja, se você tivesse que adotar uma criança negra, isso teria acontecido? Havia essa possibilidade ou você colocou isso como condição, como barreira?

Martha 58: Não ... acredito que não. A partir do princípio que eu pus na minha cabeça que eu não iria contar pra nenhum deles, eu acho que uma criança negra nunca teria sido adotada, não por preconceito, mas ...

Mário: Então você, junto com seu marido, de certa forma, escolheu crianças que tivessem um perfil parecido ao de vocês? Houve este tipo de diálogo?

Martha 59: Não, foi uma coincidência.

Mário: Foi coincidência?

Martha 60: Foi coincidência. Uma porque ... é ... existem as crianças clarinhas né, o meu filho do meio é bem mais claro, inclusive ele tem, assim, traços libaneses, né. Meu marido é de pele muito branca. O pai dele é loiro de olhos azuis, o meu pai era loiro de olhos verdes, mas a mãe dele é mulata, então ela traz umas características, assim, bem de mulata, cabelo bem enroladinho, inclusive o meu filho tem esse cabelo e ela fala: “puxa, mais eu tinha que puxar minha avó?” ... “Porque que eu não puxei minha outra avó?” Ele puxou a avó, mãe do pai. Ele olha na fotografia a fala: “puxa, como eu pareço com a minha avó!” Porque ele tem a cor da avó, o cabelo da

avó, enroladinho né, mas ele tem ... ele acha que tem o meu lado artístico né, porque ele já está no oitavo ano de piano.

Mário: Nunca houve, e se houve como aconteceram, diálogos entre você e seus filhos sobre o tema da adoção? Por exemplo: os seus filhos, que são adotivos, já conversaram com você a respeito da adoção de outras crianças ... “Ah! Eu tenho um amigo que é adotado!” ... Nunca houve esse diálogo?

Martha 61: Não, nunca. Nunca houve.

Mário: Vendo um filme, uma novela, nunca surgiu esse assunto?

Martha 62: Não, porque eu acho que na cabecinha deles não passa esse tipo de problemas. Eles encaram isso como normal.

Mário: A sua primeira filha que é do casal de gêmeos, os primeiros a serem adotados, ela já é casada e já é mãe?

Martha 63: Já é casada e eu já sou avó ... já sou avó de uma menininha que fez um aninho agora.

Mário: Ela, na condição de mãe, também nunca conversou com você sobre adoção ou a possibilidade de adotar?

Martha 64: Não. Nunca.

Mário: OK! Como é que você define adoção?

Martha 65: Como eu defino? Acho que é, assim, uma tomada de decisão que é difícil de ser feita, mas que vale a pena. Eu acho que se um terço, um terço é muito, um quinto da população pensasse um pouquinho nisso, a gente viveria tão melhor ... tão melhor, porque tem tanta criança por aí né, precisando de família. E a criação é tudo né ... a criação ... a infância bem feita, a criação, o estudo, a postura, o amor que você dá ... isso é, eu acho que tudo na vida de uma criança bem realizada né.

Mário: Vocês tiveram alguma preparação, ou seja, depois que vocês decidiram adotar, vocês buscaram alguma ajuda profissional ou buscaram realizar uma leitura, enfim, durante esse processo desde a decisão pela adoção até agora, houve uma ajuda externa, profissional? Ou vocês nunca sentiram necessidade de uma ajuda?

Martha 66: Não, eu faço terapia, mas não por isso. O meu terapeuta, por exemplo, não sabe dos meus filhos adotivos; ele sabe que eu tenho filhos, mas ele não sabe que eles são adotivos, aliás eu esqueço disso, que eles são, então eu não entro nesse assunto. Mas eu não ... eu faço terapia, mas não por causa disso ... e ... o meu filho mais novo já fez terapia também, mas porque eu achei que ele estava, assim, muito tempo sem a presença de uma figura masculina né, porque ele tinha cinco anos quando meu marido saiu de casa, então ele sempre falava nesse pai, nesse pai, e esse pai era ausente, ausente e a gente por mais que seja mãe em todos os sentidos, por mais que esteja presente, eu acho que a figura masculina faz um pouco de falta né, então eu o coloquei para fazer terapia, justamente por causa disso, mas o terapeuta já o dispensou, falou que ele está inteiro, que ele não tem problemas, que ele está muito bem definido sexualmente né. Porque a gente sempre

fica em dúvida, muito criado com mãe, com avó né, com empregada, babá e não sei mais quantas ... tia né, na escola. Então fica muito com o lado feminino né, e eu fiquei com esse ... receio, mas não tem problema.

Mário: E agora, como é a relação dos seus filhos com o seu ex-marido? Ele está em São Paulo, é isso?

Martha 67: Agora ele está em Barretos.

Mário: Mas se vêem com frequência?

Martha 68: Não. Não, ele abandonou a gente, assim, por completo. Inclusive ele nem paga pensão alimentícia. Eu já entrei com processo, ele já pagou uma parte e continua não pagando o resto, mas eu ... pra não criar muito atrito, sabe (?), eu estou deixando um pouco de lado porque não me faz falta essa pensão alimentícia dele, o que me faz falta é o reconhecimento dele como pai. Mas ... ele se afastou porque casou-se também de novo né, constituiu uma outra família, não tem filhos, claro, mas ... já se separou da outra mulher, agora não sei como é que ele está atualmente.

Mário: E como foi essa separação de vocês para as crianças?

Martha 69: Eles eram pequenos ainda né. Os gêmeos tinham sete, não oito, o do meio sete e o outro cinco, quer dizer não foi assim uma separação ... pra eles não foi assim muito marcante. Eles cresceram ali comigo, no começo ele ainda vinha um pouco né, eles entenderam perfeitamente né, a gente conversa muito sobre isso. Não tem nada, assim, que eu esconda deles, a relação entre nós é muito aberta.

Mário: E desde que vocês se separaram, se divorciaram, seu ex-marido não tem mais contato com os filhos?

Martha 70: Não, teve algumas vezes a princípio, assim, saia com eles tal, mas depois passa né, vai criando outro vínculo também ...

Mário: E isso já tem 10 anos?

Martha 71: Mais ou menos 10 anos.

Mário: Vamos explorar um pouco melhor o tema da revelação: você está mesmo disposta a manter a questão da origem como um segredo para sempre na relação com os seus filhos?

Martha 72: Estou.

Mário: Você pode falar sobre o que povoa seu imaginário, alguma idéia ou fantasia, ligada à possibilidade de que seus filhos, sabendo da verdade, se revoltem, busquem conhecer a família de origem biológica? Existe isso? Isso passa por seus pensamentos?

Martha 73: Algumas vezes já passou, hoje não passa mais. Hoje eu acho que eles já estão tão adultos que eu não sei se eles ... pensariam sobre isso agora né, quando eles eram um pouquinho menores, adolescência é complicada, porque na

adolescência eles estão se transformando fisicamente né, se olham muito no espelho, isso é normal né, entre crianças dessa idade ... e ... nessa época realmente passou um medo assim, não vou dizer que não passou, passou, de um dia, sei lá, se tivesse que contar, como é que seria, se eles iam querer saber sobre a família de origem né, se bem que eu não saberia porque a ... eu fiquei sabendo que a mãe dos gêmeos já faleceu, o pai eu nunca conheci, não conhecemos né, ... é aquele pai que nunca esteve presente; o do meio ... gente, assim, a gente nem sabe quem é né, passou pela cidade, assim, como um furacão; ... e ... o mais novo também, a moça não era daqui, o rapaz era daqui, era estudante de engenharia, a moça não era daqui, era do norte, lá do norte e também deve ter voltado pra lá ... quer dizer, seria difícil ... é ... assim, localizar se eles quisessem saber, mas ... não sei como seria né, a reação deles, agora a minha passou, assim, não vou dizer que não passou porque passa, porque existe essa realidade né, fica marcada, mas hoje em dia nem penso mais nisso ... hoje não tenho mais esse problema.

Mário: Você acredita no fato de que todo o seu processo, enquanto mãe, enquanto também educadora, que a relação que foi construída, de afeto, entre você e seus filhos, é um processo que impede as crianças de pensar na possibilidade de uma adoção? Você disse que eles nunca tocaram sequer no assunto, não é mesmo? De alguma maneira, você acha que a forma de se colocar, quando conversa a respeito de maternidade, paternidade, impede que esse assunto surja? Na sua opinião, esse assunto não surge porque?

Martha 74: Com eles?

Mário: É.

Martha 75: Não ... é ... surge sim, inclusive o mais novo sempre fala que queria um irmão, porque agora ele está praticamente sozinho em casa né, às vezes ele fala: “mãe, porque que você não me arruma um irmãozinho?” Assim, no sentido de adotar mesmo uma criança né, pra ter um companheiro pra ele. Eu falo: Ah! Filho, mamãe já passou da idade, já não tem mais condições né. Mas, às vezes, eu ainda chego a pensar em pegar mais uma criança pra criar, justamente pra tirar esse mal-estar que possa existir, mas... eu acho que ele não tem esse problema ... não tem. Nós temos uma relação muito aberta em relação à vida, da mesma forma como eu penso, eu passo pra eles, como que é o ser humano, como é que existe né. O André não acredita nem um pouco em Deus também, mas não fui eu que passei pra ele, ele por ele próprio também não acredita em Deus, ele acha que a gente também é um processo da natureza, que aqui se nasce e aqui se morre né, não tem, assim, uma vida depois dessa, ele acredita muito nisso, gosta muito das pessoas, se relaciona bem com as pessoas, todos eles, eles são muito dados com as pessoas, assim, eles ... como é que eu poderia dizer ... eles ... respeitam muito o ser humano, eu acho que é mais ou menos isso que eu quis passar para eles.

Mário: Quando você pensava em ser mãe, em ter filhos, que expectativas você fazia com relação aos seus filhos? Como é que você os queria?

Martha 76: Eu nunca fiz expectativas, eu acho que o que viesse era bem-vindo, como a gente não faz expectativas para filhos normais né, filhos comuns da gente, eu acho que nem para os que a gente pega, menos ainda né. Pra mim aquilo que viesse era bem-vindo, e por incrível que pareça eu fui uma pessoa de muita sorte,

isso eu posso lhe dizer, eu fui uma pessoa de muita sorte. Se existe alguma coisa além da vida, que eu não creio né, se existe, eu acho que eu já estou recebendo aqui, não vou ter que esperar depois da morte pra receber, eu acho que eu já estou recebendo agora.

Mário: E como é que você avalia esse processo de educação? Deu tudo sempre certo? Você olha para os seus filhos hoje e vê uma já casada, o outro que está no exército ... como é que você avalia isso tudo?

Martha 77: Eu acho que eu sou uma pessoa de sorte. Eu acho que eu ... é o que eu falo sempre né ... não que eu seja um exemplo de vida, mas eu acho que alguém podia pensar mais ou menos como eu né, eu sei que muita gente é contra adoção, eu acho um absurdo isso, mas eu acho que tem tanta criança por aí que precisava né, de ter um pouquinho de apoio, de carinho, de amor ... eu acho que eu sou uma pessoa que me realizei.

Mário: Você adotou quatro crianças e foi, durante um bom tempo, a única responsável pela manutenção e educação dessas crianças. Parabéns, você realizou realmente um ato muito digno!

Martha 78: Obrigada! Eu me sinto uma pessoa realizada.

Mário: Bom, eu agradeço a você pela contribuição ... Você gostaria ainda de deixar alguma mensagem? Gostaria de dizer algo que, segundo sua opinião, ainda não foi dito? Algo que, a respeito da temática “adoção”, você acha que vale registrar?

Martha 79: Eu acho o seguinte, esse mito que a humanidade carrega de que um filho tem que ser próprio, que tem que sair das suas entranhas, é uma coisa que tinha que ser abolida da humanidade. O ser humano é um ser humano que vem, ... é ... agora, estudando psicologia, eu vejo que o meio ambiente é muito importante, claro que traz um pouquinho do biológico né, mas a criança traz, assim, a capacidade de formação e traz, assim, dentro dele aquilo que pode ser moldado, aquilo que pode ser ... é ... feito do jeito que você quer fazer, se você quer fazer bem feito. Então eu acho que esse mito da adoção, eu acho que isso tinha que terminar. Eu sei que o Brasil é um país muito atrasado nesse sentido, eu sei que por aí – Estados Unidos, Alemanha – eles pegam crianças mesmo com problemas né, mesmo com deficiências, mesmo de outra cor né, que a gente ... de outra raça, que a gente sempre fica ... assim, olha meio de esguio né ... um japonzinho ... um negrinho né ... são os que são mais abandonados por aí, são os que mais tem. Isso eu acho que é uma coisa que tinha que terminar, mas eu acho que vai demorar muito ainda neste país, pra que isso possa ser ... é uma questão de cultura né.

Mário: É, realmente nós temos uma cultura de adoção ainda muito problemática. Você tem em sua família uma descendência européia não é isso?

Martha 80: Tenho. Da parte da minha mãe são italianos legítimos e da parte do meu pai são portugueses.

Mário: E do seu ex-marido também?

Martha 81: Italianos.

Mário: Porque realmente você tem uma visão sobre a adoção diferente daquela que normalmente se encontra e se vê, tanto do ponto de vista ideológico, teórico, como prático, e que se assemelha muito àquilo que se encontra em famílias e casais da Europa.

Martha 82: É, mas é porque eu fui educada na Inglaterra né.

Mário: Você viveu na Inglaterra?

Martha 83: Na Inglaterra, então eu tenho uma educação, assim, diferente do brasileiro né, eu tenho esse privilégio também.

Mário: Talvez isso tenha contribuído para uma formação e representação da adoção, para você, diferente daquela que se vê comumente em pessoas aqui no Brasil.

Martha 84: É. O latino é uma pessoa muito paternalista, maternalista, a gente fala ... puxa o brasileiro, mesmo o latino né, a gente fala que o europeu é frio, mas o latino é amoroso tal, mas ainda carrega esse ranço muito profundo né ... que tem as origens da família: “Ah! Porque traz o sangue do pai, o sangue da mãe!” Eu acho isso bobagem. É isso que eu tinha pra dizer.

Mário: OK! Muito obrigado, vai ser muito importante esse material, essa entrevista que a gente acaba de realizar.

Martha 85: Espero ter contribuído.

ANEXO D: ENTREVISTA II

Mário: Carlos e Liliam, a primeira pergunta é sobre o casamento de vocês. Há quanto tempo vocês estão juntos? Eu pediria para que, nesse momento, vocês narrassem um pouco da história de vocês, desde o princípio: quando se conheceram até quando vocês decidiram pelo casamento e, conseqüentemente, pela constituição de uma família.

Liliam 1: Ele conta ... é que ele conta mais bonitinho que eu.

Carlos 1: Nós nos conhecemos na faculdade ... é ... nós ingressamos na faculdade pra fazer Direito, isso em 1989. Eu conheci a Liliam no primeiro dia de aula, ela sentou do meu lado ... já houve um certo flerte em relação a ela, mas nós não começamos a namorar porque tanto ela era tímida quanto eu. Mas como nós nos entreolhávamos, né ...

Liliam 2: ... e contando com uma ajudinha de terceiros ...

Carlos 2: ... é ... alguns colegas perceberam isso, né ... e num belo dia, eles convidaram a gente para ir numa choperia que ficava ali perto da faculdade. Estava eu, a Liliam e mais uns outros amigos e de repente eles simularam uma briga entre eles, né ... simularam uma briga e acabaram deixando nós dois sozinhos na mesa, você entendeu?! E daí foi quando a gente começou a conversar ... e ... a paquerar realmente, né... e depois de um certo tempo nós começamos a namorar. Mas foi a partir dali, daquele momento que a gente efetivamente passou a se conhecer e saber das idéias de cada um, né ... então foi mais ou menos isso. Eu lembro do primeiro dia, eu lembro até da roupa que ela estava usando ... então, como que isso marcou, né.

Mário: Vocês namoraram durante quanto tempo?

Carlos 3: Nós namoramos durante todo o período da faculdade, foi três anos e meio mais ou menos.

Mário: Faculdade de Direito?

Carlos 4: Isso.

Mário: A Liliam também?

Carlos 5: Também. Nós nos formamos na mesma turma. Nós éramos da mesma turma e nos formamos na mesma turma também.

Mário: Vocês estão casados a quanto tempo?

Carlos 6: Nós nos casamos em 93. Então já vai fazer, agora em setembro, 11 anos.

Mário: 11 anos de casamento ...

Carlos 7: É, 11 anos de casamento, mais três anos e meio de namoro, né ...

Mário: Enquanto vocês estavam namorando, e já pensando em casamento, enfim ... eu gostaria que vocês contassem um pouco daquilo que era o plano de constituição de família de vocês. O que é que vocês sonhavam em termos de família?

Carlos 8: É, nós sempre pensamos em constituir uma família, de ter filhos, né ... uma casa ... ela gosta de bicho ... de ter bastante bicho, né.

Liliam 3: E a gente sempre pensou na possibilidade da adoção ...

Carlos 9: É ... nós já conversávamos isso, inclusive ...

Liliam 4: ... desde o começo ... em ter filhos ... quantos filhos, tal ... dependendo da condição financeira, mas a gente sempre pensou nessa possibilidade, por já ter outros casos na família também, então a gente sempre pensou nessa possibilidade.

Carlos 10: Mesmo com filhos naturais nós pensamos, talvez, em fazer uma adoção. Sempre a gente conversou a respeito, né. Se houvesse a possibilidade de ter filhos naturais ... muito bom, inclusive ... é ... conjugando isso com a adoção. Mas como não houve possibilidade da gente ter filhos, então nós já partimos para a adoção, né. Até tentamos ter filhos naturais, por métodos até, vamos dizer assim, artificiais, mas, depois de um certo tempo, de umas tentativas, nós resolvemos não mais prosseguir e adotar realmente.

Mário: Vocês decidiram por ter filhos logo no início do casamento ou fizeram essa opção depois já de um tempo de casados?

Carlos 11: Bom, nós deixamos livre, né ... à natureza. Se viesse ... muito que bem, se não viesse ... Não fizemos nenhum controle de natalidade a respeito.

Mário: E vocês têm clareza do motivo da não gestação biológica?

Carlos 12: É, na verdade é uma conjugação de fatores: tanto meu quanto dela. Eu por ter uma pequena quantidade de espermatozóides e ela também por ter alguns problemas hormonais que impediam a gravidez.

Liliam 5: ... problemas orgânicos que foram detectados com a realização de exames.

Mário: Quer dizer, fazia parte do planejamento de vocês a adoção, independente de ter primeiro um filho biológico ou vocês planejavam assim: ter primeiro um filho biológico e depois adotar?

Carlos 13: Não. Nós nunca pensamos nisso. Nós pensamos em ter os filhos naturais se viessem, né ... logo de início, mas também pensamos em ter uma adoção, né ... se caso realmente não tivesse a possibilidade de ... logo ... assim ter filhos. Porque a gente também precisaria, né Mário, nós pensamos no aspecto financeiro também, né ... pra poder dar uma boa condição de vida pra essa criança, né. Porque você ter filhos por ter não adianta, né ... você tem que educar, você tem que acompanhar, você tem que ... são inúmeros os fatores que levam a gente a pensar em ter filhos, né.

Mário: Agora a idéia da adoção ... ela surgiu primeiramente em um de vocês ou foi conjuntamente? Você, Carlos, foi o artífice da idéia ou foi você, Liliam?

Carlos 14: Não, foi a partir de diálogo entre a gente mesmo ... acho que nem sei quem ...

Mário: Antes mesmo do casamento?

Liliam 6: Foi ... foi ... na época da faculdade ainda a gente pensava. Porque quando você está namorando você faz uma idéia: quero ter não sei quantos filhos, quero uma casa assim, então você idealiza uma coisa ... só que a gente sabia que a realidade era outra, né ... que a hora que a gente casasse, colocasse realmente o pé no chão ... que você vive, lógico, que é uma ilusão que você tem, que depois você vai concretizar esse sonho que você tem, é aí que você vai adequar as idéias que você tinha, da realidade que você pode, né ... e ... isso foi, com o tempo, tal ... aí foi, quando amadureceu realmente essa idéia de ... das tentativas que a gente fez das gestações que não vingaram, que não deu certo ... que aí um dia eu falei ... não, a gente tem tal, tal, tal, a gente vai ficar sozinho, mas ... não foi assim o Carlos ou foi a Liliam ... foi assim ... surgiu o zunzum e ... chegou e amadureceu a idéia mesmo e ... corremos atrás.

Mário: E você Liliam, tinha o desejo de ter quantos filhos, se lhe fosse possível?

Liliam 7: Ah ... talvez um casal e mais um.

Carlos 15: Uns dois filhos né, a gente pensou. A gente sempre pensava em ter um menino e uma menina né.

Liliam 8: Até os nomes né.

Carlos 16: Até os nomes a gente já falava né, nos nomes. Mas ...

Mário: E como foi para vocês ter que lidar com a notícia de que muito provavelmente seria difícil a gestação, ou seja, gerar os próprios filhos?

Carlos 17: Como foi lidar com essa notícia?

Mário: Isso.

Carlos 18: Olha, nós encaramos com naturalidade, porque, ainda eu até comentava com ela: a natureza, ela é sábia. Então não adianta a gente ir contra a natureza né. Inclusive quando a gente conversou com o médico né, nós expusemos a situação para ele ... que a gente não queria nenhum milagre, queria que tudo fizesse de uma maneira mais natural possível né. Tanto é que a gente não insistiu muito também porque ... haveria outras possibilidades da gente né ... é ... fazer um bebê de proveta, por exemplo, mas a gente nem foi atrás disso daí.

Liliam 9: Seria forçar demais.

Carlos 19: Seria forçar uma situação e, não só pelo aspecto financeiro, mas também pelo aspecto da própria natureza né. A gente não quer forçar nada né. Entendeu?

Mário: Vocês têm experiências anteriores com relação à adoção? Conhecem pessoas ... a Liliam parece que já tem alguém na família? Como é que vocês constituíram a idéia de adoção? Como é que surgiu a idéia ... foi através da experiência, do conhecimento de outras pessoas, através de leituras ... ?

Carlos 20: Bom, a gente sempre conversou a respeito: se não houvesse a possibilidade da gente ter filhos naturais a gente iria adotar. Nós tentamos inicialmente ter filhos naturais, não foi possível ... partimos para adoção né.

Mário: Sim, mas antes de tomar essa decisão, vocês têm algumas experiências anteriores a respeito da adoção?

Carlos 21: É ... mais ela né, porque ela tem uma tia que tem uma menina que é adotada né. Eu, na minha família não tenho ninguém, que eu saiba, assim, pode até ser que tenha algum parente mais distante, algum primo ... alguma coisa assim, mas eu não tenho dentro da minha família ... é ... que eu tenho conhecimento ... pais que adotaram crianças. Tenho pelos amigos, por exemplo o Jorge da Lúcia, que é lá da faculdade, outras pessoas também próximas da gente que ... que a gente sabe que tem filhos adotados, etc.

Mário: E na experiência dessas pessoas, dentro daquilo que você pôde com elas compartilhar, essas adoções serviram para te incentivar, para te deixar tranquilo ou de algum modo elas te fizeram refletir ou te deixaram preocupado?

Carlos 22: Olha, eu, pelo que tenho visto de algumas adoções né, eu tenho até conhecimento de algumas adoções que não deram certo. Não deram certo em que sentido? Houve problemas de caráter familiar ... isso porque eu trabalhava na polícia e então eu tinha conhecimento de alguns fatos. Mas isso não interferiu em nada na minha vida porque, eu comentava com minha esposa: se nós formos analisar também os filhos naturais, quantas e quantas famílias não teriam problemas com seus filhos. Então eu acho que não é o problema da adoção, é o problema de educação.

Liliam 10: Eu lembro que uma das vezes que a gente conversou sobre isso foi quando aquele filho que era investigador e que matou o pai. Que o Carlos participou até do B. O. né, quando foi encontrado ...

Carlos 23: É ... fui eu ... desde o início ... fui eu quem fez o boletim de ocorrência, tal.

Mário: Era um filho adotivo?

Carlos 24: Não. Era um filho natural, biológico, que acabou tirando a vida do pai. Então, a partir daquele exemplo eu falei: pô, não existe lógica nisso né. Eu acho que é mais da educação, do carinho que você vai dar para a criança e que ... na verdade, há um certo preconceito em relação à adoção. É isso que eu sinto, porque toda vez que se fala em adoção, as pessoas colocam alguns empecilhos né, por exemplo: "ah ... eu não vou querer contar pro filho", "eu não vou querer que ele descubra", "e se depois vai atrás da mãe, etc.?" Então eles colocam inúmeros problemas. Eu falei para a Liliam: a gente não tem que pensar nestas coisas. Tem que deixar a coisa acontecer ...

Liliam 11: ... tem que deixar acontecer! Deus sabe o que reserva. Deus escolheu a criança certa e espero que nos dê ... é ... uma cabeça boa para orientar nesse sentido, quer dizer, o que agente teria com um filho biológico ou que a gente tem com o Lucas agora. Quer dizer, que a gente ia pedir do mesmo jeito, né.

Mário: E você Liliam, quais são suas experiências anteriores com relação à adoção?

Liliam 12: Eu tenho uma prima que mora em Londrina, que adotou uma menina, que hoje já é casada, não sei se tem filhos ou não. Até era pra gente ter ido no casamento dela e não deu certo da gente ir. Tenho uma tia, que é irmã da minha mãe, que adotou a Francine, quando tinha de seis pra sete meses; uma menina bem doentinha também. Foi adotada numa circunstância ... é ... assim, bem dizer triste, porque ela tinha uma pessoa que cuidava dela e teve que abrir mão dela e deu certo da minha tia pegar; e hoje ela é uma criança feliz. Porque – criança, adolescente, porque ela está com 15 né, fez 15 anos – quer dizer, ela não teve nem um problema, nem em saber ... ela soube desde bebê que é mãe do coração, pai do coração. Ela se dá super bem, se você olhar hoje o meu primo, que é filho biológico, e a Francine ... se você colocar os dois perto dos pais, você vai dizer que ela é a filha biológica e que ele não. Porque a semelhança é absurda né pai (Carlos)? E eu também trabalhei na delegacia da mulher por quase doze anos e a gente cuidava também da parte da infância e juventude, um bom tempo a gente cuidou ... então a gente sabia de muitos casos de adoção que não deram certo e também das crianças que eram filhos biológicos e que davam problema pra pai e pra mãe. Quer dizer então isso aí, talvez por essa experiência de vida que a gente tenha, essa bagagem que a gente carregou até hoje, foi que deixou a gente livre pra tirar essa dúvida da nossa cabeça. Porque, é o que eu sempre comento com ele e ele comenta comigo: a realidade que a gente tem hoje é diferente de 99% da realidade que o povo brasileiro vive, porque só por você estar trabalhando em polícia ou trabalhando hoje no judiciário, por exemplo, como a gente trabalha, você tem uma noção exata de como é o mundo hoje. Então muitas vezes a gente comenta: ah ... você viu isso, você tem até uma certa malícia pras coisas que a maioria das pessoas não têm.

Mário: Com isso você quer dizer que sua profissão e a profissão do Carlos, lhes preparam para um senso crítico e para um conhecimento da realidade que auxiliam em seus discernimentos?

Liliam 13: E até no nosso casamento ajudou muito, eu acho.

Carlos 25: É porque talvez se a gente tivesse profissões diferentes, eu não sei como é que seria o nosso relacionamento. Por quê? Quando eu tinha que tirar plantão ela entendia a situação, sabe? Quando ela tinha que tirar plantão eu entendia a situação. Então, na verdade, o caráter profissional, de uma maneira aproximou-nos né. Fez com que a gente vivesse essa realidade né. E voltando ao exemplo né, eu tive um colega que era escrivão de polícia também, trabalhou comigo e adotou uma filha, depois ele veio a falecer e hoje é essa filha que cuida da viúva ...

Liliam 14: tem neto

Carlos 26: ... tem neto, tudo. Então foi uma experiência bonita que eu vi né, naquela situação ... e ... isso também a gente vai vendo outros exemplos né, onde a gente vai e percebe que há um certo preconceito e que esse preconceito é um preconceito

bobo: o que conta realmente é o amor que você dá para a criança e vice-versa, a criança também dá ... e ... e não só isso, mas a educação né. Porque às vezes o casal fala assim “ah vou pegar uma criança pra cuidar, pra adotar” né, mas será que tem realmente aquela dedicação, aquela preocupação pra fazer com que aquela criança ... que ela tenha uma vida decente, que ela tenha um lar, que ela seja amada? Não é? Então, às vezes, o que a gente percebe é que não há isso entre a família né.

Mário: Como foi o processo de adoção do Lucas?

Carlos 27: Foi uma coisa ... é ... bem esquisita né, porque a gente já fazia um ano que a gente tinha feito o cadastro e um belo dia né, eu cheguei em casa após o serviço e tocou o telefone e, ao atender o telefone, alguém falou assim: “olha vocês fizeram a inscrição pra adoção, etc., e tem uma criança aqui pra ser adotada, você é o nono casal ...

Liliam 15: ... décimo

Carlos 28: ... décimo casal para ver essa criança; os nove casais anteriores não quiseram a criança porque ela teve alguns problemas na infância, ou seja, quando recém-nascida, recém-nascido, não sei ... ela teve meningite ...

Liliam 16: ... com dois meses ...

Carlos 29: ... com dois meses de idade e isso provocou uma hidrocefalia na criança e isso fez com que a cabeça da criança crescesse. No entanto, a criança, segundo a pessoa que tinha nos ligado, já estava bem de saúde, tal, mas as outras pessoas ao verem a criança não quiseram por causa deste antecedente ...

Liliam 17: ... um casal foi ver, os outros oito não quiseram nem ver ...

Carlos 30: ... é um casal, se eu não me engano, foi ver e não quis o Lucas. Isso ... ela me ligou a tarde e eu disse, olha o negócio é o seguinte ... vamos fazer o seguinte ... eu não vou tomar nenhuma decisão sozinho, nem ir até aí pra ver a criança sozinho, eu tenho que aguardar minha esposa chegar do trabalho ... aí passaram uns vinte minutos a Liliam chegou do trabalho e eu já eufórico, comuniquei pra ela: chegou uma criança, vamos lá ver, etc. né. Aí ligamos, inclusive já era quase seis horas da tarde, então ela falou assim: olha nesse horário não dá pra ir ver a criança, mas de tanto a gente insistir eles abriram uma exceção pra gente. Nós fomos lá na Casa da Criança pra ver o Lucas. Nós vimos o Lucas pela primeira vez, nos apaixonamos, no dia seguinte nos já fomos já pra providenciar toda a papelada. Quer dizer, foi uma coisa assim de imediato né, foi uma coisa ... eu nem sei explicar para você ...

Liliam 18: ... fomos o décimo casal ...

Carlos 31: ... foi algo apaixonante né, pela criança ... Aí nos fomos providenciar a papelada, fomos no Fórum ... e ... depois nós fomos buscar o Lucas.

Mário: O Lucas tinha que idade?

Carlos 32: Tinha um ano e seis meses.

Liliam 19: Um e meio certinho.

Mário: Em relação aos antecedentes então, só pra ficar bem registrado, ele teve uma meningite e, por conta da meningite, uma hidrocefalia?

Carlos 33: Isso.

Mário: Mas quando vocês receberam a notícia, foram tranquilizados no sentido de que isso tudo tinha sido tratado ...

Carlos 34: ... independente disso ...

Liliam 20: ... independente de ter seqüela ou não ...

Carlos 35: ... independente da doença que ele teve nós quisemos ver a criança e nós fomos ver a criança; inclusive, nós éramos o último casal da lista ... nós éramos o último casal da lista. Então, se nós não pegássemos o Lucas, ele ia ser enviado para outra cidade, pra adoção em outra cidade ... disponibilidade em outra cidade.

Mário: Mas ele já estava no abrigo, ou seja, na Casa da Criança, por um longo tempo ou ...

Carlos 36: ... desde o primeiro dia ...

Liliam 21: ... desde de bebê ...

Mário: Quer dizer, a família não quis mesmo a criança?

Carlos 37: Não.

Mário: Por que, na opinião de vocês, demorou um ano e meio para que a adoção acontecesse?

Liliam 22: Por causa da doença dele. Só quando ele recebeu alta do fisioterapeuta, porque ele fez fisioterapia todo esse período ... porque o caso ele era gravíssimo. Ele ia ter que fazer uma cirurgia pra colocar uma válvula pra drenar o líquido ... mas graças ao bom Deus, a capacidade dele e a própria resistência fez com que o organismo ...

Carlos 38: Força de vontade em viver né ... ele tem uma força de vontade muito grande né. Ele é muito ativo ...

Liliam 23: Ele só conseguiu receber alta com uns vinte dias antes, um mês antes.

Mário: A alta foi pouco tempo antes de vocês serem comunicados?

Liliam 24: É porque foram contactando os outros casais antes e a gente era o último da lista.

Mário: Dos dez casais somente vocês e um outro casal foi ver o Lucas?

Carlos 39: Nós fomos.

Mário: Quer dizer ... os outros casais disseram não já por telefone?

Carlos 40: Por telefone e por causa do antecedente dele ... da doença.

Mário: No cadastro que vocês fizeram lá no Fórum, vocês colocaram algum tipo de condição para a criança a ser adotada?

Carlos 41: A única restrição que eu coloquei ... é ... logicamente junto com a minha esposa, nós entramos em conversa, em acordo ... justamente que a gente não queria uma criança portadora do vírus HIV, não por ...

Liliam 25: ... por preconceito ...

Carlos 42: ... não por preconceito, não é isso, mas é que talvez nós não teríamos possibilidade de acompanhar essa criança se caso ela viesse a desenvolver o vírus. Isso por circunstâncias profissionais nossa, de trabalho, etc. Então não era por questão de preconceito em si, mas porque nós não poderíamos dar tudo aquilo que a criança mereceria, entendeu (?).

Liliam 26: Por que é diferente de você, por exemplo, eu ... quando ele fica doente, e ele teve catapora, eu precisei da minha mãe e minha mãe socorreu, a gente precisou da mãe dele e a mãe dele socorreu ... é diferente de você pegar uma criança hoje, não por nós, mas pelas outras pessoas, passa na cabeça das outras pessoas, você entregar uma criança pra cuidar, uma criança portadora do vírus HIV, de uma que tem sarampo ou catapora, que tem uma caxumba ou que tem um resfriado. Quer dizer, é preconceito? Quer dizer, eu não sei até que ponto isso é preconceito, mas a dificuldade nossa seria essa.

Carlos 43: Ninguém está livre de uma doença, de uma eventualidade, mas você pegar uma criança já nessa situação, você já sabe que a criança pode vir a desenvolver a doença, e aí você vai ter que dar alguns cuidados especiais, que talvez nós não tivéssemos condições de dar. Então é uma questão ... vamos dizer assim, até humanitária pra uma criança que fosse talvez portadora do vírus HIV. Não por questão nossa, mas em respeito à própria criança.

Mário: Certamente também foi perguntado a vocês com relação à preferência de sexo e idade.

Carlos 44: Nós não exigimos sexo, não exigimos idade ... idade nós exigimos até uns dois anos e meio porque a gente queria curtir também a infância da criança né. Sexo não, cor não, raça não, nada disso. Independente da mãe ser usuária de droga ou não, nós não colocamos nenhuma condição nesse sentido. Agora a gente queria que fosse uma criança que tivesse menos de dois anos e meio pra gente poder curtir um pouco a infância da criança né, mas nós não queríamos uma exigência de recém-nascido, vamos dizer assim né, nós não fizemos essa exigência de recém-nascido.

Mário: Antes da notícia do Lucas, nenhum outro contato foi feito, por parte do Fórum?

Carlos 45: Nenhum outro. Foi o primeiro e nós já nos apaixonamos por ele.

Mário: Muito provavelmente, o fato de vocês não terem colocado condições tenha acelerado o processo dessa adoção.

Carlos 46: É, inclusive a gente tinha conhecimento que quanto mais jovem é a criança, quanto mais idade aproximando-se do recém-nascido, mais dificuldade a gente teria em adotar a criança. Quanto mais passasse o tempo, a idade da criança, mais facilidade a gente teria.

Mário: E você sabe o por quê dessa realidade?

Carlos 47: Olha, eu acredito que talvez a família queira, talvez, ter também esse contato com o recém-nascido, ou também por algum preconceito de que a criança, por exemplo, poderia ter também um caráter formado né ... eu penso assim. Eu particularmente não acredito muito nisso, por que eu acho que até os sete anos de idade, há possibilidade da gente educar à maneira da gente, formar o caráter, a personalidade da criança né, então eu acho que é muito, assim, de diz-que-diz-que né, de tanta coisa que se levanta em torno dessa questão aí e que as pessoas ficam um pouco temerosas em pegar crianças com outro tipo de idade né, que não foi o meu caso.

Mário: Eu quero perguntar a vocês agora sobre a motivação para adoção. Vocês já disseram que adotar fazia parte do planejamento de vocês, mas que também existe a não possibilidade de gerar biologicamente os próprios filhos. Mas essa experiência que vocês têm com relação a outros casais, como no seu caso Liliam, que tem dois casos de adoção na família, quais, na opinião de vocês, são as motivações para que casais adotem crianças?

Carlos 48: Motivação?

Mário: Isso. O que leva um casal a adotar uma criança?

Carlos 49: Eu acho que um dos critérios, um dos fatores é a falta de filhos, esse é o primeiro critério.

Liliam 27: ... preocupação com o futuro, não querer ficar sozinhos, de não ter quem olhar ...

Carlos 50: E ter uma formação de família sem filhos é ruim né, no meu modo de pensar. Porque, por mais que você viva bem com a sua esposa, parece sempre que falta alguma coisa né. Eh ... deixar descendência né, embora eu acho que a descendência não é do sangue: você fica pela memória que você deixa através dos filhos, o seu nome, a sua história, não é ... tudo isso eu acho que é o que faz realmente a família ser família né.

Mário: E essas motivações também estão presentes em você e na Liliam?

Carlos 51: Sem dúvida né, porque a gente queria ter filhos e não só viver o casal em si né, porque a gente queria constituir uma família, ver netos, ter uma casa de família, vamos dizer assim né. Eu acho é que o sonho de qualquer casal ver isso né. Você ficar velho e ver que você tem um filho que vai estar junto com você né. Eu, por exemplo, um dos meus sonhos ainda, e eu tenho certeza que eu vou realizar é levar o meu filho, por exemplo, no Noroeste pra assistir o jogo de futebol, embora o

time capenga do jeito que está, mas é uma motivação, levá-lo no parque, levá-lo no circo, jogar bola com ele né ... então é mais ou menos isso.

Mário: E vocês pretendem realizar uma nova adoção? Como está o planejamento de vocês?

Carlos 52: É ... nós até tínhamos intenções de fazer uma nova adoção, mas em virtude das circunstâncias financeiras, etc., talvez nós vamos esperar pra ver como é que fica a coisa. Porque, quando você faz uma adoção, a gente percebe que tem várias conseqüências que vem atrás, como qualquer família que tem filhos: é mensalidade escolar, é você dar uma boa condição de vida né, uma boa educação, porque não é só ter filhos por ter filhos entendeu (?). Eu acho que é um conjunto né, de coisas. Então não está descartada de a gente fazer uma nova adoção, mas também nós achamos que, por enquanto, ainda não. Vamos dar um tempo, vamos esperar ele crescer um pouco mais, pra gente ver se realmente a gente vai fazer uma outra adoção ou não.

Mário: E do ponto de vista legal, como é que está a situação? Vocês já têm a definição da adoção ou ainda estão aguardando?

Carlos 53: Nós temos a guarda provisória, mas ainda não está totalmente regularizado ainda. Nós não temos a ... como é que fala , mãe? ... nós temos a guarda provisória, nós não temos a ...

Liliam 28: Adoção plena.

Carlos 54: ... adoção plena ainda não.

Liliam 29: Adoção plena ainda não, parece que está dependendo da ação de destituição do pátrio poder da mãe, no caso da avó, porque a mãe parece que era menor, ainda é menor. Então depende mais disso. Mas, segundo o que nos disseram já está tudo OK, porque já tinham disponibilizado para adoção por causa disso ... então como ele precisava de um lar, foi que eles tomaram essa providência e agora a gente só está esperando o resultado pra pegar a, a pertença, pra registrar definitivamente no nosso nome.

Mário: E foi dado algum prazo para que isso ocorra ou não?

Carlos 55: Até agora não.

Liliam 30: Bom, por experiência que eu tenho já de outros casos que eu tenho visto, de amigas não, conhecidos que a gente ficou sabendo pela própria delegacia, quando, às vezes, tinha algum caso de criança que era entregue, no mínimo, mínimo, dois anos. Eu acho que até menos que isso no nosso caso né ... mas é relativo. Mas eu acho que por aí: um ano e meio ou dois anos.

Carlos 56: Eu acho que ... agora aqui vai uma crítica também ao judiciário ... eu acho que isso daí é muito demorado. Porque, às vezes, muitas famílias pensam seriamente em adotar, mas a hora que percebem todo o tempo que leva, a dor de cabeça que dá pra você enfrentar essa burocracia, muitos acabam desistindo, entendeu (?).

Liliam 31: Aquela propaganda que aparecia na televisão sobre adoção: “ah, é um ato simples”, tudo bem, tal, tal, tal ... O que eles dizem ali, que é simples, é você conseguir, quer dizer rápido, relativamente simples, é você conseguir uma guarda provisória de uma criança e você ficar com essa guarda provisória pro resto da vida. E isso, se você quiser pegar meia dúzia e trazer pra casa, da Casa da Criança, você consegue, porque ainda são crianças que ainda têm, vamos dizer entre aspas, vínculo com pai e com mãe, entendeu (?). Os pais não têm condições de cuidar e deixam lá, quer dizer, elas não são destituídas do pátrio poder, elas ainda tem, só que, provisoriamente, as crianças estão lá. Quer dizer, quem é que vai hoje ter coragem de pegar uma criança dessa? Você cria um amor, um vínculo tão grande e depois, pai e mãe aparecem e você tem que devolver por que, agora, o pai e a mãe têm condição. Quer dizer então, quando a propaganda apareceu, eu falei pro Carlos: isso aqui é propaganda enganosa (!). Porque você percebe que a realidade não é essa. Nós fizemos acho que umas quatro ou cinco entrevistas no Fórum e nos foram feitas as mesmas perguntas, inclusive renda mensal, sendo que estava tudo certinho no papel, o que eu fazia e o que eu deixava de fazer. Poxa vida! Uma pessoa nos entrevistou duas vezes, estava com tudo marcadinho lá ... de novo eles nos perguntaram ...

Carlos 57: É muita encheção de saco, vamos dizer assim.

Liliam 32: A burocracia é muito grande.

Carlos 58: A burocracia é muito grande. Porque eles chamam diversas vezes, etc., etc., pra fazer as mesmas perguntas, e aquilo vai, vamos dizer assim, saturando né, e então vai gerando uma coisa assim, que vai te procrastinando, vai te perpetuando, e você está naquela ansiedade, naquela vontade né, então, eu acho que muitos casais acabam até desistindo por essa situação, por essa circunstância.

Mário: Me fala um pouco, primeiro você Carlos, depois eu vou fazer a mesma pergunta para a Liliam, sobre o que tem significado para você essa experiência de pai? Como é que você define “ser pai”?

Carlos 59: Olha, ser pai não há nada neste mundo que pague. Porque a minha maior felicidade é chegar em casa e ver esse menino chegando e correndo na minha direção com sorriso, me chamando de papai, sabe (?). É uma coisa assim que emociona a gente, e emociona muito mesmo, dá vontade até da gente chorar. Então isso é uma satisfação muito grande tá ... de você ver que ele está feliz, que ele está alegre. Eu, às vezes, vou na casa da minha sogra e ele fica lá brincando com as minhas cunhadas, etc., aí a hora que eu falo: oh, vamos embora. Ele é o primeiro a pegar na minha mão pra poder ir embora, quer dizer, ele sabe onde é que é a casa dele, ele sabe quem é o pai dele, ele sabe quem é a mãe dele, então, por mais que ele esteja num lugar onde o lugar é gostoso, onde o lugar tem gente que gosta dele, que ele está com brincadeira, a hora que você fala assim: vamos embora, nós vamos para casa, nós vamos brincar em casa etc., ele é o primeiro a se manifestar. Então, ele já criou este vínculo com a gente e isso daí é algo que ... é inexplicável, não tem como descrever a emoção que a gente sente, de perceber que ele é filho da gente. É como que se tivesse desde o primeiro dia de vida dele, desde o primeiro momento, já estado aqui em casa já. Eu até comento com a Liliam, a gente até comenta, né mãe ... eu não lembro como era minha vida antes dele. É uma

experiência, assim, diferente, porque você não consegue lembrar como era a vida da gente antes dele chegar.

Mário: E vocês estão juntos já há ... o Lucas com vocês? Não completou um ano ainda?

Liliam 33: Não. Vai fazer oito meses.

Carlos 60: Oito meses.

Mário: Você tem oito meses de paternidade?

Carlos 61: Então!

Mário: E para você, Liliam, o que está significando ser mãe?

Liliam 34: Olha, no começo eu fiquei um pouco assustada, por que eu falei: meu Deus, será que eu vou dar conta? Você fica assim ... não há dinheiro que pague, você ser chamada de mamãe, papai, o vínculo, o abraço. Às vezes, eu estou lá fazendo comida lá, ele vem e pega na minha perna e abraça, não tem ... não há dinheiro que pague ... Então qualquer preocupação com febre, com ... não tem explicação ... é ... assim, acho que é a coisa mais maravilhosa que existe no mundo é o fato de você poder dizer que você é mãe. Mas não mãe porque você teve ou porque você é mãe biológica ou não, é porque você dedica o seu tempo pra cuidar, pra você fazer comida, pra você fazer o tetê, pra você trocar fralda ... pra poder deixar a criança feliz.

Mário: Depois de vocês terem dito isso em relação à maternidade e à paternidade, enquanto experiência, quero lhes perguntar: existe algum receio, algum medo, alguma preocupação que povoa o imaginário de vocês em relação à adoção do Lucas?

Carlos 62: Olha ...

Liliam 35: Com relação a não dar certo (?).

Mário: Por exemplo ...

Liliam 36: Olha, eu já pensei nessa possibilidade e eu já tenho a solução, inclusive eu falei pro juiz um dia ... lógico, fora de lá ... fora da audiência ...

Mário: Não oficialmente.

Liliam 37: ... que eu já sei até pra onde eu vou: Paraguai. Eu corro, eu arrumo minha malinha, boto tudo em saco de lixo, porque não vai dar tempo nem de arrumar a mala e sumo com ele. Devolver, eu não devolvo de jeito nenhum. Eu nem tenho esse medo, porque eu acho que, lógico, pra justiça tudo é possível, a gente vê tanta barbaridade nesse mundo, mas eu acho que diante da circunstância ... da mãe nunca ter se preocupado, de saber se ele estava bem, de saber nas circunstâncias em que ela deixou, sabe (?), de nunca ter perguntado, nunca ter se interessado em saber se ele estava bem ou se ele não estava, se ele estava doente ou se ele não estava, quer dizer, isso me deixa hoje ... eu sei que demora, eu trabalho no

judiciário, eu sei que demora, que não depende da gente, pois se dependesse da gente já tinha resolvido o problema, já tinha dado uma solução, mas não tenho medo não ... eu sei que vai dar certo e que é só esperar mais um tempinho aí pra botar o nome dele no papel direito.

Mário: E você Carlos?

Carlos 63: Ah ... eu não tenho, assim, nenhum receio a não ser essa circunstância de de repente ter algum entrave burocrático, mas em relação a ele em si, em relação a educação, a maneira dele ser né, isso aí não, não me preocupa não.

Mário: E como é que vocês pretendem lidar com a situação da revelação? Vocês estão dispostos a conversar com o Lucas?

Carlos 64: Sim, desde o primeiro momento que a gente resolveu adotar, a gente chegou a essa conclusão de que não adianta esconder da criança. Por quê? Porque amanhã ou depois se a criança descobre, a coisa pode ficar pior ... então, não existe coisa melhor do que a própria verdade. Isso daí faz parte da história dele e faz parte da história nossa, então, eu acho que não tem porquê você não contar pra ele ... não tem porquê você não revelar: é da história dele e da nossa história também. Então eu acho que isso daí não atrapalha em nada. Tem gente que fica receoso né, etc. Se ele quiser ... eu vou educá-lo da melhor maneira possível, amanhã ou depois, quando ele crescer, se ele quiser procurar a mãe, ele vai procurar a mãe. Se ele quiser ver quem é a mãe dele ... tem toda a liberdade para ir e ver quem é a mãe. Isso daí não vai ... eu acredito, não vai atrapalhar o nosso relacionamento, porque o vínculo que a gente vai ter vai ser muito mais forte do que qualquer outra coisa, do que qualquer outra situação. E eu acho que é próprio da natureza do ser humano querer conhecer a própria história, né. Se ele quiser conhecer a mãe, eu acho que é natural, assim, eu também quereria conhecer a minha mãe, mesmo que seja uma mãe biológica somente, não fosse uma mãe que tivesse me criado, etc.

Mário: Vocês tiveram algum contato com a mãe biológica?

Carlos 65: Não, nenhum contato.

Liliam 38: Prefiro até nem ter.

Carlos 66: É, de preferência também a gente não quis nem conhecer, sabe (?). Eu acho que isso poderia gerar até uma imaginação em relação a ela, ou então criar algum vínculo com a mãe também, etc. né. Então eu acho que é melhor a gente não se intrometer muito nessa questão aí.

Mário: Sim, mas alguma coisa em relação ao processo de gestação do Lucas, vocês tiveram acesso?

Carlos 67: É nos tivemos conhecimento através das psicólogas, da assistente social, do parto como foi, a gestação né, como é que era a conduta de vida dessa mãe, etc., nós tivemos o suficiente.

Liliam 39: Inclusive o parto como foi ...

Mário: E como é que vocês pretendem trabalhar essa situação? Como esta revelação vai acontecer?

Carlos 68: Vai acontecer naturalmente ... se ele perguntar a gente vai falar. Não vamos também ficar querendo colocar isso na cabeça dele, eu acho que ... se ele perguntar a gente fala, naturalmente, não como algo misterioso, como algo que a gente escondeu, não, mas eu acho que é algo natural né, da vida da pessoa ... se ele perguntar eu vou responder e vou responder de forma autêntica, verdadeira né.

Mário: Vocês buscaram, antes da realização da adoção, alguma ajuda profissional? Realizaram algum tipo de leitura? Houve uma preparação?

Carlos 69: Olha, o que a gente leu foram alguns folhetos, algumas reportagens, mas nós não buscamos auxílio de ninguém, né mãe ... você lembra de alguma coisa?

Liliam 40: A única pessoa que conversou com a gente, acho que foi o Francisco de lá do Fórum, que contou, relatou para nós de alguns casos de adoção que teve lá ...

Carlos 70: ... é eu conversei muito com o Jorge da Lúcia, algumas vezes né, da experiência deles. Quer dizer, conversamos assim com alguns pais que haviam adotado crianças né, mas eles narraram a experiência deles, agora a experiência nossa é só nós que teríamos que passar né, por isso. Então, eu acho que o caminho realmente era esse né.

Mário: Se não for essa questão da preocupação de que algo, do ponto de vista burocrático, não dê certo, vocês não têm mais receio nenhum, não existe nenhuma outra preocupação que lhes traga incômodo?

Carlos 71: Não.

Mário: Por exemplo, o fato de vocês não conhecerem a história da família biológica do Lucas, isso não interfere em nada?

Carlos 72: Eu nem quero saber.

Mário: Essa então é uma opção de vocês?

Carlos 73: Eu faço opção por não saber. Sabe por quê? Por que senão a gente pode criar algum preconceito em relação à criança, então eu não quero, eu não quero nem saber. Algumas coisas até a gente sabe porque o psicólogo acabou comentando com a gente: que a mãe teria já usado drogas, que a mãe também era adotada, que provavelmente o pai era caminhoneiro porque um dia ela teria tomado uma carona com um caminhoneiro e foi parar numa outra cidade e depois nunca mais viu este homem, certo (?). Agora, eu não vou ficar buscando isso, caçando isso né, porque não tem nada a ver, né. Isso não atrapalha em nada, eu não quero realmente ter nenhum preconceito em relação à criança né, do pai, da mãe ... porque senão amanhã ou depois, às vezes, a criança tem algum tipo de comportamento e você vai falar: olha lá, está vendo, isso é por causa da mãe ou do pai, etc. Então eu acho que é melhor a gente nem conhecer a história do pai e nem da mãe.

Mário: Como é que foi a aceitação, da sua família Carlos e da sua família Liliam, com relação à adoção do Lucas?

Carlos 74: Bom, eu vou responder pela minha família e ela responde pela dela. Minha família viu como algo natural né. Eu sou o filho mais velho né, eu já tinha sobrinhos e sobrinhas. Então, o meu pai já tinha netos, então ele enxergou com algo natural, não houve interferência, inclusive nós nem, eu particularmente, não sei ela, mas eu nunca comentei com meu pai que eu ia adotar uma criança ...

Liliam 41: ... e nem eu ...

Carlos 75: ... nem perguntei pra ele o que ele achava, nem pra minha mãe, nunca perguntei nada, porque eu não queria saber de ninguém que colocasse opinião a respeito daquilo que eu iria fazer. Eu sempre tive uma vida independente, sabe (?). Tanto no aspecto profissional, no aspecto familiar, eu sempre fui uma pessoa que busquei o meu espaço por mim mesmo, a minha independência por mim mesmo ... sempre é ... fazendo a minha vida né, de acordo com aquilo que eu acho correto e levando com uma certa independência de pai e de mãe né. Eu nunca fiquei atrelado à barra do pai e da mãe né, tanto é que no aspecto econômico, tudo né, eu sempre tive, vamos dizer assim, eu me lancei na vida né. Então, eu acho que o meu pai recebeu naturalmente, minha mãe também naturalmente, se eles pensaram alguma coisa, eles guardaram pra eles, porque ... mesmo porque eu nunca perguntei e também não me interessa saber o que eles acham ou o que eles não acham. Mas dá pra gente perceber, pelas atitudes, que eles gostam muito do menino e que eu também percebo isso né, pelas atitudes deles: o meu pai leva o Lucas pra passear, minha mãe – ele tem um carinho especial por ela – então, já criou vínculo, tudo né. Meu pai me ele liga e a primeira coisa que ele pergunta já é: “como é que está o Lucas?” Minha mãe, mesma coisa, quando ela liga pra mim, ela fala assim: “e aí, o Lucas?”. Não é nem a Liliam mais, antes era a Liliam, agora pergunta pelo menino né. Então ... eu acho que ... foi bem.

Mário: E com relação à sua família Liliam?

Liliam 42: Foi bem, eu também não contei nada e foi recebido, assim, com surpresa, foi recebido com surpresa porque o dia que a gente pegou o Lucas, a gente foi pra casa da minha mãe e ela falou: “quem que é esse menino? De quem que é esse nenê?” Eu falei ... é nosso ... então foi uma alegria mesmo, porque ela se tornou avó em segundos né, ela teve que vestir a ...

Carlos 76: ... é o único neto dela ...

Liliam 43: ... é o único neto dela.

Mário: Você é filha única?

Liliam 44: Não. Tenho mais duas irmãs, mas sou a única casada e a única que tem filho agora, quer dizer, então ... talvez não tenha outro, não sei. Mas foi com surpresa ... minhas irmãs o adoram né, tanto é que a maioria de coisas que ele tem foram minhas irmãs que compraram, tanto roupa quanto brinquedo ... cada dia que vai na minha mãe é um balaio de coisas que traz de lá, de brinquedo, de roupa, as coisas que ficaram lá, de brinquedo também ... Quer dizer então, mas foi ... e talvez

pelo fato de já ter outras adoções na família, não tenha, assim, criado nenhuma restrição por causa dele, alguma coisa assim. Então eles encararam numa boa e, também assim como falou o Carlos: se talvez tenha alguma coisa, também não demonstraram, não falaram.

Mário: Não existe também, em relação a vocês, algum tipo de pacto no que diz respeito à revelação? Vocês conversaram sobre isso?

Liliam 45: A gente vai contar pra ele ... a hora que for surgindo, naturalmente, “a mamãe do coração”, “o papai do coração”, e vai indo, vai indo até ... e isso foi o que a gente já tinha combinado: tem que contar mesmo, não tem como esconder. Porque isso faz parte da identidade dele, ele tem que saber disso. Então ... o futuro a Deus pertence né. Então eu acho que Deus nunca desamparou a gente, nunca em momento algum da nossa vida até hoje. Então tudo o que aconteceu foi muito bom e vai continuar acontecendo. Então, quer dizer, a gente vai dar tempo ao tempo e a hora que for a hora certa, vai ser né pai.

Carlos 77: É tem que acontecer naturalmente essas coisas né. Eu acho que tudo tem o momento certo né ... então ... se ele perguntar nós vamos falar.

Mário: Sim, mas minha pergunta foi em relação à família mais extensa de vocês, ou seja, se suas famílias estão cientes da opção de vocês em relação à revelação?

Carlos 78: Não, porque eu nunca falei pra eles

Liliam 46: ... porque isso é uma coisa que vai depender da gente ...

Carlos 79: ... até porque não tem como você esconder isso daí, viu Mário ... eu acho que é impossível porque, parece que quanto mais você cria aquela redoma para esconder aquela coisa, aí que a coisa é pior, porque vai ter aí os priminhos né, e de repente alguém vai contar e a coisa aí é pior. Então acho que não tem que esconder nada né. Não pedi nada pro meu pai, não pedi nada pra minha ... se eles quiserem falar alguma coisa, que falem, não tem problema.

Mário: Então para que possamos encerrar esta nossa entrevista, teria alguma outra questão, algum ponto, que você julga importante a respeito da temática “adoção” e que eventualmente não conversamos e que você gostaria de deixar registrado?

Carlos 80: Olha, eu queria falar o seguinte: aqueles casais que têm medo de adotar uma criança, eles não sabem o que estão perdendo. É uma experiência única, sabe (?). Eu acho que é a maior bênção né. Porque filho natural, às vezes, a gente não escolhe né, o filho, às vezes, aquele que nasce ... o filho biológico, às vezes, a gente não escolhe ... ele vem. Já o filho adotivo não, aquilo já nasceu de uma idéia que você cria, daquela ansiedade, daquela expectativa né, então está tudo presente ali na vida da gente e aquilo de repente se torna concreto. Então é muito prazeroso, é muito importante isso daí na vida da gente né, ter um filho.

Mário: E você Liliam?

Liliam 47: Complementando a idéia dele, com relação à idade ... porque a gente sabe que a maioria dos casais quer bebezinho, quer uma menina, quer uma loirinha, de olhos azuis, muitas vezes diferente do próprio perfil da família que está adotando.

Então o fato de você pegar uma criança que já ande, que já é independente em determinadas atitudes ... isso te traz uma alegria também porque, você vê que a criança se desenvolveu e que ela vai continuar se desenvolvendo com você ... você não perdeu ... tem gente que fala assim: “ah, mais eu perdi todo esse tempo desde que nasceu, que ele era pequeno ... eu não vou ter foto, não vou ter isso, não vou ter aquilo ...”. Só que isso, a partir do momento que você traz a criança para sua casa, você esquece, você passa uma borracha, entendeu (?). É como se ela tivesse nascido e você tivesse pego na maternidade e tivesse trazido pra casa naquele dia ...

Carlos 81: ... e não é só isso ... tem gente que adota uma criança querendo como se fosse uma boneca. Ele quer o biótipo da criança. Eu acho que não é por aí né. Você vai querer uma criança branca, loira, que tenha olho azul, sexo feminino, etc. Pô isso daí vai ser difícil. Então eu acho o seguinte: se você tem intenção de adotar, você tem que receber aquela criança da maneira que ela é, com a sua individualidade, com a sua particularidade, com o jeito de ser dessa criança né, porque ela vai ser diferente, ela é diferente, mas que ao mesmo tempo ela vai fazer parte da sua história e você vai fazer parte da história dela.

Mário: Então eu agradeço a vocês por este momento de diálogo e pela contribuição que vocês estão dando à minha pesquisa. E você Lucas, quer falar alguma coisa?

Liliam 48: Fala filho!

Carlos 82: Quer falar no microfone? Fala: Luuuccaas!

Liliam 49: Fala: papai! ... O gato comeu a língua dele! ... Fala: papai!

Carlos 83: Fala: mamãe!

Lucas 1: Mamãe.

Carlos e Liliam: Ehhhhhhh!

ANEXO E: ENTREVISTA III

Mário: Paulo e Roseli, vocês são casados ou vivem juntos a quanto tempo?

Paulo 1: 13 anos ... são 13 anos de convivência já.

Mário: Vocês se conhecem a 13 anos ou estão casados a 13 anos?

Paulo 2: Nós somos casados a 13 anos, mas a gente se conhece já a 16 anos.

Mário: Como é a história do relacionamento de vocês, ou seja, como se conheceram, quanto tempo namoraram, como foi a preparação para o casamento?

Roseli 1: Nós nos conhecemos, namoramos uns dois anos e já noivamos e casamos. Nos conhecemos, assim, por acaso ... um não conhecia o outro, não éramos amigos. Foi por acaso. Começamos a conversar, se tornando amigos, começamos a namorar e viemos a casar.

Mário: Vocês dois são de Bauru?

Paulo 3: Sim, somos.

Mário: Qual é sua profissão Roseli?

Roseli 2: Eu sou analista financeira.

Mário: E você Paulo?

Paulo 4: Sou laboratorista sênior.

Mário: Qual é, ou era, o projeto de família de vocês, ou seja, como vocês sonhavam, imaginavam ... desejavam vivenciar juntos a experiência de família?

Paulo 5: Uma família com 2 filhos né, mais ou menos nesse sentido né. Havia o interesse em ter filhos. Nós casamos e durante um tempo não conseguimos né, ter o nosso filho biológico, aí partimos né, resolvemos adotar uma criança, mas uma criança pequena ... aí fazendo os processos de adoção, um amigo falou da instituição né, que tinha bastante criança tal, aí nós fomos ver as crianças – inclusive este que está com a gente hoje – porque houve uma interação né, logo nos primeiros contatos e resolvemos adotá-lo já com 7 anos de idade.

Mário: A primeira idéia era de adotar um bebê?

Paulo 6: Sim, era de adotar uma criança menor né ... um bebê, no caso.

Roseli 3: Com no máximo uns 2 anos.

Mário: Quando vocês se interessaram pela adoção? O surgimento da idéia está vinculado à não possibilidade de gerar filhos biológicos, ou seja, à não possibilidade de uma gravidez?

Roseli 4: Exatamente ... nós fizemos tratamento, fomos ao médico, ele (Paulo) fez exames, eu fiz, nada apontou que impedisse uma gravidez normal ... eu tomei remédio algum tempo também, mas o remédio você poderia ter gêmeos ou crianças com problemas, aí nós pensamos né: com tanta criança precisando né, para que perder tanto tempo em tomar remédio, estragar a saúde, com tanta criança precisando de amor, de carinho, de uma família ... então, porquê não tentar né.

Mário: Os médicos com os quais vocês se consultaram, deram um diagnóstico, ou seja, apontaram para algum problema específico e que justificasse a não gravidez?

Roseli 5: Não, não ... nada acusava. Fizemos Raio X, ele fez exames também, e nada de anormal.

Paulo 7: ... radiografia ... e ... os exames de sempre né. E nesses exames consta tudo normal, tal. Pode ser algum bloqueio psicológico, sabemos lá se tem algo a ver nesse sentido ... aí resolvemos pela adoção.

Mário: A idéia de adotar, depois das várias tentativas de gravidez, surgiu primeiro em quem: em você, Paulo ou em você, Roseli? Como foi este processo desde a idéia da adoção até a decisão?

Roseli 6: Foi comigo. Eu sou a protagonista ... sempre queria ... e falando ... insistindo, ele ficava meio assim, sabe, ficava na dúvida: “Mas será?” Aí com o tempo, com o tempo, ele falou: “Vamos?” Aí ele se decidiu. Mas isso levou o quê? Acho que uns 2 anos né pai?

Paulo 8: Uns 2 anos.

Roseli 7: Uns 2 anos pra ele se decidir pela idéia.

Mário: Por que, Paulo, a demora para a decisão?

Paulo 9: É ... pra poder pensar bem né. Realmente é muita responsabilidade ... pegar um indivíduo totalmente diferente, agregar à família né. Tem que amadurecer essa idéia, pensar bem pra trazê-lo ao nosso lar e tentar agregá-lo né.

Mário: A princípio – você disse – que o interesse era por uma criança mais jovem, até 2 anos. Essa preocupação em adotar uma criança mais velha se deve a quê? Existe algum medo, algum receio em relação à criança mais velha e que fez com que vocês demorassem a optar pela adoção tardia?

Paulo 10: É ... uma criança já ... ela é difícil da gente moldar né, como a nossa família, ajustá-lo mesmo. Tanto é que nós estamos tendo problemas, a personalidade já está né, já está com a personalidade firme né, difícil a gente tentar modelar ele com ...

Roseli 8: ... com os nossos costumes né.

Paulo 11: ... com os nossos costumes, isso.

Mário: Qual é o nome do filho de vocês?

Paulo 12: Sandro.

Mário: O Sandro quando chegou estava com que idade?

Paulo 13: 7 anos.

Mário: Vocês conhecem um pouco da história do Sandro? Tiveram contato com a família biológica?

Roseli 9: Só pelo Fórum né.

Paulo 14: Ele tinha a avó como ... a mãe era uma moça que ela era garota de programa e quem tomava conta do Sandro né, ele era criado pela avó. A avó que era o alicerce da família, até a morte dela. A avó morreu e as crianças, que são o Sandro e mais duas crianças, ficaram abandonados, pois a mãe saía nas suas noitadas, deixava as crianças sozinhas e isso não era uma noite só, isso era por semanas. Até que os vizinhos e o Conselho Tutelar resolveram tomar providência e levá-lo para uma instituição.

Mário: A instituição a qual você se refere fica em Bauru mesmo ou fora?

Paulo 15: Em Bauru.

Mário: Vocês têm notícia de quanto tempo ele permaneceu na instituição?

Roseli 10: Ele chegou lá com 4 anos, o irmão tinha 3 e a irmã 6 meses ... então ele ficou 3 anos lá.

Mário: E quanto aos irmãos do Sandro? Foram adotados também ou estão na instituição ainda?

Roseli 11: Foram adotados também, estão todos com outras famílias substitutas.

Mário: Em Bauru ou foram para outra cidade?

Roseli 12: Não temos essa informação. Tanto é que agora o psicólogo está tentando uma aproximação, pelo menos com o irmão, que é com quem ele teve mais contato né, e parece que a família consentiu em tentar um contato mais pra frente.

Mário: E para vocês, a possibilidade de contato está sendo aceita?

Roseli 13: Tranquilo. Até a gente acha que pode ajudar ele, desde que não traga expectativa pra ele tipo: "Vou querer morar com meu irmão" ou "trazer o meu irmão" né. Acho que vamos ter que trabalhar bem isso né.

Mário: Antes da adoção acontecer para vocês, como é que vocês a imaginavam? Como você a pensava, imaginava?

Paulo 16: Algo fácil bem simples, mesmo. Mas na realidade não é isso.

Mário: Não foi isso que aconteceu no seu caso Paulo?

Paulo 17: Não.

Mário: Quando você diz “fácil”, “simples” ... você já conhecia os trâmites burocráticos, as etapas do processo? Que informações você tinha em relação à adoção?

Paulo 18: Sabia. Eu sabia que tem o tempo pra esperar a criança. Só que o nosso foi rápido, devido à necessidade da instituição. No caso do Sandro né, essa era a última chance que ele tinha pra adoção. Então foi muito rápido. Como o nosso processo já estava lá na Vara da Infância e Juventude e como ele já estava na instituição e necessitava de uma família de adoção, a gente foi muito rápido ... então quase não teve tempo, assim, de pensar nisso: como vai ser, como vai ser ... mas esperava ser algo bem mais fácil do que está sendo hoje.

Mário: Qual foi o espaço de tempo entre a inscrição de vocês no Fórum e até que a adoção acontecesse, ou seja, até a chegada do Sandro?

Roseli 14: Uma semana. Numa semana nós fizemos o cadastro ...

Paulo 19: Não ... Fizemos o cadastro e fomos viajar ...

Roseli 15: Foi ...

Paulo 20: Foi com um mês ... um mês e pouco

Roseli 16: Fizemos o cadastro em março né, em junho teve a avaliação psicológica, aí daí uma semana da avaliação psicológica ele [psicólogo] nos ligou querendo saber do nosso interesse em conhecer uma criança maior que estava precisando de uma família com urgência.

Paulo 21: Acho que uns 90 dias ...

Roseli 17: É.

Paulo 22: ... uns 90 dias ao todo, da entrada do processo no Fórum até a vinda do Sandro.

Mário: E você, Roseli, como é que você imaginava ser uma adoção, antes dela se concretizar para você?

Roseli 18: Eu imaginava que ter bastante amor para dar para uma criança era suficiente e não é. Você tem que ter sabedoria, paciência, compreensão ... muita coisa. O emocional seu tem que estar bem equilibrado, tudo coisa que a gente não imaginava que precisava ter ... todo este suporte para uma adoção tardia.

Mário: E você conhecia todos os trâmites? A parte da legislação? Burocracia?

Roseli 19: Conhecia.

Mário: E você concordou com todas as exigências? Foi tranquilo para você este processo? Que tipo de condição vocês colocaram para a criança a ser adotada?

Roseli 20: Não, não colocamos nenhuma condição. Nós resolvemos aceitar o desafio. Ficamos com um pouco de medo né, pra ver como que ia ser, mas resolvemos aceitar o desafio ... nós queríamos ajudar o Sandro.

Mário: Quer dizer, quando vocês foram fazer o cadastro não impuseram nenhuma exigência do tipo: nós queremos um menino, com tal idade ... vocês realmente não fizeram exigência nenhuma?

Roseli 21: Nenhum tipo de exigência, nós só dissemos que se pudesse ser um menino né ... pra nós ... nós queríamos um menino.

Mário: Então em relação ao sexo vocês tinham uma preferência e colocaram-na como condição?

Roseli 22: Em relação ao sexo sim. Mas em compensação, ao fato de ter irmãos, cor assim ... nenhuma outra exigência.

Mário: Idade também não?

Roseli 23: Até dois anos ou até um pouco mais né, não haveria problema, mas também foi esse medo da personalidade mesmo.

Mário: Retoma por favor, Roseli, sua narrativa a respeito da vinda do Sandro.

Roseli 24: Então ... na avaliação psicológica, o psicólogo colocou pra nós se havia o interesse em uma criança maior e explicou que tinha o Sandro, um menininho assim ... com 7 anos, que era esperto né, inteligente, que estava com uns probleminhas de depressão, tudo ... se não havia interesse de nossa parte. Daí nós ficamos meio assim ... não respondemos, sabe. Aí na semana seguinte nos ligaram e falaram: “olha, vocês não gostariam de conhecê-lo?”. Aí nós perguntamos: mas o que há de especial nele né? E ela falou: “não, ele está pronto para adoção ... precisa de uma família com urgência, vocês não querem conhecer?” Aí nós fomos conhecer ele. Fizemos três contatos de fins de semana né, se interessamos por ele e falamos: vamos aceitar o desafio. Aí ele teve férias escolares na época e nós trouxemos ele para passar as férias com a gente ... e depois aí já, nesse meio tempo já conseguimos pegar a guarda dele, pra que ele não tivesse que voltar novamente ... e é onde ele está com a gente até hoje.

Mário: Vocês já têm a documentação toda pronta, ou seja, vocês já têm a adoção plena ou ainda estão com a guarda provisória do Sandro?

Roseli 25: Com a guarda do Sandro ... apenas com a guarda. Ele está em fase de adaptação mesmo.

Mário: Essa guarda provisória, depois de praticamente um ano e seis meses se deve a quê? Vocês disseram que a avó do Sandro faleceu e que a mãe não tem contato com a criança. Ainda não houve a destituição do pátrio poder (ou poder de família, como é atual e oficialmente dito)?

Roseli 26: Já houve ...

Mário: Então é um tempo mesmo de adaptação?

Roseli 27: De adaptação ... nós não optamos ainda pela adoção definitiva ainda decorrência dos problemas que vêm ocorrendo né. Se ele vai se adaptar, se ele não vai ... como é que ... isso pra ele também né.

Mário: Antes de entrarmos diretamente na questão de como vocês estão vivenciando a experiência da adoção ou de como ela vem ocorrendo para vocês, eu quero perguntar para você Paulo: o que significa ser pai? Como você define a paternidade?

Paulo 23: Bom ... tem que ter muita paciência né, em primeiro lugar, tem que se informar muito, tomar atitudes pra poder orientá-lo e tudo mais ... e ... gostar, ter muito amor mesmo.

Mário: Este era um sonho seu, desde que se casou?

Paulo 24: Sim, sempre quis ser pai.

Mário: E para você Roseli, o que significa ser mãe? Como você define maternidade? O que você esperava dessa experiência?

Roseli 28: Ah ... eu esperava tudo de bom. É o dar e o receber amor de uma criança, aquele carinho, aquela amizade ... tudo mesmo. Mas é isso mesmo ... tem que ter muita paciência, muita sabedoria e treino. É aquilo de você ter que impor as coisas pra criança, regras e limites, tem que ser duro às vezes, sabe (?). Essa foi a parte mais difícil pra mim, porque eu me considerava assim ... calma, sabe (?). E o fato de ter que ser dura, colocar limites, sabe (?), foi muito duro pra mim, foi um treino mesmo, sabe (?). Hoje eu encaro, assim, com mais naturalidade, mas foi muito difícil.

Mário: E como é que vocês lidaram com a situação da não possibilidade de gerar os filhos biológicos? Como é que você, do ponto de vista emocional, se sente em relação a essa questão?

Roseli 29: Não ... pra mim foi tranquilo. Eu não ... eu achava assim ... eu não fazia questão do filho ser biológico ou não, sabe (?). Eu acho que filho é aquele que a gente cria mesmo né ... dá o amor, dá o suporte, não importa se eles vêm da minha barriga ou não. Isso pra mim é tranquilo.

Mário: E você Paulo, como lidou com a não possibilidade de gerar os filhos biologicamente?

Paulo 25: Nenhum problema porque eu ... houve uma ... um primeiro contato, uma que eu sempre gostei de criança né, e homem geralmente não gera né, os laços paternos é mais de companheiro né ... quer dizer, de pegar, de orientar, de educar né, mas como um amigo mesmo. Isso que o pai é realmente ... um amigo. A mãe já é diferente, já existe um laço, um afeto biológico ali né, porque gerou né. Mas o homem não ... pai é mais nesse sentido mesmo, de conviver junto e tentar orientá-lo. O objetivo é este.

Mário: Você se recorda, Paulo, de na sua infância ou na sua adolescência, ter convivido com crianças (amigos ou colegas seu) que foram adotadas? Ou ainda, você sabe me dizer se em sua família existe algum caso de adoção?

Paulo 26: Teve uma tia que foi adotada ... uma tia que foi adotada, que minha avó criou ela. É o único caso de adoção que tem na minha família mesmo né. A minha avó materna que criou uma criança, que é uma tia adotiva que eu tenho.

Mário: E essa é uma experiência de adoção bem sucedida, Paulo?

Paulo 27: Sem dúvida, foi muito bem sucedida. Coincidiu que é uma tia querida né, todo mundo gosta dela, os primos né, a família gosta muito dela, sabe (?). É uma pessoa ... então fez muito bem pra família esse acontecido assim.

Mário: Você se lembra de algum colega de infância ... adolescência?

Paulo 28: Criança ... colega adotivo não, não tenho nenhuma recordação não. Não tive nenhum amigo, assim, adotivo.

Mário: E você Roseli, tem casos de adoção na família? Conviveu com colegas e amigos adotivos durante sua infância ou adolescência?

Roseli 30: Nada. Nem na família e nem entre amigos também... nenhum caso de adoção.

Mário: Antes de vocês realizarem a adoção ou antes mesmo de começarem a pensar na adoção enquanto possibilidade, que tipo de informação vocês tinham a respeito? Além dessa experiência na família do Paulo, como vocês construíram a noção ou o conceito de adoção que têm hoje? Foi através de rádio, da televisão, de revistas, jornais, livros ...?

Roseli 31: Bom eu sempre tive este sonho de adotar uma criança. Eu sempre falava para o Paulo que embora eu pudesse ter um filho biológico, eu ainda queria adotar um filho. Era essa uma idéia na minha cabeça, formada, e eu tinha um sonho, era como se fosse um sonho mesmo, e isso só veio se realizar agora, depois das tentativas de ter um filho biológico mesmo.

Mário: Então a adoção já era um projeto?

Roseli 32: Já era um projeto.

Mário: Quer dizer ... você não adota só por não poder ter gerado os filhos biológicos, ou seja, você já considerava essa possibilidade?

Roseli 33: Já era um projeto ... já era uma possibilidade ... era um sonho mesmo. Eu não saberia explicar assim, mas eu sei que eu tinha em mente isso: adotar uma criança.

Mário: E tem alguma história de adoção, Roseli, que te marcou ... que, enfim, te ajudou, te motivou, ou o que você ouviu acerca da adoção e te fez ter receio, medo?

Roseli 34: Nada. Nenhuma informação. Nada que me intuisse a isso mesmo. Isso foi mesmo um projeto e só veio pela falta do filho biológico, que fez com que a gente quisesse e começasse a pensar melhor né.

Mário: E quanto a você, Paulo, tem alguma história que, de alguma forma, influenciou em sua opção pela adoção?

Paulo 29: É ... desde quando nós namorávamos, de vez em quando nós brincávamos: ah, vamos adotar uma criança ... e tal né. Sempre falando em tom de brincadeira, mas com um certo fundinho né, de interesse. E quando surgiu essa situação que foi aparecendo ... e nada de filho biológico ... fomos amadurecendo a idéia e se tornou mesmo algo forte ali dentro né, bem concreta mesmo.

Mário: Vamos conversar agora sobre a experiência que vocês estão fazendo, ou seja, vamos falar da adoção que vocês tornaram concreta. Como é que vocês definem esta experiência? Como está sendo ser mãe e pai do Sandro?

Roseli 35: Está sendo difícil, mas está sendo um aprendizado muito grande. Pra mim está sendo um aprendizado enorme, enorme ... pelas informações que eu tenho que ter ... buscar informações ... ler livros ... como lidar com as situações, sabe (?). As atitudes dele, porque ele apresenta muita rebeldia, muita agressividade, isso pra mim é uma novidade, porque eu não tenho convivência na minha família com isso e isso me assustou muito, sabe (?) irmão, pai ... eu não tinha esse tipo de convivência ... não convivia com brigas entre pais, sabe (?) Então era ... meus pais eram muito conservadores ... então isso me assustou muito. Eu não imaginava que uma criança pudesse fazer e ter tantas atitudes nesse sentido.

Mário: Você tem idéia de onde vem essa agressividade que o Sandro tem demonstrado?

Roseli 36: Creio que seja pela adaptação mesmo né, e problemas psicológicos que ele tem: pelo abandono da mãe, separação com os irmãos, enfim, acho que a história de vida dele mesmo né, acho que isso ainda não está bem formado na cabecinha dele.

Mário: De que maneira você acredita ter, no Sandro, sido uma influência o fato dele ter a mãe na condição de prostituta, de ter perdido a avó ... como você acha que isso influenciou nele, Roseli?

Roseli 37: Eu acho que pelo abandono. Por ela ter abandonado ele e nunca ter voltado atrás. Eu acho que isso marcou muito ele.

Mário: E você acha que esta marca – o abandono – se relaciona com a agressividade?

Roseli 38: Acredito que sim, talvez ele culpe a gente até um pouco né. Pelo teste que o psicólogo fez com ele né, ele passou por uma fase de luto. Ele nos culpava inconscientemente pela perda da família dele, então ele transferia para nós toda essa agressividade dele.

Mário: E quanto a você, Paulo? Que explicação você encontra para essa agressividade do Sandro?

Paulo 30: Ah ... é uma criança violentada né, pelo mundo né. A situação familiar dele ... como ele foi gerado ... aonde ele conviveu ... os problemas dele né, com

certeza que é o grande vilão da história desse comportamento dele hoje né, arredio, que ele tem muitas vezes. Mas nós estamos lutando pra que isso melhore.

Mário: Você disse, Paulo, que conhece um pouco da história familiar do Sandro. Você tem notícias também de seu pai biológico?

Paulo 31: Desconheço. É desconhecido né. Na documentação dele está assim: pai desconhecido. Não se sabe quem é o progenitor dele.

Mário: Você tem notícias e poderia falar um pouco do período em que o Sandro viveu com a avó?

Paulo 32: A avó era o alicerce da família né. Ela é que segurava as pontas né, tratava, dava banho, orientava ... era ela que comandava a família e a partir do momento que ela morreu eles ficaram abandonados, a família se desestruturou. Ela era a matriarca da família e ... ela faleceu e despençou tudo.

Mário: E como é seu relacionamento com o Sandro?

Paulo 33: Ah ... muito bom, a gente se dá bem assim né, conversando ... é uma pessoa, é um menino, um moleque né ... é um menino bem moleque mesmo né. Porque ele teve já uma experiência de vida, ele já vivenciou muitas coisas, então ele é um menino assim, bacana de se conversar ... é ... ele é teimoso né, como todo moleque, moleque é teimoso né, ele é teimoso e não gosta de escola, não gosta de estudar como qualquer criança normal né, não tem ...

Mário: Ele está em que série?

Paulo 34: Segunda série. Ele está na segunda série, com alguns probleminhas né, também, acredito eu, esse problema é por causa desse trauma aí, mas também ele é uma criança hiperativa, tem esse detalhe também ... e estamos tentando né, temos o psicólogo, temos o psiquiatra e estamos cuidando né, dessa hiperatividade com medicamentos, inclusive com os recursos que existem atualmente.

Mário: E com relação a você, Roseli? Como é seu relacionamento com o Sandro?

Roseli 39: Hoje está melhor, mas no início foi muito complicado. Ele me rejeitava muito mesmo. Ele chegava a me tratar como a empregada da casa e me evitava. Tudo que vinha de mim ele não queria, aquela figura de mãe pra ele mesmo marcou, mesmo, até uma simples coisa, um prato de comida, um bolo, qualquer coisa que eu fosse dar pra ele, se viesse de mim ele não aceitava, sabe (?). Até, às vezes, ele ficava na casa da minha sogra, e se fosse eu que ia buscar ele, ele não vinha comigo, ele chorava, ele esperneava, como se tivesse receio dessa figura de mãe mesmo, sabe (?). E hoje está bem melhor ... hoje aos pouquinhos estou tentando brincar com ele, conversar, no dia-a-dia ali, hoje está melhor o relacionamento. Então ele já aceita carinho hoje, antes ele não aceitava carinho, era bem arredio ... já aceita carinho, pede colo, pede que brinque com ele ... hoje sim está melhor e isso vem vindo aos poucos mesmo.

Mário: E você acha que essa mudança dele se deve a um trabalho seu de conquista e fruto do relacionamento que vocês vêm tentando estabelecer ou por resultado do

trabalho feito pelo psicólogo e psiquiatra? O quê, na sua opinião, vem surtindo efeito e promovendo essa mudança no relacionamento?

Roseli 40: Acho que é um trabalho conjunto né, a psicoterapia e eu também tive que ser muito dura com ele. Tive que mostrar pra ele que eu não era aquela pessoa, sabe (?) ... ruim, que eu poderia ser boa pra ele, que eu poderia ser mãe pra ele ... que se eu não pudesse ser mãe, pelo menos uma boa amiga pra ele, sabe (?). Tive que ser dura mesmo, falar que eu não era empregada dele, que mostrar bem as diferenças pra ele mesmo e, às vezes, falar pra ele mesmo: olha, se sua mãe te abandonou, eu não tenho culpa disso, entendeu (?) ... eu estou aqui, no que você precisar, pra te ajudar, enfim ... isso mesmo, eu não tenho culpa ... você não vai poder ficar revoltado o resto da vida, sabe (?). Tive que ir a fundo mesmo com ele e expor qual é a diferença entre eu e a mãe dele.

Mário: E o Sandro fala da mãe dele? Ele tem lembranças da mãe biológica e do período que conviveu com ela?

Roseli 41: Tem. Muitas lembranças. Às vezes, assim, até ele comentava né, que queria retornar à instituição (abrigo de menores), e a gente percebia que tinha um fundo, assim, se ele retornasse lá, a mãe dele saberia onde ele estava e poderia vir buscá-la ... quando você falava da mãe dele os olhos dele brilhavam, sabe (?). Embora ele tivesse, acho que muita mágoa disso, no fundo ele tinha esperança de que a mãe viesse buscar ele novamente.

Mário: Ele tem lembranças também da avó? Sabe que a avó faleceu?

Roseli 42: Sabe. Sabe. O que ele não sabia, assim, era dos irmãos. Ele veio me perguntar né, porque que a mãe dele não pode ficar com ele e ficou com os irmãos. Aí eu expliquei que não, que os irmãos, também, foram todos com outras famílias e que estavam bem e não pode ficar com ele por motivos que nós não conhecemos, mas que ela gostava muito dele. Aí ele perguntou: “e o pai ?” Eu falei: o pai nós não sabemos quem é seu pai, sabe (?), aí ele ... morreu o assunto, aí ele já não perguntou mais nada.

Mário: Ele parou de fazer perguntas nesse sentido?

Roseli 43: Ele parou de conversar ... você tem que aproveitar a oportunidade quando ele pergunta, quando ele solta alguma coisa, se você for perguntar pra ele, ele recua totalmente.

Mário: Vamos falar um pouco sobre expectativas. Vocês tinham um conjunto de expectativas antes da adoção e agora vocês vivenciam concretamente a experiência da adoção. Qual é a diferença, ou seja, qual a distância entre suas expectativas em relação a adoção e a realidade que vocês vivenciam?

Roseli 44: Diferente. Bem diferente. É que nem eu falei ... eu achava que na adoção, você tendo aquele amor enorme pra dar para uma criança, sabe (?), era suficiente e a realidade é outra. Nós pegamos uma criança com um monte de problemas psicológicos, problemas de socialização, enfim, muitos problemas agressividade, problemas psicológicos mesmo, emocionais.

Mário: Quando você, Roseli, fala de problemas psicológicos, existe algum diagnóstico que aponte para uma psicopatologia, algum distúrbio de personalidade ou coisa parecida?

Roseli 45: Não, o que nós estamos, assim – e fizemos uma pesquisa em cima – é o problema da hiperatividade que apontou nele né. A hiperatividade, a gente viu que causa um desvio de conduta e de comportamento, e isso está ocorrendo com ele.

Mário: Mas essa hiperatividade foi diagnosticada?

Roseli 46: Foi diagnosticada e estamos fazendo tratamento pra isso, por que tem dificuldades na escola ... ele não consegue ficar quieto ... ele é muito malcriado ... agressividade ... distúrbio mesmo, de comportamento e de conduta mesmo. Dizem que é por causa da hiperatividade. A gente não sabe até que ponto isso é só por causa disso, entendeu (?). Porque ele tem problemas no comportamento que é devido aos problemas psicológicos dele também.

Mário: E você acha que essa hiperatividade está ligada à questão do abandono?

Roseli 47: Então ... a gente não sabe. Dizem as pesquisas né, que não sabe se é uma parte genética ou devido aos problemas psicológicos também. Pelo que eu pesquisei e li, eles não sabem ao certo o que causa isso numa criança.

Mário: Diante daquilo que era sua expectativa, Roseli, e aquilo que você vem realizando enquanto experiência de adoção, como é que você avalia: você está feliz com essa adoção ... você está preocupada ... como você está se sentindo em relação a tudo isso?

Roseli 48: Eu estou preocupada. Estou preocupada ... porque a gente não sabe como é que vai ser o desenvolvimento dele. Então nós estamos fazendo tudo o que a gente pode pra ajudar ele e nós, às vezes, estamos precisando um pouco de ajuda, sabe (?), o emocional da gente ... o desgaste está sendo muito grande. Então a gente, às vezes, começa analisar o limite nosso também, sabe (?) ... até onde a gente vai ter capacidade pra ajudá-lo. Então a gente fica preocupado com isso também.

Mário: Mas, você se sente frustrada nesse procedimento de adoção?

Roseli 49: No início sim. No início sim ... fiquei frustrada porque você queria uma criança pra você cuidar, é aquele instinto materno né, você cuidar, dar carinho, brincar, dar risada, ensinar as coisas e não é nada disso. Numa adoção tardia isso não acontece. Então, tive que deixar de lado sim, eu fiquei frustrada no início, depois eu trabalhei bem isso, e eu consegui superar isso. Eu tive que ver que mãe, numa adoção tardia, de uma criança com essa idade, tem que ser outro tipo de mãe: é aquela mãe que tem que ser dura, impor regras, impor limites e ... ensinar ele pra vida mesmo.

Mário: E você acha, Roseli, que toda a adoção tardia é assim: problemática, difícil? Ou você imagina que possam existir experiências de adoções tardias bem sucedidas?

Roseli 50: Não sei, porque a gente conversando assim, sabe (?), com o pessoal, todos os casos quem vêm contar de adoção tardia, são problemáticos. Inclusive uma vizinha minha falou assim: “ah conversa com essa mulher aí, que ela adotou uma criança tardiamente e está tendo muitos problemas”. Eu não liguei ... não liguei porque ela vai me influenciar, sabe (?), então eu acabei não ligando ... e ... críticas né, a gente recebe muita crítica: “adoção tardia é isso que acontece” ... “você têm ciência de tudo o que acontece?” ... “você estão sendo muito corajosos” “é isso que vocês querem pra vida de vocês?” ... Então eu, assim, até agora ...

Mário: Essas críticas vêm de quem?

Roseli 51: Em geral dos amigos, da escola ... não dos amigos não, mais da escola. Na escola, o pessoal de fora, assim, que criticam: “mas vocês têm ciência do que vocês estão fazendo?” ... “você sabem o que pode acontecer com vocês um dia?” ... sabe (?), são críticas duras mesmo. Eu acho que nós só estamos com o Sandro até hoje por a gente acreditar que isso vai dar certo ainda.

Mário: Então, Roseli, estas coisas que são ditas a respeito da adoção tardia não representam mitos: são realidades ?

Paulo 35: Sem dúvida ...

Mário: Tudo bem ... pode responder Paulo.

Paulo 36: Sem dúvida, o que é dito realmente é ... em livros, na literatura ... realmente é o que ocorre mesmo. O mais interessante é que mostra o que acontece né, com a criança tal, os comportamentos dela, mas não aparece uma solução. Não existe, sabe (?), não existe uma orientação e nenhum livro que faça isso: oh, faz isso que é bom ... conduz dessa forma ... Não existe nada disso. São simplesmente relatos de histórias né, a maioria dos livros que a gente tem visto até agora.

Mário: Você fala dos livros que leu buscando orientação sobre adoção?

Paulo 37: Isso, correto ... não existe né, algo dando palpite, pra dar uma solução né, pra questão ... até agora o que eu vi é isso, não sei se ela viu mais alguma coisa mais além ...

Roseli 52: Não, não ... é isso mesmo.

Mário: E para você, Paulo, as expectativas se realizaram ou não? Como você se sente, primeiro diante de um sonho e, agora, diante da realidade?

Paulo 38: Tem que correr muito atrás, tem que dar sempre em cima ... é ... é uma coisa eu não ... que a minha vida toda, eu fiquei onze, doze ... é ... faz treze ... faz doze anos né, aquela vida sossegada né, e com a criança mudou totalmente ... quer dizer, eu acho que eu estou correndo atrás de doze anos em um ano. Aquilo que ocorre naturalmente numa família, com um pai que tem que correr atrás disso, atrás daquilo, então quer dizer ... em doze anos eu acho que está acontecendo pra mim em um ano. E é muito desgastante, sabe (?). É muito desgastante mesmo. Você chega ao final do dia, você tem a sua profissão ... acaba com o serviço seu, você termina o horário e você tem que ficar correndo atrás de criança ... é psicólogo ... é

psiquiatra ... é conselho da educação em cima ... é professor ... é, são coisas que eu não imaginava. Eu não imaginava isso ...

Roseli 53: ... porque a gente recebe reclamações diariamente.

Mário: Da escola?

Roseli 54: Da escola ... Então, ele participa também do centro educativo, onde tem atividades esportivas, dança, música, e agente recebe reclamações também, sabe (?), diariamente.

Mário: Mas isso que você vem experimentando em relação ao Sandro, frustra suas expectativas em relação à paternidade, em relação à adoção, Paulo? Como você encara isso?

Paulo 39: Não. Não. Encaro que tem que ir buscar energia lá no fundo mesmo para poder tocar e poder fazer alguma coisa pro menino né, porque acho que a única esperança dele, no momento, é nós. Se nós abandonar e jogar a toalha, ele vai ser um ... vai cair nessas instituições da vida e vai ser um futuro bandido né, se ninguém correr atrás. Então, se a gente não investir nele ... nem sei o que vai ser dele nessa vida. Então o que me dá força é isso aí ... pensar e acreditar nisso né.

Mário: E como é que vocês têm se preparado para o enfrentamento desse, como você mesmo disse, desafio? Onde é que você busca essa “energia”? Vocês estão recebendo algum tipo de ajuda profissional, religiosa, ou por meio de leituras, etc.?

Paulo 40: Eh ... com profissionais ... com profissionais que atuam na área ... psicólogos, pedagogos né, que têm dado muita ajuda à gente né ... e amigos né ... amigos que têm, às vezes, uma visão e tudo mais e que tentam orientar.

Mário: Vocês estão em terapia (o casal) ou somente o Sandro?

Roseli 55: Só o Sandro porque nós estamos tentando, entre nós, a gente mesmo fazer terapia conosco, sabe (?) ... controlar as emoções, e um ouve um pouquinho daqui o outro ouve um pouquinho de lá, mais um daqui, psicóloga ali, conversa com as mães mais experientes e ... os fatos mesmo que acontecem, os que não acontecem, como é que ele pode ser ajudado, como é que não pode ... e a gente está investindo nele porque ele está precisando de bastante ajuda.

Mário: E com relação ao futuro Roseli: quais são seus medos? quais são suas expectativas?

Roseli 56: Eu tenho medo por ele ... por ele, porque o que ele apresenta no momento assim né, pelo que a psicóloga vem avaliando também né ... a gente tem que correr atrás do tempo, correr o mais rápido possível porque o nosso medo é de que ele caia na delinquência mais pra frente, pelas atitudes dele no momento, pelas companhias que ele está tendo muita afinidade, sabe (?), pelo que ele está buscando ... essa é nossa preocupação. Então a gente tem que correr contra o tempo pra reverter este processo o mais rápido possível.

Mário: E quanto a você, Paulo?

Paulo 41: É terrível o medo né, de que ele caia numa marginalidade, é isso que é a preocupação ... o que mais me preocupa realmente é isso aí, tanto é que é isso aí que também dá força pra gente poder correr atrás e tentar concertá-lo né ... batalhar em cima e tentar abreviar tudo o que existe de negativo né, esse lado negativo que ele está, essa tendência, a gente está tentando bloquear realmente né, e usando mil e um artifícios né.

Mário: Paulo, qual é o ideal de filho pra você?

Paulo 42: Nossa ... [risos] ... essa foi a mais difícil ...

Mário: Como é que você espera o filho?

Paulo 43: Um companheiro né, é o que o pai sempre busca né ... um companheiro ... um amigo ... um companheiro. É assim que eu vejo ... é dessa forma.

Mário: E no momento o Sandro vem sendo pra você esse companheiro?

Paulo 44: Sim, em partes né ... tirando a má-criação dele né, a falta de educação, o jeito dele se expressar, tudo isso, os seus problemas, então deixa parte, mas em parte ele é até um companheiro sim ... ele está buscando, ele está tentando buscar isso também – a gente vê isso – ele não consegue mas ele está tentando também.

Mário: E pra você, Roseli, qual é o ideal de filho? Como tem, ou teria, que ser o filho da Roseli?

Roseli 57: Era um companheiro também, uma pessoa que estaria ali se apegando com a família, feliz por ter uma família, sabe (?) ... tentar ser feliz né, se integrar com tudo mundo, era isso né ... o companheiro, aquele amor gostoso, o dar e receber mesmo.

Mário: Por que vocês optaram por menino?

Roseli 58: Não sei, acho que ... foi assim: menino ou menina? Ah, menino! Sabe (?), não teve assim uma causa, porque menino ou menino. Como a gente pensa em uma nova adoção mais pra frente, agora vai ser uma menina.

Mário: Vocês têm então o desejo de realizar uma segunda adoção?

Roseli 59: Temos, inclusive nós estamos com o cadastro né, porque nós entramos ...

Paulo 45: ... tem um processo né, em andamento ...

Roseli 60: ... entramos por Bauru, porque a adoção tardia parece que burocracia é um pouco menos né.

Mário: E neste novo cadastro, vocês colocam algum tipo de condição? Definiram um perfil de criança a ser adotada?

Roseli 61: Nós colocamos agora. Mudamos por causa do Sandro, porque nos aconselharam ...

Paulo 46: ... mudamos o sexo ...

Roseli 62: É, eu mudei agora, independente de sexo né, e nós pusemos até um ano agora para que tenha um tempo maior agora, pra adaptação do Sandro. Porque, agora, no momento não seria viável aparecer uma criança pra nós, por causa dos problemas que nós estamos tendo né. Então nós não íamos ter condições de uma criança agora ... então pusemos até um ano, porque demora um pouco mais, são dois ou três anos, quase na espera né.

Mário: Então vocês mudaram o cadastro e pediram uma criança com até um ano de idade justamente por saberem que esse tipo de adoção demora um pouco mais, é isso?

Roseli 63: Demora um pouco mais ... exatamente.

Mário: Quer dizer que vocês calculam que, quando essa nova criança chegar, ou seja, com o passar desse tempo de espera, o Sandro, já esteja maior, mais maduro e com os problemas, senão resolvidos, ao menos bem encaminhados?

Roseli 64: É o que nós esperamos. Até, se um dia isso acontecer, acreditamos que isso tenha que acontecer né, se ele estiver mais maduro, a gente pode até adotar uma criança maior ...

Paulo 47: ... fazer outra adoção tardia, também ...

Mário: Apesar das dificuldades que essa primeira adoção tem representado, vocês aceitaram uma segunda adoção tardia?

Paulo 48: Sem dúvida, sem dúvida.

Roseli 65: ... [risos] ... depois desse aprendizado!

Paulo 49: Claro ... já estamos aprendendo, já estamos sabendo já né, a gente já pegou a manha já! Já estamos cientes dos problemas que ocorrem, então, com certeza ganhamos experiência e vai ser mais fácil.

Mário: Paulo, por conta de todas as dificuldades que vocês vem enfrentando, em algum momento passou por seu pensamento a possibilidade de devolução do Sandro?

Paulo 50: Na Minha nunca. Na minha cabeça nunca ...

Mário: E pra você, Roseli?

Roseli 66: Às vezes sim ... às vezes sim, mas como resgate sabe (?). Eu achava que, pro Sandro, se ele tivesse uma perda boa – porque ele só teve perdas ruins né – às vezes, com uma perda boa ele visse o que ele estava perdendo e ele tentasse se ajudar.

Mário: E o que seria essa “perda boa”?

Roseli 67: A gente sabe que ele gosta da gente, que ele tem muito carinho pela gente, ele gosta daqui e ele gosta dos amigos que ele fez, sabe (?). A gente vê que pra ele isso é muito importante ... ele ter as coisas dele, sabe (?), a independência dele, o canto dele, ele ter uma avó, ele ter tios, primos, sabe (?). Isso pra ele é importante. Às vezes a gente acha que ele, por mais que ele goste, ele não reconhece isso ainda, sabe (?).

Mário: E você acha então que, com um retorno à instituição, ele poderia avaliar sobre o que estaria perdendo ao deixar vocês, é isso?

Roseli 68: Mas isso foi uma decisão minha, num momento de desespero meu. Quando eu estava, assim, bem abalada mesmo, emocionalmente, e quando já não via mais esperança, diante das reclamações, sabe (?). Então nesse momento ...

Mário: Mas você chegou a oficializar isso como uma decisão perante a Vara da Infância e Juventude?

Roseli 69: Não. Conversamos sobre isso, mas informalmente. Comentamos isso ... aliás eu comentei com o psicólogo né, que a gente estava quase entregando a toalha por a gente não saber mais por quais caminhos poderíamos ajudar a ele. Então, nós pedimos ajuda mesmo para que isso não ocorra ... então foi por um momento de desespero mesmo; de você estar ali e, meu Deus, o que a gente vai fazer? Porque por mais que você faz, parece que não dá certo.

Mário: O Sandro já tem sete anos, conhece sua realidade, sabe que sua mãe foi, ou que ainda é, uma prostituta, traz consigo as lembranças do período em que esteve na instituição, etc., enfim, isso é algo com que vocês lidam cotidianamente. Existem casos de adoção em que os pais optam por não revelar a verdade ao filho adotivo. O que vocês pensam acerca disso?

Roseli 70: Eu acho que não é por aí. Eu acho que revelar a verdade é muito importante ... importante porque ele tem que saber a origem dele, da onde que ele veio, qual foi a história dele, até mesmo pra ele ter isso formado na cabeça dele mesmo né, a origem dele mesmo né. Eu acho que é importante revelar sim.

Mário: E quanto a você, Paulo?

Paulo 51: Eu acho que tem que tentar informar sim, assim que ele ficar mais maduro, tanto é que nós estamos tentando essa reaproximação também, pra que haja uma melhora e que não se esqueça das suas raízes né.

Mário: Você se refere à aproximação com o irmão que vem sendo empreendida?

Paulo 52: Também ... também com o irmão dele que está adotivo em outra família e que há um interesse também né ... pra orientá-lo, sabe (?) ... sua mãe foi fulano, foi cicrano, mas nós que te criamos, nós que te demos afeto, que te demos abrigo né ... tudo o que foi preciso pra você crescer.

Mário: Vocês têm receio ou temem uma tentativa do Sandro em partir em direção a esta família, que é sua família biológica, e então deixá-los? Já pensaram a respeito disso? Consideraram em algum momento essa possibilidade?

Roseli 71: Não. Não, nenhum. Eu não tenho expectativa quanto a isso, receio nenhum.

Paulo 53: Eu também não. Eu não tenho receio nenhum com relação a isso. Ele sente segurança em nós, apesar dele ser um menino meio arredio né, ele tem sim essa segurança, a gente percebe isso, às vezes, a gente sai e andando com ele assim, às vezes, ele faz o showzinho dele, eu largo ele de lado e falo: ah fica aí então ... não dá cinco minutos e ele está junto de novo e já está participando. Quando a gente “tira” ele né, porque a gente tá com o saco cheio né, de tanta lavageira que ele, às vezes, apronta, aí a gente “tira” ele, mas não dá dois ou três minutos e ele já está querendo participar do assunto ... quer dizer, a gente percebe que ele sente segurança demais na convivência nossa ...

Roseli 72: ... e com relação à figura de mãe né. Outro dia um coleguinha de escola xingou né, não sei o que aconteceu lá e ele me xingou sabe (?). Nossa! Ele disse que ficou muito bravo e ele avançou em cima da criança mesmo pra tentar defender a figura da mãe dele né. Embora ele não nos chame de mãe e de pai, mas se perguntar: “Quem são”? “Eles são minha mãe e meu pai”.

Mário: E nessa situação, Roseli, você sentiu que ele estava defendendo você, mãe adotiva, ou ele estava defendendo a mãe biológica?

Roseli 73: Eu acho que eu, a mãe adotiva. Porque ele falou pro Paulo: “Ele xingou a Roseli” ... “Ele xingou minha mãe” “Xingou a Roseli”.

Mário: Quer dizer que de uma primeira situação onde ele rejeitava sua figura como mãe, agora ele te defende?

Roseli 74: Exatamente. Do início pra cá, essa parte da figura de mãe progrediu muito. Mas tive que me impor: não, eu sou tua mãe adotiva ... eu estou ali, eu estou aqui oh ... Foi um trabalho difícil nesse sentido. Hoje ele me aceita como mãe, embora ele não chame, no fundo no fundo ele aceita.

Mário: Ele não te chama de mãe?

Paulo 54: Ele nos chama pelo nome.

Mário: É Paulo e Roseli?

Roseli 75: É. E é tão engraçado, porque a cobrança lá fora é muito grande. As pessoas perguntam: “Por que você não chama ela de mãe”? E ele fica muito acanhado né. Ele fala que ele tem vergonha e a gente não sabe até onde isso é verdade ... porque a avó ele chama de avó. E um dia eu perguntei né: ela tem nome e você chama a de vó, porque eu você não pode chamar de mãe? Ele correu e não respondeu.

Mário: Mas e quando a escola pergunta ou então, por exemplo, em alguma tarefa perguntam: qual o nome da sua mãe e qual o nome do seu pai? Ele dá o nome de vocês?

Roseli 76: Ele dá ... ele dá sim. Quanto a isso não tem problema, quando a escola solicita, ele fala ... assim, ele fala mais da figura de pai, de mãe ele não fala muito, mas da de pai ele fala bastante.

Mário: Roseli e Paulo, o que vocês gostariam de dizer, em termos de mensagem, de conselho, para aqueles casais que não podem ter filhos e que já pensaram em adotar, mas que têm receio e que ainda não adotaram?

Roseli 77: Eu acho que a adoção é uma opção boa sim, mas tem que estar bem preparados, tem que pensar bem, tem que analisar todas as partes, o casal também tem que ver se está bem emocionalmente, tem que ter bastante integração e tem que ser uma decisão dos dois ... mas que não desistam não ... tem que estar bem preparados.

Mário: E quanto a você, Paulo?

Paulo 55: Eu acho que tem que estar preparado mesmo, tem que estar preparado realmente, porque o bichinho não vem do jeito que a gente esperava que viesse ... tem que se informar, ler e ter muita união na família.

Roseli 78: Eu acho que tem que aceitar a criança com a individualidade que ela tem, porque ela não é do jeito que você esperava. Na adoção tardia ela já vem moldada, formada mesmo ... a gente tem que aceitar a criança com as características dela.

Mário: Sua família aceitou a adoção do Sandro? Como foi para eles esse processo?

Roseli 79: Aceitaram bem, colaboraram, ajudaram ... desde o começo, com as dificuldades que a gente teve, eles sempre ajudaram.

Mário: E sua família, Paulo?

Paulo 56: Eles ajudam também ... dão todo apoio mesmo.

Mário: Quer dizer, não é uma adoção só de vocês ... a família toda adotou?

Paulo 57: Realmente. Todos adotaram o Sandro.

Roseli 80: Adoção é uma coisa maravilhosa. É aquela coisa de você ter que dar amor para uma criança que não veio de você, eu acho que é um aprendizado mesmo. É uma coisa muito importante.

Paulo 58: Uma adoção tardia é difícil, mas tem que ter muito amor, tem que ter carinho e pensar que você vai poder resgatar alguém realmente pra sociedade.

Mário: E é isso que você acha que está fazendo, Paulo, resgatando alguém para a sociedade? É essa sua motivação?

Paulo 59: Sem dúvida. É isso que me dá força pra tocar adiante.

Mário: Eu agradeço a vocês por esta nossa conversa, por esta nossa entrevista, que vai ser realmente muito importante para o meu trabalho. Muito obrigado.

ANEXO F: ENTREVISTA IV

Mário: Augusto e Theresa, eu gostaria de conhecer um pouco da história de vocês: como vocês se conheceram? a quanto tempo estão juntos? Façam, por favor, uma narrativa desse processo que vai do momento em que se conheceram até agora.

Theresa 1: Eu e o Augusto nos conhecemos na Internet em ... nós estamos em 2004? Em 2002. 2002? Em 2003 a gente começou a conversar, porque ele trabalhava no Banco do Brasil também, como eu, então, além de telefonemas era e-mail pra cá e pra lá, e-mail para cá, até que eu fui passar férias em Alagoas né, nos conhecemos pessoalmente, aí foi aquela paixão avassaladora e aí ele veio pra cá, acho que dois meses depois ele estava aqui, me pediu em casamento e nós nos casamos em junho de ... do ano passado. Aí foi essa loucura toda e está sendo muito bom até agora, não me arrependo de nada.

Mário: Então vocês estão casados a mais ou menos dois anos?

Theresa 2: Não, nós nos casamos foi no dia 28 de junho de 2003.

Mário: Mas já se conhecem ...

Theresa 3: ... desde de novembro de 2002 que a gente já tem contato né.

Mário: Então, você Augusto, morava em Alagoas.

Augusto 1: Isso.

Mário: Você, Theresa, é de Bauru mesmo?

Theresa 4: Sou de Bauru ... é.

Mário: Você, Augusto, trabalhava no Banco do Brasil lá e veio transferido para cá ... como foi sua vinda para Bauru, ao encontro da Theresa?

Theresa 5: Não, ele trabalhava como terceirizado lá, na Multitec, aí largou tudo lá ... porque eu falei tudo bem, mas eu não vou pra aí. E ele falou: “não, pode deixar que eu vou pra aí”. E veio pra cá. Aí o investimento inicial dele foi a educação. Ele começou fazer faculdade, fazia Senac e aí ... e assim foi. Ele fazia ciências da computação na UNIP e fazia também um curso técnico no Senac, porque, assim, inicialmente nós estávamos investindo na educação: um trabalhava e o outro estudava e assim até ... depois o outro ia estudar e o outro ia trabalha e assim foi. Só que teve esse imprevisto [AVC – Acidente Cardiovascular de Augusto e que paralisou parte de seu corpo, comprometendo, inclusive, a fala], mas ... é só uma pedra que a gente está tirando do caminho e vamos que vamos.

Mário: Qual é o projeto de família de vocês? Como vocês sonhavam, imaginavam a família que iriam constituir?

Theresa 6: Bom, o Augusto já tem dois filhos né, que moram em Alagoas com a mãe, dois meninos já adolescentes ... e ... ele sempre foi louco por uma menina, aí

quando a gente decidiu se casar, tudo, já tínhamos esse projeto de adoção, porque como eu já tenho mais de 40 anos, uma primeira gravidez seria muito complicado, e ele também tem a vasectomia, já tinha feito vasectomia, então assim, era um sonho. Eu sempre quis ser mãe. Quando eu falo “ser mãe”, não é só ser mãe biológica ... como eu tive irmãos adotivos né, então isso já fazia parte do meu projeto, nunca me foi estranho a adoção, porque eu já venho de família em que minha mãe adotou né, então pra mim era normal isso e ... ele tinha o sonho da menina e eu também, então vamos que vamos. Só que isso, a gente ia atrás de uma adoção só depois que ele se formasse, só que um dia eu li no jornal um artigo de uma psicóloga falando que tem muita crianças negras nos abrigos né, abandonadas né ... porque que nós vamos esperar 5 anos, 6 anos, se já tem um ser precisando da gente, entendeu?! Então aí nós decidimos antecipar nosso projeto.

Mário: Então no momento vocês estão aguardando pela adoção? Vocês já se candidataram através do cadastro no Fórum?

Theresa 7: Nós fomos já ao Fórum né, e entregaram toda aquela papelada ... tem comprovante de renda, comprovante de residência, RG, certidão negativa de antecedente ... cível e criminal, fotos e não pára por aí ... nós fizemos essa parte né, indo lá e entregamos a papelada que nos foi pedida, mas agora ainda tem, assim, parece que vem a assistente social visitar a residência, o juiz chama pra conversar, o promotor chama pra conversar, aí depois que tem a aprovação por parte deles né, aí sim parece que agente já pode visitar os abrigos, mandar a ficha pra outros Estados, é bem burocrático mesmo.

Mário: Quando vocês procuraram pelo Fórum, lhes foi dada alguma estimativa com relação a prazo ... foi dito algo a respeito disso?

Theresa 8: O psicólogo lá falou que depois que autorizassem, como agente ... é uma adoção tardia né, e de criança negra, ele falou que é bem mais fácil e que pode ser bem rápido. Agora, se fosse, assim, uma menina loira de olhos azuis, seria mais complicado. Mas, assim, com as características que a gente quer, ele disse que é rápido.

Mário: Vocês fizeram a opção pela adoção tardia? Qual é a idade da criança que vocês colocaram no cadastro? Qual é a idade da criança que vocês querem adotar?

Theresa 9: Nós colocamos de zero mês até dois anos, entendeu, não tem aquele negócio, assim, de ser bebê recém-nascido não, a gente também aceita uma criança de até dois anos.

Mário: Passou de dois anos vocês já não têm interesse?

Theresa 10: Eu acho assim, não sei, até dois anos eu acredito que tenha, assim, uma identificação maior, pode ser até que tenha, mas a criança pode rejeitar também, entendeu, eu acho que seria até um pouco mais difícil uma criança com 7 anos, 8 anos, 10 anos e ... o pessoal até não gosta, mas tem realmente os vícios ... os vícios dos abrigos, falam que isso é preconceito tudo, mas realmente tem e talvez isso seria um pouquinho mais difícil pra gente tentar, sabe (?), sei lá, talvez com amor a gente resolva tudo isso, mas e o risco (?) de tentar e depois não dar certo e a criança ser rejeitada novamente ... eu não quero isso, entendeu ... eu não quero.

Mário: Você tem já algumas experiências, disse que na sua família tem irmãos que foram adotados. Fale um pouco dessas adoções.

Theresa 11: Minha mãe adotou duas. Uma, a Rosangela, essa veio muito desnutrida né, e infelizmente não sobreviveu, e a Luciana, ela já faleceu – faleceu com 35 anos – mas era assim, super irmã ... tínhamos a mesma idade e realmente, assim, irmãs mesmo. Tinha briga? Tinha briga, mas o amor superava tudo.

Mário: Foram adoções tardias?

Theresa 12: Não.

Mário: Conte-me sobre essa experiência.

Theresa 13: Eu lembro assim, hoje o processo de adoção é muito mais ... eu diria correto né. Parece que as mães deixaram as crianças na frente da minha casa, entendeu (?), tanto uma quanto a outra.

Mário: Então elas são filhas de mães diferentes?

Theresa 14: São ... são.

Mário: E foram períodos diferentes?

Theresa 15: Foi ... foram períodos diferentes. Essa Rosangela, minha mãe não tinha filho nenhum ainda. A Luciana, essa que nós tivemos contato, minha mãe já tinha me tido, porque eu nasci em janeiro e a Luciana foi deixada em junho, então minha mãe amamentava as duas, tanto eu quanto a Luciana, a gente tinha, assim, diferença de seis meses. Mas, assim, muito bom. Hoje a gente já prepara a criança, se é adotada, tal, tal, tal, e não era assim, eu lembro que foi um choque muito grande quando eu descobri que a Luciana não era filha legítima dos meus pais. Mas, assim, sabe: verdade? E é engraçado que a criança, eu até tenho a foto dela aí, ela começa pegar as características da família ... fica muito parecida. Então, se falassem que a Luciana não era pra mim ... ninguém acredita, porque a Luciana tem meu jeito, o jeito das minhas tias ... é muito engraçado.

Mário: Quando você soube que ela era sua irmã adotiva? Você e ela tinham que idade?

Theresa 16: Olha ... eu tinha uns treze anos mais ou menos. A gente não era muito ligada a documentação, esse tipo de coisa, porque estava na documentação, certidão de nascimento dela: pais ignorados, entendeu (?). Um dia fuçando lá nas coisas, embaixo da cama da minha mãe, embaixo do colchão, eu puxei a certidão de nascimento e olhei, mas também não falei nada, não falei nada pra minha mãe, porque – pensei – se ela nunca tinha contado, não seria eu que iria contar.

Mário: Tanto sua mãe quanto seu pai mantiveram isso como um segredo?

Theresa 17: Sim e isso foi complicado, porque meu pai e minha mãe nunca falaram nada sobre o assunto, mas teve uma briga na família, a minha avó, mãe da minha mãe, contou pra ela. Então até a gente acha, assim, ela teve Lúpus, e que a causa do Lúpus, foi de origem dela saber disso.

Mário: Você acha que a causa da doença está ligada ao fato dela ter descoberto que era filha adotiva?

Theresa 18: Sim ... porque é de origem emocional.

Mário: E com que idade ela soube disso, ou seja, que era filha adotiva de seus pais?

Theresa 19: Ela já estava com 16, 17 anos. Aí eu lembro que eu fui para os Estados Unidos, acho que eu estava com 22 anos, a minha mãe foi me buscar no aeroporto e falou: “olha, que coisa chata ... sua irmã está doente”. Mas não sabia ainda que era Lúpus né, porque ela estava com uma mancha no pulmão e a gente pensava que fosse Tuberculose. Ah! Mas Tuberculose não é nada, mãe! Tuberculose, toma remédio e num instantinho já está ... vai sarando! Mas era Lúpus. Mas ela ficou ... sobreviveu ... não foi fácil, viu ... é uma doença que judia pra caramba, aí ela veio a falecer com 35 anos.

Mário: A doença foi diagnosticada ela tinha aproximadamente ...

Theresa 20: 22 anos, mais ou menos ... foi nessa época, mais ou menos.

Mário: E faleceu com 35?

Theresa 21: 35 anos. Mas eles falam que é de origem emocional. Falam também que o Lúpus, assim, as pessoas de pele negra né, são mais sujeitas e mulheres. Então, assim, é uma doença genética, mas não se sabe da onde que vem, e sabe que ela pode se manifestar devido a alguma fraqueza emocional.

Mário: Você sabe de algum outro caso de Lúpus na sua família?

Theresa 22: Não.

Mário: Quer dizer então que, considerando a possibilidade de ser o Lúpus uma patologia genética, talvez sua irmã a tenha herdado da família de origem (biológica), mas você prefere trabalhar com a outra hipótese, ou seja, a de que o Lúpus tenha se desenvolvido a partir de um choque emocional, especificamente, a notícia de sua adoção? É como se isso lhe tivesse causado uma espécie de dano psíquico? Fale mais a respeito.

Theresa 23: É ... se tentou entender o que aconteceu. A gente pediu explicação pro médico ... até o médico falou pra gente: “a gente não sabe porque que desenvolve isso ... a gente não sabe o motivo que desenvolve essa doença”. É ... fala-se no aspecto emocional. Então pode ser ... é tudo hipótese ... mas, assim, a única coisa de grande monta que realmente pode tê-la abalado, e que abalou até a mim quando fiquei sabendo, é de que ela ... pode ter sido isso.

Mário: Então durante 15 ou 16 anos essa adoção foi mantida em segredo e por causa de uma discussão em família a notícia veio à tona? Você tem lembranças de como isso ocorreu?

Theresa 24: Não porque eu não estava lá, foi na casa da minha avó, entendeu (?) e eu não estava lá. Só sei que – fiquei sabendo porque minha mãe me contou depois

– ela chegou em casa chorando muito, chorando muito, porque a avó tinha falado isso pra ela e ela queria saber se isso era verdade ou não. Mas, assim, a Luciana sempre foi uma pessoa de muita personalidade, eu acho. Ela perguntou se era verdade ou não e minha mãe, mais uma vez, falou que aquilo era coisa da minha avó, falou que ela era filha dela, era filha dela, era filha dela, sabe (?) ... e ela não falou mais. Não ficou revoltada, de querer conhecer pai e mãe, não teve nada disso, entendeu (?). Até, assim, depois disso, como eu disse, a certidão de nascimento dela constava “pais ignorados”, aí meu pai foi arrumar isso, foi ao Fórum, tudo certinho, e ela foi ao Fórum junto com meu pai, mas nunca comentou nada ...

Mário: Você acha que ela aceitou o fato de não ser filha biológica, de ter sido adotada?

Theresa 25: Aceitou.

Mário: Nunca perguntou nada sobre sua origem?

Theresa 26: Não, não, de maneira alguma. Nunca quis saber de mãe, saber de pai, saber quem que era ... nunca quis saber da história.

Mário: E pelo que você se recorda, houve mudança no comportamento dela após esse episódio?

Theresa 27: Eu acho que ela ficou até mais carinhosa ... ela ficou muito mais carinhosa com minha mãe e com meu pai.

Mário: Então, quer dizer, não houve um grande trauma por conta disso, a não ser a briga com a avó?

Theresa 28: A briga com a avó. Mas assim, ela não ficou rebelde por causa disso, não. Tem criança que fica né. Ela nunca perguntou de pai, de mãe.

Mário: E você tem algum outro caso de adoção na família?

Theresa 29: Deixa eu ver se tem mais adoção ... não tem não, acho que não, eu seria a segunda, além da minha mãe.

Mário: E na sua família, Augusto, tem algum caso de adoção de crianças?

Augusto 2: Não, nenhum!

Mário: E vocês tiveram a oportunidade de, na infância ou adolescência, conviver com amigos que foram adotados ou de conhecer histórias de adoção? Podem falar um pouco a respeito?

Theresa 30: Adotivos? Ah! Tem. Lá no bairro da minha mãe – minha mãe morava na Vila Falcão, na quadra 7 – além da minha mãe tem a Dona Maria que tem a Rosa, que é nossa amiga. A Rosa, assim ... quando a Rosa foi pra casa da Dona Maria eu devia ter uns 11 anos, 12 anos, eu e a Luciana. E a Luciana, por sinal era, assim, como se fosse mãe da Rosa. A Rosa muitas vezes ia dormir em casa e não dormia lá na casa dela ... era vizinha e era adotada ... e também no bar da esquina tem um menino, essa é até uma adoção inter-racial, a mãe é loira, o pai é moreno e

o filho é negro. Tem lá ... lá naquele bairro tem bastante ... tem bastante ... é porque um vizinho adota e os outros também foram adotando.

Mário: E foram adoções bem sucedidas?

Theresa 31: Todas elas ... todas elas.

Mário: E você conhece algum caso de adoção em que não houve sucesso? Que por acaso o casal tenha se arrependido?

Theresa 32: Sei lá, sabe (?) ... de vez em quando, quando eu falo pras pessoas que eu pretendo adotar, tem pessoas que comentam, mas eu pessoalmente nunca soube não, dos casos que eu conheço, eles são filhos, pai e mãe, e se dão super bem ... criança dá trabalho mesmo, sendo legítimo ou não, entendeu (?) ... e ... todos eles estão lá, a Rosa adora a mãe dela, o filho do dono do bar, que sofreu acidente, também se dá super bem, mesmo sendo inter-racial ... e ali nota-se, assim, de imediato, que não é filho biológico, isso também se adapta numa boa ... e ... não tem problema nenhum não.

Mário: E o que vocês pensam a respeito do segredo? A criança adotiva tem que saber sobre a realidade de sua origem? O que vocês pensam acerca disso?

Theresa 33: Eu acho que tem que ser preparada sim, tem porque ... é ... não adianta você manter o segredo porque a própria sociedade um dia conta, entendeu (?). Ai, eu acho melhor ela ser preparada para estar ... é ... sabendo; assim, quando ela tiver mais idade, entender realmente o porquê ... e se um dia alguém perguntar: “Ah! Você não tem vontade de conhecer seus pais biológicos?” ... ela estar preparada pra responder: “não ou sim” ... “eu estou feliz com os pais que eu tenho”, esse tipo de coisa. Então, eu, realmente, não pretendo manter segredo, pelo que eu já ... pela experiência que nós já tivemos, entendeu (?). É muito ruim. A Rosa, que é a vizinha ... nunca teve segredo, desde os dois anos, três anos, que a Dona Maria e a Rosa, a Dona Maria e o Seu Luis, já falavam: “Ah! Você não é minha filha de barriga”, esse tipo de coisa, entendeu (?). Quer dizer que não foi um choque pra ela. Ela cresceu sabendo e isso não faz diferença de nada ... até ela é uma menina, assim, sei lá, até super mimada, a Rosa né, sabe aquele mimo todo ... quando pegaram ela, acho que o filho mais velho já tinha 20 anos, entendeu (?), então a família toda cercou muito ela de carinho, e ela sabia ... com 2, 3 anos ela já falava que eles não eram pais ... que não eram pais biológicos ... ela já sabia.

Mário: Segundo sua opinião, porque existe essa recusa com relação à adoção tardia? O que vocês pensam a respeito disso?

Theresa 34: Na verdade, eu nem acho que a minha seja tardia ... tardia pra mim seria com 4, 5, 6, 7 anos, entendeu (?). Isso que eu penso de adoção tardia. Porque realmente a criança ... é ... porque com 2 anos ... você lembra de alguma coisa quando tinha 2 anos? Quando você tinha 2 anos, 3 anos? Você não lembra, entendeu (?). Com 4 ou 5 anos a criança já lembra. Se eu tirar a criança de um abrigo ela sabe que ela está vindo de um abrigo, ela já tem tudo já formado ... já tem, assim, olha ... já tem as características dela ... então isso que eu acho da adoção tardia. E o que eu tenho medo ali são dos vícios, da rejeição, a criança já está acostumada de um jeito e com dois anos, três anos eu posso educar a criança

do nosso jeito entendeu (?). Isso que eu tenho medo na adoção tardia ... de eu não conseguir educar a criança adequadamente ... aí isso seria ruim, não sei ... talvez, esse que é o meu receio ... eu tenho medo de eu falhar, não é a criança não, da nossa falha mesmo ... e ... fazer sofrer tanto eu quanto ela, quanto um outro ... é um receio meu de falhar, de falhar realmente com a pessoa.

Mário: Quer dizer, você tem receio de falhar em sua prática educativa? Você, enquanto mãe tem receio de não ser capaz ...

Theresa 35: De não ser capaz ... de não conseguir lidar com a situação ... do que vai ser entendeu (?)

Mário: Você também, Augusto, tem esse receio?

Augusto 3: Não.

Mário: Como é que vocês definem adoção, ou seja, o que é adoção pra vocês?

Theresa 36: Para mim, olha ... o adotar pra mim é ... eu não vejo diferença, eu não consigo ver diferença de mãe biológica e criança é criança, partindo de qualquer ponto, entendeu (?). É ... adotar pra mim é a mesma coisa, é educar como se fosse seu, entendeu (?). Eu não consigo ver isso assim ... eu via minha mãe lá, minha mãe nunca teve, assim, diferença entre nós, era tudo a mesma coisa, então eu não consigo ver ... diferenciar uma criança adotada de uma outra criança. Pra mim é tudo igual, não sei, em casa sempre foi assim. É amor, é troca, mas é uma troca que seria, assim, tanto de uma para outra ... é criança e criança não tem diferenciação.

Mário: Quais, segundo sua opinião, são os motivos que levam casais a adotar crianças? No caso de vocês já está registrado quais são os seus motivos, as suas motivações, mas e em relação aos outros casais?

Theresa 37: Olha ... tem uma frase que fala: quem casa quer casa e quem quer casa quer criança. Eu acho que criança complementa tudo ... é família, é família, entendeu (?). Talvez os casais que adotam, querem isso ... querem realmente formar família. Mas tem casais que mesmo sem criança estão satisfeitos, pra eles a família são os dois e não precisa de mais ninguém, não precisa ter um outro ser, entendeu (?). Agora ... os casais que adotam querem dar amor, receber ... a criança é tudo né, é uma delícia ter criança em casa.

Mário: Vocês já estão inscritos no Fórum e já manifestaram o desejo de adotar uma criança de zero a dois anos? Vocês fizeram alguma outra solicitação?

Theresa 38: Não ... a gente recebe do Fórum, por sinal está aí e eu vou te mostrar, uma ficha pra nós lermos e já termos definido o que nós queremos. Quando o psicólogo nos chamar lá, ele vai fazer essa pergunta: "que tipo de criança vocês querem?" Então a gente já vai estar sabendo.

Mário: OK. Como é que vocês vão responder essa pergunta? Qual é o perfil de criança que vocês querem adotar?

Theresa 39: Nós queremos uma menina negra de zero a dois anos. Agora, claro que ele vai falar assim, como eu já vi no papel, se pode ser soro positivo, se pode

ser deficiente física, deficiente mental, esse tipo de coisa eles vão perguntar também. Eu acho assim, a gente vai querer um bebê saudável, lógico, acho que todo mundo, mesmo uma mãe grávida reza por um bebê saudável ... agora, o que pode acontecer a partir daí, eu não sei.

Mário: Então esta é uma outra condição que vocês colocam, ou seja, que a criança seja saudável?

Theresa 40: Sim. Assim, por tudo o que nós estamos passando seria interessante que fosse um bebê saudável [referindo-se ao processo de recuperação de Augusto em relação às seqüelas deixadas pelo AVC, ocorrido a apenas 4 meses antes da presente entrevista]. É que nem aquela moça lá [no grupo de adoção], a Flávia ... ela ficou acho que dois anos na fila, aí quando chegou pra ela, ela ficou tão agradecida ... falaram que o bebê não era saudável, que ele estava no hospital, ela nem tinha visto a criança e ela quis. Acho que vai depender tudo do momento, sabe (?)... acho que depende tudo do momento.

Mário: No caso dela, a criança estava doente e hospitalizada, e hoje está bem de saúde?

Theresa 41: Nossa ... linda a criança! Linda. Fernanda, chama a menininha.

Mário: É então aquela menininha que estava na reunião do grupo de adoção?

Theresa 42: É ... que você viu. E ela nem tinha visto e não era nada daquilo que ela tinha falado, porque parece que ... como ela é loira e o marido é moreno, ela deve ter pedido uma criança branca e de zero a quatro meses, entendeu (?) ... e saudável. Aí o juiz ligou e falou: "olha, tem uma criança aqui ... você vai lá ver?" Ela nem conseguiu ver a criança, porque a criança estava hospitalizada, mas mesmo assim ela decidiu pela adoção. É assim! Eu acredito, assim, é que tudo vai do momento. Hoje, se o juiz estivesse aqui agora, se você fosse o juiz e estivesse fazendo essas perguntas, era o que nós falaríamos: uma criança saudável. Porque a gente não sabe o que pode acontecer né, que nem minha irmã que era saudável e ficou doente depois.

Mário: O que significa pra você, Theresa, ser mãe?

Theresa 43: Ser mãe é dar amor, é receber amor, é educar, é ajudar a conquistar o mundo, é educar realmente, é tentar que essa criança tenha um futuro, pelo menos é isso que eu vou tentar, dar realmente uma educação, dar amor ... e ... fazer com que seja feliz, esse é o intuito, espero que eu consiga.

Mário: Além dessa experiência que vocês já têm – o Augusto já é pai de dois filhos e você teve a experiência de adoção na família – como é que vocês estão se preparando para essa adoção que pretendem realizar?

Theresa 44: Olha ... o Augusto está até mais ansioso do que eu ...

Augusto 4: Meu Deus!

Theresa 45: Como entendo ... pelo que eu já percebi, é um processo muito burocrático e que pode ser até doloroso né, então, assim, eu estou procurando ficar

com os pés no chão e me preparar pra tudo: porque ela pode vir como não vir, entendeu (?). Ainda mais que tem esse processo que autoriza, não autoriza ... agora meu marido está com um processo de AVC, segundo a psicóloga do grupo de adoção isso não vai causar problema, mas vai lá saber o que pode ter na cabeça do juiz e do promotor. Então, assim, eu estou me segurando, mas os meus amigos lá no serviço falam assim: “você já comprou fraudas?”, “já foi atrás de berço?”, sabe (?), o pessoal está vibrando muito com essa história, estão vibrando muito, muito, muito ...

Mário: Então vocês já tornaram pública a notícia de que vão adotar uma criança?

Theresa 46: Sim, sim, não tem o porque esconder ... os amigos me dão força e é até gostoso dividir tudo isso ... é como se fosse uma gestação mesmo. O pessoal já dá a maior força, falam assim: “Olha Theresa, você já foi atrás disso?”, “Theresa, você já foi atrás daquilo?”, “Olha, esse bebê vai vir logo, você tem que ficar preparada.” Mas, assim, se ele vier nós já estamos preparados.

Mário: E como a família de vocês tem lidado com a idéia de uma adoção? Como eles receberam a notícia?

Theresa 47: Olha, uma cunhada que eu contei ficou arrepiada, assim, porque ela gostou muito.

Mário: Arrepiada no sentido positivo?

Theresa 48: Positivamente. Ela gostou e falou: “Ai Theresa, eu me arrepio, depois de quanto tempo vai ter um bebê na família?” A minha mãe, que já adotou dois, a minha mãe, ficou, assim, um pouco enciumada. Porque, assim, se aparecer um bebê, acho que ela pensa: esse bebê vai tirar a Theresa de mim. Porque hoje sou eu quem corre com ela pra cima e para baixo, levo ela no mercado, vai na igreja, então ela falou assim: “Você tem certeza disso minha filha?”. Também tem o processo de perda dela, que ela sofreu muito com a perda da Luciana, que por sinal vai ser o nome da nossa filha.

Mário: Vocês até já escolheram o nome? Luciana em homenagem à sua irmã?

Theresa 49: À minha irmã. Mas está assim, uns gostam, outros ficam enciumados ... mesmo quando foi pra nós casarmos ... horrível ... a minha família é muito ciumenta. Mas depois todo mundo gosta.

Augusto 5: Em Maceió é dois ...

Theresa 50: Às vezes eu pergunto pra ele: será que o Paulinho e o Márcio vão gostar dessa história?

Augusto 6: Agora eu quero, porque lá dois ... agora não, aqui uma.

Theresa 51: Ele está dizendo que lá ele tinha dois meninos, e que sempre quis ter uma menina.

Mário: Então, para você Augusto, a adoção de uma menina significa a possibilidade de realizar um sonho?

Augusto 7: Isso! Sim! Agora ... Ah, meu Deus! Todo dia ... Todo dia [Augusto, não conseguindo verbalizar, cruza os braços como quem segura uma criança].

Mário: Vocês pretendem, depois dessa adoção, realizar uma segunda?

Augusto 8: Eu sim.

Theresa 52: Eu não, ele sim. Eu acho que a gente vai ficar só em uma adoção, porque tem o lado financeiro também nisso, entendeu (?). Tem o lado financeiro e criança dá despesa, então no momento é uma só, não tenho condições financeiras pra mais ...

Mário: Pelo que entendi, vocês estão decididos a revelar à criança que vão adotar, a verdade acerca de sua origem. Como vocês pretendem fazer isso?

Theresa 53: Eu quero ter ajuda de um psicólogo, entendeu (?). Quero que vá a família toda lá numa clínica, pra gente poder fazer uma terapia e não ter, sabe (?), nenhum reflexo nisso, mas assim, vai ter que ter uma ajuda de pessoas mais preparadas do que nós, eu acho. Com certeza vai ter que ter o apoio de um psicólogo.

Mário: Em relação à adoção, eu gostaria que você deixasse mais claro quais são seus medos, seus receios.

Theresa 54: Da rejeição ... rejeição da criança. De nós não, porque a gente vai estar com o coração aberto esperando essa criança, mas assim, como vem de zero a dois anos, eu acredito que não vai ter problema ... espero ... agora pode acontecer ... mas pode acontecer.

Mário: O receio ou medo reside, portanto, na possibilidade de que a criança rejeite você, mãe, e você, pai ... é isso?

Theresa 55: Tem, tem esse receio sim. Porque o que acontece? Até quando nós fomos, o psicólogo que nos atendeu no Fórum, disse que tinha uma menina lá que tinha rejeitado ... eles estavam, assim, num processo de namoro, mas quem não quis foi a criança ... acontece!

Mário: Você sabe qual a idade dessa criança?

Theresa 56: Era uma criança de sete anos. Acho que a menina se acostumou tanto com o abrigo que a defesa dela é o abrigo ... ela não quer sair de lá. E que mais? Se eu tenho mais algum receio? Não tenho mais receio não, eu vejo isso como um desafio, mas é um desafio normal, que eu acho que não vai ter problema ... os problemas que vão ter são os que teriam ... é normal, os problemas de criança mesmo: pode ficar doente, pode fazer alguma arte, mas pra tudo isso, dá-se um jeito. Receio, receio, receio mesmo do tipo: Ah! Eu não sei quem foi a mãe da pessoa ... vai que o pai foi um marginal, o filho vai ser um marginal ... Isso eu não vejo assim não.

Mário: Que coisas boas, positivas, você já ouviu falar sobre adoção e que coisas ruins, negativas, você já ouviu falar sobre adoção?

Theresa 57: Olha ... coisas boas eu posso falar o seguinte: é muito, muito, muito bom. Eu vejo assim, pelo meu pai, pela minha mãe e pela Luciana ... quando eles viam a Luciana com 20 anos e viram a Luciana chegar em casa sem condições alguma ... uma moça de 20 anos, forte, bonita, de bem com a vida, acho que isso, com certeza, fazia muito bem pra eles, entendeu (?). Eles conseguiram aquilo, eles ajudaram aquela moça a se tornar o que ela foi, entendeu (?): querida, carinhosa, as pessoas gostavam muito dela. Isso eu vejo como um aspecto muito bom, muito bom. Agora, assim, aspectos ruins ... “Olha! O pai era marginal, o filho não vai valer nada!” Eu não acredito nesse aspecto. Eu acho que isso é besteira, porque quem faz o ... eu acredito, assim, que na personalidade ... tem um pouquinho do temperamento, mas, assim, o ambiente também influencia bastante, entendeu (?). Então, eu acredito assim, dependendo ... que nem, pode até ser filho biológico, tem dois irmãos ... um pode ter problema e o outro pode ser bonzinho. Então é assim, não é por ser adotivo que é o que vai depreciar a pessoa, de maneira alguma, eu acho que não tem nada a ver ... o ambiente, a educação valem muito, valem muito ... o acompanhamento, realmente ser pai, realmente ser mãe. Tem muitos pais hoje que esquecem o filho né, por causa da condição que nós vivemos, por causa de trabalho, de carreira, mas, assim, se realmente for pai, for mãe, a probabilidade de sucesso numa adoção é muito grande. É quase de cem por cento.

Mário: Você não acredita nesse mito de que a criança adotada tem mais dificuldade para se vincular à família?

Theresa 58: Não. Ah! Eu esqueci ... tem mais um caso de adoção na família sim, lá em Bertioga: o do Igor. E não tem problema nenhum né, é amor, amor, amor. Se você dá amor você recebe amor, tá. Mas se você dá pancada numa criança, não vai ter outro jeito ... você recebe aquilo que você dá.

Mário: Vocês não têm medo ou receio, como é o caso de muitas famílias, de ao contar para sua filha a verdade acerca de sua origem, que ela queira conhecer a família biológica?

Theresa 59: É um direito dela. Eu vejo isso como um direito, porque, assim, a gente sempre tem uma curiosidade muito grande do nosso passado; eu sempre tive! Eu sempre sentei perto da minha avó e ficava cutucando ela: como que era? como que era? como que era? Eu acho assim, a criança ... vamos ter que respeitar, ela pode ter essa curiosidade sim, e eu acho que é um direito ... se ela quiser saber e se tivermos a possibilidade de contar: olha, seus pais estão aqui e não puderam criar você por causa disso, por causa daquilo ... eu acho assim, que tem que respeitar ... é um direito da criança. Eu acho que isso é o ideal ... se ela quer saber, se ela quer se descobrir, eu acho que é um direito dela.

Mário: OK! Para finalizarmos nossa entrevista eu vou pedir para que vocês deixem uma mensagem para aquelas famílias que, mesmo tendo condições, têm medo, têm receio ou sofrem a influência da cultura de adoção. Para essas famílias, o que vocês gostariam de falar?

Theresa 60: Eu vejo isso como um desafio, mas assim, se faz parte de um projeto, se faz parte de um sonho, tem que lutar por esse sonho e, nós somos lutadores, a gente está lutando por um sonho, entendeu (?). Se essa família tem vontade mas tem medo, deixa o medo pra não se arrepender depois – olha, eu poderia ter feito e

não fiz – tem que fazer, sabe (?) ... tem que realmente cair na chuva e se molhar e aprender ... a gente aprende muito errando, mas acerta muito também e a gente pode aprender muito com essa criança que está lá esperando, entendeu (?). Eu também não posso querer receber um novo ser aqui na minha casa pensando que vai dar errado ... eu acho que isso não seria bom ... eu tenho que ter muito fluído positivo pra eu passar também isso positivamente pra essa criança, entendeu (?). E eu acho que esses pais que estão aí, faço ou não faço, deveriam fazer ... pelo menos ir ao Fórum e deixar o cadastro lá ... se algum dia ser chamado aí falar, eu quero ou não quero, olhando a criança pelo menos.

Mário: Vocês já estiveram na instituição e já puderam ter contato com alguma das crianças que lá se encontram?

Theresa 61: Não. Eu nunca fui. Aqui em Bauru tem o Paiva né, mas eu nunca estive no Paiva, apenas conheço ... já ouvi falar das obras assistenciais que tem lá, mas eu nunca estive lá. Agora, com toda nossa euforia de querer adotar né, nós até pensamos em ir, mas já fomos orientados de que não pode ... a gente só pode começar a visitar o abrigo depois que for aprovado o nosso cadastro. Também não seria justo a gente chegar lá e criar expectativa numa criança e não ter nem o cadastro aprovado ainda.

Mário: O próximo contato com o Fórum já tem data marcada?

Theresa 62: Nada ... nós só levamos os papéis e perguntamos: nos dá o protocolo? Mas nem o protocolo ... deu nada! Só falaram: “Espera, espera!”

Mário: Estão aguardando o momento de serem chamados?

Theresa 63: Mas não falaram nada. A gente nem sabe qual ... o que vai ser o próximo passo e o quando será o próximo passo. Mas eu acho assim, pelo menos o primeiro passo, quem tinha que dar éramos nós e nós já fizemos, que foi levar a papelada lá ... então é por aí. Vamos esperar ... vamos esperar!

Mário: Então, eu agradeço pela entrevista que será de grande importância à minha pesquisa e, antecipadamente, parablenizo vocês, desejando-lhes sorte e sucesso neste processo que se inicia; que vocês possam ser uma família feliz.

ANEXO G: ENTREVISTA V

Mário: As primeiras perguntas são relacionadas à história de vida de vocês. Eu gostaria que vocês, por favor, narrassem como se conheceram; que vocês falassem um pouco das origens familiares; por quanto tempo namoraram; há quanto tempo estão casados, enfim, como foi esse início de vida a dois?

Nelson 1: Bom, então eu vou contar como a gente se conheceu, né amor (?). Nós participamos do movimento Focolari e teve um encontro em São Paulo, né amor, que ia ter a vinda da presidente do movimento, a fundadora do movimento – Chiara Lubich – então nós fomos para São Paulo né, e nos conhecemos no ônibus né, mas só que ali ainda minha ficha não tinha muito caído, né amor. Depois disso né, a gente teve outro encontro, mais pra frente, na Mariápolis, no Centro Mariápolis, que é uma pequena cidade onde todo mundo vive o espírito do movimento né, próximo a São Paulo, próximo a Cotia ...

Denise 1: ... antes disso teve uma Mariápolis aqui em Bauru ...

Nelson 2: ... que é um encontro nosso de cinco dias né ...

Denise 2: ... que é o encontro anual, que a gente faz um encontro anual. Aí teve o encontro aqui em Bauru, só que também a gente só se falou, oi daqui, oi ... não teve nada. Aí foi esse encontro né ...

Mário: Você, Nelson, é daqui de Bauru mesmo?

Nelson 3: Não, eu sou de Presidente Prudente. Saí de Presidente Prudente em 83, morei em vários lugares tal e estou aqui em Bauru desde 96.

Mário: E a Denise?

Denise 3: De Adamantina.

Nelson 4: ... então, depois daquele encontro, coincidiu da gente ter ido nós dois né, e depois daquilo então eu me aproximei né, aí estive uma vez em Adamantina, a gente almoçou junto lá na Glória, né amor, um casal amigo nosso ... aí depois daquilo começamos a namorar ... aí namoramos o que? um ano e dez meses ... um ano e dez meses ... já que nós já éramos não tão crianças né, casamos em 2000; 25 de novembro de 2000.

Mário: Nelson, qual é sua idade e sua profissão?

Nelson 5: Eu tenho 44 anos e sou professor de Inglês, dou aula em duas escolas e estou tentando fazer mestrado na área de comunicação midiática, inclusive hoje foi a prova.

Mário: OK! Boa sorte para você!

Nelson 6: Obrigado!

Mário: E você Denise, qual sua idade e profissão?

Denise 4: 39 anos e sou oficial administrativo né, que é o antigo escriturário, eu trabalho na Secretaria de Administração Pública. Lá em Adamantina eu trabalhava na secretaria de uma escola, na transferência eu não consegui ir pra escola e vim pra SAP-SP.

Mário: Enquanto vocês estavam namorando, preparando-se para o casamento e, agora, com a relação já oficializada, qual era ou é o projeto de família de vocês? Como é que vocês sonham, desejam, a família de vocês?

Nelson 7: Bom nós não vamos fazer igual à história do livro que eu contei, né amor, porque eu estava lendo um livro agora pra prova do mestrado e o autor falava que – acho que chama “A Pele da Cultura” – ele falava que conhece pessoas que ... casais que não querem ter filhos e que decoram o quarto como se fosse pra criança, pra poder lembrar o passado né, mas nós não vamos fazer assim não né amor ... tanto que nós queremos ter filhos né, só que não chegaram né, mas serão bem vindos.

Mário: Que número de filhos? Vocês estão fazendo opção pela adoção por que assim planejaram ou o primeiro projeto de vocês foi o de ter filhos biológicos ... como é que isso aconteceu?

Denise 5: Ainda no namoro a gente tinha, um dia né, sentado debaixo de uma árvore, conversando, a gente tinha pensado em três filhos né ... casamos ... a gente nunca evitou, mas só que eles naturalmente não vieram. Procuramos médico, tudo ... só que a gente não acha um problema assim ... ele diz que é estresse ... o médico fala que é estresse, mas que não está descartada a possibilidade de tê-los naturalmente ... só que também a idade vai chegando e aí então nós optamos pela adoção também em razão a isso.

Mário: A idéia de adotar, as primeiras iniciativas de diálogo acerca do tema, partiu de quem?

Nelson 8: A gente sempre falava né amor.

Denise 6: A gente sempre quis ter né ... aumentar a família, porque, é lógico que a gente ... um completa o outro né ... mas só que falta né ... a gente sente a falta né, e aí conversando, a gente sempre conversou, e aí conversando surgiu a idéia de ir né, até o Fórum, procurar saber como que ia ser, o que precisava ... aí quem foi até o Fórum em primeiro lugar foi o Nelson, porque ele tem mais tempo que eu né, durante o dia que é o horário do Fórum aberto, mas acho que foi em conversas né, não dá pra saber se foi de mim ou se foi ele né, mas com conversas chegamos num consenso.

Mário: Conte-me, Nelson, como foi esse processo de cadastramento no Fórum.

Nelson 9: Fui lá, providenciei a documentação ... é meio estranho, assim, por que eles não te dão nenhum recibo de que você entrou com a documentação, é uma coisa bastante arcaica ainda né, eles estão com aquela mentalidade de três, quatro séculos atrás, onde você tem que ter total confiança ... é uma relação, assim, que para os parâmetros da modernidade, de comércio, de ... inexistente completamente

uma coisa assim né, depois a própria morosidade em si né, é uma coisa que você fica, assim, sem saber bem o que acontece né.

Mário: Que documentos foram solicitados? Que orientações foram dadas a vocês? Deram alguma informação com relação a prazo?

Nelson 10: Bom ... os documentos foram vários ...

Denise 7: ... primeiro deram aquele papel explicando os documentos que tínhamos que levar ...

Nelson 11: ... sim, explicando o que eu devia levar, depois eu levei e não deram nenhum protocolo dizendo que eu entreguei a documentação, entendeu (?). Disseram que eles iam chamar depois né, e aí os chamados foram sempre assim, se a gente não dá um toquezinho, entendeu (?) ... então a gente fica sem saber o que é que ...

Mário: E a situação de vocês em relação a este cadastro, como está?

Nelson 12: Bom, nós já fizemos toda a nossa parte, agora nós só estamos aguardando uma posição de lá né.

Denise 8: O Nelson procurou o Fórum no final do ano passado e trouxe a relação dos documentos que precisavam. Nós precisávamos de um atestado do médico né, tivemos que providenciar um médico, fotografia, documentos pessoais, documentos de renda, pra comprovação da renda né, aí ele entregou todos esses documentos no Fórum, no final do ano ... janeiro era férias ... quando foi fevereiro, finalzinho de fevereiro, é que veio uma intimação pra gente comparecer lá. Aí nós já passamos pela Assistente Social, na intimação constavam as duas pessoas, Psicóloga e Assistente Social ... aí, passamos pela Assistente primeiro e depois fomos até a Psicóloga, só que já era muito tarde, porque a intimação era para as quatro horas da tarde né, e aí já eram quase sete horas, o Fórum já estava fechando, e ela marcou para uma outra data ... aí nós fomos mais uma vez, numa outra data e passamos a tarde lá com ela, porque assim não precisava voltar né, e nesse meio de tempo a Assistente teria que vir até a nossa casa, só que ela ia entrar em férias, então ela disse que depois do dia 15 de março ela viria em nossa casa. Passado um tempo ela não veio, aí eu liguei pra saber, de repente ela estava tentando entrar em contato e não estava conseguindo ... aí ela já marcou para aquele dia e ela veio aquele dia. Segundo a Psicóloga, depois que ela viesse em nossa casa, dali dois meses nós íamos receber um papel do Fórum falando se nós fomos aceitos ou não no cadastro, pra entrar no cadastro. Só que até agora esse papel não chegou, então nós não sabemos se fomos aceitos ou não.

Mário: Então vocês ainda não foram solicitados para dizer qual é o perfil da criança que vocês querem adotar? Essa pergunta ainda não lhes foi feita?

Denise 8: Essa pergunta já nos foi feita, porque na entrevista com a Psicóloga são várias as perguntas ... ela pergunta coisas do nosso ... é ... de quando nós nos conhecemos, das nossas famílias e depois ... foi um questionário grande que eles têm, e já perguntou o tipo de criança, até qual idade, sexo, cor, isso tudo já tem no questionário porque eles usam agora já deixar tudo isso pronto, no cadastro tem que

estar tudo isso, quando aparece a criança, eles já procuram o casal que tem interesse naquele tipo né, com aquelas características né ... por isso que tudo isso já foi feito na entrevista com a Psicóloga.

Mário: E vocês deixaram registrado que perfil de criança a ser adotada? Qual é o perfil da criança que vocês pretendem adotar?

Nelson 13: Bom, não tem distinção de sexo nem etnia nenhuma né, e até dois anos de idade ...

Denise 9: ... de zero a dois anos de idade.

Mário: E porque vocês fizeram essa opção pela idade, ou seja, porque razão não poderiam adotar uma criança com mais de dois anos?

Nelson 14: Porque sendo, talvez, o primeiro filho e dadas as condições nossa, de tempo, porque nós trabalhamos fora os dois, então a gente achou que, por ser também o primeiro filho, com mais de dois anos ia ficar muito difícil de conseguir trabalhar bem essa criança ... então, as necessidades, talvez, de uma criança com mais de dois anos sejam muito maiores do que uma criança de até dois né, então pra nós, agora no momento, talvez fosse como dar o passo maior do que a perna, então ...

Mário: Após a concretização dessa adoção, vocês pretendem partir para outra ou pretendem continuar tentando uma gestação? Como é que vocês estão se planejando em relação a isso?

Denise 10: Deixar de tentar uma gestação a gente não deixou e não pretende deixar né, se a criança vier ... a gente está tentando ... a gente nunca evitou um filho. E adoção também, acho que ficar com um só também não é legal, então se realmente não vem a natural é lógico que a gente tem que pensar numa outra criança pra crescer junto com essa né, essa primeira. Lá fala em um ano né, que depois de um ano eles vão convidar ... depois de um ano que a gente adotou eles vão convidar a gente pra adotar outro.

Mário: Vocês foram esclarecidos com relação ao processo de como essa adoção ocorre? Por exemplo, o fato de que vocês recebem a criança e que existe primeiro um período de adaptação ... isso tudo foi informado a vocês?

Denise 11: Foi. A Psicóloga foi muito clara, ela explicou muito bem, tanto que a gente ficou lá a tarde inteira conversando com ela ... ela deixou, assim, muito claro. Ela falou que eles vão acompanhar né, porque, ela cita até que casos que teve que ... que não se concretizam né ... porque depois, na convivência com a família diz que a criança foi maltratada, tudo ... então eles tiram ... tem um período. Então a gente perguntou sobre nome né, isso tudo ela explicou, ela foi muito legal, em explicar essas coisa pra nós né, em tirar as nossas dúvidas né.

Mário: Você, Denise, tem alguma história de adoção na família?

Denise 12: Na minha família não. Tenho amigos né, que adotaram ... tenho colegas que a gente conviveu junto e que adotou.

Mário: Você pode falar um pouco sobre essas adoções? Se foram adoções bem sucedidas ou não? E se de alguma forma essas experiências de adoção marcaram você e influenciaram sua própria opção?

Denise 13: A nossa amiga também lá, de Adamantina né, aonde eu moro, ela não tinha né, casou, não tinha o filho, aí apareceu essa criança, é um menino por sinal, ele estava com ... a família não tinha condições, ele estava muito doente, tudo, e pra ela, assim, na hora foi, parecia que foi Jesus que mandou ele pra ela né. Aí ela saiu, lembro que foi um final de ano, assim, estava perto do Natal e ela foi até minha casa né, me cumprimentar e falou assim: "olha o que Jesus mandou pra mim!" ... e mostrou o Mateus né, um menino muito legal por sinal.

Mário: Era um recém-nascido?

Denise 14: Não, era já maiorzinho ... ele já tinha dois anos. E foi muito legal porque eu também tinha uma sobrinha né, também na idade ... regulava a idade dele ... e a gente viu que é uma coisa que pode dar certo, acho que a criança independe, assim, se ela saiu de dentro da gente ou não, o importante é a gente dedicar amor, que ela vai retribuir. A criança é muito inocente né, então, se ela tem amor, se ela recebe amor, é lógico que ela vai devolver isso né, ela só devolve aquilo que ela realmente ganha né ... se ela é mal-tratada é lógico que ela vai virar uma pessoa agressiva. Eu acho assim né.

Mário: Essa adoção realizada pela sua amiga é considerada por você como uma adoção bem sucedida, onde tudo tem dado certo?

Denise 15: Tem, tem ... e depois que ela adotou ela teve mais duas meninas ... ela tem três filhos.

Mário: Ela teve duas gestações após a adoção?

Denise 16: Após a adoção ela teve duas gestações!

Mário: E você, Nelson, tem casos de adoção na família?

Nelson 15: Não, na família não ... só, assim, amigos mesmo.

Mário: Que histórias de adoção você conhece e pode narrar?

Nelson 16: Então ... eu estou me lembrando agora de um menino que eu conheci quando eu morei em Porto Alegre, uma família até já com quatro filhos, mais esse menino adotado, só que era um menino que tinha, acho, que seis anos, parece, quando ele veio pra família né, moreninho, mulatinho, assim, de cor né ... e ... foi uma experiência muito interessante, o menino com muitos traumas, com muitas né ... e ... até por essa experiência mesmo é que me levou também a entender também né, como a gente já falou, que até dois anos é melhor pra agora, porque eu vi a dificuldade que foi pra esse menino e era uma família que já tinha quatro filhos ... que era uma família muito bem estruturada ... e ... agora eu soube que esse menino parece que não está mais com a família, mas agora já tem, parece que dezesseis anos ou coisa assim, dezoito ... e ... ele está numa Mariápolis também, uma cidadezinha que é do movimento né, que ... numa pequena comunidade também né, na Argentina ... a última notícia que eu tive dele né, mas foi uma experiência muito

legal. Agora ... eu só pude entender melhor isso né, que de dois anos pra cima talvez exija uma estrutura maior né, o fato de ter mais irmãos ...

Mário: Você soube das dificuldades que ocorreram nesse caso de adoção e, pelo que pode perceber ou entender, essas dificuldades estavam ligadas a quê? A história de vida da criança? Você poderia falar mais sobre isso?

Nelson 17: A história de vida da criança, principalmente né. Ele era um menino, assim, mulatinho, assim, ninguém queria ele né, eu lembro que demorou bastante tempo pra ele conseguir se adaptar né, depois ... mas se adaptou tudo, né. Eu lembro que a mãe dele fez uma terapia, até numa linha que é da TIP – terapia do inconsciente – então ela conseguiu chegar nos ancestrais do menino, a mãe, os avós né ... então é uma experiência que foi muito legal né, mas a dificuldade grande que eu via é essa, pelo fato de ter mais de cinco anos, que a criança já vem com toda uma história muito mais né ... mas, mesmo assim ... eu não sei mais como é que está né, não tenho tido mais contato com eles né. Mas até enquanto eu estava lá foi muito legal.

Mário: Denise, se você tivesse que definir adoção, como seria sua definição? O que é adoção pra você?

Denise 17: É transmitir né ... a gente vai tentar transmitir toda nossa vida, tentar passar o amor que a gente tem pra dar para uma criança, já que ela não veio naturalmente, então a gente tem que tentar fazer isso né, tentar passar tudo isso pra essa criança, não importa que ela não é ... não veio de dentro de nós, o importante é amar, é tentar ajudar né, já que ela teve uma dificuldade na própria família dela né ... nasceu num outro lugar. A gente escuta muito, eu já escutei várias vezes, a gente já escutou né, que parece que Deus prepara né, a criança não nasceu da gente, mas parece que foi como disse tivesse nascido, porque a hora que a gente bate o olho, eu não sei se vai ser assim, a gente não sabe como vai ser ... a gente bate o olho e a gente sente aquilo que sentiria como se tivesse saindo de dentro da gente, então, em acho que a gente vai procurar viver isso mesmo né, tentar passar pra ela tudo aquilo que a gente gostaria de passar para os nossos filhos né, o amor ... aquilo que a gente já dá para os sobrinhos também né, porque eu tenho sobrinhos e a gente procura fazer isso né. Então é isso né ... é trazer pra gente uma pessoa que está com dificuldade, uma criatura que está com dificuldade e se dedicar a ela.

Mário: E você, Nelson, como define adoção?

Nelson 18: É transmitir a vida né, mesmo que não seja fisicamente, mas com a vivência ... ajudar essa pessoa né, ser parte da vida dela e ela da sua né ... o complemento da família né.

Mário: Em relação à adoção que vocês estão pretendendo realizar, como é que vocês estão se preparando? Estão buscando algum tipo de ajuda profissional, alguma leitura? Como é que vocês se preparam para o exercício da maternidade, da paternidade pela via da adoção?

Denise 18: Uma colega emprestou um livro sobre adoção ... que fala de adoção, a gente leu ... quer dizer, eu li né, e o Nelson não teve muito tempo de ler ainda, mas ele tirou uma cópia e está aí guardado pra hora que ele né ... então a gente

acompanha quando sai os artigos na revista Cidade Nova e também a gente escuta né, uma amiga lá do serviço que tem uma filha, então a gente né, parece que, ela está contando né, o que foi pra ela, tudo ...

Mário: É um caso de adoção tardia ou não?

Denise 19: Não ... a menina, acho que tinha menos de dois anos também, quando ela adotou.

Mário: Uma adoção bem sucedida também?

Denise 20: Parece que sim né, o pouco que a gente conversa. Logo que eu cheguei ela tinha adotado a menininha, a Ana Carolina. Então ela conta né, como foi, e aí a gente comenta né, então sempre tem alguém que fala bem, outros que falam mal, só que a gente vai tentando trabalhar tudo isso, porque não dá pra ... porque o que foi ruim para uma pessoa não é necessariamente o que vai ser ruim pra nós também né, então tem um que fala: “Ah, você é maluca de fazer uma coisa dessas ... como é que você vai fazer?”. A gente escuta e fica na sua, porque não tem outro jeito. Agora, já outros falam: “Ah, que legal ... eu já conheço várias pessoas que têm filhos adotivos e filhos naturais e o adotivo é muito mais amoroso do que o natural” ... a gente não sabe como é que vai ser né ... a gente não tem nem muito o que pensar né ... a gente lê alguma coisa ou outra, vai se preparando desse jeito né, lendo e também observando a vivência dos outros né, não só do filho adotivo, mas, por exemplo, nós estamos num grupo de casais né, então são várias experiências que eles contam do próprio filho né, não importa se ele é adotivo ou não mas já serve também pra nós né. Se contam lá que aconteceu isso com o filho, então a gente já fica ali atento a tudo o que se passa. O outro colega que está criando um sobrinho né, praticamente cuidando do sobrinho, porque ele tem que fazer tratamento aqui, então as artes né, que eles contam né ... então a gente fica atento né, a tudo isso né, pra depois tentar acertar né.

Mário: Dessas falas que vocês já ouviram a respeito da adoção, que falas vocês classificam como negativas? Tem alguma fala que, de certa forma, deixou-os preocupados, receosos ou com medo de adotar?

Denise 21: Olha, a gente encontra de tudo né, família que deu certo, família que não deu, então ... uma colega mesmo né, lá do serviço conta que os parentes ... o tio dela, não sei ... criou dois e aí quando cresceu o rapaz não quis nem saber, não cuidou deles nem nada e foi embora, então, isso também é uma negativa, porque se você dedicou tudo e na hora que você precisou, na hora né, que a família precisou de um retorno ele saiu, abandonou e foi pro mundo procurar a mãe verdadeira né, então não deixa de ser ...

Mário: Essa é uma história que você ouviu?

Denise 22: ... sim ... depois de grande o rapaz foi embora ... então é negativa né, mas também isso, eu acho que não é pra amedrontar não, porque isso de ir embora da família, largar a família e abandonar a própria família pode acontecer até com um filho natural, às vezes, é mais fácil até né. Então não dá pra assustar né, só que a gente escuta né.

Mário: E quanto a você, Nelson, tem alguma fala da qual se recorda e que considera negativa ou que te fez ver a adoção com temor, receio, etc.?

Nelson 19: Não, não me lembro de nada nesse sentido.

Mário: Que falas positivas você registrou acerca da adoção e que eventualmente tenha contribuído para a sua decisão?

Nelson 20: Bom, mais do que as falas, os exemplos que eu vejo né, que são bem sucedidos, o fato das crianças, por serem crianças né, têm uma capacidade de regeneração muito grande né ... isso que estimula a gente né.

Mário: E quanto a você Denise?

Denise 23: O Mateus ... o Mateus foi uma coisa, assim, muito legal, né. Ele é um menino muito legal.

Mário: O Mateus é o filho da sua amiga de Adamantina?

Denise 24: É o filho dessa minha amiga de lá, de Adamantina né, que inclusive foi o nosso pajem né, entrou junto com a minha sobrinha na frente. Ele é muito legal ... e ... teve as dificuldades dela também, no começo, assim, de adaptação, mas ela pra nós é um bom exemplo e uma pessoa com quem a gente pode contar nas horas de dificuldade né, e tem essa outra que trabalha junto também, que é legal né.

Mário: Em relação à adoção, muitas famílias lidam com certa dificuldade com a questão da revelação. Vocês pretendem revelar a verdade sobre a origem de seu filho ou filha, ou seja, pretendem revelar à criança que vão adotar o fato dela ser adotada, de ter nascido de uma outra família, de uma outra mãe? O que vocês pensam sobre isso?

Nelson 21: Então ... os livros são sobre isso, eu não cheguei a ler mas vou ler né, pretendo ler, mas do pouquinho que eu pude entender, acho que a idéia é ir criando, assim, ficando atento às condições, quando ela estiver grandinha o suficiente pra entender, ou se a ocasião for surgindo e propiciar né ... e ... também não chegar de sopetão e falar pra criança, assim, porque também o choque pode ser muito grande né.

Denise 25: Tem os livros né ... pelo que a gente leu e a Psicóloga lá também do Fórum orientou, não deixar pra falar num momento de mudança da criança, por exemplo, se ela está entrando na escola – 7, 6, 7 anos, ela está entrando na escola – e já estava com a gente antes, e até então a gente não conta nada, na hora que ela está, assim, saindo pro mundo né, porque ela vai pra escola, vai entrar colegas, toda uma mudança pra ela, se nessa hora a gente contar não é legal ... então já ir contando antes ... através de historinhas também, diz que já existem vários livros né, ela tem uma relação de livros lá que a gente pode comprar e já, desde cedo começar contar as historinhas – da galinha que adotou o ratinho ... bichinhos – e depois disso você já ir mostrando pra criança, através desses exemplos que ela é ... então contar logo cedo né, não precisa esconder. Só que também, a Psicóloga orienta, que da onde a criança nasceu né ... critérios que a criança foi abandonada né ... isso não precisa ser revelado, assim, na sua verdade total ... a verdade vai ser contada só pra nós ... então ... em que situação ela foi encontrada, tudo isso é

contado pra nós pra gente poder ter acesso a médico, se médico precisar saber, então isso a gente tem que saber, mas que não é pra gente ficar falando, e também não precisa contar toda a verdade pra criança ... não precisa omitir que ela é adotiva, mas se de repente ela tem um passado muito triste, não há necessidade da gente ficar ressaltando essa coisa triste né.

Mário: Então vocês estão dispostos a revelar pra criança o fato dela ser adotiva? Isso não é problema pra vocês?

Denise 26: Não, não é.

Mário: O que vocês pensam sobre situações como essa: famílias que adotam, mas omitem da criança a verdade sobre sua origem, ou seja, famílias que optam pelo segredo? Vocês concordam com esse tipo de procedimento?

Denise 27: Eu acho que a pessoa fica sempre apreensiva, porque de repente um amigo né, fala ... a hora que vai para uma festinha ou ... porque a gente não vai ficar preso aqui dentro de casa né, a gente tem uma vida em comum lá fora, a gente tem um grupo de famílias que a gente participa, todos estão sabendo que nós estamos nessa fila da adoção né, todos torcendo pra nós, e de repente né, se a gente fosse esconder isso da criança, o que que vai acontecer (?), uma hora escapa e aí a gente não sabe ... não sei se a gente conseguiria lidar com essa situação né porque esconder? ... então passa pra criança uma dúvida né, uma insegurança, porque a gente vai deixar ele inseguro: “Por que meu pai mentiu até agora? Se eles sabiam de tudo isso, porque não me contaram?” Então, a gente tem que tentar passar pra criança, transmitir essa segurança, que “a gente ama ele”, que “gosta dele” né, independente se vem depois do outro ou não, principalmente se vem um outro né, que “ele foi uma opção nossa, foi uma escolha nossa trazê-lo pra gente”. Então, a gente tem que passar o máximo de segurança e não existe segurança na mentira ... eu acho que se você está mentindo, você nunca está seguro, porque, uma hora ou outra escapa alguma coisa e pronto, aí ...

Mário: Nelson, você gostaria de acrescentar algo à fala da Denise? Complementar?

Nelson 22: Não ... eu acho que a gente tem que evitar dois extremos, um é o de não querer contar o outro é o de contar muito de sopetão e aí você ... então tem que ir preparando ... tem que ser uma coisa tranquila.

Mário: Vocês já tiveram a oportunidade de visitar um abrigo, uma instituição e conhecer alguma criança que está aguardando para ser adotada?

Nelson 23: Não, depois que casamos não ... nem antes ... não.

Mário: Como é que as famílias de vocês receberam a notícia de que iam adotar uma criança?

Nelson 24: A minha com um pouco mais, assim, com menos efusão do que a sua né amor (?). A minha mãe por ser um pouco mais de idade, ela tem 78 anos de idade e o meu pai 83 né, mas mais a minha mãe que, assim né, ela tem um certo trauma talvez, porque ela foi estudar em colégio interno quando criança e ela não queria ir, então se separou dos pais, tal ... eu não sei se em função disso, então ela, assim, tem algumas restrições pelo fato da cor da criança, né: “Ah não! Não vai

pegar um pretinho.” “Ah não! Vai todo mundo ver que não é de vocês.” Esse tipo de coisa né, então tem um pouquinho assim, não é que ela ... e ela demora um pouco mais também pra aceitar, por ser uma pessoa que tem lá os seus traumas, tudo né ... mas não é que ela não aceita, assim, isso não ... devagarzinho né amor (?).

Denise 28: É, foi muito engraçado porque o único problema que eu sabia que eu ia ter era com a minha sobrinha né. Essa minha sobrinha, hoje ela tem 10 anos ... ela nasceu, a minha irmã ... é ... o pai não assumiu né, a minha irmã teve ela e ela morou com a gente. Depois minha irmã casou e ela foi com ela, tudo, só que desde pequena, sempre fui eu quem cuidava mais dela, tinha mais paciência com ela, tudo, tanto que quando conheci o Nelson, ela até sal no açucareiro ela trocou, pro Nelson não gostar de mim ... então foi difícil trabalhar essa situação também, de ir embora, de casar, porque pra ela era uma perda muito grande. Depois, com um ano de casada eu perdi meu pai né, que pra ela também o avô era praticamente o pai né, que apesar de minha irmã já estar casada, o meu cunhado assumiu ela como pai, tudo ... mas ela tinha uma referência muito grande né, o avô era uma referência muito boa pra ela, então, foi uma outra perda ... então eu sabia que a dificuldade maior, de falar sobre adoção seria com ela né, aí, por coincidência, minha irmã – uma outra irmã – ficou grávida, depois de 10 anos também, ela já tinha um menino de 12 anos né, até agora o nenê fez um ano, e quando o nenê nasceu foi a oportunidade de falar pra ela né ... aí que falei assim, porque ela não quer ... ela é a única menina, sobrinha né, na família não tem, tem os meninos mas ela é a única menina, então antes do nenê nascer ela não queria que fosse menina, não podia ser menina, pra não tomar o lugar dela, porque ela quer ser exclusiva ... então eu aproveitei a oportunidade e falei pra ela:

_ Ah! Pra tia Cássia não nasceu uma menina, mas aqui na minha casa vai vir uma menina.

_ Por quê?

Eu falei:

_ Ah! Porque eu e o tio Nelson, nós fomos lá no juiz e pedimos pra ele uma criança, nós vamos adotar uma criança, e vai ser uma menina.

A primeira pergunta dela foi:

_ E que cor que vai ser?

Eu falei pra ela:

_ Não importa Marcela – ela chama Marcela – não importa a cor que vai ser a criança. O que importa é que ela vai ser minha filha.

_ Não tia, é porque você é branquinha e o tio é branquinho ... se você sair com uma menina escurinha, ninguém vai acreditar que é sua filha.

Aí que respondi pra ela que não tinha importância e que o importante era ela saber que ela era minha filha e eu saber que eu era mãe, tudo, então não tinha importância a cor e o que os outros iam falar né. Aí ela já aceitou numa boa e falou:

_ Então se é assim! Você deixa eu cuidar? Quando eu for aí você deixa eu descer de elevador com ela?

Eu falei:

_ Deixo! Claro que eu deixo você brincar com ela lá embaixo.

E aí ela já foi, assim, volta e meia ela pergunta: “cadê a criança que o juiz ia te dar?” Então, a dificuldade maior eu sabia que ia ser com ela, mas também como uma criança né ... e ... pra elas as barreiras se acabam rápido, e, como a minha sogra quando a gente falou também, a preocupação dela também é quanto a cor né, e eu contei essa história da Marcela e também falei, com a mesma naturalidade né, que pra nós não importava essa história da cor, do que os outros vão falar, o que não vão falar, isso não importa né ... importa o que nós decidimos, então os outros ... vão falar de qualquer jeito mesmo, uns vão falar bem, outros vão falar mal ... sempre vai ter alguém pra falar ... e aí parece que ela aceitou melhor, depois dessa história que eu contei da Marcela.

Mário: OK! Existe algum medo, algum receio, alguma preocupação e que, eventualmente vocês ainda não falaram, sobre a adoção que vocês estão pretendendo realizar?

Denise 29: Acho que não né ...

Nelson 25: Da minha parte não chega a ser um medo, assim, não ... um certo friozinho na barriga, não só pelo fato de ser adotivo ... o filho em si, independentemente de ser adotivo ou não né, um certo frio na barriga né ... será que a gente vai conseguir passar os valores, conseguir formar algum gosto pela alta cultura, pela, né, assim, mesmo pela MPB, por exemplo, coisas que são valores pra nós né ... será que não vai ficar igual a tantos por aí que não podem nem ouvir, não é música clássica, mas a MPB mesmo, uma coisa que é originalmente nossa né, que é popular, pra aderir a essa cultura que está em tantos lugares aí que ... vamos chamar de cultura da morte né ... então, dá um certo frio na barriga ... isso dá, mas independentemente de ser adotado ou não, mesmo um filho natural né, pode ... agora, espero poder dar todo amor necessário né, o carinho, o acompanhamento né.

Denise 30: ... é, não é fácil né, criar um filho hoje em dia não é fácil né, independente se ele é adotado ou não ...

Mário: O que significa para você, Nelson, ser pai? O que significa pra você o exercício da paternidade?

Nelson 26: Eu sempre quis ser pai né ... é um sonho que eu tenho né, de passar mais ou menos aquilo que meu pai foi pra mim né, eu gostaria de poder ser também pro meu filho né. Se pudesse ser o meu pai melhorado, melhor ainda né ... se puder né, se não for muita pretensão né, e que, né ... mas é passar pra ele mesmo essa vivência né, essa ... é ter essa grande paciência também né, e firmeza ao mesmo tempo né, paciência e firmeza ao mesmo tempo ... de saber que não é fácil, mas que não pode deixar como se fosse uma coisa, assim, tudo na base do espontaneísmo ... se deixar assim não vira nada. Então, precisa de bastante empenho, bastante

firmeza, bastante carinho também né ... investimento mesmo ... sobretudo empenho né.

Mário: E para você, Denise? O que significa o exercício da maternidade?

Denise 31: De repente eu acho que ... até um pouco de exemplo a gente já tem, porque eu sou a filha mais velha, então a gente já foi um pouco mãe do caçula, já foi um pouco mãe dos sobrinhos – nós somos em seis né, então ... ele é o caçula e eu sou a mais velha – então a gente já foi um pouco mãe do caçula, dos sobrinhos, principalmente né, principalmente essa né, que foi criada junto lá, dentro de casa ... então, eu acho que um pouco de bagagem a gente tem né, então, não sei, acho que as dificuldades não vão ser tantas que nem parecem que não vão ser pra ele né. A gente espera conseguir né, porque a gente conseguiu passar pros sobrinhos ... e melhorar né. Não que a gente vai chegar crua né, sem experiência nenhuma ... quando meus sobrinhos nasceram eu fui ajudar minha irmã ... então a gente acompanha né, agora o último que nasceu que a gente está mais longe, mas praticamente foi criado dentro de casa né ... minha irmã trabalhando e ... a gente também trabalhando ... mas a hora que ela não podia ir pra uma festa na escola, era eu que ia né ... meu serviço era mais flexível, então, dava pra mim ir, às vezes não dava pra ela, mas dava pra mim, então a gente sempre acompanhou né, eu tenho quatro sobrinhos e a menina, então, desde o primeiro ... festa de formatura, de pré-escola ... é ... na escola, as festinhas ... desde o dia das mães, dia dos pais, às vezes, que os pais não podiam ir né, então a gente sempre acompanhou.

Mário: Denise, qual a sua maior motivação pra adotar uma criança?

Denise 32: É passar né, essas coisas ... eu gosto muito, eu gosto muito de fazer atividades, brincava muito com a Marcela né, a gente fazia experiências né, então, poder passar todas essas coisas que a gente aprendeu e ter uma continuidade né, ainda mais agora que eu estou longe né, dos sobrinhos né, então é muito legal ... eu gosto de criança, eu sempre gostei de criança ... então, já que ela não veio naturalmente né, então ...

Mário: E para você, Nelson, qual a sua maior motivação pra adotar uma criança?

Nelson 27: É tentar passar pra ele o que eu recebi né. Eu considero que eu recebi muito na vida né, então eu pretendo, não em termos financeiros né, mas de valores então a minha esperança é poder passar isso pros filhos né, pra formação deles.

Mário: Denise, para que a gente possa encerrar nossa entrevista, que mensagem você gostaria de deixar registrada para os casais que ainda estão indecisos quanto a adoção ou para aqueles que já adotaram, enfim ... como você gostaria de encerrar sua participação em minha pesquisa?

Denise 33: Quando ... a gente, às vezes, sofre muito né ... vai sofrendo quando vê que o filho não veio ... aí você vai atrás de médico, aí você vai tomar remédio, aí você toma remédio e o remédio não faz efeito ... eu passei por isso né, e aí de repente eu não podia escutar alguém falar chegou num ponto que acaba mexendo tanto com a gente né, que a gente não pode nem escutar falar que uma está grávida, que outra está grávida, que aquilo me deixava, assim, super pra baixo. Pra quê?! Dificultar tanto se ele não vem naturalmente e se já tem um lá precisando

de todo esse amor que você tem pra dar, que você está querendo dar pra um, porque que você não dá pra essa outra que já está lá, que está precisando e que está sentindo falta desse amor?! Então, pra quê sofrer mais, ainda sendo que há possibilidade de eliminar esse sofrimento todo?!

Mário: E você, Nelson?

Nelson 28: Não dá pra falar: eu tenho experiência (!), vale a pena (!), como a gente gostaria de falar né, mas eu acredito que temos que adotar né, porque riscos têm em todo lugar né, dificuldades têm em todo lugar né, adotivos ou não adotivos, vai ter dificuldade e isso é inevitável, mas eu acredito que vale a pena.

Mário: Qual dos dois está mais ansioso pela chegada da criança?

Nelson 29: [Silêncio]

Denise 35: [Silêncio]

Denise 36: Acho que os dois.

Mário: E como é que vocês estão lidando com essa ansiedade?

Denise 37: Bom, a gente entrega tudo nas mãos de Deus e sabe que realmente né, na hora certa ele vai mandar, tanto que eu não liguei mais pra lá ... liguei antes pra saber se ela queria vir aqui em casa [a Assistente Social], mas não liguei pra saber ... eu ouço falar: “Ah! Por que você não liga lá de novo?” Não, não vou ligar. Eu acho que Deus tem um momento pra nossa vida ... ele tem o momento certo pra aumentar nossa família né ... vai chegar a hora certinha e vai ser num momento muito bom, muito legal ... um momento que eu acho que a gente vai poder realmente acolher bem essa criança.

Mário: OK! Eu agradeço a vocês pela participação em minha pesquisa e desejo sorte nesse processo que vocês já iniciaram. Muito obrigado.

Denise 38: Obrigada.

Nelson 30: Obrigado a você.